

MIGUEL ZIOLI

**PAULO DUARTE (1899-1984):
um intelectual nas trincheiras da memória**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História.
(Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tânia Regina de Luca

ASSIS
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Z79c	<p>Zioli, Miguel</p> <p>Paulo Duarte (1899-1984): um intelectual nas trincheiras da memória / Miguel Zioli. Assis, 2010 200 f.</p> <p>Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientador: Tania Regina de Luca</p> <p>1. Paulo Duarte, 1899-1984. 2. Jornalismo. 3. Política e cultura. 4. Intelectuais. 5. Memória. I. Título.</p> <p>CDD 305.52 981.611</p>
------	---

MIGUEL ZIOLI

**PAULO DUARTE (1899-1984):
um intelectual nas trincheiras da memória**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História.
(Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tânia Regina de Luca

Aprovada em 07/10/2010

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Tânia Regina de Luca
Orientador (Unesp/Assis)

Prof^a. Dr^a. Marli G. Hayashi

Prof. Dr. Noé F. Sandes

Prof^a. Dr^a. Silvia M. Azevedo

Prof. Dr Antônio C. Ferreira

Para Luciano,

Cléo e Ig.

Agradecimentos

Ao CNPq e à FAPESP, que possibilitaram a realização do trabalho através de bolsas concedidas.

A minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Tânia Regina de Luca sempre presente, com indicações precisas.

Aos meus amigos e amigas da UNESP/Assis.

E a todos que estiveram ao meu lado nessa jornada, em especial,

Rosana S-M., Márcia E. de A., Salete E. de S., Maurício M., José Maurício C. I., Iris José dos S., Antônio C. D. P., Luís A. V., Leonardo U. D., Fábio de S. Fábio A.D., Cláudio J. A., Maria G., Julián G., Cristian A. G., Alejandro F., Andrés M., Allan P., André A. G., Carmem S. de A., Ana M. D. O., Ana M. C., Maria de L. F. C., Xosé G., Pável A. G., Laurent D., Roland M. S., Pedro F. Q., Bruno P., José Carlos D. C., Anton M., Ruppert P., Frank D., Ernest ML., Paulo A. B. da S., Edson A. D., L. Alberto V., Ian C., M. Cristina V., Mazinho L. T., Guilherme V. T., Artur V. T., Vera Lúcia V. C., Arnaldo C., Arnaldo V. C., Fátima S., Rodrigo V. C., Francine D. C., Elvira H. D., Cyro V. C., L. Roberto V., Anderson V. D. Jovercina S. V., Sr. Reinaldo V., Alex S.e Marcos, tio Pedro V., tia Idalina P. V., D. M. Zioli, Antônio R. E. e J. P. K. Siqueira.

“Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. [...] Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.”

Marc Bloch em *Apologia da História ou o ofício do historiador*

“O chão da história não é cultivado apenas pelos historiadores, ele está, em grande parte, exposto às vicissitudes da conjuntura intelectual.”

François Dosse em *A História à prova do tempo*

RESUMO

Em tempos de guinada subjetiva no território das ciências humanas, Beatriz Sarlo lembra que vozes marginais em modos de narração antes ignorados, como os diários e as memórias, demandam novas exigências de métodos. Consideradas durante muito tempo pelos historiadores mais tradicionais como documentos pouco objetivos, as chamadas “narrativas do eu”, como memórias, autobiografias, diários, cartas, relatos de viagens, entre outros, têm atraído a atenção dos historiadores como fonte da história. Paul Ricoeur, em *A memória, a história e o esquecimento*, sugere um novo olhar para esse material. Segundo o pensador francês, é fato que toda memória individual ganha forma na memória coletiva. A novidade de sua reflexão, entretanto, está na introdução de um terceiro conceito que ele denomina "os próximos": uma espécie de filtro entre a memória pessoal e a coletiva. Esses "próximos" seriam representados pela família, pela escola, pela geração, pelo grupo de sociabilidade, pelos amigos ou pelas leituras que contribuem para que "o próximo" seja uma réplica da amizade, a *philia*, a meio caminho entre o indivíduo e o cidadão. Inspirado por essas questões, o presente trabalho propõe uma leitura das *Memórias* do jornalista Paulo Duarte (1899-1984) publicadas em dez tomos entre 1974 e 1980, tomadas como fonte da história. Advogado, editor, tradutor, professor universitário, enólogo, ao transfigurar-se em memorialista Paulo Duarte narrou sua formação intelectual, as atividades políticas e culturais das décadas de 1920 e 1930, em especial os bastidores da criação do Departamento de Cultura de São Paulo, sua atuação na Assembléia Legislativa paulista, os dois períodos de exílio e a intransigente oposição ao governo Vargas. Esses escritos memorialísticos travam com as memórias produzidas por seus contemporâneos uma batalha simbólica pelo passado. Revisitar o debate e recolocar os seus termos contribui para lançar luz sobre atividades intelectuais e grupos da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Paulo Duarte (1899-1984), jornalismo, política e cultura, intelectuais, memória.

ABSTRACT

In times of a subjective turn in Human Sciences, Beatriz Sarlo states that ‘secondary’ voices and the way they are put, such as diaries and memoirs, demand new approaches and method. Considered for a long time as a less objective document by traditional historians, ‘first person-based’ narrative texts like memoirs, autobiography, diaries, letters, as many others, have attracted attention as a source of History. Paul Ricoeur, in *A memória, a história e o esquecimento*, suggests a new point of view to this material. According to him, it is a fact that all individual memory gets new shape in collective memoirs. Otherwise what is new about his reflection is a third concept called for him ‘*the next*’: a sort of filter between personal and collective memoirs. This ‘*next*’ would be the family, education, generation, social group, friends or the interpretation that together contribute to make this character a reproduction of friendship, the *philia*, half-path between the individual and the citizen. Based on this, the present work purposes a special lecture of *Memórias* from Brazilian journalist Paulo Duarte (1899-1984), published in ten volumes between 1974 and 1980, as a source of History. Being a lawyer, editor, translator, university teacher, enologist and turning into a writer of memoirs, Paulo Duarte recorded his intellectual path, cultural and political activities in the 1920s-1930s, specially the background of the Culture Department of São Paulo foundation, his participation in the legislative assembly of São Paulo and his two periods of exile due to the opposition to Getúlio Vargas intransigent rule. His writings dialogue with other contemporary personalities in a symbolic battle for the past, resulting in a vigorous source that put some light over the intellectual activities in São Paulo in the beginning decades of 20th century.

Keywords: Paulo Duarte (1899-1984), journalism, culture and politics, intellectuals, memoirs.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo 1 – A trincheira e a escrita.....	31
1.1 A palavra e a luta: forma-se o intelectual.....	32
1.2 O jornalista e sua inserção no mundo intelectual paulista.....	52
1.3 A escrita como resistência.....	66
Capítulo 2 – Trincheiras e memórias.....	76
2.1 Em busca da forma.....	77
2.2- Após o exílio: da ação à memória.....	95
2.3- Tempos de memórias.....	111
Capítulo 3 – Nas trincheiras da memória.....	130
3.1- Os espaços de sociabilidade nas <i>Memórias</i> de Paulo Duarte.....	131
3.2- Uma ação cultural rememorada: a criação do DC.....	151
3.3- “E vai começar uma nova era...”	167
Conclusões possíveis.....	179
Referências.....	183
Anexo 1 – Cronologia.....	191
Anexo 2 - Obras de Paulo Duarte.....	197

Introdução

Em meados de setembro de 1968, Pablo Neruda (1904-1973) esteve em São Paulo para o lançamento de uma antologia de seus poemas e deveria permanecer na cidade mais alguns dias para a inauguração de uma escultura de Flávio de Carvalho (1899-1973) em comemoração ao 32º aniversário da morte do poeta Federico García Lorca (1898-1936)¹, executado no início da Guerra Civil espanhola.²

Problemas na agenda do diplomata e poeta chileno impediram-no de cumprir o compromisso, mas por entenderem que sua participação naquele ato simbólico era fundamental, os organizadores do evento decidiram levá-lo à Praça das Guianas, local onde seria assentada a escultura. A visita ocorreu na madrugada do dia 25 de setembro, ocasião em que o futuro Prêmio Nobel de Literatura proferiu um breve discurso³, ouvido por um pequeno, mas seleto, grupo de intelectuais composto por Francisco (Paco) García Lorca (1902-1976), irmão do homenageado; o poeta espanhol Gabriel Celaya (1911-1991); o diplomata e poeta Vinicius de Moraes (1913-1980); Flávio de Carvalho; e Paulo Duarte (1899-1984), presidente da Comissão encarregada de realizar o monumento e um dos idealizadores da homenagem, juntamente com o Centro Democrático Espanhol e significativos nomes do cenário cultural paulista.⁴

¹ Em *Prisão, exílio, luta*, de 1946 Paulo Duarte fazia referência à morte de García Lorca, sinal de que já na década de 1940 o episódio de sua execução havia ultrapassado as fronteiras espanholas. DUARTE, P. *Prisão, exílio, luta*. Rio de Janeiro: Editora Zélio Valverde, 1946, p.48

² TOLEDO, J. *Flávio de Carvalho: o comedor de emoções*. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. 651.

³ “*Yo comienzo por proclamar y predicar que este es el primer monumento a su memoria. [...] El monumento de Flávio de Carvalho, bello misterioso y transparente es n acontecimiento en nuestras vidas. Esperamos, sin embargo, el mejor monumento a la gloria de Federico García Lorca: la liberación de España*”. NERUDA, P. *apud* TOLEDO, J. op. cit., p. 651-652.

⁴ Renata Pallotini, Cacilda Becker (1921-1969), Sandro Polloni (1921-1995), Maria Della Costa, José Geraldo Vieira (1897-1977), Maria Bonomi, Décio de Almeida Prado (1917-2000), Murilo Antunes Alves (1919-2010), Esmeraldo Tarquínio (1927-1982), Ignácio de Loyola Brandão, João Carlos Meireles, Lygia Fagundes Telles, Maria de Lourdes Teixeira. TOLEDO, J. op. cit., p. 649.

Próximo de completar setenta anos, Paulo Duarte continuava tecendo uma impressionante rede de sociabilidade intelectual, iniciada nos anos 20 do século XX, quando abandonou o sonho de estudar medicina e ingressou no jornalismo, menos por vocação do que pela necessidade de auxiliar sua família, à época em constantes dificuldades financeiras. Posteriormente, o jornalismo abriu-lhe as portas tanto para a elaboração de projetos culturais quanto para as lutas políticas que lhe valeram um mandato de Deputado Estadual pelo Partido Constitucionalista (1935-1938) e dois períodos de exílio (de novembro de 1932 a setembro de 1933 e de novembro de 1938 a outubro de 1945).

Paulo Duarte iniciou sua carreira, em 1919, no *Jornal do Comércio*, edição de São Paulo, onde permaneceu durante alguns meses até conseguir ser admitido no *O Estado de S. Paulo*, um dos mais importantes periódicos brasileiros do início do século passado. No *O Estado*, ganhou a confiança do respeitado jornalista Júlio de Mesquita (1862-1927), seu proprietário.⁵ Tornou-se repórter político e galgou postos na hierarquia do jornal até que, em 1929, com a anuência de seus patrões, foi trabalhar no *Diário Nacional*, órgão oficial do Partido Democrático (PD).

Pela própria natureza da função de repórter político, Paulo Duarte voltou-se às atividades políticas e participou, em diferentes circunstâncias, das revoluções de 1924, 1930 e 1932. Na década de 1930, logo após regressar do primeiro exílio, tornou-se assessor jurídico de Fábio Prado (1887-1963), em sua gestão na Prefeitura de São Paulo, entre setembro de 1934 e janeiro de 1938, ocasião em que integrou o grupo de idealizadores do Departamento de Cultura de São Paulo, uma das realizações de que mais se orgulhava e à qual dedicou especial atenção em suas *Memórias*. Em 1938, um ano após a instituição do Estado Novo foi novamente enviado ao exílio, onde permaneceu até outubro de 1945. Ao retornar ao país voltou a trabalhar no *O Estado*. Em 1950 desligou-se do jornal no mesmo período em que passou a editar e dirigir a revista cultural *Anhembi*, projeto que contribuiu para ampliar a rede intelectual que teceu de modo incessante.

Se fosse possível caracterizá-lo em uma palavra, talvez lhe assentasse bem o epíteto “Paulo Duarte, o humanista”, pois era um homem voltado às relações humanas. Não foi por acaso que o escritor gaúcho Érico Veríssimo (1905-1975), autor do prefácio de suas

⁵ Exemplo dessa fidelidade pode ser percebido já em 1927. Júlio de Mesquita apoiou a criação do Partido Democrático (PD), mas não permitiu que seu jornal se transformasse em porta-voz oficial da nova agremiação. Necessitando de um periódico que expressasse as idéias do partido, os democráticos lançaram significativamente a 14 de julho o *Diário Nacional*, que congregou em sua redação, jovens intelectuais entusiasmados com a quebra do mono-partidarismo em São Paulo. Entre eles estavam Sérgio Milliet, Mário de Andrade e Paulo Duarte que se transferiu para a redação do *Diário Nacional*, onde chegou a ser redator-chefe sob as bênçãos dos proprietários do *O Estado*.

Memórias, enxergou nele “uma figura cuja composição no plano novelesco exigiria a combinação dos talentos inventivos de Balzac, Conrad, Dumas, Kafka, Pirandello e sem dúvida, Cervantes...”⁶

Poucos intelectuais brasileiros tiveram uma vida tão atribulada politicamente e com inserções tão significativas no campo cultural quanto ele. Enquanto a saúde não o abandonou, manteve-se intelectualmente ativo e pronto a aceitar novos desafios, mesmo simbólicos, como o daquela madrugada de setembro de 1968⁷, em que as palavras de Neruda expressando o desejo da libertação da Espanha das forças fascistas, sintetizavam o sentimento dos que o escutavam, identificando-os na luta comum contra a opressão política em seus países.

A polêmica escultura de Flávio de Carvalho provocou a ira de setores conservadores da sociedade paulista e menos de um ano depois, na madrugada de 29 de julho de 1969 foi destruída pelo temido Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Indignado com aquele ato de barbárie, Paulo Duarte fez publicar um folheto em que, juntamente com outros intelectuais, manifestava seu repúdio contra mais um ato de violência contra a cultura, tão em voga naquele período final da década de 1960.⁸

Sua presença na homenagem a García Lorca talvez tenha causado estranhamento entre os que o identificavam com a ideologia liberal, em função de sua estreita ligação com o grupo de intelectuais que gravitavam em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*⁹, com o qual manteve laços afetivos, mesmo após desligar-se da redação.¹⁰ Conta seu amigo Hélio Bicudo que, muitos anos depois de ter se afastado oficialmente de *O Estado*, quando Paulo adoeceu e não pode mais trabalhar, ele decidiu informar um dos administradores do jornal sobre as precárias condições financeiras de Paulo Duarte e foi prontamente atendido. Segundo Hélio:

⁶ VERISSIMO, E. [Paulo Duarte] In DUARTE, P *Raízes profundas*. São Paulo: HUCITEC, 1975, p. V.

⁷ A inauguração oficial do monumento ocorreu em 01 de outubro de 1968, com discurso de Paulo Duarte. Na madrugada de 29 de julho de 1969 o monumento foi destruído pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC). O atentado foi repudiado pelos intelectuais da época. Paulo Duarte, presidente da Comissão de realização do monumento publicou um protesto. TOLEDO, J. op. cit., p. 652/3; MORAES, M. C. V., CAMPOS NETO, J. V. Monumento a Federico García Lorca: uma história parada no ar. *Anuario Brasileiro de Estudios Hispánicos*, 6 (1996), 225-234.

⁸ Idem, p. 232.

⁹ Sobre a formação de grupos intelectuais, afirma Jean-François Sirinelli que, “todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode subestimar”. SIRINELLI, J. F. Os intelectuais – In RÉMOND, R.(org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ FGV, 1996, p. 245.

¹⁰ Como destaca Wilson Martins (1921-2010), em resposta a questionário de Marli G. Hayashi, a família Mesquita foi uma das obsessões de Paulo Duarte. HAYASHI, M. G. *Paulo Duarte um Dom Quixote brasileiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2001, p. 7. As íntimas relações que manteve com os proprietários de *O Estado de S. Paulo* foram fundamentais tanto para a concretização de seus projetos intelectuais, cuja divulgação deu-se pela editora de *O Estado*, pela qual publicou seus primeiros livros e pelas páginas do jornal, quase sempre à sua disposição como nas campanhas em prol da preservação da memória arquitetônica paulista, em 1938 quando publicou *Contra o vandalismo e o extermínio*.

[...] Depois que Juanita faleceu, Paulo, sofrendo do mal de Parkinson, não tinha condições financeiras para se manter. Sem poder trabalhar e recebendo uma quantia irrisória por sua aposentadoria na USP, não estava suportando os encargos de uma vida digna. Levei o fato a José Homem de Montes, que atuava na administração do *Estado de S. Paulo*. Montes e Paulo haviam polemizado muito, trocando até mesmo insultos. Como Paulo havia sido redator chefe do Estadão, expliquei a Montes a situação: ele precisava de um enfermeiro, de uma empregada doméstica e de remédios. Montes não hesitou e concedeu a Paulo todos os meios, do quais ele, ignorando quem era seu benfeitor, desfrutou até sua morte. São atitudes como a de Montes que dignificam o ser humano, e faço questão de registrá-la. Logo depois, em 1984, Paulo morreu.¹¹

Mas, conforme lembra Cláudio Abramo, Paulo Duarte era um homem contraditório¹², “ferozmente antifascista, era igualmente fero adversário dos comunistas, aos quais, entretanto, reconhecia o direito de trabalhar e de fazer política”¹³, posição que o levou a colecionar desafetos tanto à direita e quanto à esquerda, num século caracterizado pelo constante alinhamento ideológico dos intelectuais.

A relação de amizade com o jurista Hélio Bicudo é exemplar para a compreensão dos princípios que regiam a conduta intelectual de Paulo Duarte, para quem o homem e a amizade que este lhe devotava eram mais importantes do que as opções políticas ou ideológicas que viessem a expressar.

Um de seus melhores amigos nos últimos anos de vida foi o jurista Hélio Bicudo, um homem que apesar de ter uma formação liberal, assim como Paulo Duarte, tinha concepções políticas mais à esquerda no espectro ideológico, tanto que em 1980, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Florestan Fernandes (1920-1995), ambos igualmente amigos de Paulo Duarte, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), fato que não o afastou da convivência com o casal Duarte. Cabe ressaltar que, embora se considerasse socialista, Paulo Duarte não era um homem ligado a partidos políticos e jamais se aproximou formalmente da esquerda brasileira.¹⁴

¹¹ BICUDO, H. *Minhas memórias*, São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 59 a 62.

¹² Para Marli Hayashi, “o posicionamento de Paulo Duarte perante o golpe de 1964 precisa ser analisado com cuidado” [...]. O jornalista dizia, em relação ao golpe, que ao mesmo tempo em que confiou um pouco, desconfiou muito. Isso porque havia os homens sérios, mas havia os desonestos. E alguns homens de bem com respeitável passado de lutas pela liberdade de pensamento e dignidade humana tornaram-se inquisidores com ódio e raivosidade contra intelectuais livres, estudantes e professores. Ele não negava participação na conspiração, quando teria atuado como representante do jornal *O Estado de S. Paulo* ao lado de Fausto Figueiredo de Melo”. HAYASHI, M. G. op. cit., 2001, p.136/7.

¹³ ABRAMO, C. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.73

¹⁴ “[...] cheguei a pensar em inscrever-me no Partido Comunista e não o fiz devido a cautelas que sempre tive em aderir a agrupamentos quaisquer sem amadurecer bem a idéia. O próprio Partido Democrático, apesar do entusiasmo de Alcir Porchat, teve negada a minha participação na sua fundação, porque não acreditava muito na

No plano religioso as diferenças se mantinham, pois Hélio Bicudo é um homem profundamente ligado ao catolicismo, enquanto Paulo Duarte fazia questão de se apresentar como agnóstico.¹⁵ Entretanto, estas concepções foram insuficientes para abalar a amizade construída ao longo de mais de trinta anos de convivência desde que Paulo o convidou para escrever artigos sobre Direito e Justiça para *Anhembi*. Segundo Hélio, Paulo Duarte foi um dos homens mais combativos com quem conviveu.¹⁶

Como era comum aos homens de sua geração, Paulo Duarte embrenhou-se em distintos campos das Ciências Humanas sem especializar-se em nenhum deles. Foi jornalista, advogado, tradutor¹⁷, editor, professor universitário e, em seus últimos anos de vida, reconhecido também como memorialista e enólogo.

Após idealizar vários projetos culturais, alguns malogrados, como o Instituto de Criminologia, ou bruscamente interrompidos, como o Departamento de Cultura, recolheu-se a seu apartamento e ancorado em seu arquivo, dedicou-se a seu último e mais coeso projeto, a escrita de suas *Memórias*, objeto e fonte principal deste estudo.

A coleção dos nove volumes de *Memórias*, publicados entre 1974 e 1979, acrescida, em 1980, da reedição de *O espírito das catedrais*, cujo lançamento original era de 1958 e que foi incorporado às *Memórias* como seu volume X, constitui um significativo corpus documental, com mais de três mil páginas que ao longo das últimas décadas têm servido de fonte a pesquisadores interessados em temas políticos e culturais, com particular destaque para a história do Departamento de Cultura de São Paulo. Contudo, as *Memórias*, no seu conjunto ainda não foram objeto de nenhum estudo específico.

O objetivo principal deste trabalho é propor uma leitura dessa narrativa como fonte da história. Por tratar-se de uma fonte com forte teor subjetivo, há historiadores que evitam utilizá-la e quando o fazem entendem ser necessário expressar uma dose adicional de cuidado, nem sempre explicitada em relação a outras fontes históricas. Cabe destacar que as narrativas memorialísticas de intelectuais abrem interessantes perspectivas para o trabalho do historiador

sinceridade dos homens ricos ou conservadores de mais que o fundaram, a começar pelo conselheiro Antônio Prado.” DUARTE, P. *Memórias...*vol. III, p. 60.

¹⁵ “Mas os incrédulos, os céticos e os agnósticos como eu são obrigados a concluir que o Vinho é Deus mesmo.” DUARTE, P. *Memórias...*vol. I, p. 39.

¹⁶ BICUDO, H. op cit., 2006, p. 60.

¹⁷ Paulo Duarte traduziu uma coletânea de versos do poeta italiano Cesare Pascarella (1858-1940) sob pseudônimo Trilussa. *Versos de Trilussa* teve sua primeira edição publicada pela editora d’*O Estado de S. Paulo*, em 1928. Em 1954 saiu a segunda edição pela Anhembi e a terceira edição em 1973, pela editora Marcus Pereira. Segundo Antonio Candido, “Trilussa era um poeta do passado na tradição satírica, métrica e lingüística [...] também foi central na ideologia modernista: o sarcasmo demolidor que limpa o caminho”. CANDIDO, A. [...]. CANDIDO, A. [Prefácio] In DUARTE, P. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: HUCITEC; SCCT- SP, 1985, p.XVI.

ao lançar luz sobre a tênue fronteira entre o público e o privado, uma vez que trazem à tona redes de sociabilidades subterrâneas que documentos oficiais nem sempre conseguem alcançar.

O projeto original de Paulo Duarte consistia em escrever XV tomos, dos quais, no entanto, apenas IX foram concluídos e publicados. Esses volumes possuem uma estrutura uniforme com quatro capítulos, exceto o volume VIII que possui apenas três. Da mesma forma, os três capítulos iniciais constituem um bloco único e o último capítulo de cada volume narra acontecimentos de um tempo anterior, exceto o volume I em que o primeiro capítulo, “Razões de defesa por ter vivido...,” é uma espécie de prólogo a todo o projeto.

Ao longo de sua epopéia narrativa, Paulo Duarte trata de uma impressionante galeria de personagens que congrega, além de familiares, destacados intelectuais e políticos brasileiros até pessoas comuns que, em alguma medida, tiveram significado em sua vida. O marco cronológico da narrativa cobre significativo período de sua vida. No entanto, há a predominância do tempo que se inicia em sua infância e segue até 1923, incluindo um momento pretérito, comum ao gênero memorialístico, em que trata de seus ancestrais. Os chamados escritos revolucionários, compostos pela trilogia *Agora nós!*, *Que é que há?* e *Palmares pelo avesso* cobrem parte do hiato de sua narrativa memorialística (1923-1932), que recomeça a partir de 1932 e segue até 1940.

O primeiro volume intitulado *Raízes profundas* foi publicado em 1974. No ano seguinte publicou *A inteligência da fome*. A boa receptividade dos dois primeiros tomos junto à crítica e à intelectualidade animou-o a dar continuidade à empreitada. O terceiro e o quarto volumes, *Selva oscura* e *Os mortos de Seabrook*, foram publicados em 1976. No ano seguinte saíram o quinto e o sexto volumes, *Apagada e vil mediocridade* e *Ofício das trevas*. O sétimo, *Miséria universal, miséria nacional e minha própria miséria* e o oitavo, *Vou-me embora pra Pasárgada...*, vieram à luz em 1978. O último volume, o nono da coleção, *E vai começar uma nova era*, apareceu em 1979, pouco antes de Paulo Duarte adoecer. Em 1980, foi reeditado *O espírito das catedrais*, originalmente publicado em 1958 e integrado à coleção memorialística do intelectual como seu décimo volume.

As *Memórias* de Paulo Duarte narram uma trajetória política e cultural bastante peculiar. No campo político, apresenta um perfil progressista, pois ele esteve entre os jovens que apoiaram, em 1926, a criação do Partido Democrático (PD), partido de feição liberal que tinha como uma de suas principais bandeiras de luta a moralização dos costumes políticos subvertidos pelos quase quarenta anos de hegemonia do Partido Republicano Paulista (PRP) no Estado.

Sob o ponto de vista cultural, Paulo Duarte foi um jovem conservador que teve como seu principal mentor, na década de 1920, o jornalista e poeta Amadeu Amaral (1875-1929), excluído do cânone literário e considerado um epígono neoparnasiano¹⁸. Embora o tivesse alertado para a importância do movimento que se vislumbrava no horizonte cultural brasileiro, Amaral não se identificava com a estética literária preconizada ao tempo da Semana de Arte Moderna de 1922. Paulo Duarte também não participou e tampouco foi simpático ao movimento. A leitura de suas *Memórias* evidencia admiração pelos poetas parnasianos, sobretudo Olavo Bilac (1865-1918) e Alberto de Oliveira (1857-1937), com quem chegou a se encontrar em São Paulo, em 1926 e pela literatura portuguesa desde Camões até os nomes mais consagrados do realismo. Pelas leituras que fazia não surpreende que fosse, assim como seu mestre Amadeu Amaral, um defensor do uso tradicional da língua portuguesa.

Seu percurso político e cultural contrasta com o de alguns celebrados modernistas, como Menotti Del Picchia (1892-1988) e Cassiano Ricardo (1895-1974), intelectuais literariamente abertos à revolução estética, mas politicamente conservadores. Derrotados em 1930, esses homens trilharam um caminho contrário ao de Paulo Duarte. Se em 1930 eram os perdedores enquanto Paulo Duarte apoiou a Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, no decorrer da década de 1930, enquanto Paulo passava a criticar o novo governo, eles aderiram a Vargas e reconstruíram sua vida pública à sombra do novo regime, sobretudo após o Estado Novo. Convém não esquecer que ambos trabalharam para que Getúlio Vargas fosse eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1941.¹⁹

A postura literária conservadora de Paulo Duarte, não foi obstáculo, ao tempo da fundação do PD, para que se aproximasse de modernistas, como Mário de Andrade (1893-1945), Sérgio Milliet (1898-1966), Rubens Borba de Moraes (1899-1986) Alcântara Machado (1901-1935). Tais laços de amizade alertam contra o estabelecimento de correspondências diretas e simplistas entre cultura e política e convidam a explorar as relações humanas, frutos de afetos e desafetos que resistem às racionalizações das narrativas históricas.

O elo entre Paulo e os modernistas foi Carlos de Moraes Andrade (1889-1971)²⁰, irmão de Mário, um personagem praticamente esquecido pela história, ao lado de quem Paulo esteve

¹⁸ BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1979, p. 247.

¹⁹ Getúlio Vargas foi eleito em 07 de agosto de 1941 para a cadeira número 37 na vaga de Alcântara Machado (1875-1941). Tomou posse em 29 de dezembro de 1943 sendo recebido pelo ministro Ataúlfo de Paiva (1867-1955). <http://www2.academia.org.br/> Acessado em 21/08/2010.

²⁰ Carlos de Moraes Andrade nasceu na Capital Paulista em 9 de novembro de 1889. Foi professor de Filosofia do Ginásio Oswaldo Cruz, do Curso Superior da Escola de Comércio Álvares Penteado e da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia. Em 1930, com a vitória da Revolução da Aliança Liberal, foi delegado da Ordem Política de São Paulo. Membro da Assembléia Constituinte de 1934, foi eleito deputado federal por São Paulo de 1935 a 1937. Foi em 1945, um dos fundadores da União Democrática Nacional, Seção de São Paulo, e da Associação

preso nos tempos da militância democrática. O fato de Paulo Duarte afirmar não se lembrar de quando conheceu Mário de Andrade leva a crer que a amizade começou de viés, ou seja, através dos vínculos do jornalista com o irmão do escritor, consolidando-se provavelmente na redação do *Diário Nacional*, onde Paulo trabalhou como redator e os modernistas passaram a escrever quando o periódico dos democráticos passou a ocupar lugar de destaque na imprensa paulista como um novo e destacado veículo de comunicação. Juntos, Paulo Duarte e os modernistas viveram a crise política do final da década de 1920 e sonharam novos tempos em meio à agonia da República Velha e, segundo Antônio Cândido, eles formaram,

dentro ou na periferia do Partido Democrático, uma espécie de esquerda moderada, que se manifestou sobretudo como arrojada vanguarda cultural. Enquanto no campo político seguiam apenas mais ou menos, ou de todo não seguiam as normas do Partido Democrático e suas encarnações posteriores, no campo cultural manifestavam atitude mais avançadas, que depois, quando a gente do partido chegou ao poder sob outros rótulos, resultariam na política de democratização (...).²¹

Em *O espírito das catedrais*, Paulo Duarte confessou não ter “a mania de fazer, mas a de saber, conhecer tudo, sem, entretanto, especializar-se em coisa alguma”. Via-se como “um cigano espiritual [que] gostava de viajar por todos os continentes do saber, sem sedentarizar-se num só ponto. Nômade intelectual, acabou jornalista...”²² A leitura de suas *Memórias*, no entanto, parecem contradizê-lo, pois, ao contrário do que afirmava, sua narrativa atesta que o jornalismo abriu-lhe as portas para que pudesse “viajar por todos os continentes do saber” e o inseriu na vida intelectual paulista e brasileira.

Além da produção de textos escritos especificamente para o jornal, publicou mais de trinta obras²³, entre livros e opúsculos que podem ser arbitrariamente catalogadas em quatro vertentes distintas: textos referentes às campanhas nas quais esteve envolvido, publicadas no calor dos acontecimentos; crônicas sobre sua participação nos conflitos armados de 1924, 1930 e 1932, os quais, apesar das diferenças narrativas, formam uma trilogia das revoluções que permitem estudar sua atuação nesses conflitos; um terceiro grupo formado pelos esboços biográficos sobre intelectuais que tiveram relevância em sua vida, todos com referências à sua própria vida pública, e o conjunto dos dez volumes que constituem suas *Memórias*.

dos Cavaleiros de São Paulo. Faleceu em São Paulo em 9 de janeiro de 1971. <http://www.dicionarioderuas.com.br/LOGRA.PHP?TxtNome=RUA%20DOUTOR%20CARLOS%20DE%20MORAIS%20ANDRADE&dist=87&txtusuario=&%20TxtQuery=1> Acessado em 20/08/2010.

²¹ CANDIDO, A. op. cit, 1985, p. XVI.

²² DUARTE, P.. *Memórias...* vol X, p. 55.

²³ Segundo Sirinelli as “estruturas de sociabilidade difíceis de apreender” passam necessariamente pela pesquisa e pela “exegese de textos, e particularmente textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham papel decisivo; e sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos com finalidade prosopográficas. SIRINELLI, J. F. op. cit., p. 245.

Porém, antes de entrar no conteúdo dessa vasta produção, em especial nas obras que podem ser incluídas no chamado gênero memorialístico, sem dúvida de difícil classificação e sobre o qual há certa divergência entre os especialistas que se dedicam ao tema, é necessário fazer uma breve incursão a tais considerações teóricas, tanto no âmbito das Letras, quanto no âmbito da própria História.

Para Jean-Philippe Miraux²⁴, por exemplo, as memórias fariam parte de um gênero mais abrangente que Georges Gusdorf denomina as escritas do eu, composto também pela autobiografia, reminiscências, anti-memórias e diários íntimos. Segundo Miraux,

[...] em sua forma estrita, [as memórias] devem ser escritas por alguém que desempenhou um papel importante na História, alguém que foi testemunha de acontecimentos históricos notáveis, que freqüentou e observou aos grandes deste mundo, aqueles que em maior ou menor medida influenciaram na vida de uma nação, nas decisões de um Estado, no espírito de um povo. Nas memórias, salvo célebres exceções a escrita não se centra na história pessoal do escritor, e o narrador apresenta-se mais como um relator, como um cronista e não como personagem central²⁵.

A definição de Miraux, no entanto, coloca questões, sobretudo para o campo da História. Como definir um “papel importante na História”? E se, nas memórias, a escrita centra-se na História pessoal do escritor? Nesse caso a narrativa que Paulo Duarte intitulou “memórias” não seria digna de tal nomenclatura?

Os estudiosos da Literatura não apresentam uma distinção clara entre memória e autobiografia. Para Gusdorf, por exemplo, mais importante do que definir um gênero narrativo é tentar elucidar a significação e a intenção de uma obra e não rotulá-la arbitrariamente para inseri-la numa determinada convenção.²⁶

Entretanto, outros críticos, como Luiz Costa Lima, independente da classificação que se dê ao gênero memorialístico, entendem que tais textos não serviriam como documento histórico por sua alta dose de teor subjetivo:

A autobiografia não pode ser tomada como documento histórico, pois é o testemunho do modo como alguém se via a si mesmo, de como formulava a crença de que era o outro que atendia pelo nome do eu, um outro sem dúvida aparentado ao eu que agora escreve, com reações semelhantes e uma história idêntica, mas sempre uma outra, a viver sob a ilusão da unidade.²⁷

²⁴ MIRAUX, J. P. *La autobiografía* – Las escritas del yo. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005, p.17

²⁵ Idem. Tradução nossa.

²⁶ GUSDORF, G. *Apud* HERVOT, B. & SAVIETTO, M. do C. A escrita autobiográfica In CARLOS A. M & ESTEVES, A. R.[Orgs.] *Narrativas do eu* – a memória através da escrita. Assis: FCL/UNESP Publicações; Bauru: Canal6, 2009, p. 17.

²⁷ LIMA, L. C. Sociedade e discurso ficcional. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984. *Apud* HERVOT, B. & SAVIETTO, M. do C. A escrita autobiográfica In CARLOS A. M & ESTEVES, A. R.[Orgs.] *Narrativas do eu* – a memória através da escrita. Assis: FCL/UNESP Publicações; Bauru: Canal6, 2009, p. 34.

Em tempos de guinada subjetiva no campo das Ciências Humanas, conforme expressão de Beatriz Sarlo, caracterizada pelo retorno do interesse pelos percursos individuais²⁸, obstáculos como os colocados por Costa Lima parecem inócuos e os historiadores não têm como ignorar a grande quantidade de publicações que podem ser identificadas como escritas do eu. Esta mudança de paradigma parece ter ocorrido tanto pelo vigor apresentado pela historiografia do presente, que tem entre suas principais fontes a captação de depoimentos orais, quanto pelo fortalecimento da História do Cotidiano, que contribuiu igualmente para que a memória individual ganhasse relevo como fecunda fonte da História. Sarlo lembra que:

[...] as “histórias da vida cotidiana”, produzidas, em geral, de modo coletivo e monográfico no espaço acadêmico, às vezes tem um público que está além desse âmbito, justamente pelo interesse “romanesco” de seus objetos. O passado volta como quadro de costumes em que se valorizam os detalhes, as originalidades, a exceção à regra, as curiosidades que já não se encontram no presente. [...] Esses sujeitos marginais, que teriam sido relativamente ignorados em outros modos de narração do passado, demandam novas exigências de método e tendem à escuta sistemática dos “discursos de memória”: diários, cartas, conselhos, orações.²⁹

Estudada pela Filosofia, Sociologia, Antropologia e Psicologia há quase um século, foi somente com o advento da chamada Nova História que os estudos sobre a memória entraram na oficina do historiador. Nas palavras de Beatriz Sarlo, as relações entre História e memória são de desconfiança, “porque nem sempre a história consegue acreditar na memória e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade).”³⁰

Parece não haver dúvidas, entretanto, de que a historiografia, ao apropriar-se da memória como mais uma de suas fontes, a apreendeu primordialmente em sua dimensão social, portanto, coletiva. Como ressalta André Burguière, no período em que este processo começou a se configurar, “a atenção prioritária dos historiadores a partir dos *Annales* [passou a ser] concedida aos grupos e não mais aos indivíduos, às estruturas sócio-econômicas e não

²⁸ Segundo Sarlo: “Há décadas o olhar de muitos historiadores e cientistas sociais inspirados no etnográfico deslocou-se para a bruxaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o campesinato, as estratégias de cotidiano, buscando o detalhe excepcional, o vestígio daquilo que se opõe à normalização e as subjetividades que se distinguem por uma anomalia (o louco, o criminoso, a iludida, a possessa, a bruxa) porque representam uma refutação às imposições do poder material ou simbólico. Mas também se acentuou o interesse pelos sujeitos “normais”, quando se reconheceu que eles não só seguiam itinerários sociais traçados, como protagonizavam negociações, transgressões e variantes”. SARLO, B. *Tempo passado* – cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.15-16.

²⁹ SARLO, B. op. cit., 2007, p. 17.

³⁰ Idem, p.9.

mais aos acontecimentos [fato que] teve a vantagem de reconciliar os historiadores com as exigências científicas que as ciências sociais fizeram avançar.³¹

Após a longa era das utopias coletivas, representada pela crítica literária estruturalista e pela leitura marxista da História, assiste-se ao crescente interesse pelo indivíduo, expresso no *boom* editorial de biografias e “discursos de memória”. Mas, por tratar-se de fonte até pouco tempo não mobilizada, parece haver uma vulnerabilidade teórica, um descompasso entre a prática e a teoria. Os manuais historiográficos não fazem referência à memória individual como conceito nem como fonte da História, ainda que não seja difícil perceber o uso dessa fonte em determinados campos da historiografia.³²

O *Dicionário das Ciências Sociais*, de André Burguière, por exemplo, inclui o verbete “Memória coletiva”, mas não faz alusão à “Memória individual”. Em *História e Memória*, Jacques Le Goff, ao tratar das relações entre história e memória coletiva, esclarece que o conceito de memória é crucial, pois entende que “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder”³³. Entretanto, seu texto, apenas incidentalmente, faz referências à memória individual. E quando Pierre Nora fala em lugares de memória ou quando, na expressão de Arno Mayer, vive-se “um frenesi de memória”³⁴, é na questão da memória coletiva que esses historiadores centram sua atenção e não na memória individual.

Esta situação tem suscitado interessantes discussões sobre a questão. Um exemplo significativo pode ser encontrado em textos como o de Jacy Alves de Seixas, cujo propósito é discutir a questão da memória no âmbito dos estudos históricos. Para a historiadora, trata-se de um

[...] fenômeno novo e salutar que está na raiz de importantes movimentos identitários (sociais e/ou políticos) e de afirmação de novas subjetividades, de novas cidadanias [...] Responsável, por um debate que teve como desdobramento o aparecimento de novas noções como as de “memórias subterrâneas”, “lembranças dissidentes”, “lembranças proibidas”, “memórias enquadradas”, “memórias silenciadas, mas não esquecidas” e outras que buscam dar conta da complexidade do fenômeno contemporâneo da memória [...]³⁵

³¹ BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário de ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 52.

³² Exemplo dessa afirmação é *O mestre dos livros: Rubens Borba de Moraes*, em que a autora trabalhou fundamentalmente com o texto memorialístico inédito de Rubens Borba de Moraes. Cf. BANDEIRA, S. P. *O mestre dos livros: Rubens Borba de Moraes*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007.

³³ LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003 p.422

³⁴ MAYER apud SEIXAS, J. A. de. Percursos de memória em terras de história: problemas atuais In BRESCIANI, S & NAXARA, M. *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p.43

³⁵ SEIXAS, J. A. Percursos de memória em terras de história: problemas atuais In BRESCIANI, S & NAXARA, M. *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 43.

Segundo Alves de Seixas, as dificuldades atuais na relação história-memória residiriam no fato de que a oposição que se construiu entre elas ocorreu sem rupturas com a tradição aristotélica que apreendeu a memória em sua função cognitiva, ou seja, apenas como *conhecimento do passado*, em detrimento da memória-ação e da memória-afetiva que comporiam a tri-funcionalidade da memória³⁶. Tal concepção parcial do conceito é que teria tornado problemática sua historicização, pois neste “movimento inexorável e sem volta [em que] toda memória hoje em dia é uma memória exilada, que busca refúgio na história, restando-lhe, assim, *os lugares de memória* (de uma memória que vive sob ‘o olhar de uma história reconstituída’) como seu grande testemunho”³⁷, a História teria deixado de lado a memória-ação e a memória-afetiva.³⁸

No âmbito da Literatura, Marcel Proust (1871-1922), autor de *Em busca do tempo perdido*, um dos mais festejados clássicos da literatura mundial, mostrou-se mestre em trabalhar com os fios da memória involuntária, percebendo por outro ângulo a questão da memória. Para Proust, a memória voluntária, a outra face da mesma moeda, seria, “[...], sobretudo, uma memória da inteligência e dos olhos [que] nos dá do passado apenas faces sem verdade”³⁹.

Seguindo o pensamento de Proust, Jacy Alves de Seixas explica que essa memória voluntária é uma memória uniforme e em grande medida enganadora, pois opera com imagens que, apesar de representarem a vida, não “guardam nada dela”. Assim, ao apreender a memória como fonte, a historiografia a teria apreendido como memória voluntária, excluindo de seu campo a memória involuntária, esta sim carregada de afetividade. Isto teria ocorrido porque a própria historiografia, no decorrer do século XIX, ao procurar constituir-se como ciência, o fez importando o modelo das Ciências Naturais, estratégia que demandava fontes objetivas que a auxiliassem na produção de uma narrativa de cunho realista, pretensamente isenta de subjetividade, na intenção de evitar ou ao menos afastá-la do que P. Tétart chama de as indeterminações da história.⁴⁰ Cabe indagar se seria possível,

³⁶ Idem, p. 39.

³⁷ Idem, p. 41.

³⁸ Jacques Le Goff lembra que Mnemosyne, a titânide, que personifica a memória é mãe das musas, entre as quais Clio, a musa da história. Em seu verbete “Memória”, da *Enciclopédia Einaudi* propõe uma relação dialética e generativa entre memória e história: “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta”. LE GOFF, J apud NEVES, M. de S. Nos compassos do tempo. A história e a cultura da memória in SOIHET, R.[et. al.] *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 26.

³⁹ PROUST apud SEIXAS, J. A. op. cit., 2004, p. 46.

⁴⁰ Questões para a história do presente. CHAUVEAU, A & TÉTARD, P [Orgs.] Bauru: EDUSC, 1999, p. 100.

efetivamente, separar a memória voluntária da involuntária no instante de materializá-la em texto, uma vez que o produto final é a narrativa e esta só se configurará como construção.

Para os historiadores que utilizam a memória como fonte da história, uma nova perspectiva teórica abriu-se com *A memória, a história e o esquecimento*, de Paul Ricoeur,⁴¹ obra na qual o pensador francês propõe um novo olhar, positivo, sobre o problema das relações entre a memória e História. Segundo Ricoeur:

[...] apesar das armadilhas que o imaginário arma para a memória, pode-se afirmar que uma busca específica da verdade está implícita no olhar sobre a coisa passada [...] Essa busca da verdade especifica a memória como grandeza cognitiva. Mais precisamente, é no momento do reconhecimento, no qual se conclui o esforço da lembrança, que essa busca da verdade se declara. Sentimos e sabemos então que algo se passou, que algo aconteceu, que nos implicou como agentes, como pacientes como testemunhas.⁴²

Em sua defesa em favor da memória, o pensador francês lembra que apesar das críticas endereçadas à memória pelo alto teor de subjetividade, ela é o único caminho possível entre o presente e o passado e, se a memória é acusada de ser pouco confiável, isso ocorre por que

[...] ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar. [...] Para falar sem rodeio, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou *antes* que declarássemos nos lembrar dela.⁴³

Ricoeur também tece considerações sobre o conceito de memória coletiva, elaborado por Maurice Halbwachs (1877-1945), e que foi retomado por historiadores de distintos matizes. O pensador francês indaga-se se não haveria “um plano intermediário de referência no qual se operam concretamente as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades às quais pertencemos”.⁴⁴ A resposta evidencia a novidade de seu pensamento: esse plano seria o da relação com os próximos, a quem temos o direito de atribuir uma memória de um tipo distinto. Os próximos são as pessoas que contam para nós e para as quais significamos, são pessoas situadas numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros.⁴⁵ E completa:

Variação de distância, mas também variação nas modalidades ativas e passivas dos jogos de distanciamento e de aproximação que fazem da proximidade uma relação dinâmica constantemente em movimento: tornar-se próximo, sentir-se próximo. Assim, a proximidade seria a réplica da amizade, dessa *philia* celebrada pelos Antigos, a meio caminho entre o

⁴¹ RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

⁴² RICOEUR apud LORIGA, *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. CASTRO GOMES, A & SCHMIDT B. B [Orgs]. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009, p. 19

⁴³ RICOEUR, op. cit., p. 40

⁴⁴ Idem, p. 141

⁴⁵ Ibidem.

indivíduo solitário e o cidadão definido pela sua contribuição à politéia, à vida e à ação das *polis*.⁴⁶

Ricoeur levanta ainda outra questão. Ele se indaga em qual trajeto de atribuição da memória se situam esses próximos? Para ele, a ligação com os próximos “corta transversal e eletivamente tanto as relações de filiação e de conjugabilidade quanto as relações sociais dispersas, segundo as formas múltiplas de pertencimento ou as ordens respectivas de grandezas.”⁴⁷ Nesse sentido, é possível pensar que os textos memorialísticos criam novas zonas de comunicabilidade entre grupos aparentemente desconexos ou ainda estabelecem zonas de interdependência entre o público e o privado.

Ao pensar positivamente a memória individual, Paul Ricoeur está indiretamente propondo um novo olhar para o papel do memorialista. Ele não o percebe como um simples auxiliar do historiador, mas como um elo na cadeia entre o historiador fincado no presente e o passado que este busca reconstituir através de suas pesquisas.

Parece evidente que o historiador possa e deva desconfiar da imparcialidade das narrativas memorialísticas, afinal todo memorialista confessa que vai contar uma verdade, verdade esta que materializa uma visão particular dos fatos, mas o historiador sabe que tal verdade é parcial e seu trabalho residiria em confrontá-la com os fatos que se cristalizam pela produção de outros documentos e pela própria memória dos demais personagens que participaram e narraram a sua verdade dos mesmos fatos.

Ainda no âmbito escritural, Philippe Lejeune destaca que o fato de a identidade individual, na escrita como na vida, passar pela narrativa não significa de modo algum que ela seja uma ficção. Ao se colocar por escrito, o indivíduo apenas prolonga aquele trabalho de criação de “identidade coletiva” em que consiste qualquer vida. É claro que, ao tentar ver-se melhor, continua se criando, passando a limpo os rascunhos de sua identidade e nesse movimento vai provisoriamente estilizá-los ou simplificá-los. Mas esse indivíduo não brinca de se inventar. Ao seguir as vias da narrativa, ao contrário, ele é fiel à sua verdade: todos os homens que andam na rua são homens-narrativas; é por isso que conseguem parar em pé. Se a identidade é um discurso imaginário, a autobiografia que corresponde a esse imaginário está do lado da verdade. Não há nenhuma relação com o jogo deliberado da ficção.⁴⁸

Embora no prólogo de seu projeto denominado “Razões de defesa por ter vivido...”, Paulo Duarte deixe transparecer certa dose de mágoa em relação ao resultado de seus projetos,

⁴⁶ Id. Ib..

⁴⁷ Id. Ib..

⁴⁸ LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 104.

não se pode negar que ele tenha sido generoso ao narrá-los. Ao fazê-lo, não omitiu deliberadamente os insucessos e as frustrações ao longo de sua atribulada vida e, talvez, sua maior contribuição resida justamente no fato de ter revelado, conscientemente ou não, ainda que com certa aura romântica, esses tropeços, além de apresentar uma fantástica galeria de personagens inseridos numa rede de sociabilidade tecida com os fios da fraternidade.

A partir das palavras de Lejeune, pode-se afirmar que a narrativa memorialística de Paulo Duarte ganha relevo porque, num primeiro momento, o autor não tinha muito claro o projeto discursivo que pretendia desenvolver para construir a memória de sua vida articulada ao momento histórico que lhe tocou viver o que se comprova pelo fato de que em suas primeiras obras apresentou certa hesitação quanto à forma discursiva, não assumida como explicitamente memorialística, uma vez que misturou formas ficcionais, como o romance, o relato de viagem e a crônica jornalística.

Nesse sentido é possível afirmar que sua escrita se constrói numa zona porosa frente aos gêneros discursivos tradicionais. Apenas décadas mais tarde, quando parece ter perdido a fantasia de se tornar um escritor, é que ele entregou-se à consolidação de um discurso memorialístico.

A leitura de sua narrativa leva o leitor a percebê-lo no papel articulador cultural, decisão que aparentemente não foi consciente, mas que surge no transcorrer da leitura quando Paulo Duarte apresenta-se como elo entre homens públicos de reconhecido valor e de distintas áreas, como articulador entre pessoas de extratos sociais diferentes, aos quais devota a mesma atenção dispensada aos personagens consagrados pela historiografia. É essa rede de sociabilidade tecida em sua narrativa que torna os escritos de Paulo Duarte mais humanos, conforme suas próprias palavras atestam

Natural que numa vida mais ou menos longa, tenha cometido injustiças, condição humana que não excetua ninguém. Mas todas as vezes em que me veio consciência disso procurei repará-las, pois a soberbia, ou o chamado respeito humano não me intimidam, nem está na ementa das numerosas fraquezas que o destino me preparou com o cuidado de grande cozinheiro. O falso orgulho da retratação jamais me deixou humilhado. Fui violento, muitas vezes implacável. Cheguei ao ponto de cometer a crueldade de, conscientemente, quase destruir dois sub-homens. Hoje não o faria depois de fanatizado pelo dogma da preservação da dignidade humana que, até num parricida, precisa de ser respeitado. Ninguém tem o direito de torturar ou executar o pior criminoso [...].⁴⁹

Mas, se ele construiu relações tão impressionantes, pelo menos quantitativamente, por que seu nome não tem o mesmo *status* que o de outros intelectuais, cuja produção foi menos

⁴⁹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p. 6.

significativa? Por que, conforme atestou Cláudio Abramo, quando Paulo faleceu, noventa por cento de seus colegas jornalistas não sabiam quem ele havia sido, sobretudo em seus últimos anos de vida, apesar da edição de *Anhembi*, por doze anos, e de ter criado o Instituto de Pré-História?⁵⁰

E seu nome só não foi completamente esquecido porque, ironicamente, em 1971, em meio às comemorações do cinquentenário da Semana de Arte Moderna, Paulo Duarte decidiu publicar *Mário de Andrade por ele mesmo*, livro que obteve um razoável sucesso editorial, tanto que mereceu mais duas edições, em 1977, e 1985. Com esta publicação, ele conseguiu inserir seu nome no índice do processo de construção da História do Modernismo e em especial da memória de seu amigo Mário de Andrade (1893-1945), isso num momento em que reclamava amargar um relativo ostracismo, sobretudo após o fechamento de *Anhembi*, em 1962.

Segundo o historiador Francisco Iglesias (1923-1999), haveria uma lei informal da sociologia literária, que sem dúvida poderia ser extensiva aos estudos históricos, segundo a qual os autores, e aqui, poder-se-ia acrescentar os intelectuais em geral, desaparecem da memória nos vinte anos imediatos à sua morte, pois a geração que testemunha seu fim logo o esquece para voltar à lembrança da geração seguinte.⁵¹ Ainda que se trate de uma ironia, o fato é que o caso de Paulo Duarte não foi exceção à regra. Morto em 23 de março de 1984, seu legado permaneceu esquecido por mais de quinze anos.

Em 2001, passados dezesseis anos de sua morte, tornou-se objeto de estudos acadêmicos. O pioneirismo coube a Marli G. Hayashi com a tese *Paulo Duarte, um Dom Quixote brasileiro*. A autora centralizou seu estudo nas lutas políticas e culturais de Paulo Duarte nas décadas de 1950 e 1960, em especial na querela com o ex-governador Ademar de Barros (1901-1969), acusado por Paulo Duarte de malversação de dinheiro público. A série de artigos publicados contra Ademar de Barros pode ser considerada como ponto de inflexão em sua carreira jornalística, pela repercussão junto à opinião pública, que passou a identificá-lo como um jornalista engajado na luta contra a corrupção.⁵² Esse importante estudo também trata do delicado momento do fechamento da revista *Anhembi*, da criação do Instituto de Pré-História (IPH) e da luta de Paulo Duarte para que o IPH fosse encampado pela USP. O

⁵⁰ ABRAMO, C. op. cit., 1988, p 73.

⁵¹ IGLESIAS, F. *História & Literatura* – Ensaios para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Cedeplar/ Face/UFGM, 2009, p. 303.

⁵² Série de 17 artigos publicados n’*O Estado de S. Paulo* entre 22 de junho e 17 de julho de 1954, nos quais Paulo Duarte questionava a origem da fortuna do ex-governador e o acusava de ter enriquecido à custa de caixinhas cobradas desde a época em que fora interventor. HAYASHI, M. G. op. cit., p. 34.

período escolhido por Hayashi não chegou a ser abordado pelo memorialista, que faleceu a meio caminho de completar seu projeto.

Em 2007, Aureli Alves de Alcântara escreveu *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – a Pré-História*, obra na qual investiga o desenvolvimento da Arqueologia, em São Paulo, a partir da trajetória de Paulo Duarte. Sua análise aponta a importância institucional para o adequado procedimento de pesquisa, salvaguarda e comunicação arqueológica, mediante o histórico das instituições com as quais Paulo Duarte esteve envolvido, como o Departamento de Cultura, a Comissão de Pré-História, o Instituto de Pré-História e Etnologia, o Instituto de Pré-História da USP, o Museu do Homem Americano e o Museu Paulista.⁵³

Um terceiro estudo foi concluído em 2009. Trata-se de *Anhembi: adiante e ao revés. Paulo Duarte e a cristalização das forças do Modernismo*, de George Luiz França. De acordo com o autor, seu estudo se preocupa menos com a recuperação monumental da revista como patrimônio histórico do modernismo do que com a problematização da formação de um cânone e da cristalização das forças do movimento modernista operada após a morte de Mário de Andrade por uma vertente que se reivindica sua herdeira.⁵⁴

Ainda em 2009, Sherloma Starlet Fonseca escreveu *Memórias de um constitucionalista – Paulo Duarte e a guerra civil de 1932*⁵⁵, no qual estuda o registro da memória constitucionalista a partir do cotejo da crônica de guerra *Palmares pelo avesso* (1947), de Paulo Duarte, com as narrativas de Euclides de Figueiredo (1883-1963) e do repórter Armando Brussolo (1908-1947). O estudo tem como propósito entender como se deu a configuração da memória da Revolução Constitucionalista, em São Paulo, e conclui que essa memória “conseguiu ocupar os locais de memória, sendo registrada após o fim do Estado Novo também na convenção de celebrações cívicas, de monumentos, do feriado estadual e dando nome a ruas. Um caso atípico na história em que as celebrações cívicas sacralizam discurso dos vencidos”.⁵⁶

Os estudos citados refletem a versatilidade intelectual de Paulo Duarte. Cada um deles procurou desvendar uma de suas diferentes facetas. Em comum, revelam o caráter

⁵³ ALCANTARA, A. A. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2007.

⁵⁴ FRANÇA, G. L. *Anhembi: adiante e ao revés: Paulo Duarte e a cristalização das forças do Modernismo*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, Centro de Comunicação e Expressão/Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

⁵⁵ FONSECA, S. S. *Memórias de um constitucionalista*. Goiânia: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, 2009.

⁵⁶ Idem.

fragmentário de suas ações, fruto das paixões que o vitimaram no decorrer de uma vida repleta de significativos fatos sociais, culturais e políticos.

Este trabalho, por sua vez, pretende colaborar no processo de desvendamento e discussão das atividades intelectuais de Paulo Duarte, desta vez enfocando-o como memorialista e utilizando como fonte principal suas *Memórias*, seu último e mais orgânico projeto de vida.

Não resta dúvida de que os processos de construção de memórias de intelectuais também são frutos de uma instigante batalha travada no seio das instituições políticas e culturais e estão sujeitos, assim como quaisquer outras construções históricas, às vicissitudes do momento em que são elaboradas.

Nesse sentido, falar de Paulo Duarte, sempre traz à tona uma comparação praticamente inevitável com Mário de Andrade, um dos intelectuais mais respeitados do país pela sólida amizade que os uniu a partir do final da década de 1920 até a morte de Mário em 1945. Juntos articularam e consolidaram o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, apesar das divergências literárias.

Porém, não deixa de ser um paradoxo que este processo de construção da memória tenha ocorrido justamente com o nome de Mário de Andrade, um homem que expressava desconfiança quanto à eficácia dessa construção, ao menos quando se lê a crônica intitulada “Táxi: memória e assombração publicada no *Diário Nacional*, em 10 de maio de 1929. Segundo Mário:

É um engano isso de afirmarem que a gente pode reviver, tornar a sentir as sensações e os sentimentos do passado. As memórias são frágeis, degradantes e sintéticas para que possam nos dar a realidade que passou tão complexa e grandiosa. Na verdade o que a gente faz é povoar a inteligência de assombrações exageradas e secundariamente falsas.⁵⁷

Mário de Andrade só se esqueceu de que, quer se queira ou não, assim que desaparecem, os mortos tornam-se imediatamente reféns dos vivos e a imagem que se lhes tentará restituir, dependerá tanto dos vestígios deixados pelo extinto ao longo de sua vida, as fontes históricas, quanto da versão que seus contemporâneos dispuserem a escrever sobre o homenageado. Nesse sentido, cabe lembrar a importância dos memorialistas que, ao elaborarem as suas memórias, tornam, de certa forma, aqueles que retrataram muitos dos quais já mortos, em reféns de sua narrativa. Trata-se do caso das *Memórias* de Paulo Duarte.

⁵⁷ ANDRADE, M. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. ; estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades/SCCT/SP, p. 102.

Quanto ao nome de Mário de Andrade, a quantidade de trabalhos e homenagens que lhe vem sendo prestadas ao longo das últimas décadas transformou-o em um dos monumentos da cultura nacional. Um exemplo da magnitude desse processo encontra-se expresso no preâmbulo de *Mário contra Macunaíma*, de Carlos Sandroni, o qual revela ter sido surpreendido por um interlocutor que lhe interrogou com a seguinte questão: “Então, você vai encaixar mais uma pedrinha nesse grande monumento nacional à memória de Mário de Andrade?”⁵⁸ Segundo Sandroni “a pergunta o desconcertou, soou-lhe “como um questionamento à validade da empreitada à qual se propunha”, afinal, os autores que se debruçam sobre o estudo da obra de Mário de Andrade encontram uma vastíssima bibliografia.”⁵⁹

Cabe ressaltar que se trata de um trabalho infinito, porque embora muito tenha sido pesquisado e escrito, no caso de Mário de Andrade, ainda há material inédito a ser consultado, uma vez que parte da documentação que deixou em seu arquivo encontra-se indisponível para pesquisa e de acordo com a lei só poderá ser divulgada em 2015, setenta anos após sua morte.

A outra face da moeda ocorreu com o nome de Paulo Duarte. O pesquisador que se dispuser a estudar sua obra não encontrará nenhum grande monumento à sua memória. Exceto seus próprios escritos, escassas são as fontes que os auxiliem na aventura de desvendar seu itinerário intelectual, embora ele tenha participado da constituição do Departamento de Cultura, dirigido uma importante revista cultural ao longo de doze anos e fundado o Instituto de Pré-História. Chega a ser intrigante o fato de seus contemporâneos quase nada terem escrito sobre Paulo, talvez porque, como lembra Cláudio Abramo, ele fosse um “homem de pavio curto e tiro rápido” senhor de “uma verve inigualável quando se tratava de destruir adversários – sobretudo adversários de baixa estatura moral, [...]”,⁶⁰ características pessoais que o levaram a colecionar inúmeros desafetos, mesmo entre os amigos com os quais entrava em atrito pelos motivos mais inesperados como se pode comprovar pela leitura de suas *Memórias*.

E se por um lado, as polêmicas jornalísticas nas quais se envolveu alavancaram sua popularidade e, em muitos momentos, mereceram o aplauso de quem o lia ou o escutava, por outro lado, parecem ter contribuído para que viesse a colecionar muitos desafetos, poucos amigos, e nenhum herdeiro intelectual que se dispusesse a trabalhar na construção da memória de sua obra.

⁵⁸ SANDRONI, C. *Mário contra Macunaíma*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 9.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ ABRAMO, C. op. cit., p. 73.

Uma segunda hipótese para o processo de esgarçamento de sua memória pode advir de um fato facilmente constatável. Embora, ao longo de sua atividade jornalística, Paulo Duarte tenha cultivado a escrita em suas diversas formas, nunca se destacou pela construção de um pensamento orgânico como o fizeram intelectuais como Mário de Andrade (1893-1945), Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) ou Caio Prado Jr (1907-1990), reverenciados pela contribuição à construção da nacionalidade brasileira.

Uma terceira hipótese para esse silêncio talvez possa ser atribuída ao fato de Paulo Duarte não ter aderido à estética modernista. Quando o modernismo se transformou em paradigma da cultura nacional e os intelectuais que professavam a nova estética tornaram-se hegemônicos, aqueles que não comungavam os mesmos pressupostos permaneceram fora das instâncias de consagração que se constituiu no interior do grupo modernista.

Como os modernistas foram responsáveis também, em grande parte, pela construção do campo historiográfico literário, aqueles intelectuais que realizaram percursos distintos foram excluídos da História do Modernismo, ainda que seja inegável terem realizado também um trabalho de leitura do Brasil e contribuído para o desenvolvimento do panorama cultural nacional. Conforme observação de Eduardo Jardim de Moraes, o problema residiria no fato dos historiadores da Literatura dotarem sua evolução:

de uma autonomia própria [que] relata os acontecimentos marcantes do modernismo no seu desenrolar cronológico sem procurar problematizar o nexos existente entre a história literária e os fatos extraliterários. [Assim] o rumo da história literária parece definir-se por si mesmo, como se houvesse uma “vontade literária”, uma mola que movesse o desenrolar dos acontecimentos.⁶¹

Cabe destacar que, apesar de ter fundado a editora Anhembi, e editado e dirigido *Anhembi* por doze anos não conseguiu se tornar proprietário dos meios de produção no campo das comunicações como seus colegas Cásper Líbero (1889-1943), que deixou como legado a Fundação que leva seu nome; Assis Chateaubriand (1892-1968), pioneiro da televisão no Brasil, ambos adversários de Paulo, ou mesmo Roberto Marinho (1911-2003), que também criou uma fundação que reverencia seu nome, todos lembrados menos por suas produções escritas, do que pelos conglomerados empresariais que conseguiram edificar.

Para alcançar seus objetivos, o presente trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro deles, “*A trincheira e a escrita*”, faz-se uma apresentação do cidadão Paulo Duarte, que transforma sua profissão de jornalista numa espécie de trincheira. No item 1.1 (“A

⁶¹ MORAES, E. J. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 74.

palavra e a luta: forma-se o intelectual”) procurou-se mostrar a formação intelectual de Paulo Duarte, vivida no início da Primeira República e, em especial, sua inserção no meio intelectual paulista. O item 2.2 (“O jornalista e sua inserção no mundo intelectual paulista”) tem como objetivo situá-lo no momento histórico em que entrava para o jornalismo e como ocorreu sua inserção no mundo intelectual paulista. O item 1.3 (“A escrita como resistência”) mostra como o exílio levou Paulo Duarte a usar a escrita como forma de resistência, principalmente ao relatar, *a posteriori*, sua experiência nos três movimentos revolucionários dos quais, de alguma forma, participou. Ao registrar suas impressões dos movimentos armados de 1924, 1930 e 1932, produziu três textos bastante diferentes entre si, num movimento que se poderia afirmar que vai da crônica jornalística à quase ficção. No exílio, como forma de resistência ao regime que o oprimia, enquanto lutava pela subsistência, dedicou-se à escrita de dois projetos cujos resultados acabam penetrando no campo da ficção: *Palmares pelo avesso* e *O espírito das catedrais*, obras que posteriormente ele acabou considerando, de modo arbitrário como integrantes de seu projeto memorialístico.

O segundo capítulo, titulado “*Trincheiras e memórias*”, também está dividido em três tópicos que tratam do período em que Paulo Duarte retira-se, aos poucos da luta política em si e se recolhe para iniciar nova batalha, desta vez pela memória. No item 2.1 (“Em busca da forma”) procurou-se demonstrar seu esforço para encontrar uma forma que conciliasse a experiência da luta política e da atividade jornalística com a ficção, vista neste trabalho, como seu grande desejo frustrado. O item 2.2 (“Após o exílio: da ação à memória”) trata de sua volta ao Brasil após o longo segundo exílio e as contradições criadas por seu afastamento do mundo intelectual paulista. Pode-se constatar, entretanto, que ele não está só nessa nova batalha, pois outros intelectuais, tanto amigos, com os quais tinha compartilhado suas lutas em defesa de algum ideal político ou cultural, quanto intelectuais inseridos nessas mesmas batalhas, também preparam suas narrativas. Disso trata o item 2.3 (“Tempos de memórias”), que procura mostrar que, não apenas Paulo Duarte procurou construir, relatando sua versão dos acontecimentos, um lugar próprio no discurso da História. Vários companheiros de geração, mais ou menos pela mesma época, trataram de deixar sua versão dos acontecimentos. Entre eles estão Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo, Sérgio Milliet, Paulo Nogueira Filho, Érico Veríssimo e Fernando Azevedo Assim, esse capítulo dedica-se a estudar tanto as condições nas quais Paulo Duarte produziu sua narrativa memorialística quanto como nesses escritos o tempo lembrado dialoga, ou não, com o tempo da lembrança.

No último capítulo, titulado “*Nas trincheiras da memória*”, a partir do conceito de Ricoeur que pensa positivamente a memória individual e propõe indiretamente um novo olhar

para o papel do memorialista, o trabalho centra-se em três aspectos do conjunto memorialístico de Paulo Duarte. Partindo do princípio de que temos nessas memórias um elo necessário entre o presente do historiador e o passado que ele busca acessar através de suas pesquisas, abordaremos, dentre os muitos temas possíveis, três tópicos presentes no vasto relato memorialístico por ele legado.

O primeiro deles (3.1- Os espaços de sociabilidade nas *Memórias* de Paulo Duarte) mostra como Paulo Duarte lê a cidade na qual está inserido. Como lembra Jean-Claude Perrot “a cidade inteira é uma produção social”; e Bernard Lepetit percebeu, em textos historiográficos, uma abordagem tradicional desse objeto como neutro, o que chama a atenção quando se percebe que esse objeto, a cidade.⁶² é atravessada por representações contrastadas e é fonte de práticas múltiplas.⁶³

Partindo-se dos pressupostos de Perrot e Bernard Lepetit para quem os espaços geográficos urbanos são quase sempre negligenciados pelos historiadores, que tendem a pensá-los como pano de fundo de uma trama, o contexto, evitando assim uma relação simbiótica entre atores sociais e os espaços nos quais atuam, pretende-se, neste tópico, identificar as imagens da cidade de São Paulo como contributo na configuração dos grupos intelectuais do qual Paulo Duarte fez parte.

O segundo (3.2- Uma ação cultural rememorada: a criação do DC) explora suas relações com um grupo que acabou por fazer parte da cultura hegemônica do país, mesmo sem comungar com seus princípios: o grupo modernista. Esse tópico trata, enfim, da atuação cultural do grupo político a que pertenceu, na constituição do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, talvez sua atuação de política cultural melhor sucedida, ou pelo menos, a mais lembrada. E no último (3.3- “*E vai começar uma nova era...*”), pretende-se evidenciar o seu ressentimento em relação àqueles que podem ser considerados os vencedores da História e como Paulo Duarte construiu estratégias de resistência, principalmente durante o exílio, contra o regime totalitário que o desterrou e, em suas *Memórias*, as relações que podem ser estabelecidas com a ditadura dos militares, vigente no momento da escritura.

⁶² Beatriz Sarlo lembra que a cidade “é construção, decadência, renovação e, sobretudo, demolição”. SARLO, B. *La ciudad vista. Mercancias y cultura urbana*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 145

⁶³ LEPETIT, B *apud* DOSSE, F. *História e ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2004, P. 142.

Capítulo 1 – A trincheira e a escrita

1.1- A palavra e a luta: forma-se o intelectual

Em suas *Memórias* Paulo Duarte abordou temas dos mais diversos matizes. Nas mais de três mil páginas que escreveu tocou em fatos que permite as mais diversas abordagens, dependendo do propósito do leitor. Há um Paulo Duarte jornalista, há o Paulo Duarte exilado, o articulador cultural, o sonhador, o advogado entre inúmeros outros. Em meio às possibilidades uma requer especial atenção pela dedicação que ele dispensou ao tema: trata-se de sua formação intelectual, apresentada em meio à narrativa da história de sua família e dos anos de sua infância e juventude vividos nas duas primeiras décadas do século XX, período de consolidação da República, instaurada dez anos antes de seu nascimento.

Como se sabe, um golpe de Estado pôs fim a sessenta e sete anos de monarquia. O episódio que marcou a mudança de regime no país ocorrido no Campo de Santana, centro do Rio de Janeiro, quase passou despercebido para a população local. Em 18 de novembro, referindo-se ao fato, Aristides Lobo (1838-1896), propagandista da República, publicou um artigo no qual dizia que o povo que deveria ter sido o protagonista dos acontecimentos assistira a tudo bestializado.⁶⁴ Segundo José Murilo de Carvalho a percepção de Aristides indicava o pecado original do novo regime, ou seja, a república instaurada sem a participação das forças populares.⁶⁵

O golpe só foi possível quando os republicanos paulistas, organizados em torno do Partido Republicano Paulista desde 1873, aliaram-se a intelectuais positivistas e juntos convenceram os militares de que a hora da República havia chegado. E, se por um breve período, houve comunhão de ações entre grupos tão heterogêneos, não se pode dizer o mesmo quanto à implantação do modelo de República que cada um sonhava.

⁶⁴ LOBO apud Carvalho, *Os bestializados* – O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras 1987, p. 09.

⁶⁵ CARVALHO, J. M. *Os bestializados* – O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 09.

Aos novos donos do poder cabia a árdua tarefa de manter a unidade nacional, um dos principais legados da monarquia. Temia-se que o novo regime não fosse capaz de evitar a fragmentação territorial do Brasil, a exemplo do que ocorrera com os vizinhos sul-americanos. Uma segunda, mas não menos importante tarefa era a de construir uma nação sob nova ordem civil. Para isso foi convocada uma assembléia Constituinte, promulgada em 1891. Em maioria, os proprietários rurais impuseram o regime de governo, presidencialista e o princípio federativo, este expresso desde o primeiro decreto do governo provisório.⁶⁶

Começava a ficar bem claro aos intelectuais, quase todos, positivistas, que a República que se constituía estava longe daquela sonhada. Embora a eles se deva parte do arsenal teórico sobre o qual se assentou o novo regime e seu principal legado tenha se configurado na separação entre Estado e Igreja e na simbólica legenda *Ordem e Progresso*, inscrita na bandeira nacional, o modelo tinha como matriz o sistema norte-americano, baseado numa sociedade igualitária fruto de uma revolução anterior que em nada se parecia ao brasileiro, fruto de outra conjuntura política, social e cultural. Sob o ponto de vista social, apesar da abolição formal da escravidão, em 1888, o país caracterizava-se por extrema desigualdade social.

A estrutura política também era diversa da matriz norte-americana e no caso brasileiro o federalismo instituído pela República serviu, sobretudo, para que as oligarquias estaduais pleiteassem maior autonomia frente a um governo nacional centralizador.⁶⁷ Quanto às regras eleitorais, instituiu-se o voto universal em oposição ao voto censitário que definia o eleitor pela renda, entretanto, o voto secreto não foi aprovado. O novo regime manteve a exclusão do direito de voto para as mulheres, as praças de pré, os religiosos e os analfabetos, fato que agravou a representatividade eleitoral.

Atentos às dificuldades da instauração da República, os intelectuais da época apontavam duas questões básicas: as relações entre o público e o privado e entre o indivíduo e a comunidade. Alberto Sales (1857-1904), considerado um dos ideólogos da República, entendia que o problema estava na organização social dos brasileiros, muito sociáveis, mas pouco solidários, isto é, embora conseguissem conviver em grupos, eram incapazes de se organizar em sociedade.⁶⁸ Já para Sílvio Romero (1851-1914), leitor das teses darwinistas, o Brasil era uma sociedade atrasada cujo lento processo de formação seria o resultado de uma

⁶⁶ CARDOSO, F. H et al. (Org.) *O Brasil republicano*, volume I: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 37

⁶⁷ CARVALHO, A *formação das almas* – O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras 1990, p. 25

⁶⁸ Idem, p. 30.

ação recíproca de forças físicas, étnicas e históricas. Impelido pela dinâmica dessa evolução o destino do Brasil seria uma variante americanizada da civilização ibérica que iria assimilando o índio, o negro assim como as etnias européias. O perigo desse processo, segundo Romero, residiria na maciça imigração européia que poderia criar um desequilíbrio social da nação, cujo resultado poderia levar à fragmentação política do país. Mas, acreditava que, ao fim desse processo, os brasileiros se tornariam autênticos cidadãos, com um sentimento de nacionalidade e a crença nos valores nacionais.⁶⁹

José Murilo de Carvalho lembra que a República nasceu em meio à agitação dos especuladores, agravada pela política emisionista e que, apesar de uma breve reação durante o segundo governo militar, a chamada fase jacobina da República, a reação durou pouco.⁷⁰

Quaisquer que fossem os problemas de base considerados pelos intelectuais, o fato é que o regime republicano não conseguiu resolver os graves problemas sociais herdados da monarquia e foi deixando de ser orgulho para os propagandistas e para os intelectuais ligados ao movimento republicano que logo perceberam que, tal como se configurava aquela não era a República de seus sonhos.⁷¹ Para José Murilo de Carvalho,

[...] A formulação mais forte do desencanto, talvez tenha vindo de Alberto Torres, já na segunda década do século: “Este estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos.”⁷²

Mas, é fato que foi mantida a unidade territorial da nação em meio à busca de uma identidade coletiva para o país. Às gerações seguintes caberia solucionar o complexo problema da cidadania e foi em torno dessas questões que se edificaria o debate político nas décadas seguintes quando o modelo implantado em 1891 mostrou sinais de esgotamento.

Na prática, os eixos básicos estabelecidos pela Constituição de 1891 foram sendo moldados conforme as condições políticas reais. O sistema federativo, por exemplo, mostrou-se um problema extremamente delicado. Autônomos, os Estados mais ricos da federação, São Paulo e Minas Gerais, contraíram empréstimos para financiar a cafeicultura e as aristocracias regionais solidamente enraizadas transformaram os demais Estados em unidades fortes frente a um poder central fragilizado.

A questão atenuou-se durante o governo Campos Sales (1898-1902), quando o presidente conseguiu viabilizar um pacto federativo conhecido como a política dos

⁶⁹ ROMERO, S. apud LAUERHASS JUNIOR, L. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1986, p. 39

⁷⁰ CARVALHO, J. M. op. cit., 1987, p. 30

⁷¹ Idem, p. 37

⁷² Idem, p. 33

governadores. Pelo acordo, o governo central comprometia-se a respeitar o poder político dos governos estaduais em troca da eleição de bancadas comprometidas em apoiar as decisões do governo central nas duas casas do Congresso nacional. Se, por acaso, algum candidato opositor conseguisse vencer o pleito, teria sua eleição impugnada pela Câmara federal, responsável pelo reconhecimento e homologação dos eleitos. Este esquema permitiu a estabilidade política e assim, a cada quatro anos a máquina eleitoral entrava em ação para eleger as candidaturas apoiadas pelos governos.

No mesmo acordo, os dois Estados mais ricos da federação, São Paulo e Minas Gerais, representados por seus respectivos partidos republicanos, comprometeram-se a indicar, alternadamente, o cabeça da chapa presidencial. Entretanto, a negociação era árdua e a cada pleito ocorriam embates cada vez mais intensos nas hostes republicanas. Um fato exemplar desses embates ocorreu nas eleições de 1910 quando o ex-ministro da Guerra do governo Afonso Pena, Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923) decidiu candidatar-se, sem o apoio do presidente, contra Rui Barbosa (1849-1923), ex-ministro da Fazenda, um dos intelectuais mais respeitados do país.

Uma vez mais militares e civis estavam em campos opostos e a candidatura civilista de Rui Barbosa conseguiu empolgar os intelectuais e alguns periódicos, mas saiu derrotada deixando marcas indeléveis entre os muitos que a apoiaram. Um dos civis que sofreram as conseqüências dessa derrota foi Hermínio Duarte (1873-1943), pai de Paulo Duarte, demitido da Coletoria Federal, em Franca, onde trabalhava desde 1903 por seu apoio a Rui Barbosa.

Hermínio Monteiro Duarte mereceu destaque no primeiro volume das *Memórias* de Paulo Duarte. Embora Paulo fosse mais próximo da mãe, segundo ele, o único defeito de seu pai era não saber negociar. O Capitão, como Hermínio era carinhosamente tratado em família, exerceu várias atividades profissionais ao longo da vida. Quando Paulo estava com quatro meses de idade, deixou o emprego na Companhia Industrial de São Paulo, dirigida pelo barão de Duprat (1863-1926), e mudou-se com a família para a região de Franca, no interior paulista, para trabalhar na propriedade de parentes de sua esposa. Sobre aquele momento da vida familiar Paulo Duarte conta que:

A região era um feudo da família de minha Mãe, os Junqueira. E foi na fazenda de um desses parentes, Alexandre Vilela de Andrade, casado com uma prima irmã de minha Mãe, Elisa Junqueira que o jovem Hermínio Monteiro Duarte ia trabalhar. A fazenda era ao lado da estação de Cristais ao lado da qual só havia um grande armazém em construção no qual seria instalada a máquina de beneficiar café que Alexandre Vilela já havia adquirido e estava para chegar.⁷³

⁷³ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p. 106.

Na virada do século XIX para o XX a cultura do café expandia-se pelo interior do paulista e o trabalho de abertura e manutenção das novas propriedades agrícolas demandava grande quantidade de mão de obra, em sua maioria suprida com os imigrantes, sobretudo italianos e espanhóis.

Aos europeus, somavam-se os trabalhadores nacionais, a maioria proveniente do estado de Minas ou provenientes da região Nordeste do Brasil castigada por mais um dos muitos períodos de seca. Ao trabalhador nacional cabia, em geral, supervisionar os trabalhos dos colonos, assim como executar tarefas que demandavam a confiança dos patrões, caso de Hermínio Duarte. É preciso lembrar que as fazendas da passagem do século XIX para o XX em muito diferiam das fazendas coloniais. De acordo com Pierre Monbeig, a nova fazenda naquele período é:

uma empresa ao mesmo tempo agrícola, industrial e comercial. A massa instável de colonos renova-se quase todos os anos. Como homem de negócios, o fazendeiro do século XX deve habitar tanto a cidade como a fazenda. Sem negligenciar o trato da terra, ele delega esse cuidado, cada vez mais, a um administrador, empregado de sua confiança. [...] O administrador reside em uma casa localizada perto das colônias, mas destacada. Esse importante personagem está instalado ao lado do escritório, pois um “negócio” do novo gênero possui seus serviços administrativos, sua contabilidade, suas estatísticas. É sinal dos tempos e agora a vigilância de caixa é mais importante do que a dos trabalhadores.⁷⁴

Cabe ressaltar também, como lembra Joseph Love, que “na década de 1890, a zona da Mogiana experimentou uma verdadeira explosão populacional, a ponto de chegar a representar vinte por cento da população do estado em 1900.”⁷⁵ A importância da cafeicultura foi de tal ordem que Ribeirão Preto, a principal cidade da região, passou a ser conhecida como a capital mundial do café.

Entende-se assim porque Hermínio Duarte tenha trocado seu emprego na cidade de São Paulo pelo trabalho na propriedade de Alexandre Martins, na região de Franca, sua terra natal. Além de auxiliar o patrão no beneficiamento de café, Hermínio, aproveitou os conhecimentos comerciais adquiridos como caixeiro viajante, funcionário da Casa Genin e da Companhia Industrial de São Paulo e abriu um negócio de secos e molhados, armarinhos, fazendas e ferragens, administrado pela esposa, cujos ganhos visavam complementar a renda da família, necessária, após o nascimento de Maria Aparecida, em 24 de março de 1901,

⁷⁴ MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec & Polis, 1984, p. 178-179.

⁷⁵ LOVE, J. A. *Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p.47.

segundo filho do casal.⁷⁶ Quando Paulo Duarte envolveu-se na estruturação do Departamento de Cultura, Paulo indicou a irmã, Nini como era mais conhecida para trabalhar na Divisão de Parques Infantis.

O período de quase quatro anos que a família Duarte viveu em Cristais coincide com o governo de Campos Salles. Em 1898, recém eleito presidente da República, Campos Sales herdou um país economicamente exaurido devido à política do Encilhamento e aos gastos governamentais com as guerras internas, tanto no sul, quanto em Canudos.

Decidiu então negociar com os credores do Brasil um Empréstimo Consolidado que ficou conhecido como o *Funding Loan*.⁷⁷ Por este acordo ficou estabelecido que, entre outras cláusulas, o governo brasileiro deveria hipotecar parte da arrecadação alfandegária do país, uma das principais fontes de divisas do tesouro, para honrar o compromisso do empréstimo e os serviços da dívida externa.

As medidas tomadas provocaram a quebra de inúmeras casas bancárias em todo o país, mas se mostraram eficazes em longo prazo tanto que, em 1903, Rodrigues Alves, sucessor de Campos Sales, encontrou a economia saneada e pôde governar em condições favoráveis, o que lhe permitiu inclusive fazer um governo até hoje lembrado pelas grandes realizações materiais, entre as quais, a mais espetacular, foi, sem dúvida, a remodelação do centro do Rio de Janeiro, então Capital da República. Rodrigues Alves manteve a política de arrecadação de impostos do antecessor, e como encontrou as finanças saneadas, seu governo foi de expansão econômica.

Foi nesse período Hermínio Duarte vendeu seu estabelecimento comercial em Cristais, após conseguir ser nomeado coletor federal, em Franca. Tratava-se de um cargo de confiança, cuja indicação cabia aos chefes políticos locais e a nomeação do indicado era da exclusiva competência do presidente da República que, em geral, ratificava os nomes sugeridos por seus correligionários municipais.

Tratava-se, entretanto, de uma indicação em caráter interino, e o servidor só conseguia efetivar-se no cargo após servir durante dez anos, disposição esta que foi mantida no primeiro estatuto dos funcionários civis da União, baixado com o Decreto-Lei 1.713, de 28 de outubro de 1939. A situação de Coletor, até os anos de 1940, era bastante esdrúxula, pois tecnicamente ele não fazia parte do quadro permanente do serviço público. Até se discutia se ele era funcionário público enquanto durava sua interinidade. Quanto aos vencimentos, ele ganhava

⁷⁶ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p. 109.

⁷⁷ PERISSINOTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 62

um percentual sobre a arrecadação de sua repartição (atendido um determinado limite) e era responsável pelas ações de seus subordinados, por ele escolhidos, e aos quais, aliás, pagava salários do próprio bolso.⁷⁸ Praticamente em todos os municípios havia uma Coletoria Federal, pois sempre algum morador tinha interesse em exercer o cargo.

Esse parece ter sido o caso de Hermínio Duarte. Segundo Paulo, seu pai teve o apoio dos parentes de Jovina, inclusive do ex-patrão Alexandre Vilela e do Dr. João de Faria, o maior agricultor local, e um dos políticos de maior prestígio no município para assumir o cargo.

Entre 1903 e 1910, a família Duarte talvez tenha vivido um dos ciclos de maior estabilidade financeira graças ao emprego de Hermínio. Mudaram-se para Franca e inicialmente foram morar na Rua do Comércio, centro da cidade, no mesmo edifício onde funcionava a Coletoria Federal. Lá iniciaram uma ampla rede de relações sociais com a fina flor da sociedade francana composta por fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais, sobretudo, médicos e advogados. A inserção social do casal ocorreu tanto pelo *status* que a coletoria proporcionava a Hermínio, quanto pela facilidade que ele demonstrava no trato dos mais diversos tipos de serviços manuais solicitados pela comunidade. Segundo atesta Paulo:

[Seu] pai era o homem mais habilidoso que havia. Fazia de tudo: marcenaria, ferreiro, decorador, pintor, escultor, encadernador, costureiro, enfermeiro, funileiro, encanador, pedreiro, de tudo já tinha feito e muito bem. Uma de suas estatuetas, uma Nossa Senhora da Conceição, lá estava num altar da matriz de Franca. Só detestava os negócios...⁷⁹

Em 1905, Hermínio Duarte comprou uma propriedade próxima ao núcleo urbano. Batizaram-na chácara da Rua da Outra Banda. A compra teria ocorrido por um desejo expresso de Jovina. Filha de fazendeiros, ela havia nascido e crescido na fazenda de seu pai, Gabriel Alfredo Dinis Junqueira e alimentava o sonho de um dia poder voltar a viver em um ambiente rural, idéia inúmeras vezes reiterada por Paulo Duarte em suas *Memórias*. Depois, mudaram-se em frente ao Colégio Nossa Senhora de Lurdes, das irmãs de São José, onde viveram até 1908. Foi lá que assistiram à chegada da luz elétrica.⁸⁰

Quando viviam na chácara da Rua da Outra Banda nasceu, em 29 de maio de 1903, Lurdes, o terceiro filho do casal. Foi naquele mesmo período que Hermínio chegou a construir uma biblioteca de dimensões consideráveis para os padrões da época, composta por cerca de

⁷⁸ [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:X1sdA_KvChUJ:www.sindireceita.org.br/index.php%3FID_MATERIA%3D5564+\"coletoria+federal\"&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&lr=lang_pt](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:X1sdA_KvChUJ:www.sindireceita.org.br/index.php%3FID_MATERIA%3D5564+\) Acessado em 20-08-2010.

⁷⁹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. III., p. 298.

⁸⁰ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p. 147.

trezentos volumes, quase todos franceses, mais uma evidência de que viviam tempos de estabilidade material

Lá estavam, sem contar um dicionário francês-português e vice-versa e uma edição bem encadernada do Moraes, todas as obras de Alexandre Dumas (1802-1870) e de Ponson du Terrail (1829-1871); Balzac (1799-1850) e Victor Hugo (1802-1885) quase inteirinhos;[...] Corneille (1606-1684), Molière (1622-1673), Racine (1639-1699) e outros; Flaubert (1821-1880), Eugène Sue (1804-1857) e George Ohnet (1848-1918) completíssimos, até alguns poetas, vários volumes de ocultismo, como Papus (1865-1916), Agripa (1486-1535), Desbarolles (1804-1886) o livro de S. Cipriano, [...] e ainda os quatro volumes de Chernovitz e uma “Collection de l’Artesanat” composta por vinte e tantos volumes que se compunham desde o manual do perfeito “jardinier potager” até um que trazia receitas e métodos de se consertarem objetos quebrados, copos, vasos, etc. Tudo evidentemente em francês. Aliás, essa foi a base do prestígio logo adquirido pois um homem que falava francês e possuía tantos livros em língua ininteligível naquelas alturas e naquela época tinha evidentemente de destacar-se.⁸¹

Desde o governo Rodrigues Alves, o centro-sul do Brasil passava por um vigoroso processo de transformação econômica patrocinada pela expansão da cultura do café nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. A chegada de expressivo contingente de imigrantes para trabalhar nessas lavouras alterou econômica e socialmente o país, pois muitos desses imigrantes, que em seus países de origem trabalhavam em ofícios urbanos, ao perceberem as insatisfatórias condições de trabalho, e a baixa remuneração nas fazendas, procuravam transferir-se para as cidades, dando início a uma insipiente classe média.

A expansão da lavoura cafeeira na passagem do século XIX para o XX incrementou as atividades comerciais, tanto no campo, quanto nos núcleos urbanos em torno dos quais gravitavam as propriedades agrícolas. Os lucros auferidos pelos proprietários de terras com a exportação do café foram os principais indutores das reformas urbanas implementadas nas cidades do interior, espelhando a nova realidade econômica das regiões por onde os cafezais avançavam. Os exemplos de remodelação dos centros urbanos vinham tanto da Capital Federal, administrada pelo prefeito, Pereira Passos (1836-1913), que entre 1903 e 1906 foi o responsável pela reforma de parte do traçado urbano do Rio de Janeiro, quanto na administração do prefeito Antônio Prado (1840-1929) que orientou a sua gestão para reformas semelhantes na capital paulista entre 1899 e 1911.

A melhoria dos serviços urbanos centrava-se na instalação da rede elétrica, na construção de edifícios para abrigar os poderes públicos locais, além da construção de edifícios para abrigar os teatros municipais. Eram obras financiadas, em parte, pelos

⁸¹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. X, p.11.

fazendeiros que acabaram por construir suas residências nos núcleos urbanos onde exerciam poder de mando. E em Franca não foi diferente.

À medida que os fazendeiros mudaram-se para os grandes centros, cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura.⁸²

Em nota de 25 de dezembro de 1903, a *Tribuna de Franca* publicou uma crônica onde se percebe o otimismo diante das mudanças ocorridas na cidade em breve período de tempo. Ainda que se trate de uma crônica apaixonada e laudatória, vale ser transcrita, pois revela detalhes da cidade que a família Duarte encontrou ao se estabelecerem ali.

Sempre em vias de progresso cada vez mais crescente, vemos esta bela cidade dia a dia arrear-se de novas galas e pompa; dia a dia observamos que um novo melhoramento se introduz em seu seio e que, em vez de continuar a ser, como antigamente, um soturno e estéril “banco de areia”, a Franca está conquistando garbosamente seguros elementos promissores de ser, em futuro não muito remoto, um verdadeiro éden paulista, um aprazível ninho de encantos poéticos.

O viajante dirá, por certo, que encontrou uma cidade muito diversa do que era, anos atrás, quando a irregularidade de suas ruas cheias de buracos e matagais assustavam-no em seus passeios diários ou mais o assombrariam em noites de péssima iluminação.

Dirá também que as ruas estão, em sua maioria, bem calçadas, as praças arborizadas, que viu aqui um bonito jardim, ali outro em vias de construção, que os antigos casebres sem gosto arquitetônicos e que tresandavam ao bolor de taperas e ao de ratos e morcegos, foram substituídos por elegantes e sólidos edifícios que já dão a esta cidade adiantada onde a administração pública, sempre zelosa pelo bem geral, pelo interesse e bem estar da população, não se esquece de unir a higiene à estética, o útil ao agradável, o luxo ao necessário.

Acrescentará esse viajante ou turista que, além do embelezamento dos squares e melhoramentos das ruas, além de ver correr com abundância a água potável dos chafarizes e torneiras destinados à servidão pública e particular, viu os ativos empregados de uma companhia de força e luz mourejando com ardor na tarefa de colocação de postes e fios para a inauguração da luz elétrica e que, a água e a luz, sendo duas condições de vida indispensáveis, a patriótica municipalidade da Franca não se esqueceu de prover as necessidades do povo, tratando de solver esses dois problemas primordiais com o Maximo empenho.⁸³

Em meio à narrativa dos anos de sua formação, em Franca, Paulo Duarte tratou concomitantemente da história de sua família. É o que Marianne Hirsch chama de pós-

⁸² COSTA 1994, apud FOLLIS, *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 28.

⁸³ *Tribuna de Franca* apud FOLLIS, F. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 36-37. Ortografia atualizada.

memória. Trata-se daquela memória narrada pela geração seguinte àquela que sofreu ou protagonizou os acontecimentos. A pós-memória seria aquela que os filhos contam sobre seus pais e antepassados.⁸⁴

Assim, Paulo Duarte conta que, pelo lado materno, a família pertencia a um ramo empobrecido do clã Junqueira, família de prósperos cafeicultores na região de Ribeirão Preto, integrante da grande árvore genealógica da aristocracia agrária paulista. Pelo lado paterno, descendia da pequena burguesia urbana da cidade de Franca, onde seu avô, Antônio Vicente Monteiro Duarte, major da Guarda Nacional conseguiu, por interferência do Duque de Caxias (1803-1880), tornar-se escrivão do cartório de órfãos local após retornar da Guerra do Paraguai.⁸⁵

Seu avô materno era fazendeiro em São Simão e Casa Branca e faleceu jovem deixando só a esposa Maria Rosa de Silos Araújo Diniz Junqueira, neta do barão da Casa Branca⁸⁶, para cuidar dos filhos. A vovó Rosinha, à qual Paulo Duarte devotou um grande carinho em sua narrativa viveu com a família Duarte até seu falecimento em 1921. Ao narrar sua ascendência, Paulo Duarte parece querer evidenciar que, apesar dessas dificuldades financeiras constantes, tratava-se de uma família ligada à elite paulista.

Interessante notar que mesmo intelectuais como Nelson Werneck Sodré, inserido em outros territórios do mesmo campo intelectual, também tenha procurado, nas suas *Memórias de um escritor*, evidenciar os laços familiares com a aristocracia agrária do sul-fluminense. Segundo Werneck Sodré, sua avó materna era filha dos barões de Bemposta, hoje nome de uma cidade naquela zona.⁸⁷

Após narrar os fatos mais significativos de seus antepassados, Paulo Duarte volta a centralizar a narrativa em sua infância, em especial a fase das primeiras letras. Lembra que foi vovó Rosinha quem o alfabetizou e que seu interesse pela leitura teria se intensificado quando então lhe caiu em mãos, pela primeira vez, a revista infantil *Tico-Tico*, publicação, voltada exclusivamente ao público infantil, sucesso entre as crianças de seu tempo. A grande sensação eram as histórias em quadrinhos e Paulo esclarece que

O *Tico-Tico* compunha-se de duas partes, uma ilustrada na forma precursora das estórias de quadrinhos de hoje. Eram a primeira e a última página da revista e mais quatro páginas centrais, e as outras dedicadas a estórias maiores como *A Ilha do Tesouro*, *Abelha*. Depois vinham novelas infantis que se publicavam em vários números, concursos, correspondência com os

⁸⁴ SARLO, B. op. cit, 2007, p. 90-91.

⁸⁵ DUARTE, P. *Memórias...* vol I, p. 104-262, vol. I. No quarto capítulo do primeiro volume, Paulo Duarte fez a genealogia de sua família, com especial relevo sobre ao ramo materno.

⁸⁶ Vicente Ferreira de Silos Pereira. Recebeu título de barão por decreto imperial de 7 de maio de 1887.

⁸⁷ WERNECK SODRE, N. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 6.

pequenos leitores, perguntas enigmáticas e charadas, concurso com prêmio aos vencedores, As Lições de Vovô, Brinquedos Para os dias de Chuva, notícias infantis e muitas outras coisas. Pois nessas historietas da primeira, da última e das páginas do centro, que eu comecei a ler.⁸⁸

Tico-Tico tornou-se ícone da geração nascida na virada do século XIX para o XX. Nas comemorações pelo cinquentenário da revista o poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), destacou sua importância na vida dos garotos em idade escolar:

O Tico-Tico era de fato a segunda vida dos meninos do começo do século, o cenário maior em que nos inseríamos para fugir à condição escrava de falsos marinheiros, trajados dominicalmente com o uniforme, porém sem navio que nos subtraísse ao poderio dos pais, dos tios e da escola. E era também muito de escola disfarçada em brincadeira.⁸⁹

Segundo a historiadora Maria de Lourdes a *Tico-Tico* foi

a primeira no Brasil a publicar histórias em quadrinhos em série e toda sorte de entretenimento para a garotada, com adivinhações, pequenos jogos, passatempos e quebra-cabeças. Os pequenos leitores colaboravam ao enviar à redação seus próprios desenhos, mensagens, fotografias, dispostos em páginas coloridas, nos moldes da revista francesa *La semaine de Suzette*.⁹⁰

Fundada em 1905, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Luiz Bartolomeu de Souza e Silva (1866-1932), a *Tico-Tico* pertencia ao mesmo grupo que editava *O Malho* (fundada em 1902) e *Ilustração Brasileira*, o que lhe garantia a alta qualidade de impressão e uma boa rede de distribuição pelo país. Seu editor, Renato de Castro, reuniu um excelente corpo editorial entre os quais os caricaturistas Angelo Agostini (1843-1910), José Carlos de Brito e Cunha (1888-1950), conhecido como J. Carlos e pelo chargista Alfredo Storni. Entre os redatores o professor Manoel Bomfim (1868-1932), conhecido autor de obras escolares, cujo maior sucesso foi, *Através do Brasil*, publicado em 1910, em co-autoria com Olavo Bilac.

Ao perceberem o despertar de Paulo para a leitura, seus pais, entenderam que era hora de matriculá-lo em um colégio. Franca oferecia algumas opções de estabelecimentos educacionais àqueles que tivessem condições econômicas de enviar seus filhos à escola. Havia a escola particular dirigida pelo Dr. Chiquinho que tinha como público alvo os jovens provenientes de famílias da elite local e seria o destino ideal para um jovem da estirpe de Paulo. A família conhecia as qualidades do estabelecimento, pois Juca, um dos primos de Paulo, estudava lá. O obstáculo, neste caso, era o preço das mensalidades, acima das posses

⁸⁸ DUARTE, P. Memórias... vol. I, p. 159.

⁸⁹ *Cinquentenário de O Tico-Tico*. Rio de Janeiro: Sociedade Anônima O Malho, 1956, p. 53-54.

⁹⁰ ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A. L. e LUCA, T. R. de (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 92.

do casal. Quanto ao colégio Nossa Senhora de Lourdes, fundado em 1888, estava fora de cogitação porque as irmãs francesas só matriculavam meninas.

Havia ainda o Grupo Escolar “Coronel Francisco Martins”, e o colégio Padre Champagnat, fundado em 1902, dirigido pelos irmãos maristas, franceses, só para meninos. Segundo Paulo Duarte, seu pai, não quis matriculá-lo no Grupo Escolar porque lá “havia muita gatinha...”.⁹¹ Entretanto, a opção pelo colégio Champagnat parece ter se dado menos pelo ambiente social considerado impróprio no Grupo Escolar, ou pela qualidade educacional oferecida pelos padres franceses, do que pela facilidade proporcionada pelos maristas no pagamento das mensalidades, pois, “os livros e material necessários podiam ser adquiridos por preço mais barato no próprio colégio e seriam pagos com a primeira mensalidade que era de cinco mil réis.”⁹²

A maioria dos Junqueiras era rica e nós pobres. Meu pai vinha também de família pobre. Mas minha Mãe, [grafia do autor] Junqueira havia sido muito rica, e meu pai era filho de um desses que os patriotas chamam de herói do Paraguai, antigo protegido de Caxias e dos Republicanos. De modo que gozávamos de um prestígio intermediário. Os grandes mandavam os filhos ao colégio do Dr. Chiquinho, os médios como nós, os mandavam ao Instituto Champagnat e os mais humildes, brancos ou negros e italianinhos iam para o Grupo Escolar. O que não impede que um italianinho pusesse o filho no Dr. Chiquinho ou no Champagnat e outros o mandassem ao Grupo Escolar.⁹³

Com os maristas, Paulo continuou sua alfabetização e começou o aprendizado da língua e cultura francesa, que ao longo da vida, se tornaria uma de suas paixões⁹⁴. O colégio adotava como material didático o *Método de Ahn*, complementado pela leitura da revista católica *Le Pèlerin* “composta de oito ou doze páginas, das quais quatro, as da capa, com grandes gravuras coloridas representando acontecimentos de maior importância”.⁹⁵

Paulo esclarece ainda que,

atrás do *Método de Ahn* e do *Le Pèlerin* vieram outros livros. Parecia mesmo que, por uma conspiração do destino, livros franceses foram o convívio mais íntimo que [teve] na primeira infância. Na língua materna, só a tradução do

⁹¹Em *O espírito das Catedrais*, publicado originalmente, em 1958, Paulo Duarte, utilizou um alter ego denominado Tietê Borba e não faz menção direta às palavras do pai: “Quando Tietê completou sete anos, a família resolveu mandá-lo ao colégio. Evidentemente foi escolhido o dos maristas nem só pela amizade dos padres, mas também porque o grupo escolar era para crianças de ambos os sexos. Nesse tempo só gatinha ou famílias pobres, o que vem a dar no mesmo, punham os filhos nunca escola mista, infratora da norma rígida dos colégios, igrejas, jardins e até do Teatro de Santa Clara que se abria uma ou duas vezes por ano: homem com homem, mulher com mulher.” DUARTE, P. *Memórias...* vol. X, p. 13.

⁹² DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p. 165.

⁹³ Idem p.170/171.

⁹⁴ Segundo o crítico Wilson Martins, em questionário respondido à historiadora Marly Guimarães Hayashi, em 02 de setembro de 1999, a civilização francesa era um de seus “fanatismos mentais”. HAYASHI, M. G. op. cit., 2001. p. 7

⁹⁵ DUARTE, P. *Memórias...* vol. X, p. 15.

Júlio Verne e o *Tico-Tico* que [seu pai] nunca deixou de assinar. [...]. Dessas leituras, uma de que nunca esquecera fora Benjamin Rabbier.[...] Depois de Benjamin Rabbier foi um suceder de livros, até os da biblioteca do pai e o contato com a verdadeira literatura francesa.⁹⁶

Os problemas financeiros da família começaram quando Hermínio Duarte foi demitido da Coletoria, acusado de simpatia à campanha civilista. Ao final do pleito, setores do PRP que haviam apoiado Hermes da Fonseca, exigiram a vacância de todos os cargos públicos e o afastamento de todos daqueles que houvessem apoiado Rui Barbosa.

Hermínio Duarte foi exonerado e a família perdeu sua principal fonte de renda. A situação só não se complicou porque, segundo Paulo Duarte, apesar de adversário político, o Dr. Antunes, um dos chefes políticos locais e um dos responsáveis pela demissão de Hermínio, penalizado com o desamparo da família do ex-coletor federal, cuja esposa estava grávida, ofereceu um casarão de sua propriedade, situado na Rua do Comércio, centro de Franca, para que o casal o transformasse em um hotel.

O novo empreendimento, batizado de hotel São Rafael, prosperou e o casal entendeu que seria ainda mais vantajoso se conseguissem abrir um estabelecimento semelhante em São Paulo, cujo desenvolvimento econômico oferecia vantagens adicionais, como, por exemplo, melhores escolas para os filhos.

Mas, o ano de 1910, não trouxe para a família apenas problemas financeiros. No mesmo ano o casal perdeu duas de suas filhas vitimadas pela febre tifóide, flagelo que se alastrou pelo interior paulista e deixou rastros de morte da qual a cidade de Franca não escapou, apesar do otimismo da *Tribuna de Franca* quanto ao grau de desenvolvimento da cidade. Embora as crianças não tenham sido salvas, a família pode contar com o auxílio de médicos amigos da família. A narrativa desses dois tristes episódios explicita a rede de sociabilidade em que estava inserida a família Duarte e introduz um personagem que seria de suma importância na vida de Paulo Duarte em sua adolescência.

Paulo Duarte conta que ao ser chamado para cuidar da menina, o Dr. Jonas, até então o médico da família, trouxe consigo um colega. Era o Dr. Luciano Gualberto (1883-1959) que fez tudo que estava ao seu alcance para salvar Elza e Lígia. Embora o jovem médico não tenha logrado êxito diante da febre tifóide, a família mostrou-se grata pelos seus esforços e estabeleceram-se relações de amizade que perduraram até 1924. quando, por questões políticas, eles se afastaram.

⁹⁶ Idem, p.17.

Para o jovem Paulo Duarte, o Dr. Luciano encarnaria, por muito tempo, a figura do homem perfeito. Era médico, numa altura em que esses profissionais começavam a ampliar sua autoridade sobre a sociedade paulista, preocupada em se livrar das epidemias que assolavam o Estado.

E o Dr. Luciano, assim como grande parte da mocidade letrada do início do século, possuía uma formação humanista voltada para as letras, pois sabia fazer versos e era tido como um bom poeta. Prova disso é que, em 1904, o crítico literário Araripe Júnior (1848-1911) ao ler os manuscritos de seus poemas chegara mesmo a compor um prefácio para *Torre de babel*. A obra, entretanto, só seria publicada em 1947, com algumas modificações que, na opinião de Paulo Duarte, descaracterizaram o original elogiado por Araripe.

Mas, muito mais do que sua capacidade médica ou seus possíveis dotes literários, o porte elegante e a valentia é que o transformaram em um sólido modelo a ser seguido. Aos olhos do garoto Paulo, o Dr. Luciano era um

homem bonito fisicamente e intelectualmente. Era poeta, eu decorei vários dos seus versos, de que ele mesmo me dava cópia. *Recordando Mortos*, por exemplo, é de um lirismo que tocou fundo o meu espírito de doze anos... [...] Luciano foi um dos meus primeiros modelos. Quase todos falharam, mas Luciano conservou-se por muito tempo. Era valente, não levava “desaforo pra casa”, tal qual meu avô Duarte e meu Pai, era bom poeta, era um belo homem, fisicamente, era nosso grande amigo e tão culto como o meu Pai, com o qual discutia de igual para igual. Que mais faltava? Nada, diziam-me os meus doze anos... Ele era poeta humorístico também, às vezes de um humorismo irônico ou sarcástico, mas sempre risonho...⁹⁷

Em novembro de 1912 a família Duarte finalmente deixou Franca e estabeleceu-se no Largo de São Bento, coração da capital paulista onde arrendaram o Hotel Royal. Durante o longo período em que Hermínio Duarte permaneceu desempregado, coube à esposa Jovina a condução dos negócios da família. A partir de então a mãe de Paulo passou a ser o elemento aglutinador da família. Durante toda a narrativa Paulo teceu inúmeros comentários sobre o sacrifício da mãe para que não apenas ele, mas todos os irmãos pudessem estudar. Em São Paulo, Paulo foi matriculado no Colégio de São Bento bem em frente à nova residência da família. Sobre sua passagem pelo São Bento contou que

No primeiro dia, meu Pai me acompanhou para me apresentar ao diretor, D. Pedro Egerat, um frade beneditino grande gordo, corado e risonho. Falou-me com amizade e disse ter certeza de que eu me daria muito bem no colégio. Fui submetido a um exame pelo próprio D. Pedro que me matriculou no primeiro ano ginasial.⁹⁸

⁹⁷ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p. 256.

⁹⁸ DUARTE, P. *Memórias...* vol. II, p. 242.

No único ano em que estudou no Colégio de São Bento conta que

Com alguns [colegas] me acamaradei logo, mas com outros fizemos, apenas relações cordiais, mas um tanto distantes e, de poucos, desde o principio fiquei sempre afastado. . Havia meninos ricos antipáticos. Tinham o rei na barriga. Dentre aqueles com quem fiz boa amizade estava, em primeiro lugar Joubert de Carvalho, carteira ao lado, pequenino, vivo como ele só simpaticíssimo. Outro era Antônio de Alcântara Machado que se tornou um excelente amigo.⁹⁹

Passados mais de cinquenta anos da breve passagem de Paulo Duarte pelo Colégio de São Bento, não é possível saber se houve outros garotos com os quais ele se identificou na época e cujos nomes jamais chegaram a ser conhecidos como os de Joubert de Carvalho (1900-1977), autor de clássicos da MPB como “Maringá e “Ta-hi” ou de Alcântara Machado (1901-1935), o conhecido autor de *Brás, Bexiga e Barra Funda*.

Sua memória também guardou a figura de um menino:

mais moço do que eu era menino rico, pois estava no número daqueles poucos que vinham ao colégio e iam para casa num automóvel de luxo, com motorista empertigado numa farda de almirante, que o trazia e o vinha buscar à tarde. O pai era importante no governo, parece que não gozava nenhuma daquelas alegrias de depois das aulas, quando saíamos em grupo e íamos até a Praça Antônio Prado, em torno do Joubert, sempre esfuziante.¹⁰⁰

Tal lembrança parece confirmar a tese de que a memória tende a apagar o que lhe é ordinário e em muitos casos retém o extraordinário. Talvez, seja por isso que Paulo não tenha narrado as peripécias dos garotos que compunham o grupo que acompanhava Joubert, mas tenha se lembrado de Fábio, certamente por tudo que o afastava do grupo ou ainda porque, como informa ao fim da narrativa desse episódio, devido a seu trágico fim. Em nota de rodapé, Paulo Duarte esclarece que poucos anos depois, esse menino introvertido e triste suicidava-se. O garoto ao qual se referia era Fábio Sampaio Vidal (1903-1924), filho de Rafael Sampaio Vidal, então secretário de Justiça de São Paulo, cuja morte inesperada chocou a sociedade paulistana, em 1924, quando seu pai era Ministro da Fazenda de Artur Bernardes, Fábio só não desapareceu completamente da memória de seus contemporâneos porque está na célebre fotografia de quase todo o grupo de intelectuais modernistas de 1922.

Fatos como esse compõem a narrativa de sua passagem pelo Colégio de São Bento, numa altura de sua vida em que entrava na adolescência, e começava a perceber as

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Idem

dificuldades financeiras da família e, em especial, os esforços de sua mãe, cuja principal preocupação, segundo Paulo, era a formação escolar dos filhos.

Minha Mãe trabalhava no hotel, sem vencimentos. E como trabalhava. Ela quem orientava e vigiava tudo. Ela que tinha a chave da dispensa e do depósito. Meu pai ia aos mercados, tanto o lá debaixo da Várzea do Carmo, no fim da ladeira João Alfredo, quanto o da rua de S. João e ficava de plantão enquanto permanecesse o último hóspede ou cliente. O João Rodrigues [sócio] não fazia nada. [...] Era o sócio capitalista, não tinha vencimentos, mas também não ajudava e a maior parte do tempo passava na Franca, com a família que lá ficara. Eu firme na minha posição de garçom, cada vez com mais prestígio. Eu queria ganhar muito dinheiro para ajudar minha Mãe. Doía-me muito vê-la trabalhar daquele jeito.¹⁰¹

No final de 1913 seus pais decidiram que Paulo não voltaria para o colégio São Bento: “Talvez fosse para os maristas, cujo externato era à rua do Carmo, mas, isso meu Pai veria mais tarde, pois só em fevereiro ou março as aulas se abririam.”¹⁰² A sociedade do hotel Royalfoi desfeita e a família mudou-se, então, para a Rua da Liberdade, 92, um grande sobrado com seis quartos. Decidiram estabelecer ali uma pensão, negócio menor, porém similar aos negócios que haviam administrado e que acabaram malogrando. Na pensão poderiam hospedar pessoas que viessem à capital à procura de atendimento médico, fato que se tornava cada dia mais comum na cidade após a fundação da Faculdade de Medicina, em 1912, pelo Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920). Para tanto colocaram anúncio no *Estado* explicando tratar-se “de uma pensão de tratamento [...] severamente familiar”¹⁰³

Chegara a hora de procurar um curso onde pudesse se matricular. Os cursos preparatórios eram totalmente livres. Os alunos elegiam as disciplinas que melhor se lhes conviesse, pois o governo ainda não fiscalizava esse tipo de serviço. O jornalista Vivaldo Coaracy lembra que ainda estavam:

sob o regime dos chamados exames parcelados de preparatórios, o que significava bem concebida liberdade de ensinar e de estudar. A rigorosa oficialização [...] só mais tarde viria a surgir [...] Naquele tempo, porém, o ensino secundário era livre. Colégios particulares e professores independentes competiam entre si, em leal concorrência, sem outros óbices e limitações se não os da proficiência e aptidão. Estudava quem queria, como, onde e com quem preferisse. Válidos, contudo, eram apenas os exames vagos prestados perante as bancas oficiais da Instrução pública ou dos estabelecimentos federais.¹⁰⁴

¹⁰¹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. II, p. 240.

¹⁰² Idem, p., 265.

¹⁰³ Idem, p., 273.

¹⁰⁴ COARACY, V. *Encontros com a vida – memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1982, p. 89.

Como a situação financeira da família não melhorou durante o período de férias, Paulo Duarte viu-se obrigado a desistir de efetuar a matrícula nos maristas. A opção mais viável naquele momento foi matricular-se num curso de datilografia, prática que lhe ofereceria maior oportunidade de emprego. A desistência de cursar os maristas não significava desistir dos cursos preparatórios. Encontrou-se, certo dia, com um de seus antigos colegas do Colégio de São Bento que lhe indicou um curso que funcionava na Travessa da Sé quase à esquina da Rua do Carmo. Tratava-se de um curso voltado primordialmente aos estudantes que desejavam ingressar na Faculdade de Medicina. Os professores do curso eram em sua maioria estudantes egressos da faculdade.

Fomos recebidos pelo diretor do curso, estudante também, mas já entrado em idade, chamado Passos Cunha, uma espécie de anarquista que, além de gerente do estabelecimento, era também professor de italiano. Matriculei-me, mas fiquei devendo os dez mil réis exigidos como adiantamento, que vim pagar no dia seguinte, com grande contentamento de minha Mãe, por ver que eu queria mesmo estudar.¹⁰⁵

Além da escola de datilografia, Paulo aproveitou o tempo livre para, junto com o pai, aperfeiçoar seus conhecimentos de inglês. Primeiro, entenderam-se com um velho marinheiro oriundo das Bahamas, que se ofereceu para ministrar-lhes as aulas em troca de jantar na pensão da família e, posteriormente, com o desaparecimento inesperado do professor-marinheiro, passaram às aulas de Mr Wise no mesmo edifício onde funcionava a escola de datilografia à Rua Quinze de Novembro.

Em fevereiro de 1914, Paulo Duarte começou a freqüentar as aulas do preparatório voltado àqueles que pretendiam cursar Medicina. O curso era ministrado por alunos já matriculados na recém fundada Faculdade de Medicina de São Paulo, mas o curso não se consolidou, devido às escassas matrículas e os alunos inscritos tiveram que procurar um novo curso. Soube então do Externato “Luís Pereira Barreto”, mais conhecido e conceituado que o anterior,

do qual era diretor um conhecido mestre de humanidades. Acácio de Paula Ferreira, latinista que ensinava em seu estabelecimento Português, Latim e Francês. O curso dele era na Rua Direita, 2, esquina de Quinze de Novembro, num prédio em cujo andar térreo, dando para a Rua Quinze e para a Rua Direita, funcionava a Casa Lebre, das mais conhecidas do Triângulo.¹⁰⁶

Em 1916, Paulo Duarte assistia às aulas do curso preparatório do Externato “Pereira Barreto”. No curso do professor Acácio, como o externato era mais conhecido, ele consolidou

¹⁰⁵ DUARTE, P. *Memórias...* vol. II, p., 277.

¹⁰⁶ Idem, p. 282.

um grupo de amigos com os quais manteria laços perenes de amizade. Entre eles, Bastos Barreto (1896-1947), caricaturista, mais conhecido como Belmonte, de quem fora vizinho na Liberdade e Pedro Monteleone, jornalista que fez carreira n'A *Gazeta*, de Cásper Líbero. Após as aulas, os rapazes divertiam-se jogando bilhar, indo ao cinema ou dirigindo-se aos Cafés Brasil e Guarani.

Nos preparatórios do professor Acácio, Paulo conseguiu formar sua primeira roda de amigos em São Paulo. Parece ter encontrado ali, rapazes cuja situação social era mais condizente com a sua. Os novos colegas não lhe causavam o desconforto experimentado no Colégio de São Bento. Segundo lembra, participavam do grupo,

Olímpio Carr Ribeiro e seu irmão Eduardo Carr Ribeiro, Edgard Cardoso, de Itapetininga, Pedro Monteleone, de São Carlos, Antenor Vanderley, Domingos Calderazzo e Aimone Salerno, de Taquaritinga e muitos outros dentre uns quarenta alunos.¹⁰⁷

Durante as férias, procurou complementar sua educação com aulas de aviação, a coqueluche do momento, nos campos do Brooklin. Entre suas colegas estavam Anésia Pinheiro Machado (1902-1999) e Tereza de Marzo (1903-1986), as primeiras mulheres a conseguir *brevet* no país.

Ao retornarem às aulas, diante da insatisfação do grupo de amigos com o ensino de algumas disciplinas no preparatório que freqüentavam, procuraram o curso do professor Alfredo Ferreira Paulino (1876-1928), notável professor de Álgebra, Geometria e Trigonometria, e passaram a freqüentá-lo no Largo do Arouche.¹⁰⁸ Paulo teceu rasgados elogios ao professor:

Alfredo Paulino é realmente um professor excepcional. Aliás a sua formação humanística o explica. Ele fez todo o seu curso de humanidades no famoso Caraça que é, no Brasil, para a formação secundária o mesmo que a École Normale Supérieure é, na França, para a formação universitária. O estudante que ali não agüentar os dois primeiros anos é naturalmente eliminado pela impossibilidade de cursar os dois seguintes. E Paulino foi um grande aluno, por isso é um grande professor. Paulino ditava as matérias que ensinava e esses ditados que ensinava e esses ditados e seriam verdadeiros e altos compêndios dessas matérias. Se ele não fosse indiferente a qualquer lucro material, editaria os seus ditados e faria um dinheirão. Creio que até nunca pensou nisso e se pensou teve um sorriso de desprezo por qualquer possibilidade de ganhar mais dinheiro. Ele tem dezenas de alunos em seu curso, não tem contabilidade, não tem uma nota sobre o que recebe no fim do mês. Vive do que lhe dão e ele mete no bolso sem conferir.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ DUARTE, P. *Memórias...* vol. IV, p. 346-347

¹⁰⁹ Idem, p. 347

Durante toda a fase em que frequentou os cursos preparatórios o pensamento de Paulo Duarte estava voltado para a medicina. Chegou a se inscrever para os exames de Português, Francês, Italiano, Geografia, Corografia do Brasil e Aritmética, mas não completou o quadro das disciplinas necessárias para o acesso àquele curso. Foi no Alfredo Paulino que conheceu Alípio Correa Neto (1898-1988)¹¹⁰, Jairo Ramos (1900-1972)¹¹¹ e Enéas de Carvalho Aguiar (1902-1958)¹¹² que se tornariam médicos famosos na Capital paulista e com os quais Paulo manteve laços de amizade.

Com o agravamento da financeira da família, Paulo entendeu que chegara a hora de sair em busca do primeiro emprego. Escreveu a Nestor Rangel Pestana (1877-1933), redator chefe d' *O Estado*, solicitando-lhe uma colocação no jornal. Entretanto, diante do silêncio do editor, apelou para Luciano Gualberto, que na mesma época em que a família Duarte havia se mudado para São Paulo, fizera o mesmo caminho.

O Dr. Luciano Gualberto indicou-o ao jornalista Mário Guastini (1884-1949)¹¹³, então diretor do *Jornal do Comércio* que o empregou como revisor e onde trabalhou parte do ano de 1919.

¹¹⁰ Alípio Corrêa Netto, professor catedrático de clínica cirúrgica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1935-1968), foi reitor da mesma, no período de 26 de fevereiro de 1955 a 28 de março de 1957. Ensinou, também, a mesma disciplina, na Escola Paulista de Medicina. Nascido a 14 de janeiro de 1898 em Cataguazes (MG), diplomou-se em 1923 pela antiga Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, defendeu tese de doutorado em 1924 (*Contribuição ao estudo dos cystos congenitos do peçoço*) Em http://www.cibersaude.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=879. Acessado em 19/08/2010.

¹¹¹ O Professor Jairo foi um dos fundadores (1933) da Escola Paulista de Medicina (EPM), ocupando a cátedra de Clínica Propedêutica. Sua ampla visão como médico e educador o conduziu a participar ativamente da mudança de paradigma da tradicional escola francesa – fortemente embasada em valores humanísticos para o modelo focado na técnica e nos avanços científicos – a emergente medicina americana, incorporando na sua atividade acadêmica aquilo que considerava relevante ambas as escolas na prática clínica. Sua visão de excelência e sua valorização da especialização médica foram a base para a consolidação de um núcleo de excelência de pós-graduação em nosso país. Em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2006000100001. Acessado em 19/0/2010.

¹¹² Eneas de Carvalho Aguiar nasceu na cidade de Capivari, São Paulo em 16 de fevereiro de 1902. Fez seus estudos no Araraquara Colege e na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Em 1928 foi nomeado inspetor regional da Saúde Pública, residindo na época em Cruzeiro. Foi designado por Francisco Sales Gomes, em 1933, para instalar e dirigir o Sanatório Aimorés, no distrito de Bauru. Esteve a seu cargo também a direção do Serviço Social de Menores da Capital de São Paulo, durante a interventoria de Adhemar de Barros. Ainda por ato de Adhemar de Barros, então governador, foi designado para o cargo de superintendente do Hospital das Clínicas. Participou como sócio da Sociedade Paulista de Leprologia, sendo mais tarde seu presidente. Faleceu em São Paulo em 4 de setembro de 1958.

<http://www.dicionarioderuas.com.br/LOGRA.PHP?TxtNome=AVENIDA%20DOUTOR%20EN%20C9AS%20CARVALHO%20DE%20AGUIAR&dist=44&txtusuario=&%20TxtQuery=1> Acessado em 19/08/2010.

¹¹³ Mário Guastini estudou no Colégio de São Bento e cursou Direito na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Foi diretor e redator-chefe do *Jornal do Comércio*, edição de S. Paulo, chefe de redação d' *O Estado de S. Paulo* e colaborador da revista feminina *Ella*. Segundo Nelson Schapochnik, “as histórias do jornalismo também são omissas sobre as atividades profissionais de Guastini. Nem mesmo o grupo familiar foi capaz de suportar o esgarçamento da memória e, assim, tudo o que restou da história de vida do autor das crônicas e dos ensaios reunidos [em *A hora futurista que passou*] são fragmentos, lampejos, citações e uma imensa obra dispersa”. GUASTINI, M. *A hora futurista que passou* e outros escritos; seleção, apresentação e notas Nelson Schapochnik. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 14

Paulo Duarte conta que, na ocasião em que foi admitido no *Jornal do Comércio* trabalhavam na redação os futuros modernistas Oswald de Andrade (1890-1954) e Menotti Del Picchia¹¹⁴, nomes em via de consagração no campo cultural paulista.

Mas Paulo sabia que n' *O Estado* teria mais condições de se projetar porque era uma empresa mais estruturada e na sua redação encontrava-se a nata da intelectualidade paulista naquela segunda década do século XX. Seu intento ao aceitar o cargo de revisor no *Jornal do Comércio*, além da necessidade financeira, teria sido o de “conhecer um jornal por dentro, familiarizar-se com a vida da imprensa, porque acabaria dando um jeito de entrar para *O Estado*” [pois] “um redator d' *O Estado* merecia em São Paulo àquele tempo, uma grande consideração”.¹¹⁵

De fato, apenas alguns anos antes de Paulo Duarte conseguir entrar para o jornalismo, em 1912, como informa Tânia Regina De Luca,

[...] o jornal lançou mão de empréstimos por debêntures visando a compra de imóveis para a construção de novas instalações para as oficinas, redações e administração, além de haver encomendado uma nova impressora e linotipos. No ano seguinte foram inauguradas as oficinas, a redação e a sessão de obras, e no final de 1916, a sede administrativa que contava até com um pequeno teatro, o Boa Vista. Por essa época *O Estado* possuía sucursais e correspondentes próprios em Lisboa, Roma, Paris, Londres, Washington e Buenos Aires., ostentando entre seus colaboradores destacadas figuras do mundo da cultura, tanto no âmbito nacional quanto internacional.¹¹⁶

A narrativa de sua formação intelectual nas duas primeiras décadas do século XX indica que Paulo Duarte, apesar de revelar as constantes dificuldades financeiras da família, pode dedicar-se integralmente aos estudos até meados de sua adolescência. E quando resolveu procurar emprego, valeu-se da rede de relações sociais de sua família, sem a qual dificilmente ele teria conseguido transpor as dificuldades iniciais como ficou claro no episódio em que não obteve resposta do editor do *Estado* ao seu pedido de emprego. A narrativa deixa transparecer que Paulo Duarte aprendeu com seus pais o valor de se estabelecer relações sociais com personagens de destaque da sociedade paulista, uma vez que não eles não possuíam capital econômico para alcançar seus objetivos pelo próprio esforço.

¹¹⁴ Em suas Memórias intituladas *A longa viagem* Menotti não faz qualquer a sua suposta passagem pelo *Jornal do Comércio*.

¹¹⁵ DUARTE, P. *Memórias...* vol. V, p. 311-312.

¹¹⁶ DE LUCA, T. R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999, p.37-38

1.2 O jornalista e sua inserção no mundo intelectual paulista

Conseguir entrar para a redação d' *O Estado de S. Paulo* não era tarefa das mais fáceis: o jornal se constituía, naquela segunda década do século XX, num dos mais expressivos espaços de sociabilidade da capital paulista. Sua redação, situada na Praça Antônio Prado, acolhia jornalistas, redatores, advogados, políticos e intelectuais que possuíam vasto capital simbólico, nas mais representativas esferas da sociedade. Ainda era comum que a população paulistana acorresse à sede d' *O Estado* em busca de informações sobre eventos locais e nacionais.

Paulo Duarte conta que meses antes do encontro com Amadeu Amaral havia enviado uma carta a Nestor Rangel Pestana, então redator-chefe do jornal, inspirada numa

crônica de Bilac que está em seu livro “Ironia e Piedade” Bilac namorava de fora as janelas de “A Gazeta de Notícias”, nesse tempo grande jornal do Rio, dirigido por Ferreira de Araújo, O nome de Ferreira de Araújo já era uma credencial. Trabalhar com ele [era] sic um atestado de competência e integridade. Eu me referi a Nestor citando Júlio Mesquita que eu admirava, de há muito, mais ainda àquele momento em que ele vibrava no jornal com a nova campanha de Rui Barbosa. E eu namorava também as janelas do “Estado”, à Praça Antonio Prado, sonhando pertencer ao seu corpo redatorial.¹¹⁷

Olavo Bilac foi um dos poetas mais festejados da passagem do século XIX ao XX e Paulo Duarte, assim como muitos moços de seu tempo, o tinha como um de seus ídolos. Em 1915, o poeta voltou de uma de suas viagens à Europa, desta vez por causa do início da Primeira Guerra. Em outubro do mesmo ano visitou São Paulo onde proferiu duas conferências. A guerra européia havia despertado o temor de uma possível invasão do Brasil pelas potências coloniais, por isso, no dia 9 de outubro, na Faculdade de Direito de São Paulo ao proferir a palestra. Intitulada “Em marcha!”, Bilac procurou insuflar ânimo na mocidade

¹¹⁷ DUARTE, P. *Memórias...* vol. V, p. 312.

brasileira que de acordo com sua visão, mostrava-se indiferente aos graves episódios que se sucediam no estrangeiro. Para Bilac:

Uma onda desmoralizadora de desânimo avassala todas as almas. Não há em cada alma a centelha criadora, que é a consciência da força e da bondade; e de alma para alma não há uma corrente de solidariedade, de crença comum e de entusiasmo que congregate todo o povo em uma mesma aspiração. Hoje, a indiferença é a lei moral; o interesse próprio é o único incentivo. O “arrivismo”, - hediondo estrangeirismo com que se exprime uma enfermidade ainda mais hedionda, - epidemia moral que tende a transformar-se e a enraizar-se como endemia, envenena todo o organismo social e mata todos os germens da dedicação e da fé: cada um quer gozar e viver sozinho, e crescer, prosperar, brilhar, enriquecer depressa seja como for, através de todas as traições, por cima de todos os escrúpulos. Assim a comunhão desfaz-se e transforma-se em acampamento bárbaro e mercenário governado pelo conflito das cobiças individuais.¹¹⁸

Paulo Duarte esteve presente à conferência, mas na ocasião estava mais interessado no poeta do que em sua pregação nacionalista e talvez tivesse preferido ouvir a conferência do dia 14 na Faculdade de Medicina ocasião em que Olavo Bilac falou antes como poeta:

Vendo-nos nesta hora meiga e consoladora da minha vida, a mim mesmo me vejo entre vós, moço como vós: a poesia, - mocidade e vibração, clarão interior de todos os homens inteligentes e bons, - palpita e chispa no olhar com que me aqueceis e iluminais. A poesia viceja e brilha em toda a parte, no recesso do sábio, e na oficina do operário, no gabinete do estadista e na abegoaria do lavrador, no santuário do jurista e no consultório do médico: a poesia não é somente o ritmo da beleza, a mestria da expressão métrica; é também, e principalmente, a bondade e o ideal, o amor da justiça e da verdade, o culto do pensamento e da misericórdia, o sentimento e a consciência da vida moral.¹¹⁹

Paulo Duarte sabia várias de suas poesias, a começar pela “Profissão de fé”, poema que, segundo ele, o incentivou a estudar mais português e literatura. Desejava aprender a escrever como Bilac tal como no verso: “[...] o escrever – tanta perícia/tanta requer,/ Que ofício tal nem há notícia/ de outro qualquer”.¹²⁰

Entende-se, então, porque Paulo tenha se inspirado no poeta ao escrever a carta procurando emprego *n’O Estado*. Como não obteve êxito, a saída foi apelar para Luciano Gualberto que lhe conseguiu um posto como revisor do *Jornal do Comércio*. Mesmo lá, não foi fácil, pois, não havia vaga na redação do jornal e Mário Guastini não queria atender ao pedido do amigo apenas parcialmente. Paulo diz ter insistido com Guastini e assim

¹¹⁸ BILAC, O. *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro/São Paulo/ Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1924, p. 118.

¹¹⁹ Idem, p. 124.

¹²⁰ DUARTE, P. *Memórias...* vol. III, p. 315.

saiu de lá “contratado para ser conferente da revisão, com um ordenado de cento e cinquenta mil réis por mês. [...] O diretor de revisão chamava-se Horácio de Andrade, um rapaz moço, noivo, compreensivo e profundamente bom com todos. Os companheiros, revisores e conferentes pareciam um bando de vencidos da vida.¹²¹

Nesse ponto a narrativa de Paulo Duarte ganha substância, pois ele não se lembrou apenas do lado da frente do jornal, mas procurou ressaltar as difíceis condições de trabalho, que segundo relata, não eram as mais adequadas:

A redação estava situada numa cafua, sem janelas, entre a sala da redação e um pequeno corredor que ia dar num depósito sempre fechado e, mais ao fundo, numa privada sórdida, sem a menor comunicação para fora, sempre cheirando mal e extraordinariamente suja. O corredor era o único respiradouro daquela privada que, ao que parece, recebia menos ar da alcova da revisão do que a enchia de seu cheiro.¹²²

Paulo também faz questão de evidenciar a hierarquia entre os diversos setores do jornal. Os revisores eram considerados de segunda classe e havia ainda a terceira classe representada pelo pessoal das oficinas e os redatores representavam a primeira classe. Sobre esses lembra que:

Alguns eram simpáticos, paravam para dar uma palavra aos revisores, dentre eles Vicente Rao, recém-formado, o Ferrignac, Inácio da Costa Ferreira, pintor e caricaturista, o Joãozinho, conhecido por João Furão, por ter um jornaleco que só circulava nos cabarés, chamado “O Furão” e era repórter oficial, quer dizer, encarregado das notícias do Palácio e das Secretarias, o [Raul] Polilo, meio biruta, mas escrevia bem, e o Freire, o secretário do jornal. O dr. Sá-Pinto, médico jornalista, diretor da Assistência Pública e que fazia as cabeças de “Registro”, a seção social cheia de espírito.¹²³

Na sala de Mário Guastini trabalhavam alguns colaboradores. Era para lá que se dirigiam os “sapos”, gente que não pertencia à redação, mas que a freqüentava na hora do café. De acordo com Paulo, os mais assíduos eram

o velho Alcântara Machado, professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito e político, mais o filho Antônio de Alcântara Machado, o Antoninho, meu colega no Ginásio São Bento, em 1913, que começava a aparecer como escritor ligado a Oswald de Andrade, assíduo também, Moacir Piza, que conseguia ser colaborador do *Jornal do Comércio* e “sapo” do Estado, amigo de Amadeu, de Nestor, e dos dois filhos de Júlio Mesquita, o Julinho e o Chiquinho que não trabalhavam ainda no *Estado*, pertencendo provisoriamente à categoria de sapos cotidianos.¹²⁴

¹²¹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. V, p. 311-312

¹²² Idem, p. 313

¹²³ Idem, p. 314

¹²⁴ Idem, p. 315

Paulo esclarece que apesar de conhecer Oswald, Antônio Alcântara Machado e Moacir Piza, ainda não mantinha com eles laços de amizade, pois só os encontrava quando passavam pela sala da revisão. Suas relações na redação eram com

Sá Pinto, e com Roberto Molina Cintra¹²⁵, repórter de polícia, e com Ferrignac¹²⁶ que aí vim a conhecer. Ferrignac depois abandonaria o jornal para ser delegado de polícia. Outro tipo curioso da redação era um rapaz, creio que descendente de calabrês, tido já como escritor, muito moreno, cabelos compridos como um maestro de música, chamado Raul Polilo, que depois passaria a assinar Raul de Polilo. [...] Apesar de escritor, Polilo fazia quase que só a correção e preparo dos telegramas entregues pelas agências telegráficas, uma brasileira, a Agência Americana, cuja sede era no Rio, mas a sucursal, até há pouco fora dirigida por Egberto Penido, com o qual se deu a minha primeira tentativa de entrar para o jornalismo, sempre através do Luciano, seu amigo íntimo.¹²⁷

Um fato significativo na narrativa revela como Paulo Duarte estava atento à necessidade de se manter boas relações sociais. Certo dia os jornalistas do *Jornal do Comércio* ofereceram um almoço ao comendador Botelho, proprietário do jornal. Durante o almoço, realizado no Trianon, Paulo permaneceu junto a seu chefe, Mário Reis que o apresentou ao patrão. Ao evocar aquele almoço veio-lhe à memória a figura de Mário Reis certamente porque foi naquela ocasião que o chefe o convidou a associar-se a ele na revisão da segunda edição da *Gramática Histórica* escrita por Eduardo Carlos Pereira que estava sendo composta nas oficinas d’*O Estado*.

Trata-se de rever o livro que tem mais de quinhentas páginas, até a penúltima prova. A última é o autor quem a reverá. Serviço pois de responsabilidade. Pagarão cento e cinquenta mil réis, exatamente o que eu ganho eu um mês se não falhar ao serviço um só dia. Eu corrigirei as provas e o Mário servirá de conferente. Ele me dará oitenta mil réis e ficará com setenta. [...] Isto para mim foi uma mão na roda.¹²⁸

Navegando nas asas da memória, as lembranças da redação do *Jornal do Comércio* terminam no amigo Tristão Fonseca. Segundo Paulo Duarte:

Penido morrera há pouco, na gripe, e fora substituído por um redator da Agência Americana chamada Tristão Fonseca, que se ia tornar meu amigo

¹²⁵ Roberto Molina Cintra (1884-1947) foi perito criminalista do Laboratório da Polícia Técnica. Trabalhou no *Jornal do Comércio* e na *Tribuna de Santos*. Deixou o jornalismo pelas investigações técnicas policiais. <http://www.dicionarioderuas.com.br/LOGRA.PHP?TxtNome=RUA%20MOLINA%20CINTRA&dist=79&txtusuario=&%20TxtQuery=1> Acessado em 20-08-2010.

¹²⁶ Ignácio da Costa Ferreira (1892-1958) foi advogado, ilustrador, caricaturista. Participou da Semana de 1922, com trabalho intitulado “Natureza dadaísta”. Em 1925 ingressou na polícia e abandonou o desenho. http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:v5I18hgsPO4J:www.puc-campinas.edu.br/centros/clc/jornalismo/projetosweb/2003/Semanade22/ferrignac.htm+ferrignac&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&lr=lang_pt Acessado em 20-08-2010.

¹²⁷ DUARTE, P. *Memórias...* vol. p. 315.

¹²⁸ Idem, p. 327

de todos os dias durante anos, mas eu só conheci o Tristão nos encontros casuais do Café Acadêmico, à esquina de Rua São Bento e Direita. Tristão era um homem sempre bem humorado, folgazão, gostava de comer e de beber o seu vinho, sempre sobriamente respeitado e querido por todos os jornalistas de São Paulo.

A rotina na redação do jornal era pesada. O serviço de revisão começava às nove e meia da noite e seguia até três e meia ou quatro horas da manhã. Depois, Paulo conta que todos seguiam para restaurantes ou cafés como o Palhaço, o Porras ou o Café Acadêmico espaços de sociabilidade dos jornalistas. Segundo Paulo, todas as noites em que lá compareciam deparavam-se com:

um tipo sereno, calmo, que no balcão mesmo pedia um sanduíche de queijo e um chope pequeno e depois saía com a mesma tranqüilidade, erguia a mão cumprimentando os jornalistas presentes e tomava a direção do Viaduto do Chá, rumo à rua da Consolação.¹²⁹

Tratava-se do poeta e jornalista Amadeu Amaral. Numa determinada noite Paulo deixou a timidez de lado e resolveu apresentar-se a Amadeu. Informou-o de que era filho de Hermínio Duarte, seu ex-colega no tempo em que ambos cursaram o Preparatório à Faculdade de Direito. Ao saber de quem se tratava Amadeu o convidou a caminharem juntos em direção a suas casas. Paulo morava na Rua Barata Ribeiro e Amadeu na Rua Dona Antônia de Queiroz, uma travessa da Rua da Consolação, sendo, portanto, quase vizinhos. Iniciou-se naquela noite uma amizade que duraria até a morte de Amadeu em 1929.

Em sete de agosto de 1919, Amadeu Amaral foi eleito para a cadeira número quinze da Academia Brasileira de Letras sucedendo a Olavo Bilac. Paulo deve ter ficado exultante ao saber que seu novo amigo assumiria justamente a cadeira que pertencera ao poeta que mais admirava.

No dia vinte e quatro de agosto os amigos de Amadeu organizaram um almoço em sua homenagem, no Trianon. Infelizmente, Paulo não pode aderir à homenagem por falta de condições financeiras. Pensou então em fazer uma surpresa a Amadeu comparecendo à sua posse, marcada para o dia 14 de novembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro. Ao comentar com Mário Reis o seu desejo, ficou sabendo sobre a possibilidade de conseguir um bilhete de trem, sem qualquer custo, na Secretaria da Justiça.

Mário Reis apresentou-o a Rogério de Freitas, chefe de Gabinete e filho do Secretário da Justiça, Herculano de Freitas (1865-1926)¹³⁰. Paulo afirma que no momento de explicar ao

¹²⁹ Idem, p. 317

¹³⁰ Uladislau Herculano de Freitas era advogado e político. Foi deputado estadual, deputado federal, catedrático de direito criminal. De 11 de agosto de 1913 a 15 de novembro de 1914 foi ministro da Justiça no governo

secretário o propósito de seu pedido foi de um “desembaraço louco”. Disse-lhe que era amigo de Amadeu, que desejaria muito assistir à sua posse, mas não tinha dinheiro para a passagem. Perguntou, então, “se não seria possível obter um passe nem que fosse de segunda classe”. Herculano teria ficado perplexo com pedido tão inusitado e, não apenas arranhou-lhe o passe, como pediu a Rogério que o “providenciasse no noturno e com leito”¹³¹

Antes de seguir para o Rio, Paulo conheceu um dos jornalistas mais famosos do país. Estava em visita a São Paulo, Paulo Barreto (1881-1921), mais conhecido pelo pseudônimo de João do Rio com o qual assinava suas crônicas. Viera à capital paulista para fazer uma conferência e visitou a redação em companhia do amigo Mário Guastini. Segundo Paulo Duarte, João do Rio levava consigo o texto da conferência para ser publicado no *Jornal do Comércio*. Ao jovem Paulo Duarte, o famoso cronista [pareceu-lhe] gordo, narigão, e charutão na boca, e teria ido até a sala da revisão para ver se o revisor necessitava de alguma explicação sobre seu texto.¹³²

Depois desse encontro viajou ao Rio de Janeiro para a posse de Amadeu Amaral¹³³. O novo acadêmico não sabia do propósito de seu novo amigo e teria ficado espantado ao vê-lo no saguão do Hotel da Lapa. Ao saber que Paulo ainda não tinha a mínima idéia de onde se hospedaria, convidou-o a hospedar-se com ele.

No dia da posse, Amadeu encarregou o de ir ao encontro do acadêmico João Ribeiro (1860-1934) que havia prometido emprestar o espadim que acompanhava o fardão Acadêmico, este pago pelo *Estado* por ordem de Júlio Mesquita.¹³⁴

A idéia de ir ao Rio prestigiar a posse de Amadeu Amaral foi-lhe providencial. Paulo afirma que foi naquela ocasião festiva que conheceu Julio de Mesquita Filho, amigo por toda a vida, pouco antes que Mesquita Filho assumisse a redação d’*O Estado*. Segundo recorda:

Era a primeira vez que eu via Julio de Mesquita Filho, com o qual eu viveria ligado o mais longo trecho de minha vida. Achei-o um tanto quanto orgulhoso, contente consigo mesmo, mas nos demos bem, conversamos e saímos juntos para irmos ao Hotel da Lapa, de onde ele se foi depois para encontrarmos-nos na Academia.¹³⁵

Hermes da Fonseca. Em 14 de dezembro de 1918 foi nomeado secretário da Justiça e Segurança Pública no governo Altino Arantes. Era genro de Francisco Glicério (1846-1916). Em http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_14.php Acessado em 20/08/2010.

¹³¹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. V, p. 334

¹³² Idem, p. 336

¹³³ Segundo Paulo, os pormenores dos dois dias passados no Rio estão registrados em artigo seu publicado em *A novela nacional*, de Clóvis Ribeiro, dirigida por Breno Ferraz do Amaral, em seu número 11 de 09 de julho de 1921 Idem, p. 318.

¹³⁴ Idem, p.339

¹³⁵ Idem, p. 340

A indicação de Amadeu Amaral foi fundamental para que Paulo Duarte fosse admitido n' *O Estado*. Ele começou a trabalhar n' *O Estado* na véspera de seu aniversário, em 16 de novembro de 1919. Recordar-se de que:

As condições de trabalho no *Estado* não eram boas, mas muito melhores do que as do *Jornal do Comércio*, onde eram sórdidas. Era quente e mal iluminada a sala de revisão, mas mais espaçosa, mais limpa, e não cheirava mal. Os gabinetes sanitários eram em baixo, nas oficinas, mas limpos e cuidados.¹³⁶

Permaneceu pouco tempo como revisor no lado de baixo da redação do jornal, situada à Rua 25 de março. Não demorou e os diretores d' *O Estado* perceberem no jovem revisor condições suficientes para cobrir o noticiário do Palácio do Governo, e das secretarias de Estado, posto que lhe abriu as portas ao núcleo do poder e o tornou conhecido junto aos líderes políticos do Estado. Sobre sua promoção conta que:

Foi fácil e vitoriosa, isso devido aos meus conhecimentos de português. Comigo vinha em prestígio o Edmundo Barreto que, filho do professor da Escola Normal tivera também uma boa formação filológica ou literária como se queria. Tanto que Mário Marques formou com nós dois uma mesa especial encarregada de toda a matéria mais séria, isto é, escritos de Julio de Mesquita, de Nestor, de Amadeu, de Plínio Barreto e dos colaboradores como Arnaldo Vieira de Carvalho, Luís Pereira Barreto, Clemente Pereira, Bittencourt Rodrigues e outros.¹³⁷

No dia 21 de abril de 1920, Paulo foi escalado para fazer a reportagem da cerimônia de inauguração da Penitenciária do Estado. Segundo lembra:

foi um acontecimento. Estavam lá o presidente Altino Arantes, acompanhado de José Rubião, chefe da Casa Civil e do major Herculano de Carvalho, um dos seus ajudantes-de-ordens e mais do Paulo, oficial de gabinete; lá estava Herculano de Freitas, também, com todo o seu Estado Maior, estava também Cândido Mota, secretário da Agricultura e professor de Direito Penal. O diretor da Faculdade de Direito, que era, se não me engano, Amâncio de Carvalho, professor de Medicina Legal. Lá estava magro e longo Franco da Rocha, diretor do Hospital do Juqueri, quase todas as autoridades civis e militares, uma multidão enorme.¹³⁸

No mesmo período em que Paulo Duarte começou a trabalhar na redação d' *O Estado* começaram também Leo Vaz (1890-1973)¹³⁹, Luís Correa de Melo (1888-1969)¹⁴⁰ e Breno

¹³⁶ Idem, p. 343

¹³⁷ Idem, p. 344

¹³⁸ DUARTE, P. *Memórias...* vol. VI, p. 304.

¹³⁹ Leo Vaz mudou-se para São Paulo em 1918 e logo passou a fazer parte do grupo de Oswald de Andrade e passou a freqüentar a *garçonnière* do escritor junto a Menotti del Picchia, Sarti Prado, Vicente Rao e Monteiro Lobato. Em 1929 tomou posse da cadeira 14 de Academia Paulista de Letras. Em 1935, viajou a bordo do Graf Zeppelin a fim de escrever uma série de reportagens para *O Estado de S. Paulo*. Escreveu *O professor Jeremias*,

Ferraz do Amaral (1894-1961) companheiros que se transformariam em três expoentes do jornalismo paulista. Recorda-se que:

Breno era esquisito, tinha um temperamento seco, mas de bom caráter. Não agüentou a redação do Jornal do Comércio e conseguiu apoio do Amadeu para trocar de posição. Leo e Correa de Melo, cheios de conteúdo humano, inteligentes, modestos, calados e sobretudo leais. Com Breno eu já tinha relações muito cordiais, de Correa de Melo e Leo Vaz logo fiquei amigo para lá de íntimo. [...] Com Breno Ferraz e Leo Vaz iniciava-se a colônia piracicabana dentro do Estado... Sud Menucci viria logo depois.¹⁴¹

Teria sido nessa ocasião que fora convidado por Belmonte (1896-1947)¹⁴², em nome de um amigo, o Zacarias de Camargo, a assumir a direção de uma revista chamada *Kosmos*, mesmo nome de outra que havia sido publicada no Rio de Janeiro. Segundo Paulo Duarte o objetivo do editor era fazer um modelo diferente da *Cigarra* “que só vive de caramelos açucarados demais para os leitores”¹⁴³.

Agora eu já era principiante de escritor. A direção cultural de *Kosmos* me abria campo e muito me ajudava o incentivo de Belmonte. Eu mudara o feitiço literário da revista. Vinha muita colaboração, mas fazíamos os dois

de 1920, *Ritinha* e outros casos, de 1923, *O burrico Lucio*, de 1951 e *Páginas vadias*, coletânea de textos autobiográficos. <http://www.leovaz.com.br/> Acessado em 20-08;2010.

¹⁴⁰ Luís Correa de Melo era natural de Tietê, onde nasceu em 06 de dezembro de 1888. Em sua terra natal freqüentou, depois dos primeiros estudos, o colégio particular do Dr. Teodoro Antunes Maciel. Em São Paulo foi aluno de português do professor Álvaro Guerra. Entrou, em 1908, para a revisão do "O Estado de São Paulo", que deixou para secretariar o "Jornal de Piracicaba". Em 1909 seguiu para o Rio de Janeiro ingressando como redator na "Imprensa", de Alcindo Guanabara. Nesse mesmo ano viajou para a Europa fixando residência no Porto, Portugal, onde trabalhou no "Comércio do Porto". De regresso ao Brasil retornou à atividade jornalística. Fez parte da redação de "A Notícia", "O Estado de São Paulo", "A Nação", do "São Paulo Ilustrado" e da "Gazeta", que secretariou em substituição a Moacir Piza. Foi sub-secretário do "O Combate". Esteve várias vezes na Argentina e no Uruguai, tendo percorrido extensa parte do território brasileiro. Em 1947 recusou o convite para ocupar o cargo de diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal. Foi redator-secretário da "Folha da Noite", do "Correio Paulistano" e do "Jornal da Manhã". Dirigiu a revista "A Cigarra", de Gelásio Pimenta. Colaborou em jornais e revistas do País, tendo sido correspondente da "Cena Ilustrada", de Florença. Fez parte do quadro do funcionalismo da Secretaria da Segurança Pública desde 1935. Fundou vários periódicos, entre os quais "Cine-Revista", "O Relâmpago" e "O Idealista". Escreveu para edição dominical do "Correio da Manhã", tendo feito bibliografia literária, nos últimos tempos, para a revista carioca "Leitura". Foi um dos fundadores do primeiro Instituto de Estudos Paulista. Foi membro honorário do Instituto de Cultura Americana da La Plata, Argentina; membro da Sociedade Paulista de Escritores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; do Instituto Genealógico Brasileiro; sócio-fundador da Associação de Imprensa; da Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo, de que foi diretor; do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo; da Sociedade Científica de São Paulo; da Associação de Intercâmbio de Guraratinga, Mato Grosso. Deixou uma vasta bibliografia. Faleceu em São Paulo no dia 06 de fevereiro de 1969. Em <http://www.dicionarioderuas.com.br/LOGRA.PHP?TxtNome=RUA%20LU%20CDS%20CORREIA%20DE%20M%20ELO&dist=72&txtusuario=&%20TxtQuery=1> Acessado em 20/08/2010.

¹⁴¹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. VI, p. 295.

¹⁴² Benedito Carneiro Bastos Barreto. Foi o criador do personagem Juca Pato cujo lema era “podia ser pior”. Também ilustrou livros de Monteiro Lobato, e uma edição brasileira do primo Basílio de Eça de Queiróz. Suas charges ferinas sobre a Segunda Guerra correram o mundo. Apesar do reconhecimento público, Belmonte ao morrer tuberculoso em 19 de abril de 1947, deixou para a família como herança apenas sua obr. Em 1962, a União Brasileira de Escritores criou o prêmio “Juca Pato”, idealizado pelo escritor Marcos Rey (1925-1999). <http://almanaque.folha.uol.com.br/belmonte.htm> Acessado em 20/08/2010.

¹⁴³ DUARTE, P. *Memórias...* vol. V, p. 346.

uma filtragem cuidadosa e quase tudo era recusado. Nós dois e mais Venâncio Machado éramos os quase únicos fornecedores da revista. Buscava assunto até nas poucas revistas estrangeiras que nos caíam nas mãos, principalmente francesas que eu mesmo traduzia.¹⁴⁴

Paulo Duarte considera o início de 1920 como o marco inicial de sua atividade intelectual. Para ele, até ali tudo não havia passado de ensaio. Já fazia versos com grande facilidade e até improvisava quadrinhas boas. As revistas *Arcádia* e *Piratininga* lhe serviam de campo de ensaio. Logo após o isolamento a que foi submetido, em 1918, quando contraiu difteria, publicou em *Arcádia* uns sonetos camonianos, dedicados às carinhosas enfermeiras que cuidaram dele.¹⁴⁵ Em parte, havia encontrado inspiração na trágica morte de seu amigo Julio Martins, que se suicidara no mesmo período. Segundo recorda:

Tinha matéria para quase um livro de versos. Jamais publicados, cuja maior parte muitos anos depois destruí por não achá-los a meu contento. Mostrava-os ao nosso grupinho, o Degas, o Olímpio, o Eduardo, o Vanderlei e o Monteleone, depois iam para o jazigo da gaveta e lá ficavam catalepsiados. Fazia um poema, abandonava-o na gaveta e, quando ia relê-lo, achava-lhe numerosos defeitos que corrigia ou então destruía também, porque já nascera mal estruturado e não valia a pena.¹⁴⁶

O desejo de Paulo Duarte em trabalhar num periódico da magnitude d'*O Estado* deve ser entendido como reflexo do desenvolvimento da grande imprensa, que absorveu em suas dependências parcela da elite republicana que não possuía capital real ou simbólico suficiente para ascender socialmente. Segundo Sérgio Miceli:

O êxito relativo das estratégias de reconversão dos filhos de “parentes pobres” que se encaminharam para as carreiras intelectuais se deve ao fato de essas estratégias terem coincidido com o desenvolvimento das burocracias intelectuais: a grande imprensa, as instituições políticas (Assembléias locais e nacionais), as organizações partidárias (os partidos republicanos). A possibilidade de ocuparem essas novas posições dependeu não de títulos e diplomas que por acaso tivessem, mas muito mais do capital de relações sociais que lograram mobilizar.¹⁴⁷

Desta forma, o jornalismo entrou em sua vida, não como uma segunda opção aleatória, mas num momento em que, conforme escreveu Sérgio Miceli, “toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa que constituía a principal instância de consagração da época, e que fornecia a maioria das consagrações e posições intelectuais”.¹⁴⁸

¹⁴⁴ Idem, p. 347

¹⁴⁵ Idem

¹⁴⁶ Idem

¹⁴⁷ MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 53

¹⁴⁸ Idem, p. 17.

Mas, embora trabalhar na redação dos jornais desse prestígio social, não era um trabalho seguro. Nelson Werneck Sodré lembra que “não havia nem mesmo a profissão de jornalista; tratava-se de um bico. De profissão os jornalistas eram funcionários públicos, via de regra.”¹⁴⁹

Nesse sentido, o diploma de advogado significava possibilidade de segurança financeira numa república que chegou a ser designada como a república dos bacharéis. Em decorrência disso, em 1922, Paulo Duarte, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, incentivado por sua mãe que sonhava vê-lo formado. Seu objetivo era o de melhorar as perspectivas profissionais, mas a sua passagem pelas Arcadas serviu também para aperfeiçoar seu aprendizado político, pois foi nos embates estudantis que Paulo parece ter pego o gosto pela luta política. Formou-se em 1927, mas só advogou esporadicamente.

Seu desabrochar intelectual deu-se em meio ao florescimento do movimento modernista, estética à qual Paulo Duarte não aderiu, embora Amadeu Amaral o houvesse alertado sobre a revolução que se operacionalizava no campo artístico, em especial no âmbito literário, de onde brotavam os novos ideais estéticos.

Se Paulo Duarte foi insensível à brisa que em pouco tempo se transformaria em fortes ventos de mudança em termos estético-literários, o mesmo não ocorreu na seara política. Como repórter político ele fazia a cobertura das visitas de autoridades ilustres ao Estado, como a do Presidente Epitácio Pessoa (1865-1942) e dos Reis da Bélgica que permaneceram em visita ao país de 19 de setembro a 16 de outubro de 1920, ou do Príncipe Aimone de Aosta (1900-1948). Também com frequência era o enviado d’*O Estado* para fazer as reportagens referentes às viagens do Presidente do Estado, Washington Luís, em seus deslocamentos ao interior do Estado de São Paulo.

Devotava-se cada vez mais à profissão, e seguiu empolgado com suas atividades até o fatídico 05 de julho de 1924, quando estourou o movimento revolucionário chefiado por Isidoro Dias Lopes (1865-1949). A data e o local não foram casuais. Os militares revoltosos prestavam uma homenagem à sublevação militar ocorrida na mesma data dois anos antes, no Rio de Janeiro, movimento conhecido como os 18 do Forte. A escolha de São Paulo foi estratégica porque como lembra Boris Fausto, “em meados de 1920 [a cidade] já era um grande centro, no quadro urbano da época, com mais de 650 mil habitantes e, sabidamente, importante centro de atividades industriais e comerciais”¹⁵⁰.

¹⁴⁹ WERNECK SODRÉ, N. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 8.

¹⁵⁰ FAUSTO, B. In DUARTE, P. *Agora nós! Crônica da Revolução Paulista, com perfis de alguns heróis da retaguarda*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; FUNDAP 2007, p. XVII.

Os dois movimentos sediciosos tiveram sua origem na insatisfação dos militares com Artur Bernardes. O primeiro ocorreu quando Bernardes ainda era candidato à presidência da República, devido a uma carta, que se comprovou depois apócrifa, em que o candidato teria acusado o exército de ser formado por elementos venais. O segundo exigia a renúncia do presidente Bernardes que desde sua posse governava sob estado de sítio.

Após resistir no Palácio dos Campos Elíseos por alguns dias, o governador Carlos de Campos (1866-1927), filho de Bernardino de Campos (1841-1915), e parte de seu secretariado, refugiou-se em uma composição ferroviária nas imediações do bairro da Penha. Diante do impasse entre militares e o governo, as autoridades que haviam permanecido na cidade constituíram um grupo para intermediar as negociações. O grupo de negociadores tinha como um de seus líderes José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), Presidente Associação Comercial de São Paulo, o prefeito Firmiano Pinto (1861-1938) que governava a cidade desde 1920, Henrique de Souza Queiróz, comandante da Guarda Municipal, Plínio Barreto, José Maria Whitaker, além de Júlio de Mesquita.

Paulo Duarte, diz ter se encontrado, por acaso, com Macedo Soares que o teria escolhido para ser seu secretário informal durante a crise. Não custa lembrar que essa escolha não foi casual, pois Paulo era homem de confiança de Júlio Mesquita. Segundo ele mesmo narra, em 1923 ele se tornara secretário de Julio Mesquita e a confiança depositada nele levou Mesquita a enviá-lo a Belo Horizonte para entrevistar o presidente eleito Artur Bernardes. A entrevista não chegou a ser publicada porque Júlio Mesquita alegara não ter condições de contestá-la “devido à delicadeza dos acontecimentos políticos dos dias melindrosos e incertos de ameaça militarista que vivíamos”.¹⁵¹

Macedo Soares comandou várias *démarches*, das quais Paulo Duarte participou como seu enviado especial aos líderes refugiados na composição ferroviária estacionada em Guaiauna, próximo ao bairro da Penha. Não se chegou a um acordo e, a pedido do governador paulista, a aviação federal bombardeou a cidade danificando seu parque industrial e mesmo áreas residenciais. Na eminência da derrota e para evitar mais baixas na população local, os militares revoltosos deixaram a cidade.

Os episódios de 1924 abriram uma fenda no seio da oligarquia paulista. A ala mais progressista do PRP, aquela dos homens que defendiam mudanças eleitorais e políticas, sem evidentemente alterar a base social, e antes que forças populares viessem a fazê-la, agruparam-se e fundaram, em 1926, o PD.

¹⁵¹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p. 38.

O novo partido contou com a adesão de significativa parcela dos jovens oligarcas que não encontravam espaço na política e no próprio PRP. Cabe destacar que Julio Mesquita, a quem Paulo Duarte devotava um profundo respeito foi um dos entusiastas da nova agremiação política, ao lado do ex-prefeito Antonio Prado. certamente um dos motivos pelo qual Paulo Duarte tenha se entusiasmado com o novo partido.

Entretanto, Júlio Mesquita não permitiu que seu jornal se tornasse órgão oficial do PD. Necessitando de um periódico em que pudessem divulgar o ideário do partido, os próceres democráticos criaram o *Diário Nacional*. Em 1929, o jornal passou por uma reformulação e Paulo Duarte, como homem da confiança dos Mesquita tornou-se editor-chefe do órgão oficial dos democráticos.

Desse episódio revolucionário resultou *Agora nós!*, publicado, em 1927¹⁵², assim que o novo governo revogou o estado de sítio que subsistia desde 1924. O livro narra sua participação nos dias em que a cidade esteve sitiada e a perseguição de que foram vítimas as autoridades que intermediaram o conflito, entre os quais o próprio Paulo, acusados de simpatia à causa revolucionária. Para Boris Fausto o título do livro sintetiza

[...] em poucas palavras, traços centrais da personalidade do autor. Se há no título um “nós”, em contraposição deve haver um “eles”. “Eles”, na visão do autor, eram os oligarcas da Primeira República, responsáveis pelo desvirtuamento da verdade eleitoral, pela prática da fraude, pelo nepotismo e pela corrupção; “nós” era aquela corrente de homens tidos como sérios e probos, que se opunham aos desmandos do governo e do Partido Republicano Paulista, eternizado no controle do poder no Estado de São Paulo. Gente que defendia o voto secreto, a justiça independente, a expansão da cidadania pelo acesso à educação.¹⁵³

Os episódios de julho de 1924 marcaram a ruptura de Paulo Duarte com os perrepeistas, menos por motivação ideológica do que pelos episódios que se sucederam após o final da ocupação militar.

O PD trouxe esperanças de que se pudesse renovar a política paulista pela via eleitoral. A primeira tentativa dos democráticos chegarem ao poder ocorreu nas eleições regionais de 1928, mas logo ficou claro que a vitória não seria possível sem uma reforma política de base que instituísse o voto secreto, uma das principais bandeiras de luta do partido. Após a previsível derrota eleitoral, os próceres democráticos procuraram ampliar os contatos políticos

¹⁵² No mesmo ano em que publicou *Agora nós!* saiu também *Sob as arcadas*¹⁵². O volume reúne textos em verso e em prosa, alguns originais, outros já publicados nas páginas do jornal *Folha da Manhã*, que relatam e/ou reproduzem sua ação estudantil contra a organização *Burschenschaft* ou simplesmente *A Bucha*, sociedade secreta que funcionava na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde Paulo estudou entre 1922 e 1927.

¹⁵³ FAUSTO, B. op. cit., p. V.

a nível nacional e iniciaram conversações com o Partido Liberal do Rio Grande do Sul cuja luta contra a hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense era semelhante àquela que eles levavam contra o PRP.

As lideranças do PD e do PL também viam com simpatia a luta dos tenentes desde a ocupação de São Paulo, em 1924. Muitos tenentes processados pelas sublevações tiveram entre os seus defensores líderes democráticos. Célebre foi o caso da cassação da nacionalidade brasileira do tenente Miguel Costa (1885-1959), nascido em Buenos Aires.

Como se sabe, PD, PL e tenentes estabeleceram uma aliança em torno da candidatura de Getúlio Vargas às eleições de 1930, mas, uma vez mais a máquina eleitoral deu a vitória à chapa do governo encabeçada por Júlio Prestes (1882-1946). Entretanto, os tempos eram outros, as condições econômicas se agravavam dia a dia e quando ocorreu o assassinato do candidato à vice-presidência da chapa de Vargas, o paraibano João Pessoa (1878-1930) em 26 de julho, por motivos alheios à política, começou-se a discutir abertamente possibilidade da revolução.

Quando os ventos revolucionários começaram a soprar mais intensamente, setores mais radicais do PD entenderam que o partido deveria apoiar a Revolução. Esse período foi narrado em *O que é que há? – Pequena história de uma grande pirataria*¹⁵⁴. Nesse texto, mistura de crônica e narrativa de viagem, ele narrou sua participação na difícil viagem da caravana da Aliança Liberal às regiões Norte e Nordeste do Brasil.¹⁵⁵ O livro apresenta ainda sua versão dos passos que levaram o PD a participar da aliança política que resultou no golpe de 03 de outubro de 1930, com a conseqüente subida de Getúlio Vargas ao poder, assim como os fatos posteriores que levaram os democráticos paulistas a afastarem-se de seus antigos aliados.

Logo após a revolução, ocorreu a cisão entre tenentes e democráticos. Estes se sentiram traídos pelos militares, pois esperavam a indicação de um de seus líderes para governar o Estado paulista, mas Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, optou nomear

¹⁵⁴ Ao intitular seu livro com as mesmas palavras que compunham a senha utilizada pelos conspiradores para dar início ao processo revolucionário Paulo Duarte prestou um tributo à revolução e deixou claro não apenas seu envolvimento pessoal na revolução como a participação dos democráticos em todas as etapas do processo revolucionário. Nesse sentido, seu livro é uma resposta a *Outubro, 1930* de Virgílio A. de Melo Franco, ensaio no qual os democráticos paulistas aparecem como grupo secundário no quadro revolucionário.

¹⁵⁵ *Que é que há?* está estruturado em cinco capítulos. I. Bagunça em caixa alta; II. Democratas, liberais, revolucionários; III. Nós queremos...; IV Uma página a Euclides da Cunha; V. República nova. No quarto capítulo encontra-se a narrativa de sua viagem como membro da caravana democrática liderada por Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) e João Neves da Fontoura (1887-1963) às regiões Norte e Nordeste do Brasil, ocasião em que entrevistou o presidente da Paraíba, João Pessoa (1878-1930), candidato a vice-presidente na chapa da Aliança Liberal. No quinto capítulo o autor critica os rumos da República Nova e revela a sua desilusão com os novos donos do poder que teriam traído os democráticos ao entregar a chefia do executivo paulista ao grupo tenentista motivo pelo qual decidiu afastar-se do grupo político que havia tramado a revolução.

um delegado militar. Descontentes com a decisão do governo provisório, os democráticos passaram à oposição e iniciaram uma campanha pelo retorno do Estado às mãos da oligarquia local e pela constitucionalização do país, promessa de campanha que a Aliança Liberal ainda não havia cumprido.

Em 09 de julho de 1932 as forças paulistas iniciaram uma guerra civil contra o governo federal, que entrou para os anais da história como Revolução Constitucionalista. *Palmares pelo avesso* narra sua participação nesse conflito que durou de julho a outubro de 1932 e terminou com a derrota paulista e o exílio dos perdedores, entre os quais o próprio Paulo Duarte. A narrativa tem início com sua viagem para o Vale do Paraíba para alistar-se nas forças constitucionalistas paulistas e termina com o início de sua viagem ao exílio.

Redigido durante os primeiros meses de 1933, em Paris, *Palmares pelo avesso* ficou vários anos na gaveta e só foi publicado em 1947, depois que Paulo Duarte retornou ao Brasil ao fim do Estado Novo.

A leitura das narrativas de Paulo Duarte sobre os conflitos de 1924, 1930 e 1932 demonstram que foi necessária a quebra do pacto oligárquico, mais de quarenta anos após a instalação da República para que se conseguisse avanço em direitos básicos da cidadania, como a instituição do voto secreto.

No plano biográfico, a trilogia revolucionária permite perceber como ocorreu a transformação de Paulo Duarte de jornalista a revolucionário e contra-revolucionário em curto período de oito anos, tempo em que muitos intelectuais trocaram as simbólicas trincheiras de luta nas páginas dos periódicos pela paixão revolucionária. Pode-se dizer que, ao rumar para o primeiro exílio, em fins de 1932, estava concluída a segunda etapa da formação intelectual de Paulo Duarte.

1.3- A escrita como resistência

Para Paulo Duarte, o exílio, nos momentos mais críticos, tornava-se quase insuportável a ponto de sentir-se:

[...] um semimorto. Imobilizado, sem luz, sem ar, na tortura da asfixia, tendo desgraçadamente íntegra toda a capacidade de mover-se, de agir, de lutar, de sonhar. As duas vezes em que partira para o desterro, ele mesmo achara imbecil, mas era verdade, sentira a impressão de estar assistindo aos próprios funerais.¹⁵⁶

Mas teve ao menos um ponto positivo. Ele teve tempo para escrever. Foi no exílio que escreveu *Palmares pelo avesso* e *O espírito das catedrais*. Vivaldo Coaracy, um dos companheiros de Paulo Duarte no primeiro exílio lembra que:

Os exilados são postos à margem dos acontecimentos e da Vida. Sofrem fatalmente um processo gradativo de desambientação em relação ao meio de que foram afastados. Ficam parados no tempo, na mesma atitude mental e emocional em que os surpreendeu a ordem de deportação e o transporte para o país estranho. Talvez, pela sensação de estar à margem dos acontecimentos e da Vida é que muitos intelectuais exilados consigam imprimir um ritmo distinto ao seu cotidiano, voltando-se com mais afinco aos estudos e às atividades intelectuais.¹⁵⁷

É preciso não esquecer, entretanto, que os dois períodos foram completamente distintos tendo como única constante sua produção intelectual. O primeiro foi um paradoxo. Pode-se supor que o jovem jornalista, com 33 anos recém completados, tenha deixado o Brasil com sentimentos dúbios. Ao mesmo tempo em que era expulso do país como derrotado na Revolução de 32, e viajava sem condições financeiras que lhe permitissem viver confortavelmente, estava prestes a realizar o antigo sonho de conhecer a Europa e assim sanar uma grave defasagem de sua formação. Ele finalmente deixaria de ser o homem que nunca foi à Europa.

Uma das coisas que até então mais me tinham perseguido na vida era o homem que já foi à Europa. Em São Paulo, na Franca, em Goiás, no

¹⁵⁶ DUARTE, P. *Memórias...* vol. X, p.273

¹⁵⁷ COARACY, V. op. cit., 2008, p.7

Amazonas, na Faculdade de Direito, no jornal, nas trincheiras, até no vapor que nos trouxera a Lisboa, ele me azucrinou; eu ia ficar livre dele entrando também para a irmandade. Engano d'alma, logo nos primeiros dias lá apareceu ele para me passar um pito por dormir com a janela aberta no inverno europeu.: —você não sabe o que é o inverno da Europa! Um perigo! Tuberculose, pneumonia, um rol de maldições que eu conhecia muito do Brasil...¹⁵⁸

No navio que o levou pela primeira vez à Europa estava parte significativa dos políticos paulistas muitos dos quais conhecidos seus desde os tempos em que trabalhara como repórter político d'*O Estado* período em que freqüentou cotidianamente as Secretarias de Estado em busca de notícias do governo.

A companhia de homens tão ilustres, muitos deles já idosos, pode ter contribuído para que Paulo Duarte sentisse certo amparo frente à difícil situação em que se encontrava. Paulo lembra que durante a travessia do Atlântico, o ex-senador Álvaro de Carvalho (1865-1933), teria ficado penalizado com a situação financeira de alguns companheiros de exílio, e para tanto ficara

matutando na situação de vários militares completamente sem recursos e sem esperança de obtê-los [motivo pelo qual] inventou um jogo de pôquer, formando mesas diferentes todos os dias, das quais tomava parte. E o velho Álvaro cotidianamente, perdia para os companheiros, fingindo-se muito aborrecido com o seu azar.¹⁵⁹

Durante o período em que permaneceu em Lisboa teve a companhia constante de Julinho Mesquita. Quando decidiu deixar a capital portuguesa, Paulo o fez com a ajuda financeira de Joaquim Sampaio Vidal (1897-1949)¹⁶⁰, companheiro de militância política no PD, e um dos proprietários do *Diário Nacional*, ao lado de quem tinham trabalhado entre 1929 e 1932. Quincas, como ele carinhosamente o chamava, foi quem lhe financiou a passagem até Paris quando certo dia descobriu que suas economias não seriam suficientes para realizar a viagem, a não ser que vendesse seus três “Louis”. Foi então que teve a idéia de pedir ajuda a Joaquim Sampaio Vidal:

¹⁵⁸ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p. 14

¹⁵⁹ Idem, p. 11

¹⁶⁰ Joaquim Sampaio Vidal era filho de Bento de Abreu Sampaio Vidal (1872-1948), fundador de Marília e colega de Paulo Duarte na Assembléia de São Paulo entre 1935 e 1937). Joaquim era sobrinho do ex-ministro da Fazenda do governo Epitácio Pessoa, Rafael de Abreu Sampaio Vidal (1870-1941). Seu avô paterno Joaquim José de Abreu Sampaio fora deputado provincial e cunhado de Antônio Carlos de Arruda Botelho (1827-1901), o Conde do Pinhal, um dos homens mais ricos do Estado de São Paulo. Joaquim foi um dos fundadores do PD e o maior acionista da Sociedade Anônima Diário Nacional. Em 1933, retornou ao Brasil, elegeu-se deputado federal (1935-1937) e foi um dos diretores do IDORT, trabalhando ao lado de Armando de Sales Oliveira. Voltou a eleger-se deputado federal constituinte em 1946. ZIOLI, M. *Polícia com café no Oeste do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado: FCL – UNESP - Assis, 2006, p. 150.

Antes do amanhecer, estava tranqüilamente no Rossio, com o meu amigo Marques, o porteiro do Hotel Central. Primeiro susto: quase mil escudos de frete da bagagem até Paris! O dinheiro não dava mais pra chegar a Paris, nem pra ver Madri. A não ser que vendesse todo o meu ouro!... Mandei o meu amigo de táxi acordar o Quincas (Joaquim Sampaio Vidal)— que é o mais abonado dos exilados, pois ainda há pouco chegou-lhe dinheiro e bastante dinheiro— com um bilhete envolta no qual uma das minha moedas, pedindo-lhe um reforço de mil escudos que ele se pagaria, com a troca num cambista, e me mandaria o resto, se houvesse, para Paris. Pois o Quincas mandou dois mil e devolveu a moeda!...¹⁶¹

Viajou apreensivo. Atravessou a Espanha ignorando como terminaria a sua aventura. Após uma breve parada em Madri, seguiu viagem. Para seu alívio, esperava-o na *Gare D’Orsay* outro velho conhecido, o professor Vicente Rao (1892-1978) em cujo escritório Paulo havia iniciado sua carreira de advogado. Rao não apenas foi encontrá-lo na estação como também o hospedou em seu apartamento à Avenue Carnot, 22.

Em seus primeiros dias em Paris dedicou-se a procurar um hotel. Hospedou-se no Recordon na mesma Avenida Carnot,. Segundo lembra, aquele foi um inverno rigorosíssimo e como tivesse o bolso vazio, foi obrigado “a permanecer enfurnado a maior parte do tempo no minúsculo quarto daquele hotel de terceira classe”¹⁶². Foi nesse período que escreveu *Palmares pelo avesso*.

Seguindo conselho de Sérgio Milliet, tratou de entrar em contato com intelectuais franceses. Encontrou-se primeiro com Charles Rebber, “um jornalista destabocado, comunista, inteligentíssimo, ativíssimo, inigualável em descobrir altas reportagens que ele vendia a diversos jornais”¹⁶³, e com Ivan Goll (1891-1950), “poeta e crítico de teatro e de literatura. Era de esquerda, mas não comunista. Alsaciano bilíngüe, falava e escrevia com correção e familiaridade o francês e o alemão. Ambos o receberam como irmão” e, como irmão passaram a conviver.¹⁶⁴

Durante parte significativa de seu tempo, Paulo mantinha contato com os demais brasileiros residentes ou em visita à cidade.¹⁶⁵ Numa dessas ocasiões esteve no Hotel Regina, em companhia de Vicente Rao, para visitar Francisco Morato (1868-1948). As conversas

¹⁶¹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p.89-90.

¹⁶² DUARTE, P. *Palmares pelo avesso*. São Paulo. Instituto Progresso Editorial, 1947, s.p.

¹⁶³ DUARTE, P. *Memórias...* vol. II, p. 5

¹⁶⁴ Idem, p. 5

¹⁶⁵ Segundo Aureliano Leite: “Vários dos exilados, em seguida ao despejo do *Siqueira Campos* subiram para Paris. Isso aconteceu, no geral [...] com aqueles que já se haviam excluído do número dos que pensavam na continuação da luta material e dispuseram logo de numerário para fazer face às grandes despesas da viagem e da vida, acolá, de preço dobrado ao que custava em Portugal. LEITE, A. *Episódios do exílio – Portugal e outras terras*.” São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 211. É o caso de Paulo Duarte, que, apesar da escassez de recursos, aproveitou a ocasião para conhecer Paris.

versavam invariavelmente sobre a situação dos exilados e sobre política brasileira, em especial quanto ao encaminhamento da luta contra o governo Vargas.

Por ocasião da visita de Assis Brasil ¹⁶⁶, voltou ao hotel Regina. O político gaúcho vinha de Lisboa onde havia sido recebido com “amabilidade fria pelos exilados”, pois apesar de terem sido aliados até 1930, muitos o acusavam de não manifestar a mesma firmeza e o mesmo entusiasmo pela causa de São Paulo.¹⁶⁷ Sua visita tinha o propósito de reatar o contato com o velho político gaúcho, pois haviam rompido quando Paulo Duarte desentendeu-se com Paulo Nogueira Filho por questões políticas que levaram Nogueira Filho a se afastar da redação do *Diário Nacional*. Paulo Duarte relata que:

A alegria do velho foi imensa, abraçou-me com carinho, justificou longamente a sua atitude que sempre foi de solidariedade a São Paulo, falou da amizade do velho Julio Mesquita, lembrou as viagens que fizemos juntos na propaganda libertadora e democrática, enfim duas horas de conversa animada sem interrupção.¹⁶⁸

Os primeiros tempos em Paris foram cheios de contrastes. Se por um lado freqüentava o hotel Regina, um dos mais reputados da *belle époque*, por outro vivia em um hotel de terceira classe. Sua narrativa revela um período de incertezas e de privações, como na ocasião em que os exilados comemoraram o 9 de julho:

Todos os exilados em Paris comemoramos o 9 de julho reunindo-nos primeiro no Fouquet's e depois no Normandy, ambos nos Campos Elíseos. E o mais engraçado é que eu nem poderia entrar numa vaca, para as despesas. Tinha um franco e cinquenta no bolso... Tomei champanha com o pessoal e não pude jantar. Quem pagou foi o Aureliano Leite, além de excelente camarada é homem abastado. Morra a ditadura e viva o Aureliano!¹⁶⁹

Ao mesmo tempo em que realizava o antigo sonho de conhecer a capital francesa, tratou de tomar as primeiras providências para encontrar trabalho. Dirigiu-se à redação do *Le Temps* para, como era de praxe, deixar carta de recomendação que trouxera de Lisboa e, em companhia de Charles Rebber, visitou redações de outras revistas e periódicos franceses, mas atribui ao acaso o fato de ter conseguido um emprego:

Um acaso milagroso me fez presente ao almoço de inverno do Clube dos Gastrônomos, de Paris. Aí, inesperadamente, graças à oportunidade que me foi dada de oferecer uma garrafa de pinga pernambucana ao grupo maior

¹⁶⁶ Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), político liberal gaúcho, jurista e diplomata. Participou, em 1927, da fundação do Partido Democrático Nacional em 1927, partido que havia ajudado a derrubar a velha república. Em 1933 viajou à Europa representando o governo brasileiro na Conferência Monetária e Econômica em Londres, ocasião em que, passando por Paris, teria recebido a visita de Paulo Duarte. Cf. <http://assisbrasil.org/bio.html>, acesso em 18 de abril 2010.

¹⁶⁷ DUARTE, P. *Memórias...* vol. II, p. 164

¹⁶⁸ Idem, p. 165

¹⁶⁹ Idem, p. 179

daquela sociedade de gente de bom gosto com a presença de Curnonski, seu presidente, do presidente do Conselho de Ministros Gaston Doumergue¹⁷⁰, de Henri Joly, presidente da Sociedade de Belas Artes e outros notáveis da inteligência. A tal pinga que me custara quatrocentos réis em Recife, quando por ali passara meses antes, preso no vapor Siqueira Campos, para ser deportado, foi um sucesso de glória.¹⁷¹

Henry Joly, anfitrião do encontro, teria ficado impressionado com os conhecimentos daquele jornalista brasileiro exilado. Segundo Paulo Duarte seus conhecimentos sobre a história medieval da França graças às leituras da obra de Michel Zevaco (1860-1918) impressionaram Joly que ao fim daquele encontro mostrou-se disposto a ajudá-lo. Joly convidou-o para um novo encontro no qual foi apresentado ao jornalista George de la Fouchardière (1874-1946) que publicava artigos em *L'Oeuvre*, e ao conhecido fotógrafo e editor Lucien Vogel (1886-1954)¹⁷². A figura de Vogel deve tê-lo impressionado, pois Paulo o descreveu como “um homem alto, loiro, forte, vivo, um plastron anacrônico sobre o colarinho alto”.¹⁷³

Dias depois, dirigiu-se à redação de *VU*, à Avenue Champs Elysées onde foi recebido por Vogel que, além de diretor de *VU*, também editava um jornal semanal ilustrado intitulado *LU*, com os comentários aparecidos na imprensa francesa durante a semana. Recebeu, então, a proposta de trabalhar na gráfica da revista e de tornar-se colaborador, além de vendedor.

Seu encontro com Vogel modificou-lhe o estado de ânimo. De acordo com Paulo:

Aquele acontecimento inesperado despertou novamente a atividade de lutador. Parecia estar vivendo debaixo de milagres e feitiçarias. Tudo caminhava agora de jeito diferente. Até o inverno ia desaparecendo, exigindo do sol um melhor cumprimento dos seus deveres de funcionário. De fato, este já ficava mais um pouco na repartição terrestre e só ia embora depois de cinco horas e não antes das quatro, como antigamente.¹⁷⁴

Nos dez meses em que permaneceu em Paris, aproveitou para conhecer os principais monumentos e museus franceses; buscou formas de sobreviver e nas horas de folga dedicava-se à redação de *Palmares pelo avesso*. É compreensível que tenha se dedicado a escrever sobre o frustrado movimento revolucionário paulista, pois durante a viagem para o exílio, em Lisboa, e mesmo em Paris, a derrota constitucionalista e as formas de continuar ou não a luta

¹⁷⁰ Pierre Paul Henri Gaston Doumergue (1863-1937). Presidiu em duas ocasiões o Conselho de Ministros da França (1913-1914 e em 1934). Entre 1924 e 1931 foi Presidente da República.

¹⁷¹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. II, p. 116.

¹⁷² Lucien Vogel era fotógrafo antes de se tornar editor de revistas. Em 1911 fundou a revista de estilo *La gazette du bom ton*. Trabalhou na revista *Art et décoration*. Foi editor de arte da *Vogue* francesa entre 1922 e 1925 e em 1928 fundou *VU*.

¹⁷³ DUARTE, P. *Memórias...* vol. X, p. 84.

¹⁷⁴ Idem, p. 85.

eram temas recorrentes de todas as tertúlias dos exilados. Outros companheiros também se dedicaram a escrever sobre o tema. Vivaldo Coaracy escreveu sobre o cotidiano dos presos políticos encarcerados na Casa de Correição, à Rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro, intitulado *A Sala da Capela*, publicado em São Paulo, em 1933.

Aureliano Leite (1886-1976) abordou o mesmo período e personagens que Vivaldo Coaracy em *Episódios do exílio*. Entretanto, seu texto inicia-se com as prisões dos paulistas e termina com o regresso do autor ao Brasil.

Aureliano Leite confirma as palavras de Coaracy sobre o ritmo distinto no cotidiano dos exilados, mais propenso aos estudos e às atividades intelectuais. Quando publicou seu texto “aproveitando os ócios inesperados dos derradeiros e melancólicos dias de 1937”, certamente como uma forma indireta de protesto contra o Estado Novo, diz ter exumado umas apagadas notas do exílio para compor o volume.¹⁷⁵

O itinerário de Aureliano Leite foi semelhante ao de Paulo Duarte, ou seja, desembarcou em Lisboa com o grupo de exilados constitucionalistas e seguiu até Paris. Entretanto, a leitura de seu relato permite perceber com mais nitidez os subgrupos que se formaram em Lisboa, assim que os exilados ali se estabeleceram. Enquanto Paulo Duarte integrava o grupo d’*O Estado*, cuja figura central era Julinho Mesquita, Aureliano gravitava em torno do grupo do ex-governador Pedro de Toledo (1860-1935).

Em agosto de 1933, a sorte dos exilados começou a mudar com a indicação de Armando de Sales Oliveira como Interventor Federal em São Paulo. Alguns já tinham negociado sua volta diretamente com o governo e Armando aproveitou sua nomeação para negociar o retorno de seus cunhados Julio e Francisco Mesquita, além de outros exilados ligados ao grupo d’*O Estado*, entre os quais Paulo Duarte, que afirma ter relutado retornar ao Brasil. Em suas *Memórias*, ele relata a dúvida que o assolou naquele momento decisivo.

Mas e o meu futuro em Paris? Tantas penas, tantos padecimentos, para perder tudo? Naufrágio no porto! Tudo, não, hei de voltar! Infelizmente tenho que retomar a luta lá. Que pena! Mas quem poderá deixar de cumprir o seu fadário?!

De qualquer maneira a retirada depois de ganha a batalha decisiva, é sempre uma besteira...¹⁷⁶

As condições de seu segundo exílio foram distintas da anterior. Paulo Duarte parece ter sido pego de surpresa quando recebeu a notícia do novo desterro. Além disso, partia sozinha rumo a uma Alemanha já dominada pelo nazismo. Ao desembarcar no porto de

¹⁷⁵ LEITE, A. op. cit., 1938, s. p.

¹⁷⁶ DUARTE, P. *Memórias...* vol. II, p. 215.

Hamburgo, em dezembro de 1938, pode rapidamente perceber o clima de perseguição aos judeus. Em 14 de dezembro, ao visitar a “Exposição de Arte Degenerada” no Kunsthalle, diz nunca tinha visto “tão clara a ferocidade política! Um auto-de-fé iconográfico da Arte Moderna só porque os artistas judeus e comunistas são os melhores representantes.”¹⁷⁷ O cenário completava-se com os letrados infames sobre os judeus. Quatro dias depois de desembarcar em Hamburgo, ele deixou a cidade em direção a Colônia e Mannheim e de lá viajou a Paris, onde permaneceria pelos próximos quatro meses.

Apesar da tensão que reinava na Europa naqueles momentos, esta parece ter sido sua estada mais tranqüila na cidade. Talvez isso se deva ao fato de que, ao contrário de 1932, Paulo não chegara como simples jornalista. Retornava com mais experiência adquirida nos cinco anos de intensas atividades políticas junto ao ex-candidato à presidência da República. Além disso, os vencimentos de deputado estadual tinham lhe proporcionado acumular reservas financeiras que lhe permitiram viver os primeiros tempos com alguma tranqüilidade.

Porém, o número de exilados era exíguo, exceto Lindolfo Color (1890-1942), todos eram íntimos companheiros de jornada política, como o ex-governador Armando de Sales Oliveira, Julinho Mesquita, Luiz Piza, Octávio Mangabeira¹⁷⁸ e Mário Brandt, acompanhados de suas respectivas famílias. Apenas Paulo Duarte e Paulo Nogueira Filho (1899-1969) vieram desacompanhados e por isso decidiram morar juntos.

Naquele período, Paulo Duarte dedicou-se a escrever artigos para *O Estado*, mas logo ficou sabendo, por carta de Sérgio Milliet, que dois artigos escritos sobre a nova Alemanha, assim como dois anteriores escritos a bordo do *Monte Pascoal*, não tinham sido publicados. O governo censurara tanto os textos assinados como Paulo Duarte, quanto sob o pseudônimo “Gabica Diniz”, uma homenagem ao avô materno. Segundo Paulo, tais artigos tinham sido enviados através de um senhor, agente do governo alemão destacado para acompanhá-lo durante a visita àquele país. Deduziu, portanto que, ciente de seu conteúdo, a Embaixada Alemã, no Rio, teria censurado os artigos fato pelo qual não foi publicado n’*O Estado*.¹⁷⁹

Além de encontros com alguns dos amigos exilados, em especial Julinho Mesquita, Paulo passava quase todo o seu tempo em visita a museus, exposições, e em contato com o mundo editorial francês. Voltou a se encontrar com Charles Rebber e juntos visitaram a redação do *Marianne*, “jornal socialista, mas não de extrema esquerda, muito mais perto de *Le*

¹⁷⁷ DUARTE, P. *Memórias...* vol. VII, p. 77/78

¹⁷⁸ Octávio Mangabeira (1886-1960). Ministro do Exterior no governo Washington Luís. Permaneceu exilado até 1937. No mesmo ano com o Estado Novo voltou ao exílio de onde retornou após a redemocratização do país em 1945.

¹⁷⁹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. VII, p. 112

Populaire do que de *L'Humanité*, e ali [deu] uma espécie de entrevista a Emmanuel Bourcier”¹⁸⁰, publicada no número de 4 de janeiro.

No início do ano de 1939, o presidente Franklin Roosevelt (1881-1945), na tradicional mensagem ao Congresso, transmitida para o mundo, afirmou seu compromisso em favor das instituições livres e incitou todos os povos a defendê-las. Os exilados brasileiros percebem nas palavras do presidente norte-americano uma oportunidade para manifestar-se contra o governo de Getúlio Vargas.

Reunidos no apartamento de Armando de Sales Oliveira, redigiram uma mensagem para Roosevelt. Com cinco longos parágrafos, o texto começa com o aplauso dos democráticos ao pronunciamento do presidente norte-americano; faz alusão ao Golpe de Estado que revogou a Constituição Federal brasileira; fala sobre a falta de liberdade de imprensa, assim como a falência das instituições livres no Brasil e termina aludindo à condição de exilados de seus signatários.¹⁸¹ O texto foi vertido para o francês por Paul Arbousse Bastide, ex-professor da Universidade de São Paulo, e coube a Paulo Duarte, auxiliado por Ivan Goll, que o acompanhou a uma tipografia, o trabalho de fazer imprimi-lo em três línguas.¹⁸²

Paulo Duarte continuava ligado política e afetivamente ao grupo d'*O Estado* e ficou contrariado quando Armando e Julinho decidiram ir para os Estados Unidos. Alegavam que lá encontrariam apoio político efetivo, mas não se pode descartar que a decisão possa ter sido tomada ao anteverem o agravamento do conflito europeu.

Em 14 de abril de 1939 o grupo começou a se separar. Armando partiu para os Estados Unidos. Paulo Nogueira Filho foi para uma estação de cura na Suíça e ficara de seguir o mesmo destino. Paulo Duarte permaneceu com Julinho Mesquita e conta que passaram as últimas tardes arrumando os papéis para irem ao encontro de Armando. Mas revela que viajaria contrariado.¹⁸³

¹⁸⁰ Idem, p. 115

¹⁸¹ O documento foi assinado respectivamente por Armando de Sales Oliveira, ex-governador do Estado de São Paulo, presidente da União Democrática Brasileira e seu candidato à Presidência da República; Otávio Mangabeira, ex-ministro das Relações Exteriores, ex-deputado federal e diretor da UBD; Mário Brandt, ex-deputado federal e ex-presidente do Banco do Brasil; Luis de Toledo Piza, ex-deputado federal e ex-presidente do Departamento Nacional de Café; Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*; Paulo Nogueira Filho, ex-deputado federal e Paulo Duarte, ex-deputado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Datado de 7 de janeiro de 1939, encontra-se transcrito integralmente em DUARTE, P. *Memórias...* vol. VII, p. 116/117.

¹⁸² Idem, p. 117.

¹⁸³ Idem, p. 161

Paulo retornaria outra vez a Paris em 16 de fevereiro de 1940. Era a terceira vez que se exilava na cidade.¹⁸⁴ Regressava depois de um breve período nos Estados Unidos, uma viagem frustrada ao Brasil para se encontrar com o Ministro da Guerra e seis meses em Buenos Aires. Nas permanências anteriores, em 1933 e 1939, Paulo teve consigo o grupo de amigos também exilados, pessoas com quem sempre pôde contar em caso de extrema necessidade, em especial Julinho Mesquita e Paulo Nogueira Filho, motivo pelo qual nesta terceira vez, ao chegar à cidade, no inverno de 1940, sentiu-a “como um deserto.”¹⁸⁵

Ao seu lado apenas a esposa, companheira no primeiro exílio e que havia ido ao seu encontro em Buenos Aires. Talvez, devido à sua companhia, tenha procurado hospedar-se com algum conforto, o que o levou a alugar o mesmo apartamento em que Júlio e Armando de Sales Oliveira haviam residido, à rue de la Pompe, 81, Passy, no sofisticado XVI *arrondissement*, próximo ao Palais de Chaillot, sede do Museu do Homem.

Esperava manter-se como correspondente de guerra d’*O Estado de S. Paulo* e com a promessa de receber *pro labore* por artigos que enviasse para o *El Clarín* de Buenos Aires. Assim que se instalou, dirigiu-se ao Hotel Continental onde funcionava o setor do Ministério da Informação, encarregado de expedir a licença para que jornalistas estrangeiros pudessem receber permissão e informações para trabalhar como correspondente de guerra, indispensável para que o jornalista pudesse exercer sua profissão, em momento de grande tensão devido ao alastramento do conflito bélico pela Europa. Mas, em pouco tempo percebeu que seus planos não se concretizariam. Primeiro recebeu comunicado de Buenos Aires suspendendo a colaboração com *El Clarín* sob a alegação de crise na empresa.¹⁸⁶

Em 19 de março, escreveu a Antonio Mendonça informando estar cumprindo o acordo com *O Estado*, pois desde que tinha chegado, enviara uma série de sete artigos por todos os correios aéreos.¹⁸⁷ Na mesma carta confessou ao seu procurador, talvez com a intenção de contar com sua solidariedade, a difícil situação em que se encontrava: “Só se você tivesse tido

¹⁸⁴ Paulo Duarte chegou a Paris pela primeira vez em dezembro de 1932 (*Memórias...* vol. X, p. 58). Em 24 de agosto de 1933, o governo autorizou seu regresso ao Brasil, três dias após a posse de Armando de Sales Oliveira como interventor federal em São Paulo. Ele não diz a data exata de seu retorno, mas em 18 de outubro de 1933 já se encontrava em São Paulo (*Memórias...* vol. III, p. 4). Paulo não esclarece a data em que chegou a Paris pela segunda vez. Exilado em novembro de 1938, foi enviado à Alemanha. Em 20 de dezembro encontrava-se em Mannheim. Dois dias depois parte para Paris onde permanece até 19 de abril de 1939. Idem, p. 98, 162/163.

¹⁸⁵ DUARTE, P. *Memórias...* vol. IX, p. 7

¹⁸⁶ DUARTE, P. *Memórias...* vol. IX, p.23

¹⁸⁷ Há aqui um evidente erro de datas. Pela relação dos artigos e suas respectivas datas percebe-se que a carta é de 29 de março e não 19 conforme aparece transcrita na p. 21 do volume IX de sua *Memórias*, “Monotonia inquieta” e “O senhor Atlântico Norte”, em 23 de fevereiro; “Sinfonia xenófoba”, em 1 de março; “Anastasia em apuros” em 8 de março; “Histórias de crocodilos e jacarés”, em 14 de março; “Os Estudos Etnológicos e o Brasil”, em 22 de março e “Um violento teste político”, em 29 de março. Três desses artigos, “Monotonia inquieta”, Sinfonia xenófoba e “Histórias de crocodilos e de jacarés”, vieram a compor respectivamente os capítulos II, III e V da Segunda parte de *O espírito das catedrais*.

algum dia uma letra vencida com agiota e sem dinheiro para o juro, para compreender as minhas apreensões no instante em que começo a escrever.”¹⁸⁸

A carta a Antônio Mendonça deve-se ao fato de Paulo Duarte ter recebido uma carta anterior, de Martinho Prado, irmão de Fábio Prado, na qual, entre outras considerações o amigo dizia que até aquela data, 11 de março, apenas um artigo assinado com o pseudônimo de Alfeu Caniço havia sido publicado. Na mesma carta Martinho dizia esperar “com paciência a sua *Genealogia da Malícia*”¹⁸⁹, obra que Paulo deveria estar redigindo e sobre a qual comenta ainda que Miguel Osório a teria lido, embora não mais tenha se referido a ela ao longo de sua narrativa.

O que Paulo Duarte não sabia é que o pior ainda estava por vir. Foi ao encontro do cônsul Oscar Pires do Rio, com o intuito de lhe mostrar a carta de Paulo Nogueira Filho, na qual o missivista comunicava estar em andamento uma conspiração contra Vargas, no Rio de Janeiro. Pires do Rio, por sua vez, trouxe-lhe um exemplar do *Le Temps*. Soube então da invasão da sede de *O Estado em 24 de março*, pela polícia do Estado Novo, sob alegação de conspiração contra instituições nacionais.

Para Paulo Duarte, não podia haver, naquele momento, pior notícia. Além de saber da prisão de vários companheiros de trabalho, perdia uma de suas mais importantes fontes de recursos em um momento extremamente delicado, devido à incerteza quanto ao seu futuro na França. Talvez, por esse motivo, tenha procurado estreitar os laços de convivência com os demais brasileiros que se encontravam na cidade como o ex-ministro Octávio Mangabeira; o jornalista Marcelino de Carvalho representante da *Gazeta*; a pianista Nair Duarte Nunes; o pintor Di Cavalcanti e sua esposa Noêmia; o cônsul Oscar Pires do Rio; o médico Miguel Osório de Almeida e dos intelectuais franceses com os quais havia convivido nas ocasiões anteriores, gente como os poetas Claire (1890-1977) e Ivan Goll (1891-1950), além de Claude Lévi-Strauss (1908-2009), com o qual havia estabelecido sólidos laços de amizade nos anos em que o antropólogo lecionou na USP, laços que se mantiveram até sua morte.¹⁹⁰

Ao lado de alguns deles Paulo Duarte e a esposa viveriam um dos momentos mais marcantes de suas vidas no exílio, a fuga de Paris às vésperas da invasão alemã, um dos temas relevantes de *O espírito das catedrais*.

¹⁸⁸ Carta de Paulo Duarte a Antonio Mendonça de 29 de março de 1940. DUARTE, P. *Memórias...* vol. IX, p. 21.

¹⁸⁹ PRADO, M. apud Duarte P. *Memórias...* vol. IX, p. 21. Martinho era irmão do ex-prefeito Fábio Prado.

¹⁹⁰ Em *Saudades de São Paulo/ Claude Lévi-Strauss*, o antropólogo francês inseriu a imagem de quatro brasileiros. Um retrato de Júlio de Mesquita Filho, executado por seu pai Reymon Lévi-Strass (5,5 por 7,5cm); uma foto de Mário de Andrade (14 x 9,5 cm) com a legenda: Mário de Andrade fazendo uma pesquisa sobre folclore, em dia de festa, numa pequena cidade nos arredores de São Paulo e uma foto (14 x 15 cm), a única de página inteira, sem texto, na qual Lévi-Strauss aparece ao lado de Paulo e Juanita Duarte. LÉVI-STRAUSS, C. *Saudades de São Paulo/Claude Lévi-Strauss*. São Paulo, Cia das Letras, 1996, p. 10-12.

Capítulo 2 – Trincheiras e memórias

2.1- Em busca da forma

A leitura das *Memórias* de Paulo Duarte revela distintas faces de um intelectual inquieto, com disposição para pensar, elaborar e colocar em prática projetos culturais. Sua narrativa é pródiga em exemplos dos muitos projetos que sonhou e Paulo Duarte narrou, tanto aqueles que conseguiu viabilizar, quanto os que malograram, embora em boa parte deles, atribua a culpa pelo malogro a condições políticas adversas, em especial no caso do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Ainda assim, talvez resida na sua capacidade narrativa de não fazer distinção entre os projetos que malograram e os que tiveram experiências positivas, parte significativa da riqueza de suas *Memórias* e que as torna instigantes para a história.

Entre as realizações que não se concretizaram, uma em especial, talvez, lhe tenha trazido mais insatisfações porque não dependeu de condições exógenas, mas antes, de sua própria incapacidade intelectual para realizá-la. Trata-se do sonho de escrever ficção.

Como já se disse, Paulo Duarte chegou a fazer versos, porém, nunca se tornou poeta; escreveu a crônica dos movimentos revolucionários dos quais participou, mas jamais conseguiu fazer literatura. Uma das hipóteses para que se entenda o porquê de seu malogro como ficcionista, pode ser encontrada num significativo episódio dos tempos do exílio.

Em determinada ocasião, Paulo estava escrevendo uma novela que tinha como cenário o apartamento que dividira com Nino Galo, um de seus mais fraternos amigos, à Avenida de São João, conforme se dizia. O argumento baseava-se em uma discussão sobre pintura entre alguns dos muitos amigos que costumavam freqüentar quase que diariamente aquele apartamento. Paulo desejava memorar, nitidamente, a opinião de cada um dos presentes para compor a cena. Queria escrever um episódio histórico e seu “amor à fidelidade [lhe] impunha pedir notas sobre o que se passara uns quatro anos antes”.¹⁹¹ Teve então a idéia de escrever

¹⁹¹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. VIII, p. 87.

cartas a André Dreyfus (1897-1952)¹⁹², Sérgio Milliet e Mário de Andrade, pedindo que o ajudassem a lembrar, com detalhes, a discussão ocorrida naquela distante noite. A necessidade de que os amigos o ajudassem, atesta seu amor ao realismo, cara aos modelos literários do século XIX, mas denota sua pouca aptidão para o exercício da construção do texto literário ficcional que, se por um lado tem muito do esforço do escritor, por outro, não pode prescindir da força da imaginação, pois não há como se transpor a realidade nua e crua para o papel.

Outro episódio, também ocorrido no exílio, ratifica essa idéia. Contrariado com a decisão de Julio de Mesquita Filho em deixar a França e fixar-se nos Estados Unidos, Paulo Duarte conta que, em certa noite, a insônia o impeliu a iniciar um poema sobre a primavera, tendo como motivo sua querida França. Segundo suas palavras: “Me deu vontade de fazer versos, senão era capaz de fazer o que nunca fiz: chorar...”¹⁹³

Levou dois dias escrevendo o “Poema da Primavera” e assim que terminou mostrou-o a Paulo Nogueira Filho, seu companheiro de apartamento. Segundo Paulo, “Paulito achou uma graça louca, mas quando lhe dei para ler ele se comoveu e eu fiquei contentíssimo. O começo da primavera está mesmo lindo! Capaz de fazer um bárbaro fazer lindos versos.”¹⁹⁴

Vencido em sua proposta de permanecer na França, Paulo embarcou no *Pennland*, em companhia de Julinho Mesquita. Durante a travessia do Atlântico, resolveu mostrar seu “Poema da Primavera” ao amigo, que o leu, “não escondeu nenhum elogio”, mas arrematou: “Isto é mais poema de Paris do que da Primavera. O diabo é que Paris é masculino. E *Printemps* também. E você corre o risco de passar por pederasta...”¹⁹⁵

Já morando nos Estados Unidos, em carta a Mário de Andrade, de 25 de março de 1943, Paulo fala da saudade de sua vida no Brasil e que o desânimo que o alcançava em determinados momentos no exílio. Esclarecia, porém, que, ao invés de “tomar um porre”, como Mário revelou ter feito em muitas ocasiões; ou de chorar, bebia um bom vinho e punha-se a escrever e até a fazer versos. Este foi o mote para que transcrevesse uma estrofe do “Poema da Primavera” para que Mário o apreciasse:

Primavera, bom dia,

¹⁹² Segundo Antonio Brito da Cunha, “André Dreyfus foi um dos membros mais notáveis que criou a USP. Era um polímático de inteligência privilegiada” [...] Formou-se em 1919 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1927 mudou-se para São Paulo onde lecionou nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Medicina, Farmácia e Odontologia e nas Escolas de Sociologia e Política e Paulista de Medicina. Além de manter-se em dia com a literatura científica, encontrava tempo para seus outros assuntos culturais, como a música, a literatura, a pintura e a conversa com inúmeros amigos. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n22/17.pdf> Acessado em 20-08.2010.

¹⁹³ DUARTE, P. *Memórias...* vol. VII, p. 161

¹⁹⁴ Idem

¹⁹⁵ Idem, p. 166

Vens atrasada, pouco importa,
 Não é menor minha alegria,
 Vendo-te entrar de novo a minha porta,
 Já quando o meu outono principia,
 [...] ¹⁹⁶

Nesta mesma carta, Paulo revela que havia mostrado o poema a Sérgio Milliet, quando o cunhado o visitara em Nova York, que Sérgio teria gostado do poema, mas feito a ressalva de que ele deveria libertar-se da rima. Em resposta ao cunhado, Paulo dissera achar a rima gostosa e completara: “Creio que o essencial é que não seja forçada, a gente, por exemplo, ter de buscar e armar uma frase que não vem ao caso, mas exija a palavra “grandes” para livrar com “Andes” do primeiro verso ””. ¹⁹⁷

Em resposta, em carta de 9 de abril, Mário nada comenta sobre a poesia de Paulo, mas na carta seguinte, de 23 do mesmo mês, desculpa-se pelo silêncio na carta anterior e decide comentá-lo:

[...] o gracioso exemplo que você deu, não tem, a meu ver nenhum defeito por ser rimado e metrificado. Porém, a muitos de nós, e a mim, por gracioso que seja, causa um malestar danado, porque... meu Deus! porque é passadista! Não que seja passado, que é a coisa mais certa desse mundo, mas porque é exatamente passadista. Não é a forma nem os processos que são defeituosos, mas é defeituoso o seu pensamento poético, diante dos progressos da psicologia contemporânea. Você ainda é temático quando a poesia tem uma liberdade de “assunto” que livra a gente do tema demasiadamente circunscrito pelo pensamento lógico. ¹⁹⁸

O diálogo epistolar entre Paulo e Mário revela quão distante estavam sob o ponto da concepção de arte, de literatura e até mesmo da língua. Tal distância, entretanto, não se revelou capaz de afetar a amizade construída sob outros alicerces que nada tem a ver com literatura. Isso se comprova, pela carinhosa correspondência entre os dois no período durante o qual Paulo Duarte esteve exilado, mesmo depois das ácidas críticas de Mário ao seu *Palmares pelo avesso*, triste episódio que lhe ficou guardado na memória a ponto de ter feito questão de mencioná-lo no Prólogo de seu livro quando este foi finalmente editado em 1947.

Conta Paulo Duarte que com seu retorno ao Brasil, em outubro de 1933, o manuscrito de *Palmares pelo avesso*, escrito quando esteve exilado e durante o intenso inverno daquele ano em Paris, permaneceu esquecido até que, em 1936, “Mário de Andrade, descobrindo-o,

¹⁹⁶ DUARTE, P. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: HUCITEC/PMSP-SMC, 1985, p. 261.

¹⁹⁷ Idem, p. 260/261.

¹⁹⁸ ANDRADE, M. apud DUARTE, P. op. cit., 1985, p. 264-265.

levou-o para ler e alguns dias depois o devolveu com uma longa apreciação escrita arrasando-o de alto a baixo e assinado: “Advogado do Grã Cão”.¹⁹⁹ ²⁰⁰

Em carta a Sérgio Milliet, de 14 de dezembro de 1938, pouco tempo depois da partida de Paulo Duarte para novo exílio, Mário de Andrade, talvez emocionado com a partida do amigo com quem jamais voltaria a se encontrar, fez *mea culpa*, quanto à maneira pela qual tinha exposto sua crítica a *Palmares pelo avesso*. Segundo Mário:

Tenho uma grosseria interior desgraçada. Se lembre que principiando por brincadeira e verdadeiro, sim, sincero, interesse de amigo, a bancar o advogado do diabo contra o livro de Paulo Duarte, se lembre que chegou um momento naquela desgraçada noite de leitura do meu escrito, em que houve em toda a gente um verdadeiro mal estar. Principalmente em mim. É que eu tinha desenvolvido uma faculdade tão diabólica de ferir e atacar, que a coisa estava, sob aspecto de brincadeira, ferindo de verdade. Teve um momento em que senti o Paulo perfeitamente antagonista, a voz dele vibrou daquele jeito cortante e ácido que toma quando ele está nas grandes ocasiões de antagonismo. Até hoje me maldigo do que fiz. Deve haver em mim, inadvertido até agora, mas de agora em diante imperdoável, um enorme despeito, uma visão muito grave de inferioridade pessoal, que me leva a essas diabólicas “vinganças” contra mesmo aqueles que incontestavelmente mais estimo, mais quero bem. E esta inferioridade eu não quero ter.²⁰¹

As críticas de Mário de Andrade, entretanto, não foram suficientes para convencê-lo a destruir os manuscritos, sinal de que, no íntimo, ainda pensasse na possibilidade de escrever uma novela realista, baseada em fatos reais. Essa hipótese ganha plausibilidade quando se sabe que cinco anos depois, ao partir para novo exílio, decidiu levar consigo “os originais de *Palmares pelo avesso* e mais as razões do Advogado do Diabo”.²⁰²

Somente anos depois, Miguel Osório, teria levado Paulo a reler os originais, parecendo-lhe então que pelo menos noventa e cinco por cento das críticas feitas por Mário de Andrade eram procedentes.²⁰³ *Palmares pelo avesso* foi publicado apenas em 1947, em ambiente de abertura política pós-Estado Novo.

Marcado pelo exílio de sete anos, ao trazer de volta a crônica da luta política de 1932, Paulo Duarte parecia buscar no passado, fatos que justificassem o seu sacrifício em meio a uma nova configuração política que em nada fazia lembrar a luta constitucionalista. No prefácio à obra ele escreveu que:

¹⁹⁹ DUARTE, P. op. cit., 1947, s. p.

²⁰⁰ Esta é a trajetória do livro, segundo versão de Paulo Duarte. Os originais da obra não foram localizados no Fundo Paulo Duarte. Há que se salientar ainda que o autor não explicitou quais teriam sido as críticas feitas por Mário de Andrade e nem quais delas teriam sido acatadas quando decidiu fazer a revisão dos originais.

²⁰¹ ANDRADE, M apud DUARTE, P. op. cit., p. 313.

²⁰² DUARTE, P. op. cit., 1947, s.p

²⁰³ DUARTE, P. op. cit., 1947.p. 7-8.

Vale a pena pois lembrar o mais belo capítulo da História de São Paulo, neste século que já vai descambando para a sua segunda metade. Principalmente porque, ao que parece, os paulistas estão muito deslembrados dele. Como esquecidos se mostram dos sentimentos que o inspiraram. [...] Eu mesmo relendo velhas páginas, fico espantado, como certos tipos que se portaram maravilhosamente nas trincheiras de 1932, podem hoje, orgulhar-se de haver passado para a horda dos palmares pelo avesso.²⁰⁴

No mesmo texto lembra a trajetória da construção do texto:

Fora os cortes, o livro não foi alterado. As críticas de Mário de Andrade e as notas de Armando de Sales Oliveira provocaram apenas uma pode em regra, mas nem uma só alteração substancial. O tempo decorrido entre a redação da obra e sua publicação – cerca de quinze anos – foram causa também de se atenuarem alguma expressões mais vivas com que inicialmente se vestiram certos episódios que ora aparecem à luz mais serena da análise de fatos que já vão longe.²⁰⁵

Em 21 de janeiro de 1948, assim como havia feito com *Prisão, exílio e luta*, Sérgio Milliet publicou uma resenha crítica do livro que, para ele, deveria ser analisado por três ângulos diferentes:

[...] o histórico, o político e o literário, pois segundo o ângulo escolhido a obra apresenta qualidades e defeitos mais ou menos sensíveis porque o livro é um todo e visa, concomitantemente, os três objetivos: a história de uma campanha militar, a crítica dos homens de 32 e a obra literária.²⁰⁶

Na perspectiva de Sérgio Milliet, o problema estrutural da obra classificada como uma grande reportagem reside justamente na ambiciosa intenção do autor que, assim procedendo, deixou de atingir seus objetivos, pois o que se observa é “uma diluição de qualidades em um caldo heterogêneo.”²⁰⁷ O resenhista explica o motivo da obra não ter atingido o seu objetivo: “Porque falhou na técnica da novela e escreveu na realidade uma narrativa de episódio histórico entremeada de considerações políticas, de imagens poéticas e de fragmentos de romances.”²⁰⁸

A crítica de Sérgio Milliet reforça a idéia de que Paulo Duarte flertava com a ficção, hipótese que se torna mais plausível quando se compara *Palmares pelo avesso* com *O espírito das catedrais*. Quanto à compreensão do tema central, pode-se dizer que Sérgio Milliet tem uma visão mais pragmática de 32, cujos acontecimentos ele procurou explicar pelo viés sociológico, bastante em voga a partir do início da década de 1930, sobretudo após a

²⁰⁴ Idem, p.8.

²⁰⁵ Idem, s. p.

²⁰⁶ MILLIET, S. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*. São Paulo: Martins; EDUSP, 1981, vol. VI, p. 19.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Idem.

instituição da Escola de Sociologia e Política, em 1933, instituição na qual lecionava. Segundo Milliet,

[...] Ainda não se escreveu a verdadeira história de 32, mas a impressão que se tem do movimento é de que ele se apoiou em três aspirações diferentes, as quais em dado momento encontraram uma convergência de negações. A aspiração burguesa industrial que via no domínio do governo através de um parlamento em que São Paulo tivesse influência, uma possibilidade de consolidar as posições recém-conquistadas; a aspiração da burguesia rural, ansiosa por uma política do café e a aspiração da mocidade idealista e romântica dividida entre constitucionalistas convictos e separatistas tímidos. Sem quadros militares e técnicos bastantes e sem programa homogêneo, São Paulo tinha que perder fatalmente. O resto são pormenores humanos, poéticos ou dramáticos de conteúdo emocional. Ora, acontece que somente este aspecto restrito da luta tem sido explorado pelos escritores que dela participaram. E Paulo Duarte, embora ensaie algumas críticas mais gerais, não se afasta da linha de seus predecessores.²⁰⁹

Paulo Duarte apresenta apreensão menos pragmática e um tanto quanto romantizada sobre aqueles fatos. A leitura do texto leva a crer que, para ele, a derrota paulista teria sido ocasionada, menos pelas circunstâncias históricas, do que pela falta de empenho e esforço individual de cada um dos combatentes, muitos dos quais teriam entrado na luta dizendo-se herdeiros diretos dos míticos bandeirantes paulistas.²¹⁰

O fato de ter decidido publicar *Palmares pelo avesso*, decorridos quinze anos dos acontecimentos, pode ser entendido como um indício de que, para Paulo Duarte, o tempo vivido no exílio não havia ajudado a cicatrizar as feridas abertas em 1932. De certa forma, o jornalista parecia identificar naquela derrota, a raiz das mazelas políticas que eclodiram na instauração do Estado Novo e que determinaram primeiro, o fim do sonho de continuar construindo o Departamento de Cultura, e por fim, levaram-no a seu segundo exílio.

Como se procurou demonstrar, parte da obra que Paulo Duarte publicou antes de iniciar seu projeto memorialístico foi gestada no exílio. Em janeiro de 1939, ao narrar os preparativos da partida de Buenos Aires rumo a Paris, ele reconhecia que no exílio tinha conseguido dedicar-se com mais disciplina à sua atividade intelectual:

Escrevi um livro inteiro de contos – *Estórias que a vida me contou* – cujos originais, com o meu arquivo de Buenos Aires, findaram sob a guarda do Woodgate, encerrados em duas velhas malas que não me acompanhavam.²¹¹

²⁰⁹ Idem, p.20

²¹⁰ Sobre a construção do mito histórico do bandeirante, consultar: FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.

²¹¹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. VIII, p. 130.

Esses contos jamais foram recuperados, pois todo o arquivo deixado na Argentina perdeu-se. Porém, Paulo Duarte parece não ter desistido da idéia de escrever um romance baseado em fatos reais. Ao chegar a Paris, em 1940, pôs-se a rever os originais de *Palmares pelo avesso*. Diante da falta de perspectivas de poder retornar ao Brasil talvez pensasse que tinha todo o tempo do mundo para fazer as revisões sugeridas por Mário.

Mas enquanto esteve em Paris, além de escrever, procurou construir uma rede de sociabilidade que o ajudasse a manter-se intelectualmente ativo no exílio. Em meados de 1940, a situação política francesa agravava-se dia a dia e a *drôle de guerre* parecia mesmo estar chegando ao fim. No entanto, Paulo mostrava-se relutante em deixar a cidade. O apoio dos amigos brasileiros e dos intelectuais franceses com os quais estabeleceu laços de amizade, além do amor incondicional pela capital francesa, era-lhe de suma importância naqueles incertos dias. Claude Lévi-Strauss, por exemplo, ou simplesmente Claude como Paulo o trata em sua narrativa, ajudou-o a ampliar os contatos. Foi Claude quem o apresentou ao seu antigo mestre, o professor de Etnologia do Museu de História Natural, Paul Rivet (1876-1958)²¹², que por sua vez apresentou-o a Henri Laugier (1888-1971), diretor da *Recherche Scientifique*, homem de confiança do Ministro da Educação Nacional, Yvon Delbos (1885-1956).

Paulo relata que a simpatia recíproca foi imediata, pois Rivet

era dessas que, pela simpatia pessoal irradiando da feiúra agradável atraía logo. Depois a palestra, a inteligência e a cultura fixavam a primeira impressão. Tinha o tipo sul-americano. Moreno, pequeno, cabeça chata como os nordestinos brasileiros, só lhe faltava falar português...²¹³

A amizade consolidou-se de imediato, apesar da diferença de idade. Rivet apresentou-o aos demais funcionários e professores do museu. E quando Paulo declarou que “queria lixar o autodidatismo no esmeril do Museu do Homem”, Rivet colocou a sua disposição os gabinetes e laboratórios da instituição e desde então “fez intimidade com o museu”, onde passava a maior parte de seus dias. E cada vez que lá chegava, dirigia-se ao gabinete do diretor, que, segundo Paulo, chegou a cogitar nomeá-lo seu assistente.²¹⁴ Enquanto esperava pela efetivação da proposta, teria sido encarregado de estudar “a organização de uma seção ampliada da Etnologia sul-americana, principalmente do Brasil”²¹⁵, assunto que o atraía

²¹² Em “Vitória e abandono do terreno conquistado”, terceiro capítulo de *Memórias...* vol. II, quando narra sua primeira visita à França, em 1933, Paulo revela ter conversado com Paul Rivet e que este teria comentado sobre sua idéia de transformar o Trocadero num grande museu não só de Etnologia, mas até de sociologia. Pode ser que ele tenha se equivocado com as datas ou então é sinal de que eles já se conheciam quando Lévi-Strauss o levou ao Museu do Homem, em 1940. DUARTE, P. *Memórias...* vol. II, p. 202.

²¹³ DUARTE, P. *Memórias...* vol. X, p.266

²¹⁴ Idem, p.267

²¹⁵ DUARTE, P. *Memórias...* vol. IX, p.18

desde os tempos do Departamento de Cultura, quando Mário de Andrade criou a Sociedade de Etnografia e Folclore, através da qual em 1936, Dina Lévi-Strauss ministrou um curso de Etnografia.²¹⁶

Paul Rivet apresentou-o também a Marcel Mauss (1872-1950), Paul Valéry (1871-1945) e o introduziu no *Cercle Fenélon*, “um clubinho de gente inteligente onde passamos a jantar todos os domingos”. E graças a esse grupo “em menos de um mês [obteve] os recursos de que necessitava para exercer as suas funções de correspondente de guerra [assim como] para dar arras à sua curiosidade científica.”²¹⁷

Entre as novas amizades que o *Cercle Fenélon* lhe proporcionou, uma delas, foi de especial importância. Era o médico brasileiro Miguel Osório de Almeida (1890-1953). Sobre ele, Paulo lembra que era “um homem bonito, elegante, uma barba que começava a pintar, muito espirituoso e inteligente. Ficamos amigos imediatamente.”²¹⁸ Talvez pela alegria da nova amizade que nascia em condições de vida tão adversas, ou pelo clima de tristeza e preocupação reinantes, pois na noite em que se conheceram o grupo teve a confirmação da derrota da resistência holandesa ante o exército alemão, Paulo guardou na memória com especial carinho aquele encontro no *Cercle Fenélon* e assim o narrou:

Tivemos uma noite agradável e inquieta, mas sem alarme. Saímos todos juntos. Laugier estava mobilizado no gabinete do ministro Delbos, encaminhou-se para o Ministério, apesar da hora. Rivet e Mme Vacher tomaram um táxi para o Musée de l’Homme; quiseram nos conduzir até a rue de La Pompe, pois era caminho. Miguel Osório e eu continuamos o nosso namoro.²¹⁹

A aproximação entre Paulo e Miguel Osório, intelectuais de áreas distintas, talvez possa ser compreendida pelo fato de Paulo Duarte, como já foi dito, ter expressado em suas *Memórias* certa dose de frustração por não ter tido condições de tornar-se médico. Quando se conheceram, Miguel Osório, oito anos mais velho do que Paulo, era médico e cientista renomado e, já havia ocupado o cargo de vice-reitor da Universidade do Distrito Federal, em 1935, mesmo ano em que passou a integrar a Academia Brasileira de Letras.

A iminência da guerra os separou por alguns meses, mas eles voltaram a conviver em Lisboa e Nova York e foi graças ao incentivo de Miguel, que Paulo Duarte tomou coragem para terminar as correções necessárias nos originais de *Palmares pelo avesso*.²²⁰ Segundo

²¹⁶ RAFFAINI, P. T. *Esculpindo a cultura na forma Brasil – O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 84

²¹⁷ DUARTE, P. *Memórias...* vol. X, p. 270

²¹⁸ DUARTE, P. *Memórias...* vol.IX, p. 68

²¹⁹ Idem, p. 68

²²⁰ Idem. p.14

Paulo, Miguel Osório de Almeida “descobriu o maço de papéis que conseguiram, milagrosamente, chegar com ele à cidade. Expliquei-lhe que se tratava de um livro morto, mas ele, assim mesmo carregou a coisa, que devolveu dias depois com a opinião de que o livro estava vivo.”²²¹

Paulo afirma ter permanecido, em Paris, em solidariedade a Rivet e aos novos amigos que fizera no Museu do Homem. È possível, no entanto, que tenha preferido ficar, até as vésperas da chegada do exército alemão, porque temia enfrentar condições ainda piores, durante a travessia do território francês rumo a uma Espanha destroçada pela guerra civil, para viver num Portugal com remotas perspectivas de trabalho para um exilado político brasileiro.

Segundo Paulo Duarte o próprio Paul Rivet o teria convencido a partir com estas palavras: “Aqui vocês seriam úteis apenas pelo conforto de uma boa amizade que nos deram sempre. Lá fora talvez possam ajudar a França. Eu fico, porque só aqui poderei ser útil. Partam pois.”²²² E foi preciso que Rivet usasse o subterfúgio da necessidade de enviar por meio seguro importantes documentos às mãos do consagrado escritor Jules Romains (1885-1972), que se encontrava em Nova York, para que Paulo decidisse partir.²²³

Assim, em 13 de junho de 1940, o casal Duarte deixou Paris junto a Marcelino de Carvalho e à pianista Nair Duarte Nunes em meio

ao êxodo, milhares de pessoas [que] deixavam a capital e atravancavam as estradas, com destino ao sul. Todas as espécies de veículos eram utilizadas, desde carrinhos de criança, até caminhões, carroças, automóveis de luxo, bicicletas, carrocinhas de mão. O espetáculo era de tatuar o espírito de quem o presenciava.²²⁴

Tal êxodo pareceu-lhe um cortejo fúnebre:

O aspecto daquela procissão era mesmo de um enterro monstro. A angústia em todas as feições, crianças levando nos braços animais domésticos que não queriam abandonar. Nas fisionomias daqueles pirralhos via-se o susto permanente por qualquer coisa que não compreendiam, mas sentiam. Dentre o populacho, muitas cabeças envolvidas em gaze suja de sangue, muito ombro amarrado, muitos braços dentro de tipóias, feridos dos bombardeios, que podiam caminhar.²²⁵

Viajando por estradas secundárias, o grupo conseguiu chegar a Tours, segundo Paulo, “a tempo de assistir à destruição do centro da cidade por um dos mais espantosos

²²¹ DUARTE, P. op. cit, 1947, s.p.

²²² DUARTE, P. *Paul Rivet por ele mesmo*. São Paulo: Anhambi, 1960, p. 11

²²³ DUARTE, P. *Memórias...* vol. IX, p. 117

²²⁴ DUARTE, P. op. cit., 1960, p. 11

²²⁵ Idem.

bombardeios a que me foi dado testemunhar”.²²⁶ De Tours alcançaram Bordeaux onde se encontraram com alguns intelectuais ligados ao *Musée de l’Homme*, entre os quais Henri Laugier e Henri Bonnet.

Em Biarritz encontrava-se o ex-ministro das Relações Exteriores de Washington Luís, Octávio Mangabeira (1886-1960)²²⁷ que o informou sobre a necessidade de se obter um visto de saída junto às autoridades francesas, cada dia mais burocráticas e rigorosas.²²⁸ Depois de atravessarem a fronteira, permaneceram três dias em Irún, uma cidade “completamente destruída, [com] quarteirões inteiros em ruínas, algumas casas reconstruídas, [cuja impressão era a de que um] terremoto varrera a cidade”²²⁹, situação bem diferente da Espanha que conhecera no início de 1933.

A Guerra Civil espanhola, um dos conflitos que mais mobilizou a intelectualidade europeia, parece não ter sensibilizado Paulo Duarte. O relato da viagem por terras de Espanha está inserido no IX capítulo da terceira parte de *O espírito das catedrais*, intitulado “Alude na bestialidade”, condensado em três páginas, como apêndice das recordações dos últimos instantes em terras francesas, e quando ele já estava instalado em Lisboa. Paulo parece ter atravessado o território espanhol com os olhos, e o coração, voltados exclusivamente para a França.

Recordava-se da última noite passada em território francês. Uma noite úmida, fria, ao relento, junto à ponte internacional, à espera de que os últimos funcionários franceses chegasse para dizer-lhes os últimos desaforos e poder, finalmente, entrar na Espanha.²³⁰

Segundo relata, “apesar da quase geral amabilidade [dos espanhóis] em contraste com a grosseria enervante dos últimos funcionários franceses, nem assim diminuía o peso dentro da alma, a ternura sempre igual, imutável pela terra francesa”.²³¹ E conclui seu pensamento afirmando ter a França *dans la peau*.²³²

De Paris à fronteira espanhola foram dez dias. A 27 de junho eles chegavam a Lisboa. Exilado desde o dia 23 novembro de 1938, Paulo havia cruzado o Atlântico duas vezes em um

²²⁶ Idem, p. 13

²²⁷ Em *Três exílios e uma guerra*, livro de memórias, Edyla Mangabeira narra a fuga da família em episódios similares aos narrados por Paulo Duarte. Edyla era filha de Octávio Mangabeira, e mãe de Roberto Mangabeira Unger, ex-Secretário de Assuntos Estratégicos do governo Lula entre outubro de 2007 e junho de 2009. MANGABEIRA, E. *Três exílios e uma guerra*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1983

²²⁸ Cabe lembrar, a título de ilustração, que foi na fronteira franco-espanhola, porém do lado oposto, que Walter Benjamin (1892-1940) enfrentou as dificuldades que o levaram à morte em 27 de setembro daquele mesmo ano.

²²⁹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. X, p. 490

²³⁰ Idem, p. 489.

²³¹ Idem, p. 490.

²³² Idem

período de extremo perigo para os navegantes, e vivido entre Paris, Nova York, e Buenos Aires e novamente Paris, desta vez abandonada involuntariamente, ao contrário da vez anterior, quando deixara a cidade em solidariedade aos companheiros do grupo d' *O Estado*.

O longo tempo de exílio viveu-o quase sempre em meio a dificuldades financeiras, pois as remessas de dinheiro enviadas do Brasil por Carlos Mendonça (1893-1952), cunhado de Julio de Mesquita Filho e seu procurador, quase sempre chegavam com atraso. Numa dessas ocasiões, em Lisboa, viu-se obrigado a pedir auxílio a Octávio Mangabeira, “pois estava com dez escudos no bolso! Com grande constrangimento, pedi quinhentos escudos e ele, com a melhor da boa vontade, me trouxe mil”.²³³

O empréstimo foi suficiente para atenuar-lhe as dificuldades durante alguns dias, mas, no último dia de agosto, restavam-lhe apenas cinquenta escudos. Para se consolar conta que passou a escrever o oitavo capítulo de *Direction Charleston*²³⁴, que seria publicado dezoito anos depois com o título de *O espírito das catedrais*. Ocorreu-lhe escrever o livro, em parte para ocupar o tempo, e aproveitar a memória ainda fresca e repleta de sentimentos, mas principalmente porque sabia ter participado de um dos acontecimentos mais marcantes de seu tempo.

A queda da França marcou profundamente toda uma geração de intelectuais brasileiros e foi responsável por um número significativo de publicações sobre o assunto.²³⁵ Por tudo que representava política e culturalmente, a França era a grande esperança na luta contra a máquina de guerra alemã. Quando o exército alemão avançou sobre o território da Holanda, Bélgica e Luxemburgo, países que tinham declarado neutralidade no conflito, ficou evidente sua superioridade frente aos exércitos aliados.

E quando, dias depois os invasores chegaram às portas de Paris, considerada simbolicamente a capital cultural do mundo, parecia que o fim dos tempos havia chegado. Humberto Werneck conta que na noite da queda de Paris, Mário de Andrade e ele bebiam na Taberna da Glória, no Rio de Janeiro: “Noite soturna de poucas palavras. Mário era o mais

²³³ DUARTE, P. *Memórias...* vol. IX, p. 186.

²³⁴ Idem, p.188.

²³⁵ Wilson Martins afirma que “a queda da França provocou nos brasileiros o choque emocional mais profundo da guerra (só comparável, no extremo oposto, à euforia desencadeada pela libertação de Paris).”

E cita uma série de obras publicada sobre esse assunto na ocasião: *A França traída – Pierre Laval*, de Henri Torrès, traduzido por Osório Borba; *France Endormie*, de Fortunat Strowski; *A Derrocada de uma Nação*, de André Simone; *Os Sete Mistérios da Europa*, de Jules Romains; *Noite de Agonia em França*, de Jacques Maritain, traduzido por Tristão de Athayde; *Tratados, Farrapos de papel*, de Victor Margueritte; *Os Sessenta Dias Trágicos da França*, de Richard Lewinson; *A Guarda Morre...*, de Marcel Dupont; *E a França Teria Vencido!*, pelo General De Gaulle; *Eu Vi a França Cair*, de René de Chambrun; *O Que Aconteceu à França*, de Gorden Waterfield. MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: CULTRIX/EDUSP, 1977/78, p. 172, vol. VII (1933-1960).

arrasado. Tendia a achar que tudo estava perdido no mundo para a liberdade e a cultura.”²³⁶ Rubens Borba de Moraes revelou semelhante apreensão quanto ao futuro do mundo, em carta a Paulo Duarte, escrita em 15 de agosto de 1940: “Não pode imaginar o que foi que senti com a derrota da França. Passei uma semana dependurado no rádio, aflito, sem poder pensar, trabalhar, fazer nada. Nunca pensei que eu pudesse levar um choque “pareil”. Eu me sinto, agora, como um cachorro sem dono...”²³⁷

Paulo já havia participado, em condições distintas, de três movimentos armados no Brasil sobre os quais havia escrito, mas, sem dúvida, a fuga de Paris deve ter lhe parecido como a mais espetacular de suas aventuras por tudo que a França representava para sua geração, e em especial para ele, que se dizia um homem dividido entre dois grandes amores: “a sua pequena terra, um país enorme da América do Sul e a França.”²³⁸

Nada mais natural que pensasse em escrever sobre o assunto, afinal fora testemunha ocular do fato. A primeira referência de Paulo Duarte de que estava escrevendo um texto sobre o assunto, encontra-se no nono volume das *Memórias* intitulado *E vai começar uma era nova*, de 1979. Trata-se de uma referência incidental, pois o tema central era as dificuldades financeiras daquele período e como a falta de recursos e as condições adversas do exílio refletiam em seu estado de ânimo.

Escrever servia-lhe, então, como válvula de escape às demais preocupações. O empréstimo de Mangabeira não lhe foi suficiente para muito tempo. Quando o dinheiro do empréstimo acabou, foi necessário penhorar os poucos bens que ainda possuía: um par de abotoaduras de ouro e o anel da esposa. A preocupação com a falta de dinheiro interferia em sua escrita. Revela ter precisado de “duas horas para alinhar a metade final do nono capítulo de *Direction Charleston*.”²³⁹ E ao voltar para casa, já com os seus “miseráveis duzentos e poucos escudos, mais sossegado com a quantia obtida, em menos de duas horas, redigiu todo o capítulo décimo.”²⁴⁰

Em Lisboa, o ambiente intelectual bem diferente do vivido em Paris. O país vivia sob a ditadura salazarista e o clima era de opressão e silêncio.

Em Portugal, estudantes, escritores, poetas estão num mutismo fúnebre. É que se pode dizer que todos os escritores, poetas e jornalistas com algum valor, em Portugal estão colocados no Secretariado de Propaganda, em torno do mais graduado chefe da revolução modernista de Portugal que é Antonio Ferro. Intelectuais enxergam melhor as mazelas da ditadura, assim lança-se

²³⁶ CASTRO, M. W. *Mário de Andrade: exílio no Rio*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 117.

²³⁷ MORAES, R. B. *Apud DUARTE, P. Memórias...* vol. IX, p. 212.

²³⁸ DUARTE, P. *Memórias...* vol. X, p. 10.

²³⁹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. IX, p. 201-202.

²⁴⁰ Idem..

de um modo de garantir-se com eles que, como intelectuais se rebelariam se não fossem desprovidos de meios para viver. Continuam, evidentemente, contra a tirania salazarista, mas de boca fechada, de pena seca, e até de palavra cautelosa.²⁴¹

A referência aos intelectuais portugueses levou-o a uma segunda leitura, mais profunda, a da angústia do intelectual que, se por um lado, “enxerga melhor as mazelas da ditadura”, por outro precisa pensar no dia-a-dia, em sua subsistência, o que induz muitos a uma luta apenas indireta pela liberdade.²⁴²

Assim como fazia em Paris, passava o tempo em visita a amigos e em cafés, mas como Lisboa não oferecia o mesmo dinamismo cultural da capital francesa, permanecia parte de seu tempo em casa. O ato de escrever torna-se uma de suas atividades cotidianas. Aproveita o tempo para redigir *Direction Charleston*, ancorado nas pequenas cadernetas de anotações que levava no bolso por onde quer que fosse. Sempre que possível, ia colocando no papel referências aos acontecimentos mais relevantes do dia. Como homem de imprensa, ia aos cafés lisboetas e procurava ler os jornais do dia. Depois, elaborava suas anotações baseadas nos fatos considerados significativos, utilizados como balizas cronológicas à ordenação do texto como se pode perceber pelo exemplo a seguir:

Entregue hoje à redação do meu livro, precisei do dia exato em que Mussolini invadiu a Albânia. Não sei por que deixei de tomar nota em meu caderninho de 1939. Procurei inutilmente. Lembrei depois que o feito glorioso se tinha dado, exatamente, na sexta-feira santa. Eu escrevo na minha máquina bem ao lado da janela que dá para a rua. Pensando nisso vejo passar do outro lado da calçada, um desses padres portugueses vestidos quase à paisana, de voltinha, calça civil e sobrecasaca. Chamei-o para perguntar em que dia caíra a sexta-feira santa de 1939. Ele não se lembrava do dia exato, mas, ia verificar e me enviaria. E lá se foi. Duas horas depois, bateu à minha porta; vinha trazer-me o dado pedido: 7 de abril de 1939. Padre camarada.²⁴³

Paulo e a esposa Juanita permaneceram em Lisboa até 07 de dezembro de 1940. Neste período, conviveram com os poucos brasileiros que ainda permaneciam em solo europeu, entre os quais o casal Mangabeira, o ex-presidente Washington Luís, os poetas Edmundo da Luz Pinto (1898-1963), Olegário Mariano (1889-1958) e o médico e acadêmico Miguel Osório de Almeida.

Outro encontro bastante fraterno com Olegário Mariano. Segundo Paulo: “Olegário Mariano apaixonou-se por mim. Todos os dias nos encontramos, sempre iniciativa dele,

²⁴¹ Idem, p. 180

²⁴² Idem.

²⁴³ Idem, p. 188

porque não quero criar dificuldades que a minha presença de exilado possa causar-lhe” e prossegue:

Já é a segunda vez que janto na companhia de Olegário e uma vez na de Edmundo da Luz Pinto nas “Aldeas Portuguesas”. E eles não têm nenhum constrangimento com a minha presença, ao contrário, fazem questão de demonstrar que são mais meus amigos do que acontece, pois eu mal conhecia Edmundo da Luz Pinto e nunca vira Olegário Mariano. Nossa intimidade era apenas intelectual.²⁴⁴

A convivência com Olegário Mariano foi curta, uma vez que:

Na tarde do dia 21 de julho, Olegário Mariano embarcou pelo “Angola”, de volta ao Brasil. Foi sozinho. Almoçou comigo na Rua da Emenda, onde Juanita com a dedicação de sempre lhe preparou uma comida gostosa. Levou-me dois livros seus, com dedicatória. Em *O enamorado da vida* vinha:— Para Paulo Duarte — “O espírito e o coração do seu Olegário”. Em *Da cadeira n.º 21* um mais comprido: — “A Paulo Duarte, meu companheiro de espírito, para que nunca se esqueça dos dias de Lisboa em que vivemos juntos. Abraço muito afetuoso de Olegário Mariano” Como poderei esquecer? Eu já me habituara à sua companhia sempre agradável e amiga. Durante a sua presença nem tive tempo de pensar no exílio, nem na cortina negra que o destino me pôs na frente. Vou tentar ver o que está por trás dela...²⁴⁵

A melancolia pela partida de Olegário Mariano atenuou-se com a chegada de Miguel Osório, vindo de Paris. Em certo dia decidiram visitar a Exposição do Mundo Português e durante o passeio Paulo afirma que Miguel Osório o teria apresentado ao escritor e acadêmico Osvaldo Orico (1900-1981) e a Lima Júnior, filho do poeta Augusto de Lima (1859-1934), “um amigo íntimo pela poesia e pela pessoa educada, inteligente com quem viajei pelo Nordeste em propaganda a Aliança Liberal.”²⁴⁶ Na ocasião ele diz ter se lembrado de alguns versos do poeta, que reproduziu em sua narrativa: “Rolam no mar do tempo, anos. Séculos, eras,/ extinguem-se vulcões, apagam-se crateras...” Esta lembrança de Paulo Duarte é elucidativa quanto à extensão de sua rede de sociabilidade intelectual assim como dos imprevisíveis caminhos da memória. O encontro com Lima Júnior levou-o a evocar a imagem e a poesia de Augusto de Lima.

A vida de exilado seguiu entre os problemas cotidianos, como o da moradia, as idas e vindas de amigos brasileiros, como Miguel Osório que embarcou no dia 14 de agosto pelo

²⁴⁴ DUARTE, P. *Memórias...* vol. IX, p. 139-140

²⁴⁵ Idem, p.158-159

²⁴⁶ Idem, p. 160.

“Serpa Pinto”, mesmo vapor em que regressou Edmundo da Luz Pinto²⁴⁷, e a expectativa da possibilidade da partida, impossível até que chegasse auxílio financeiro do Brasil.

Pouco antes de embarcar para Nova York; em carta a uma de suas irmãs, Paulo comunica que [está] “redigindo o último capítulo do livro. Penso que antes de embarcar para os Estados Unidos, enviarei a vocês uma cópia, pelo menos da primeira parte. Saiu maior do que eu queria, mas não teve outro jeito.”²⁴⁸

Entre o início da primeira redação de *Direction Charleston*, em Lisboa, no verão de 1940, e a data de sua publicação com o título de *O espírito das catedrais*, dezoito anos se passaram. No texto introdutório denominado “A pequena razão deste livro”, o leitor recebe informações que ratificam a idéia de que Paulo Duarte desejava mesmo escrever um romance realista. O primeiro indício é o fato do personagem central da trama chama-se Tietê Borba. Fica-se sabendo ainda que Tietê entrou em contato com o autor/narrador da história, em agosto de 1940, em Lisboa, quando Borba teria lhe confiado alguns papéis, na véspera de partir para Londres, “depois de ver aceito o oferecimento que fizera à Inglaterra, da sua colaboração na tragédia da qual a França acabava de ser posta fora, com a ocupação alemã.”²⁴⁹

O leitor é avisado também que Tietê Borba teria falecido em Coventry, durante o bombardeio daquela cidade, em abril de 1941 e que nunca se soube o que estaria fazendo lá, embora a leitura posterior de seus manuscritos pelo narrador levasse à convicção de que Borba fora a Coventry em visita à famosa catedral do século XI, também quase inteiramente destruída pelos bombardeios.²⁵⁰

Segundo o autor/narrador, seu regresso ao Brasil obrigou-o a adiar o exame dos papéis que lhe foram confiados por Borba, motivo pelo qual teriam permanecido por tanto tempo inéditos.

Outra característica da narrativa chama a atenção pelo fato do autor/narrador mesclar personagens fictícios com personalidades do mundo intelectual francês. Logo no início da narrativa, o leitor é informado de que em viagem à França, em 1950, em jantar com um significativo grupo de intelectuais, entre os quais Paul Rivet, Henri Laugier, Claude Lévi-Strauss, André Blummel, Suzanne Blum e Paul Weil, o autor/narrador expôs a intenção de publicar os manuscritos de Tietê Borba. A idéia da publicação teria recebido o incentivo do grupo ao mesmo tempo em que a conversa com os amigos deu-lhe saudades de Borba que

²⁴⁷ DUARTE, P. *Memórias...* vol. IX, p. 172

²⁴⁸ Idem, p. 239

²⁴⁹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. X., p. XI.

²⁵⁰ Idem, p. XII

[...] morto, era para mim, como um pedaço de mim mesmo que morrera há muitos anos. Talvez fosse até esse sentimento escondido no inconsciente que me impusesse uma espécie de timidez, covardia mesmo, em tocar naqueles documentos fechados comigo desde 1940.²⁵¹

O livro usa, como se pode constatar, de uma técnica bastante comum ao longo da tradição literária: a do manuscrito que um determinado autor passa a outra pessoa que acaba por editá-lo como se fosse uma história verdadeira. Essa técnica, presente entre outras obras, no célebre *Dom Quixote*, cuja primeira parte foi publicada em 1605, reforça na literatura o pacto da verossimilhança e repete-se ao longo de toda a história da literatura, em particular nos dois últimos séculos. Umberto Eco, por exemplo, dá o título de “Um manuscrito, naturalmente”, às páginas que introduzem seu famoso *best seller*, *O nome da rosa*, de 1980.²⁵² Nessas páginas, dentro do que é bastante usual na literatura dita pós-moderna, ele apresenta com bastante senso de humor o labirinto de manuscritos nos quais estaria baseada a narrativa histórica, e ao mesmo tempo policial, que constitui seu romance. Apesar de o narrador da história principal ser um monge medieval que participou da trama, essas páginas iniciais são datadas de 1980. Da mesma forma, Paulo Duarte, apesar de dizer que se baseia no manuscrito de Tietê Borba, também um exilado, já morto, coloca a data de “São Paulo, dezembro de 1957”, o tempo da publicação e não o tempo da escritura ou da ação e assina o livro como P. D. , evidentemente as iniciais de Paulo Duarte.

Com 523 páginas, *O espírito das catedrais* divide-se em três partes, a primeira das quais é composta por doze capítulos e as duas seguintes com dez capítulos cada. A narrativa, conduzida por um narrador onisciente, em terceira pessoa, traz Tietê Borba como personagem central da trama. O livro tem como propósito narrar a vida de Tietê Borba na França nos dois períodos em ali viveu exilado. A primeira vez em 1933 e depois entre 1938 e 1940. Apesar da técnica narrativa usada, comum a livros de ficção, o livro é formado, em parte, pelos artigos que Paulo Duarte enviou para *O Estado* quando estava no exílio e que acabaram não sendo publicados.

O segundo capítulo da primeira parte, intitulado “Le Pélerin”, destaca-se dos demais uma vez que relata o amor de Tietê Borba pela França. Nela, o autor/narrador volta ao passado para contar todos os passos que o levaram, desde criança, a esse amor incondicional. Neste capítulo pode-se vislumbrar um itinerário intelectual semelhante ao do próprio Paulo Duarte, principalmente em seus primórdios, tempo em que estudou no colégio “Padre

²⁵¹ Idem, p. XII

²⁵² ECO, U. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 11-16.

Champagnat”, em Franca, interior de São Paulo, quando fez as primeiras leituras, em francês, entre as quais destaca a revista *Le Pèlerin*.

Tais coincidências permitem ver em Tietê Borba uma espécie de *alter ego* de Paulo Duarte. Há que se considerar que a escolha do nome do protagonista da história deixa entrever um exacerbado regionalismo, comum entre os paulistas que participaram do movimento constitucionalista de 1932. Tietê não deixa de ser uma referência explícita ao rio em torno do qual nasceu e cresceu a cidade de São Paulo e a partir do qual se expandiu e se disseminou a cultura paulista. Um dos ícones dessa cultura é a imagem do bandeirante, construída discursivamente e divulgada a partir do momento em que São Paulo, Estado e cidade, começam a ocupar espaço preponderante na economia nacional, graças à pujança da economia cafeeira. Nesse sentido, o segundo nome do protagonista do livro de Paulo Duarte, Borba, parece ser uma alusão a ao bandeirante Manuel de Borba Gato (1649-1718) e evoca os aventureiros coloniais, inicialmente conhecidos como bárbaros desbravadores do sertão em busca de escravos indígenas e minas de metais e pedras preciosas.

Considerando as críticas que Sérgio Milliet já havia feito a *Palmares pelo avesso*, pode-se dizer que Paulo Duarte, que já havia fracassado na tentativa de escrever ficção, volta a repeti-lo. Em *O espírito das catedrais*, ao criar um *alter ego* e optar por um relato em terceira pessoa, parece certo que ele ainda estava convencido de que poderia escrever um romance. Entretanto, sua obra não convence como romance.

Somente em meados da década de 1960, ao iniciar a escrita de suas *Memórias* é que ele parece ter se convencido de sua inaptidão para a literatura de ficção. Talvez seja por isso que, após escrever e publicar nove volumes de *Memórias*, tenha se decidido a incluir *O espírito das catedrais*, nesse projeto, uma vez que permitiu a sua reedição, 22 anos após a primeira, agora na condição de décimo volume de suas *Memórias*.

É por esse motivo que o décimo volume de sua coleção memorialística apresenta estrutura distinta dos nove volumes que o precedem. Evidentemente, o problema não se resolve aí, mas deixa para o historiador e para o crítico um amplo terreno de estudo, ao criar uma espécie de híbrido discursivo, um texto que pode ser lido como ficção ou como história, ou como ambos ao mesmo tempo.

Ao priorizar o tema daquele livro, a resistência vivida pelo protagonista em seu exílio francês, acaba deixando de lado a forma escolhida, que, sem dúvida, também merece ser considerada. Segundo palavras de Paulo Duarte, a segunda edição de *O espírito das catedrais* foi necessária “por conter numerosos episódios importantíssimos que deixaram de ser

contidos nesse nono volume, e indispensáveis ao texto, e que não foram reproduzidos para evitar uma dispensável repetição.”²⁵³ E completa:

O trecho da Guerra, a luta na França, toda a correspondência enviada ao Brasil e não publicada em *O Estado de S. Paulo*, por ter sido cortada pela censura do Estado Novo da ditadura de Vargas [...], pois, tais episódios, não poderiam faltar em uma obra completa e inédita ainda deste estudo abracadabrante que viveram os que foram vítimas dos trágicos acontecimentos de a partir de 1939, vividos pelos homens daquele tempo. Daí ser publicado agora.²⁵⁴

Por outro lado, ainda que não convença como ficção, *O espírito das catedrais* difere dos demais volumes das *Memórias*, sobretudo, pela sua estrutura narrativa composta por diálogos que imprimem um ritmo mais denso e vivo à trama. Cabe esclarecer ainda que, ao contrário dos demais volumes, cujos marcos cronológicos aparecem nas cartas inseridas ao longo da narrativa, tanto as enviadas quanto as recebidas, o que dá voz a outros personagens de seu círculo de amigos, em *O espírito das catedrais* tais marcos cronológicos são informados pelo próprio autor/narrador da única voz que conduz a narrativa.

²⁵³ DUARTE, P. *Memórias...* vol. X, p. IX

²⁵⁴ Idem

2.2- Após o exílio: da ação à memória.

Paulo Duarte regressou do exílio, em 17 de outubro de 1945, e encontrou um Brasil profundamente distinto daquele deixado na última semana de novembro de 1938, quando foi expulso do país. Durante o período em que permaneceu em Paris, Nova York e Buenos Aires, o cenário político brasileiro modificara-se bastante.

No ano em que deixou o Brasil, assistia-se à consolidação do Estado Novo. Consciente do poder político das oligarquias regionais, do qual o próprio presidente Vargas provinha, seu governo implementou uma política baseada no enfraquecimento dessas oligarquias regionais, pautada na dissolução das agremiações políticas estaduais.

O regime tinha obtido importantes êxitos ao recuperar a agricultura, em crise desde 1929, o que lhe valeu o beneplácito de parcela significativa dos agricultores nacionais. Assim, conforme o historiador José Maria Bello,

[...] Sem novos atropelos viveu o Brasil, dois anos que precederam à deflagração da Segunda Guerra Mundial. Pouco a pouco, restabelecia-se o ritmo dos negócios; normalizara-se a situação do café, e outros produtos agrícolas começavam a avultar nas exportações, equilibrando a balança comercial. As moderadas emissões de papel-moeda na cautelosa gestão do ministro da Fazenda, Sr. Artur Costa, compensavam-se pela expansão natural da economia; assim, sem embargo do seu aviltamento na relação dos câmbios estrangeiros, a moeda nacional não perdera substancialmente valor aquisitivo no mercado interno, ou, em termos equivalentes, era ainda tolerável a ascensão dos preços.²⁵⁵

O governo logrou ainda colocar em prática um projeto voltado para a industrialização do país baseado em forte protecionismo alfandegário. O advento da Segunda Guerra impulsionou ainda mais a economia, momento no qual, aproveitando-se da demanda aliada por matérias primas, vitais para a manutenção da máquina bélica aliada, passou a exportá-las, conseguindo resultados positivos para a balança comercial brasileira.

²⁵⁵ BELLO, J. M. *História a República*. São Paulo: Ed. Nacional, 1983, p. 320.

No plano externo, depois de oscilar entre emprestar seu apoio às forças do Eixo ou às potências Aliadas, o governo Vargas, logrou vantagens comerciais com os Estados Unidos e entrou no conflito ao lado dos aliados. Entretanto, logo após o fim da guerra, ainda que o Brasil perfilasse ao lado dos vencedores, ficou evidente à opinião pública a impossibilidade de continuar a vigorar no país um governo sob inspiração fascista.

O brasilianista Thomas Skidmore resume com propriedade a situação do Estado Novo em face da nova conjuntura política que se formou a partir do instante em que o exército brasileiro, retornou vitorioso da Itália:

[...] Em 1944 [Vargas] recebeu relatório de críticas ao Estado Novo, correntes entre os oficiais brasileiros que lutavam lado a lado com o 5º Exército Americano na Itália. Os brasileiros tinham se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país. A 10 de novembro de 1943, sexto aniversário do golpe, data na qual deveria ter sido realizado o plebiscito previsto na Constituição de 1937, Vargas falou à nação e prometeu que, depois da guerra “em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro”. Seis meses depois, a 15 de abril de 1944 ele repetiu a promessa assegurando aos brasileiros que poderiam “se declarar e escolher os seus representantes, dentro da democracia, da lei e da ordem”.²⁵⁶

A identificação de Vargas com o Estado Novo, não deixava dúvidas de que com ele à frente do governo, dificilmente, as promessas de liberdade de imprensa e democracia seriam cumpridas. Some-se a isso, o enorme prestígio angariado pelo exército, um dos principais sustentáculos do regime, na campanha de guerra em solo italiano. Em 29 de outubro de 1945, Vargas foi deposto, decorridos dois meses apenas do encerramento dos conflitos no Pacífico com o lançamento das duas bombas atômicas sobre o Japão.

Como já foi dito, durante os três períodos em que residiu em Paris, Paulo Duarte tinha estabelecido contatos com destacadas figuras do mundo intelectual francês, como o filósofo Henri Berr (1863-1954), o antropólogo Marcel Mauss (1872-1950), o escritor Paul Valéry (1871-1945), o historiador Lucien Febvre (1878-1956), e o fisiologista Henri Laugier (1888-1973), um dos co-autores do texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas, se o exílio proporcionou-lhe experiências e encontros intelectuais improváveis caso tivesse permanecido no Brasil, por outro lado, negou-lhe o convívio com a família e com os amigos, aos quais era profundamente ligado. A perda de seu pai em 1943, a quem Paulo Duarte viu pela última vez, no porto de Santos, quando partiu para o exílio; do ex-governador Armando

²⁵⁶ SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco – 1930-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 72

de Sales Oliveira, ao lado de quem compartilhou anos de exílio; e de seu grande amigo Mário de Andrade foram a contrapartida amarga de sua ausência forçada.

Seu regresso, apenas doze dias antes da deposição de Getúlio Vargas, foi cercado de grande expectativa. Assim que aportou, deu uma entrevista coletiva à imprensa em que reafirmava as suas convicções políticas democráticas e esclarecia em nada ter mudado, pois continuava,

[...] visceralmente incompatível com a ditadura. Entretanto, ser-me-ia difícil externar qualquer opinião definitiva sobre o Brasil, logo após a minha chegada. Estive ausente durante sete anos e este período, se é curto para a permanência, no poder, de um caudilho, é longo demais para quem viveu praticamente sem o menor contato com a sua terra. Sim, porque, se o país passou internamente segregado durante longo período de opressão, externamente esse isolamento é maior ainda. No exterior, sobre o nosso país chegavam apenas as mentiras do Departamento de Imprensa e Propaganda.²⁵⁷

Paulo Duarte marcou sua volta ao país com o lançamento, em 1946, de *Prisão, exílio, luta*, uma compilação de textos escritos em distintos momentos de sua vida no exílio, ou pouco antes de deixar o país com finalidades diversas.²⁵⁸ O conjunto dos textos procura evidenciar o esforço político dos exilados no combate à ditadura. Talvez, por ter sofrido as mazelas do exílio, ele enxergava a si próprio e aos demais exilados como os mais tenazes combatentes do Estado Novo. Entendia que se os demais intelectuais que permaneceram no país após o início do Estado Novo, tivessem sido mais incisivos em suas ações, talvez a ditadura não tivesse durado tanto. Como exemplo da atuação negativa de alguns, Paulo Duarte cita o caso da eleição de Getúlio Vargas à Academia Brasileira de Letras em 1941:

Academia Brasileira de Letras, entidade suprema da representação intelectual do Brasil modificou os seus estatutos exclusivamente para fazer membro daquele grêmio da inteligência, o homem que prendera, seviciara,

²⁵⁷ Texto da entrevista está inserido em DUARTE, P. op. cit., 1946, p.275-277.

²⁵⁸ O corpo do livro compõe-se de quatro conferências inéditas que deveriam ter sido realizadas no Rio de Janeiro, além dos seguintes documentos: carta ao então ministro da Justiça datada de 23 de agosto de 1938; carta à Associação Paulista de Imprensa, de 18 de julho de 1938; carta a Guilherme de Almeida de 27 de julho de 1938, anexo ao documento anterior; carta ao então secretário de Segurança de São Paulo, Dalísio Menna Barreto, de 15 de setembro de 1938; uma segunda carta ao ministro da Guerra, de 18 de novembro de 1938, “American friendship”, artigo escrito para a revista *Free World* de Nova York de fevereiro de 1941; artigo “Inside Brasil” à mesma *Free World*, de julho de 1941; “Bad neighbor Vargas”, artigo para a revista *The Nation* de Nova York de setembro de 1941 e uma carta do governo brasileiro em resposta ao artigo, datada de 08 de outubro de 1941; artigo de novembro de 1941 para *The Nation* intitulado “Very bad neighbor Vargas”; “Carta ao Tio Sam”, para a *Free World*, de outubro de 1944; “New democracy in Brasil”, para *The Nation*, de março de 1945; carta a Mr. Edward Stettinius, Secretário de Estado dos Estados Unidos; carta ao ditador Salazar de 29 de junho de 1944; uma segunda carta a Salazar, de mesma data intitulada Despedindo do ditador de Portugal; carta a Antonio Ferro, de 17 de setembro de 1944; “Regressando ao Brasil”, entrevista coletiva com a imprensa do Rio de Janeiro, ao reentrar no Brasil em 17 de outubro de 1945; artigo intitulado Coerência ideológica, sem data; carta à Liga Eleitoral Católica de 30 de novembro de 1945 e discurso intitulado Aos meus amigos de São Paulo, proferido em almoço realizado em 17 de março de 1946.

exilara acadêmicos, o homem que mais atentados perpetrrou contra a Inteligência do Brasil.²⁵⁹

Ainda referindo-se à luta dos intelectuais, agora em contexto mais amplo, Paulo apresentou os exemplos negativos na Alemanha e Itália.

O avacalhamento dos intelectuais tem sido, aliás, nos tempos modernos, sintoma, talvez mais grave da queda de um povo. O nazismo e o fascismo venceram mercê disso. A maioria dos homens de pensamento, expulsos da Alemanha eram judeus e assim foram atingidos mesmo os que se dispuseram a aceitar o regime. Raríssimos os intelectuais alemães não semitas, como os irmãos Mann, que não se conformaram. Na Itália, onde o anti-semitismo coercitivo só apareceu no fim, o panorama ofereceu o mesmo aspecto deplorável.²⁶⁰

E alegou que as duas únicas exceções teriam sido a Espanha e a França.

Dois países durante o horror dos últimos anos alçaram-se como maravilhosas exceções dessa desanimadora regra geral: a Espanha e a França. A primeira conta cerca de quatrocentos professores universitários exilados. Sem falar em centenas de outros intelectuais. Dentro da Espanha centenas foram assassinados, como García Lorca; outros encarcerados e proibidos de escrever, como Pío Baroja. Na França não houve um só intelectual de alta classe, em pleno domínio de suas faculdades, que se tornasse colaboracionista. Todos fugiram para o exterior, de onde continuaram a luta ou entraram para a Resistência. O Instituto de França não contou cinco por cento de aderentes a Pétain.²⁶¹

E concluiu suas considerações indagando-se sobre o papel do intelectual em países como o Brasil:

A vida intelectual, sendo o fulcro mesmo da existência de um povo civilizado, os países, que tiveram a felicidade de preservar as reservas do espírito, se alçam com o vigor saudável de uma convalescença. Que acontecerá a nós, terras como o Brasil, onde uma vez abatidos regimes desmoralizados como o de Vargas, o intelectual aparece como um trapo atirado ao lixo depois de haver servido às mesmas asseadas necessidades das vespasianas ditatoriais?

Prisão, exílio, luta foi avaliado por Sérgio Milliet em seu *Diário Crítico* de 09 de março de 1947. O crítico deve ter se sentido ofendido com as palavras de Paulo Duarte. É preciso lembrar que durante os anos em que Paulo Duarte esteve exilado, Sérgio Milliet fez um caminho totalmente oposto ao do cunhado, pois, não apenas havia permanecido no Brasil durante a vigência do Estado Novo, como continuou trabalhando no Departamento de Cultura e escrevendo n' *O Estado*, até a invasão da redação do jornal pelas forças policiais do governo.

²⁵⁹ DUARTE, P. op. cit., 1946, p. 47.

²⁶⁰ Idem

²⁶¹ Idem, p. 48

Nos anos subseqüentes centralizou seus esforços em seu trabalho na Biblioteca Municipal, após a saída de Rubens Borba de Moraes. A discreta atuação de Sérgio Milliet, no entanto, não significa que ele não sido um crítico do Estado Novo.

No início da década de 1940, já era considerado um dos mais brilhantes críticos de arte do país. Autor do clássico *O Roteiro do café*, de 1938, publicou, em 1944, o ensaio *Marginalidade da pintura moderna*, texto no qual procurou construir um modelo explicativo sobre a Arte Moderna, a partir da questão da comunicação entre a arte e o público. Cinco anos depois, participou, em Paris, da reunião que projetou a Associação Internacional de Críticos de Arte e no ano seguinte foi indicado Secretário Regional daquela instituição para a América Latina.²⁶²

Em 1945 foi um dos protagonistas do I Congresso Brasileiro de Escritores, uma das mais contundentes manifestações de repúdio ao Estado Novo. Antonio Candido lembra que, em 1942, havia sido fundada, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Escritores que logo se multiplicou em secções estaduais. O presidente nacional era Aníbal Machado (1894-1964) e coube a Sérgio Milliet dirigir a secção paulista.²⁶³

Em 1944, projetou-se o evento que, segundo Candido,

visava a uma tentativa de conagraçamento de todos os opositores do Estado Novo, passando por cima das divergências não apenas entre esquerda e liberais, mas dentro da própria esquerda, o que geralmente é mais difícil... Foi essencialmente um movimento de frente única das diversas correntes, com um senso de entendimento mútuo que levou quase toda a gente a entrar em compasso de trégua e até reconciliação, havendo muito aperto de mão entre desafetos e acordo de paz para velhas brigas. O essencial era unir taticamente as forças contra a ditadura.²⁶⁴

Aberto em 22 de janeiro na Biblioteca Municipal de São Paulo, o Congresso encerrou-se em 27 de janeiro no Teatro Municipal quando foi lida a Declaração de Princípios, cuja redação ficou a cargo de uma comissão da qual faziam parte Astrojildo Pereira (1890-1965), Dyonélio Machado (1895-1986), Osório Borba (1900-1960), Prado Kelly (1904-1986), Caio Prado Júnior (1907-1990), Alberto Passos Guimarães (1908-1993), Arnon de Melo (1911-1983), Jorge Amado (1912-2001), Carlos Lacerda, (1914-1977), Moacir Werneck de Castro (1915), Paulo Emílio Sales Gomes (1916-1977).²⁶⁵ Também estiveram presentes o pintor Di Cavalcanti (1897-1976) e Mário de Andrade que morreria no mês seguinte.

²⁶² SERGIO MILLIET – 100 anos: trajetória, crítica de arte e ação cultural. GONÇALVES, L. R. (org.). São Paulo: ABBA/Imprensa Oficial do Estado, 2004, p. 10.

²⁶³ CANDIDO, A. O Congresso de Escritores in *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 108-109.

²⁶⁴ Idem, p.109.

²⁶⁵ Idem, p. 109-110.

Ainda estavam bem vivos na memória de Sérgio Milliet os esforços da elite intelectual brasileira contra a ditadura do Estado Novo, em especial o Congresso dos Escritores, quando surgiu livro acusador de Paulo Duarte.

É nesse sentido que Sérgio diz que “a ausência forçada do autor o fez adquirir a perspectiva larga de uma inteligência isolada dos fatos mais mesquinhos de sua terra, [...] Mas quando entra na crítica do que ocorreu dentro de sua própria terra, a distância, no tempo e no espaço, o impede de medi-los com precisão.”²⁶⁶ O resenhista referia-se ao fato de Paulo Duarte ter acusado os que haviam permanecido no país, entre os quais o próprio Sérgio, de contribuir para que o Brasil tivesse ‘retrogradado’, segundo expressão do autor, ao invés de progredir.²⁶⁷ De acordo Sérgio,

As muitas qualidades de seu livro, entre as quais avultam a coragem e a generosidade não bastam para dar-lhe um caráter sociológico ou um sentido político profundo que por força teria se nele não figurassem páginas de brilhante polêmica em verdade, mas de crítica impiedosa a fatos e coisas cuja evolução Paulo Duarte não viu de perto e cuja significação exata lhe escapa por isso.²⁶⁸

E conclui:

[...] uma superestimação apaixonada da geração dos quarenta anos, que participou de algumas das revoluções brasileiras e se agitou heroicamente, mas sem orientação ideológica, e uma subestimação injusta da geração atual, acusada de não ter cumprido o seu dever. É certo que os que aqui ficaram não fizeram tudo que os exilados esperavam deles. Isso não se verificou, entretanto, em virtude de acovardamentos ou ignorâncias como parece pensar Paulo Duarte e sim por terem as novas gerações, evoluído, e mudado de concepções políticas e até de estilo de vida.²⁶⁹

No ano seguinte, entre 11 e 22 de março de 1947, Paulo Duarte publicou n’*O Estado* uma série de onze longos artigos sobre o Departamento de Cultura de São Paulo. Tais textos parecem ter sido elaborados com três propósitos: uma homenagem ao amigo Mário de Andrade, falecido havia pouco mais de um ano; prestação de contas das atividades da instituição, até a saída de Fábio Prado da prefeitura; e acusação aos que o sucederam na administração municipal, aqueles que governaram a cidade, entre maio de 1938 e novembro de 1945.

Paulo Duarte os acusava de “estreiteza de visão” quanto ao valor dado à cultura, em detrimento de outras prioridades, como o ambicioso plano de avenidas, iniciado ainda na

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ MILLIET, S. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*. São Paulo: Martins/EDUSP, p. 50 volume V.

²⁶⁹ Idem.

gestão Fábio Prado, mas , em grande parte, implantado por Prestes Maia. Interessante notar que enquanto participou da gestão Fábio Prado, Paulo Duarte falava com entusiasmo da abertura de novas vias na cidade, mas quando o prefeito seguinte continuou e implementou as obras viárias, o jornalista mudou seu discurso e passou, ironicamente, a criticá-lo.:

Um arranha céu no novo tratado de uma avenida? Punha-se abaixo o arranha-céu. Uma montanha? Removia-se a montanha. Um Departamento de Cultura que era a vida espiritual da cidade? Abata-se o Departamento de Cultura. Pura incompreensão: um pedacinho das verbas gigantescas destinadas à realização dessas obras todas, as quais, em si mesmas, só um tolo poderia apupar, e as avenidas ganhariam o enfeite cultural que a existência do Departamento de Cultura lhes poderia trazer.²⁷⁰

Pode-se dizer que essa série de artigos inaugura a construção da memória do Departamento de Cultura. Em 1971, Paulo Duarte os reuniu, sem quaisquer atualizações, transformando-os no capítulo intitulado “O lindo sonho e a dolorosa realidade”, que integra *Mário de Andrade por ele mesmo*.

Seu retorno ao país ocorreu, paulatinamente, entre 1946 e 1949, pois apesar de finalmente haver regressado, e estar atento à situação política do Brasil, preocupava-o igualmente o processo de reconstrução de sua querida França, a ponto de ter coordenado uma campanha de ajuda material aos amigos franceses que viviam os difíceis anos da reconstrução daquele país, atitude que ajudou a solidificar os contatos com os intelectuais franceses e que se mostraria de imenso valor quando decidiu editar a revista *Anhemi*.²⁷¹

Retomou as suas atividades regulares n’*O Estado* e chegou ao posto de editor-chefe, mas, sua ascensão na hierarquia da redação ocorreu em momento de nova troca de poder no jornal. No início dos anos 1920, Paulo havia assistido à entronização de Julinho Mesquita e de seu irmão Francisco, no lugar do velho Júlio, mas agora, segundo o jornalista Cláudio Abramo, teria tido dificuldades em aceitar a passagem de comando para a terceira geração da família Mesquita, motivo pelo qual teria preferido deixar sua função no jornal. De acordo com Cláudio Abramo, em início de carreira:

[...] Paulo era o herdeiro político, ideológico, do Dr. Julinho, embora os dois discordassem em certas coisas. Paulo era um pouquinho à esquerda do Dr. Julinho, embora este fosse mais liberal. Essas coisas dependem da

²⁷⁰ DUARTE, P. op. cit., 1985, p. 112.

²⁷¹ A menção a esse episódio encontra-se em *Paul Rivet por ele mesmo*. De acordo com Paulo, [...] Alguns amigos brasileiros foram admiráveis. Deram-me cerca de duzentos contos com os quais tudo adquiri, levando ainda para o Instituto (Museu do Homem) um saldo apreciável, sem contar três toneladas de conservas, fazendas, café e cigarros em quantidade, pois em Paris continuava faltando tudo. Presentes de industriais paulistas amigos: Fábio Prado, Lauro Gomes, o conde Francisco Matarazzo, o prefeito Abrahão Ribeiro, Gastão Vidigal, Ministro da Fazenda e outros. Para se ter uma idéia da situação em Paris: fiquei uma vez duas horas numa fila para receber um dente de alho!” DUARTE, P. *Paul Rivet por ele mesmo*. São Paulo: Anhemi, 1960, p. 39.

personalidade de cada um, da formação social. O Dr. Julinho era um grande senhor, podia dizer o que quisesse, enquanto Paulo vinha da pequena burguesia ancilar.

Paulo se sentia no direito, e tinha, de disputar a liderança, a primazia, a influência maior na redação. De algum jeito, talvez por um processo de afirmação, ele ficou no caminho dos moços – que poderiam perfeitamente tê-lo absorvido. Mas de alguma maneira ele deve ter contribuído para o estabelecimento de um clima de disputa. Houve o choque, porque a mentalidade e as pessoas eram diferentes. A transição era pacífica. E Paulo foi eliminado. No fundo ele não entendia a natureza do capitalismo, em que é normal que as coisas passem de pai para filho. Quem trabalha é explorado e a propriedade passa para o herdeiro.²⁷²

O afastamento do jornalista da redação d’*O Estado* não significou um rompimento definitivo com a família Mesquita o que mostra, na observação de Marli G. Hayashi, “quão importante é, seja na história política dos intelectuais, ou dos meios de comunicação, fazer um estudo da ‘socialização’ dos homens, da formação de suas opiniões ao longo de seu itinerário particular...”²⁷³

É provável que, ao decidir afastar-se de suas funções n’*O Estado*, Paulo Duarte já tivesse em mente o projeto que resultaria na criação de *Anhemi*. É possível ainda levantar a hipótese de que seu afastamento da redação d’*O Estado* tenha lhe dado as condições necessárias para, além de editar e dirigir a revista *Anhemi*, fundar sua própria editora, a Anhambi,.

Lançada em dezembro de 1950, com uma tiragem de cinco mil exemplares, a revista deveria conseguir manter-se por pelo menos três anos, mas acabou durando doze. A *Anhemi* veio preencher um vazio na área cultural, fato percebido também pelos jornais que nesse período criaram os suplementos literários, permitindo aos intelectuais, acadêmicos ou não, a possibilidade de divulgação de suas idéias.²⁷⁴

Na década de 1950 envolveu-se em ferrenha luta política contra Adhemar de Barros, antigo desafeto dos tempos em que foram colegas na Assembléia paulista, entre 1934 e 1937. Acusou-o publicamente de cometer irregularidades administrativas e de apropriação indevida de verbas, episódio estudado por Marly Guimarães Hayashi em *Paulo Duarte, um dom Quixote brasileiro*.²⁷⁵

Sua última grande realização institucional nasceu justamente quando a publicação de *Anhemi* mostrava-se cada vez mais inviável em meio à crise econômica em que o país

²⁷² ABRAMO, C. op. cit., 1988, p.33.

²⁷³ HAYASHI, M. G. op. cit., 2001, p. 8.

²⁷⁴ Idem, p. 9.

²⁷⁵ Idem, p. 34.

mergulhou no início da década de 1960. Trata-se do Instituto de Pré-História²⁷⁶, idealizado sob inspiração do Museu do Homem, de Paris, e fundado em 21 de março de 1959, data do primeiro aniversário de morte de Paul Rivet, a quem Paulo Duarte ainda rendeu uma segunda homenagem ao lançar *Paul Rivet por ele mesmo*, em 1960, publicado pela Anhambi.

Em 1962, após árdua batalha jurídica com o governo, o Instituto foi encampado pela USP e Paulo Duarte passou a compor o corpo docente daquela instituição.²⁷⁷

Com o fechamento de *Anhambi*, o intelectual que quase sempre estivera no centro da mídia e da vida intelectual paulista começou a perder espaço. Mas, segundo Marly G. Hayashi, o fechamento da revista, apenas aparentemente, deixou a jornalista sem tribuna, embora ele afirmasse haver pouco espaço para seus artigos na mídia. Paulo dizia que:

[...] os jornais “de esquerda” estavam amarrados a grupos políticos, os órgãos popularescos eram incompatíveis com sua mentalidade; e os jornais de centro, direita e extrema direita não o aceitavam já que não se submetia às secretarias de redação, responsáveis por “moldar a idéia de seus colaboradores às do jornal.”²⁷⁸

Sua relação com a USP data do tempo em que a universidade foi criada por Armando de Sales Oliveira. Guardava mágoa por seu nome não constar da ata de fundação da Universidade. Segundo Paulo:

Pouco tempo depois de publicado o decreto-lei criando a Universidade de S. Paulo, Julinho mandou-me uma cópia dele assinada por toda a comissão, menos por mim, para que eu apusesse minha assinatura. Recusei-me a fazê-lo. Nem agradei a atenção. Mas fiquei com uma raiva!... Ninguém poderia jamais negar-me o título de um dos seus fundadores. Guardei aquele documento no meu arquivo.²⁷⁹

Paulo Duarte se considerava um dos fundadores da USP e manteve estreita relação com os docentes da instituição desde que chegaram os franceses ainda na década de 1930. Como diretor do Instituto de Pré-História, passou a integrar o corpo docente da USP e em 1963, ao lado de Júlio Mesquita Filho teria tentado articular a reeleição do reitor Antônio de Ulhôa Cintra. A iniciativa malogrou e a eleição foi vencida por Luís Antonio da Gama e Silva (1913-1979). Como diretor do Instituto, Paulo Duarte era membro do Conselho Universitário

²⁷⁶ O Instituto de Pré-História foi fundado em 21 de março de 1959, sob a presidência de Paulo Duarte. Tratava-se de “uma sociedade civil sem fins econômicos, cuja função era a de estudar povos e culturas americanas, tendo ainda por objetivo organizar o Museu do Homem Americano. Idem, p. 127

²⁷⁷ Em 2007, Aureli Alves de Alcântara apresentou Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo intitulada *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – A pré-história*.

²⁷⁸ Idem, p. 9

²⁷⁹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. III, p. 73.

e a princípio, se entendeu com o novo reitor, mas a relação de cordialidade não durou De acordo com Marli G. Hayashi,

A suposta simpatia mútua desapareceu em 1964 com os novos rumos da situação política e o agravamento dos problemas econômicos do IPH. Luís Antônio Gama e Silva conspirou contra o regime anterior, passando a utilizar a USP como instrumento para a realização de suas ambições políticas. A partir de abril daquele ano, a Universidade começou a conviver com um mecanismo repressivo, tendo como alvo principal o grupo renovador da instituição. A reitoria não apresentou resistência à repressão policial, sendo, na verdade, conivente. Buscava-se, sobretudo, intimidar professores, alunos e funcionários.²⁸⁰

Após o golpe de 1964, a ditadura passou a perseguir professores, alunos e funcionários identificados com posições políticas esquerdistas. Como membro do Conselho Universitário, Paulo Duarte não deixou escapar a oportunidade de transformá-lo em palco para manifestar publicamente seu “descontentamento com a condição vigente, sobre as invasões policiais em prédios da universidade, prisões de professores e nomeação da comissão de expurgo”.²⁸¹

Em desacordo com a situação, endereçou carta a Júlio Mesquita Filho, narrando as arbitrariedades ocorridas na Universidade, como as prisões dos professores Mário Schenberg (1914-1990) e Warwick Kerr. Em 11 de maio de 1965, *A Gazeta* a USP publicou uma entrevista de Paulo Duarte intitulada, “Realidade Universitária: Professor denuncia: terrorismo cultural e cátedra vitalícia impedem desenvolvimento da USP”. A entrevista desagradou a muitos de seus colegas, sobretudo, pelo fato de Paulo Duarte ter se utilizado da metáfora do rinoceronte para se referir à atitude apática de alguns acadêmicos diante dos desmandos que estavam ocorrendo na universidade. Contra ele, abriu-se processo administrativo. Como era de seu costume, Paulo reuniu documentos e partes da peça do processo que a USP moveu contra ele e publicou *O processo dos rinocerontes*. Em 1969, ele foi compulsoriamente aposentado, ao lado de outros professores pelo AI5.²⁸²

Quando foi aposentado ele já se dedicava ao projeto de escrita suas memórias²⁸³. Leitor voraz e bibliófilo inveterado, ele tinha conseguido formar ao longo da vida uma grande biblioteca e um arquivo igualmente impressionante que, no momento da aposentadoria

²⁸⁰ HAYASHI, M. G. op. cit., 2001, p. 154.

²⁸¹ Idem.

²⁸² HAYASHI, M. G. A Universidade Brasileira: O caso USP (1950-1977), p. 60, In *Thesis Revista Eletrônica*. São Paulo, ano II, n. 4, 2005. <http://www.cantareira.br/thesis2/v4n1/marli.pdf>. Acessado em 12.02.2009.

²⁸³ “Enquanto, porém, os dedos sustentarem-se no teclado da máquina e o cérebro cumprir seu dever, continuarei e continuarei intensivamente. São tantas as horas em que permaneço de pé, em frente à máquina; tralhando — pois só escrevo de pé — , que tenho até a impressão de que o coração parará um dia em meio da página em pleno trabalho de redação”. DUARTE, P. *Memórias...* vol. IX, p. 3

compulsória, lhe serviram de base para se voltar com mais afinco à escrita de suas memórias e ao qual se dedicou enquanto saúde lhe permitiu.

De qualquer forma, a aposentadoria compulsória foi um duro golpe para ele, principalmente em termos financeiros, tanto que, em 20 de fevereiro de 1970, escreveu ao então reitor da Universidade de Campinas, Zeferino Vaz (1908-1964), propondo a venda de sua biblioteca e do arquivo pessoal. Após árduas negociações, a UNICAMP efetivou a compra e transformou seu arquivo no Fundo Paulo Duarte, vinculado ao Centro de Documentação “Alexandre Eulálio” do Instituto da Linguagem (IEL) daquela Universidade²⁸⁴. Na ocasião da venda de seus dois bens mais queridos, ficou acordado que tanto a biblioteca quanto o acervo documental só seriam transferidos para a universidade após a sua morte.

Assim como havia feito com *Paul Rivet por ele mesmo* (1960), Paulo Duarte publicou, em 1971, em meio às comemorações do cinquentenário da Semana de Arte Moderna *Mário de Andrade por ele mesmo* volume que contém as cartas trocadas com o amigo Mário de Andrade. Não deixa de ser um paradoxo que Paulo Duarte, um intelectual reconhecidamente conservador em termos lingüísticos tenha conseguido relativo êxito ao publicar uma obra que presta homenagem justamente a um dos nomes mais representativos do Modernismo.

A introdução à obra Paulo Duarte deixa claro sua intenção não era homenagear o intelectual Mário de Andrade, embora o faça ao escrever um esboço biográfico do autor de *Macunaíma*. O que Paulo Duarte buscava era antes o amigo desaparecido precocemente, cuja obra já o havia transformado em mito intelectual. Segundo Paulo Duarte, ele publicava a correspondência entre eles:

Porque esse Mário de Andrade que conheci tão intimamente, tão minuciosamente, tão dissecado em miúdo na vida que vivemos juntos, não é bem aquele que tenho encontrado por aí, retratado por gente que nunca o viu e pretende conhecê-lo a fundo, elogiado, espiolhado e panegiricado até por gente que o detestava, mas hoje aparece, na imprensa e até no livro dizendo-se amigos do peito, donos ou condôminos e até viúvas de Mário de Andrade.²⁸⁵

Por isso, talvez, o núcleo da obra não seja, como poderia parecer, a vida intelectual de Mário de Andrade, mas apenas o período em que ambos projetaram e estruturaram, o

²⁸⁴ A documentação é constituída pela correspondência, recortes de jornais e revistas, cartões postais, fotografias, quadros, gravuras, mapas, gráficos, objetos tridimensionais, produzidos e arquivados por Paulo Duarte enquanto redator de *O Estado de S. Paulo*, diretor da revista *Anhembi* e fundador do museu de Pré-História da USP. O arquivo traz ainda inúmeros dossiês, que refletem a efervescência cultural e política do Brasil num amplo período histórico que vai do final do século XIX ao começo dos anos 1980.

²⁸⁵ DUARTE, P. op. cit., 1985, p. 11.

Departamento de Cultura, quando estreitaram, ainda mais, os laços de amizade que os unia desde os tempos do *Diário Nacional*.

Paulo Duarte organizou seu livro de maneira a defender a tese de que a relação de Mário com o Departamento de Cultura fora tão visceral que, logo após afastar-se da diretoria da instituição, teria se desencantado com a vida, causa da depressão que o levaria à morte sete anos depois.²⁸⁶ Assim, o breve histórico com o percurso intelectual do poeta, nada mais é do que uma introdução ao tema principal, ou seja, a memória do Departamento de Cultura e em especial o trabalho de Mário de Andrade como primeiro diretor da instituição. O trecho a seguir de certa forma resume o livro.

Para dirigir uma instituição dessa categoria, difícil de ser compreendida num meio ainda pouco permeável à verdadeira cultura precisava ser o que Mário de Andrade foi, isto é, um homem que pela obra, abandonasse tudo. Deixasse de ser artista, deixasse de ser escritor, deixasse de ser jornalista, deixasse de ser professor. Era preciso ser só Departamento de Cultura, tomando-se não como um bico a mais, não como um degrau para arranjos melhor retribuídos, tomando-o como *finalidade* no seu verdadeiro sentido filosófico de causa final. Era preciso apaixonar-se pelo Departamento de Cultura, entregar-se inteiramente a ele, num amor de instinto de perpetuação da espécie cultural, capaz de morrer pelo amor, como Mário de Andrade morreu pelo Departamento de Cultura.²⁸⁷

Uma nota breve chama a atenção para as difíceis condições do trabalho intelectual naquele início da década de 1970. Segundo Paulo, algumas cartas não puderam ser publicadas porque a censura entendeu que “poderiam ser interpretadas diferente do que representam”²⁸⁸.

O prefácio ao livro coube ao crítico Antonio Candido que não poupou elogios ao biografado e nem ao biógrafo:

Este livro, importantíssimo é vivo, trepidante, apaixonado, feito na dimensão do movimento, como a personalidade do seu Autor. Livro sobre Mário de Andrade, é também sobre Paulo Duarte, e sendo sobre ambos, esclarece a respeito de uma geração decisiva para o desenvolvimento da cultura no Brasil. Raras vezes esta conheceu uma série equivalente de homens que pesaram tanto no seu destino e definiram com tamanho empenho os seus rumos quanto os homens nascidos entre mais ou menos 1890 e 1905, só comparáveis talvez, como coesão de equipe e amplidão de dotes, aos que, na segunda metade do século XVIII e começo do século XIX prepararam as bases para a Independência política e cultural.²⁸⁹

²⁸⁶ É preciso destacar que Paulo soube da morte do amigo quando ainda estava no exílio, razão pela qual parece identificar o desaparecimento de Mário como consequência direta das frustrações com o destino do Departamento de Cultura.

²⁸⁷ DUARTE, P. *Memórias*, volume V, p. 143-4.

²⁸⁸ DUARTE, P. op. cit., 1985 p. 6.

²⁸⁹ CANDIDO, A. [Prefácio] in DUARTE, op. cit., 1985.p. XIII.

Ainda que se lhe possa fazer críticas quanto à tese defendida, *Mário de Andrade por ele mesmo* contribuiu para que, a partir de sua publicação, em meados da década de 1970, a história do Departamento de Cultura começasse a despertar o interesse acadêmico.²⁹⁰

Ao publicar seu livro, Paulo Duarte, confessou utópica ou ingenuamente que desejava “repor Mário de Andrade nele mesmo” [...] “limpar a sua memória dessa crosta barroca que vai deformando e mudando as linhas puras de sua personalidade.”²⁹¹ A narrativa tem como fio condutor as cartas trocadas entre os dois amigos nos períodos em que Paulo esteve exilado e, contém ainda uma série de cartas de Mário de Andrade a Sérgio Milliet datadas entre 1923 e 1940. Em nota, Paulo Duarte diz ignorar se a correspondência entre o cunhado e o amigo terminou mesmo em 1940, data em que Mário de Andrade voltou a residir em São Paulo, após um período de auto-exílio no Rio de Janeiro. Informa, ainda que as cartas foram encontradas no apartamento de Sérgio Milliet dias após sua morte e esclarece que todo o arquivo e livros de Sérgio desapareceram.

Quando entrei alguns dias depois de sua morte o apartamento fora praticamente saqueado. Só uns poucos livros e alguns papéis, cartas e recortes. Quanto à sua correspondência, com Mário e outros só uma magra pasta em desordem.²⁹²

Mário de Andrade por ele mesmo não foi elaborado como um livro de memórias, por isso talvez se trate de obra de difícil classificação, pois está repleto de reminiscências sobre Mário, Paulo e da relação entre eles e se inscreve no lento processo de construção da memória de Mário de Andrade, nome que seus herdeiros intelectuais vêm cultuando desde seu desaparecimento e cuja popularização deu-se no início da década de 1960, quando a cidade de São Paulo, imortalizada por Mário, em verso e prosa, rebatizou a Biblioteca Municipal com seu nome.

Alguns anos mais tarde, em 1987, Carlos Sandroni defendeu a dissertação de mestrado *Mário contra Macunaíma – cultura e política em Mário de Andrade*. Este, salvo engano, parece ter sido o primeiro trabalho acadêmico em que o Departamento de Cultura aparece como um de seus temas principais. Na introdução o autor explicitou que tinha se baseado em duas fontes principais:

Em primeiro lugar, no único livro que faz do assunto um de seus temas principais: *Mário de Andrade por ele mesmo*, de Paulo Duarte, que citaremos abundantemente. O livro de Duarte é pouco sistemático e bastante apologético: limitado pelo compreensível passionalismo de quem sofreu na

²⁹⁰ A dissertação foi publicada no ano seguinte com o mesmo título. SANDRONI, C. *Mário contra Macunaíma*. São Paulo: Vértice, 1988.

²⁹¹ DUARTE, P. op cit., 1985, p. 11.

²⁹² Idem, p339.

carne todo o processo. Não supre a necessidade de um estudo crítico mais distanciado, inclusive porque não se propõe a isso. Não obstante, trata-se de um relato absolutamente indispensável, além de muito bonito [...].²⁹³

Pode-se constatar assim, que mesmo sendo uma obra pouco sistemática, uma vez que sua matéria é a memória individual, revisitada, e bastante apologética, que reivindica o protagonismo do próprio narrador, um Paulo Duarte envelhecido que trata de tentar colocar-se no centro de uma história que nem sempre é contada como ele desejaria que fosse, o livro lança luz sobre a vida cultural paulista daqueles anos.

É evidente que nesse momento, a escrita do projeto memorialístico de Paulo Duarte já deveria estar bastante avançada, uma vez que em 1974²⁹⁴ veio à luz o primeiro volume de suas *Memórias* propriamente ditas, intitulado *As raízes profundas*. O segundo volume, *A Inteligência da Fome*, saiu no ano seguinte.

A acolhida tanto de público quanto de crítica foi tão boa que os volumes entraram na sugestão de leitura da revista *Veja* para o final daquele ano²⁹⁵, indicados por uma comissão composta pelo editor Silvio Lancelotti, responsável pela seção “Literatura”, de *Veja*, por Eliana Machado e pelos críticos Bruna Becherucci, Affonso Romano de Sant’Anna, Geraldo Galvão Ferraz (1905-1979) e Benício Medeiros²⁹⁶ para figurar na lista dos dez mais significativos lançamentos daquele ano, segundo aquela revista.

Raízes profundas e *A inteligência da fome* apareciam ao lado de obras como *O Brasil Republicano*, volume da coleção História Geral da Civilização Brasileira, coordenado por Bóris Fausto; *Os donos do poder* de Raimundo Faoro (1925-2003); *Doramundo*, de Geraldo Ferraz (1905-1979); *Zero* de Ignácio de Loyola Brandão; *Feliz ano novo*, de Marcelo Rubens Paiva; da antologia bilíngüe, *Mallarmé*, de Décio Pignatari e os irmãos Campos; e de lançamentos internacionais como *Arquipélago Gulag*, de Alexander Soljenitsin (1918-2008); *Cobra* de Severo Sarduy (1937-1993); e *Sinfonia Napoleão* de Anthony Burgess (1917-1993).

Os dois volumes receberam comentários emocionados do também memorialista Pedro Nava (1903-1984) e do poeta Carlos Drummond e Andrade (1902-1987) que assim se expressou:

Meu caro Paulo Duarte: Suas Memórias estão comigo desde o Natal do ano passado. Li-as com interesse profundo e chamei para elas a atenção de vários amigos [...] A impressão recolhida da leitura permanece viva. Tanto no

²⁹³ SANDRONI, C.op. cit., p. 16

²⁹⁴ *Raízes profundas* teve uma segunda edição em 1975.

²⁹⁵ VEJA, 03.12.1975

²⁹⁶ Em 2009 Benício Medeiros lançou o livro *A rotativa parou: os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer*. MEDEIROS, B. *A rotativa parou: os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

capítulo inicial da experiência do exílio, como nas evocações precisas e ricas da infância, há em seu livro um sabor de autenticidade que nem sempre as memórias me comunicam. Você diz as coisas pelos nomes exatos, não por circunlóquios. Não enfeita a realidade. Tanto o homem perseguido de 1932, como o garoto da Franca, se manifestam com uma força existencial e uma dimensão humana que seduzem a gente. Que bela, sofrida, generosa e criativa parábola se desenvolve ao longo de sua vida, de que estas páginas nos dão um começo de painel! Pouco importa que a incompreensão e os interesses mesquinhos de grupos lhe barrem o caminho. Você é uma das riquezas maiores do nosso país, pela dignidade, pelo espírito público. Orgulho-me de sua amizade, que mesmo à distância me dá a sensação de presença moral.²⁹⁷

A boa acolhida da crítica deu fôlego para que Paulo Duarte continuasse a publicar os demais volumes. Entre 1976 e 1977, além do segundo e terceiro volumes intitulados *Selva oscura* e *Os Mortos de Seabrook*, respectivamente, publicou, em três tomos, *Letras floridas*, *Política humana* e *Ensaio e conferências*, em comemoração ao centenário de nascimento de Amadeu Amaral. No ano seguinte, ao lado do quarto e quinto volumes intitulados *Apagada e vil mediocridade* e *Ofício de trevas*, homenageou, com uma biografia, o jornalista *Júlio Mesquita*, sobre quem já havia preparado, em 1964, *Centenário de Júlio Mesquita*, publicado pela Anhambi.

Miséria universal, miséria nacional e minha própria miséria e *Vou-me embora pra Pasárgada...*, saíram em 1978, e o nono tomo das *Memórias*, *E vai começar uma nova era*, foi publicado em 1979. Não fica claro por que *O espírito das catedrais* foi republicado sem quaisquer alterações, repetindo a versão original de 1958²⁹⁸.

Conforme já se comentou, a obra apresenta marcas claramente ficcionais com narrativa em terceira pessoa, centralizada na figura de uma espécie de *alter ego* de Paulo Duarte, denominado Tietê Borba, o que a diferencia substancialmente dos nove volumes que a precederam. Em uma pequena nota introdutória à obra, a única explicação. Segundo Paulo Duarte esclarece:

Entra agora como suplemento do nono volume de *Memórias* por conter numerosos episódios importantíssimos que deixaram de ser contidos neste nono volume, e indispensáveis ao texto, e que não foram reproduzidos para evitar uma possível repetição.²⁹⁹

²⁹⁷ Trecho de carta de Carlos Drummond de Andrade a Paulo Duarte publicada na primeira orelha do volume II das *Memórias*.

²⁹⁸ Segundo o autor, “optou-se pela reedição daquela obra como complemento do volume IX de suas *Memórias* por conter numerosos episódios importantíssimos que deixaram de ser contidos neste nono volume e indispensáveis ao texto, e que não foram reproduzidos para evitar uma dispensável repetição”. DUARTE, P. *Memórias...*, vol. X, P. IX.

²⁹⁹ Idem, p.IX.

É provável, entretanto, que tal medida tenha sido tomada em virtude das condições de saúde do jornalista que se deterioravam desde o final da década de 1970, fato que não permitiu a conclusão do projeto memorialístico, mas os volumes publicados, somados às reportagens sobre sua participação em significativos momentos históricos – revoluções de 1924, 1930 e 1932 – e os esboços biográficos de alguns de seus mais caros amigos compõem um grande memorial sobre sua atividade intelectual durante a primeira metade do século XX.

2. 3- Tempos de memórias

O empréstimo de uma metáfora construída por John Lewis Gaddis em *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*³⁰⁰ será útil para compreender porque muitos intelectuais, ocupantes de importante espaço no panteão cultural, ou político, quando não em ambos, fizeram questão de registrar suas memórias nos derradeiros anos de sua existência. É como se todos eles, provenientes de um tempo e local determinados, o tempo lembrado, tivessem feito uma demorada viagem de avião presumindo-se, como adverte Gaddis, que todos ocupassem acentos próximos às janelas, [e aqui se faz um adendo: à direita, na cabine de comando, ou à esquerda da aeronave]; que o dia não estivesse enevoado e que os viajantes não tivessem pânico de avião a ponto de manter os olhos fechados da decolagem à aterrissagem. Presumindo-se que cada um deles tenha desfrutado de uma visão privilegiada durante o vôo e que, em seu retorno, tenham sentido a necessidade de narrá-la aos que os esperavam no aeroporto. Em conjunto, esses textos mapeariam um determinado território visitado, no mesmo período de tempo, segundo o ângulo de visão e o estado de espírito de cada viajante-narrador durante o vôo e no momento da narração.

O passado, como se sabe, jamais pode ser revivido ou resgatado, mas tanto os historiadores como os memorialistas têm a utopia de apreendê-lo e o fazem por uma representação, a escrita, cujo resultado dependerá do estilo e da intenção do autor, expressionista ou impressionista, por exemplo. Quanto à escolha do tema, dependerá da paisagem que tenha servido de inspiração ao narrador. Nesse sentido, os fatos sociais, políticos e culturais mais significativos para as gerações é que lhes servirão de marco de coesão.

A partir da década de 1960, os intelectuais nascidos no final do século XIX e início do XX começaram a se afastar da vida pública, muitos deles, depois de terem feito carreira no

³⁰⁰ GADDIS, J. L. *Paisagens da memória: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003, p. 19

serviço público ou ocupado cargos políticos de algum relevo e entenderam que havia chegado a hora de organizar um marco discursivo que pudesse espelhar sua participação na vida pública do país.³⁰¹

Para os contemporâneos de Paulo Duarte, os fatos políticos mais significativos foram as tentativas de ruptura ou as rupturas institucionais que se materializaram, representadas pelos movimentos armados de 1924, 1930 ou 1932 e pela relação de apoio ou oposição ao longo governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945. Foi em torno desses fatos políticos que esses intelectuais se posicionaram na tentativa de convencer seus leitores de que as escolhas e os caminhos seguidos teriam sido, senão os melhores, ao menos os possíveis.

No campo cultural, a memória gira em torno dos eventos da Semana de Arte Moderna de 1922, transformado em ponto de inflexão da História do Modernismo, tanto pelos principais epígonos da Semana, quanto pelos historiadores da Literatura. A historiadora e biógrafa Aracy Amaral, por exemplo, considera a Semana de Arte Moderna de 1922 como um marco na arte contemporânea do Brasil “comparável, por sua repercussão, à chegada da Missão Francesa ao Rio de Janeiro no século passado, ou, no século XVIII à obra de Aleijadinho.”³⁰²

A leitura desse conjunto de textos memorialísticos ajuda o historiador a mapear o lugar que esses agentes ocupavam no campo intelectual no instante em que o fato ocorreu e pode revelar, dependendo da narrativa, uma rede subterrânea de relações entre personagens de distintas áreas do campo intelectual que, teriam permanecido subjacentes à luz da história, mas significativos para que se compreendam determinados fatos do campo intelectual nos quais estiveram inseridos.

Ainda que não seja propósito desse trabalho fazer um levantamento sistemático desses textos, há fortes indícios de que houve um significativo aumento da publicação dessas “escritas do eu” a partir do final da década de 1950. Segundo Francisco Iglesias, as memórias têm tradição nas letras brasileiras, uma vez que no tempo do Império já se escreviam memórias, embora naquela época, como adverte Iglesias, não fossem consideradas um gênero e muitos dos autores não tivessem o costume de organizar sistematicamente seus escritos. Mesmo assim, entende que tais textos devem ser lidos como documentos históricos “pelo que contam do que viram ou da participação que tiveram os autores em momentos da vida

³⁰¹ Beatriz Sarlo lembra que o discurso da memória transformado em testemunho tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro.. SARLO, B. op. cit., p.51

³⁰² AMARAL, A. *Artes plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 13.

nacional ou de uma província [...] quase todas publicadas por amigos ou parentes que [recolheram] notas deixadas”.³⁰³

Iglesias lembra ainda que a tradição da escrita desses textos se acentuou com a famosa geração de 1870, aquela que protagonizou o trânsito do regime monárquico para a República. Intelectuais do porte de Graça Aranha (1868-1931), Rodrigo Octávio (1866-1944), Medeiros e Albuquerque (1867-1934), Humberto de Campos (1886-1934), João Neves da Fontoura (1887-1963) e Gilberto Amado (1887-1969), são alguns dos que publicaram suas memórias no decorrer da década de 1930.

Já no ocaso da vida, em meados da década de 1930, o acadêmico esclarece em breve prólogo, os motivos que o levaram a escrever aquelas “páginas elaboradas tranqüilamente, a céu aberto, à sombra de [suas] árvores”. Segundo Rodrigo Octávio,³⁰⁴ tais páginas foram

Escritas ao acercar-me dos 70 anos, e de assentada sobre coisas e circunstâncias antigas, velhas, muitas de mais de meio século, devem ser lidas com a indulgência que justificam duas grandes atenuantes: a da conturbação que trazem ao espírito os trabalhos e as vicissitudes de uma larga vida e a da neblina que sobre as coisas passadas estendem os anos. Tinha dessas coisas o coração e a memória; não quis levar comigo para baixo da terra.³⁰⁵

Anos depois, o escritor Érico Veríssimo no primeiro volume de *Solo de Clarineta* também faria advertência semelhante sobre o gênero memorialístico:

Relembrando agora, após dezesseis anos, os lugares por onde passamos durante aquela excursão através do Alto Alentejo, concludo que enganadores são os mapas da memória, cujos cartógrafos, por doidice ou puro espírito galhofeiro divertem-se à nossa custa, alterando em nossa mente a posição no espaço de aldeias, vilas, cidades, montanhas, rios e até países inteiros desmentindo os cartógrafos profissionais, autores desses mapas aceitos nos colégios como corretos... pelo menos até a próxima Guerra, naturalmente³⁰⁶

Tanto Rodrigo Octávio quanto Érico Veríssimo procuram advertir o leitor para o caso de terem cometido algum deslize que no futuro possa vir a ser contradito por algum contemporâneo. Assim, tomadas as devidas precauções, o leitor poderia prosseguir na leitura, sem o perigo de mal interpretá-las.

A obra memorialística de Rodrigo Octávio divide-se em duas vertentes. Em *Coração aberto*, ele narra sua vida, desde a infância aos dias de maturidade, tendo a si próprio como personagem central. Em *Minhas memórias dos outros* o foco volta-se para o outro. Figuram

³⁰³ IGLESIAS, F.op. cit., 2009 p. 287

³⁰⁴ OCTAVIO, R *Minhas memórias dos outros*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro/Ministério da Cultura, 1978, Primeira Série, s/p.

³⁰⁵ Idem

³⁰⁶ VERISSIMO, E. *Solo de clarineta: memórias*. Porto Alegre: Globo, 1973/76 volume II, p. 204

no panteão do memorialista nomes como Raul Pompéia (1863-1895), de quem foi vizinho e amigo; colegas de profissão com os quais travou combate, como Rui Barbosa (1849-1923); além de Machado de Assis (1839-1908), Prudente de Moraes (1841-1902), Rio Branco (1845-1912), Rodolfo Bernardelli (1852-1931), Aluísio Azevedo (1857-1913), entre outros.

Ao revelar o leque de relações socialmente significativas o autor vai delineando sua trajetória de vida desde que foi estudante de direito em São Paulo e Recife, sua passagem pela secretaria da presidência da República durante o governo de Prudente de Moraes, até aposentar-se como Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ao privilegiar suas relações sociais com nomes de grande prestígio na vida política e cultural brasileira é como se Rodrigo Octávio ³⁰⁷ tratasse de traçar um perfil de si mesmo modelado pela imagem que ele constrói dos personagens com os quais conviveu. Em *Minhas memórias dos outros*, ele transita entre o público e o privado e revela aspectos pitorescos de vida social, cultural e política ao tempo da *belle époque*.

A obra permaneceu esgotada durante quatro décadas e ganhou nova edição em 1979, em três tomos intitulados *Minhas memórias dos outros* - Primeira série, Nova série e Última série. Nota-se, assim, que sua reedição coincide com a publicação das *Memórias* de Paulo Duarte, reforçando a tese de que na década de 1970 as memórias já encontravam público leitor.

Do mesmo naipe de *Minhas memórias dos outros* é *Passos do meu caminho* do ex-presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes (1876-1965), publicada em 1958. Não se trata de uma obra sistemática, mas de uma coletânea de textos escritos em distintos momentos da vida do autor nas mais diversas circunstâncias. Dividido em cinco capítulos, o volume traz reflexões sobre literatura, política, religião, educação e esboços biográficos. Neles estão incluídos os perfis de Francisco Glicério (1846-1916), Rodrigues Alves (1848-1919), Rubião Júnior (1851-1915), Fernando Prestes (1855-1937), Carlos de Campos (1866-1927), Arnolfo Azevedo (1868-1931), Ataliba Leonel (1875-1934) e Júlio Prestes (1882-1946), os mais significativos vultos do panteão perrepista, aos quais, Altino Arantes, ao prestar sua homenagem, inclui-se, pois, ao falar deles, está também falando de si.

³⁰⁷ Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses. Nasceu em Campinas e faleceu no Rio de Janeiro. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi secretário da Presidência da República no governo de Prudente de Moraes (1894-1898); professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro a partir de 1896; consultor Geral da República (1911-1929), delegado plenipotenciário do Brasil em Haia, (1910 e 1912), Bruxelas, (1909, 1910 e 1912; Washington, (1916), Paris, (1919); vice-presidente da Liga das Nações (1920); Subsecretário de Estado das Relações Exteriores, 1920-1921 e membro da Academia Brasileira de Letras, cadeira 36. NOTA BIBLIOGRÁFICA DE RODRIGO OCTÁVIO in OCTÁVIO, R. *Minhas memórias dos outros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1978, p.11.

Rodrigo Octávio e Altino Arantes são exemplos de representantes de intelectuais que assistiram a queda da monarquia e a luta para a implantação e a consolidação da República dos quais foram partícipes. Ambos prestam tributos aos chamados grandes vultos da história republicana. No caso de Altino Arantes, embora tenha sobrevivido politicamente a 1930, chegando a disputar as eleições de 03 de outubro de 1950, como vice na chapa de Cristiano Machado (1893-1953), contra a chapa Vargas-Café Filho, sua memória está ligada à Primeira República, pois foi naquele período que ele atingiu, precocemente, o ápice de sua carreira, ao eleger-se presidente do Estado de São Paulo no quadriênio 1916-1920, quando contava apenas quarenta anos de idade

Quanto aos intelectuais nascidos a partir de 1890, contemporâneos de Paulo Duarte, prosseguiram na tradição de escrever memórias. O nome mais festejado pela crítica literária pelas características de seu texto é sem dúvida Pedro Nava (1903-1994), que estreou, em 1972, com *Baú de Ossos*, uma importante coleção de livros de memória. O primeiro volume foi saudado por Francisco Iglesias como “um dos mais belos livros de memórias já publicados no Brasil” por seu valor “como depoimento histórico e social, psicológico e como amplo quadro da vida nacional, para cuja compreensão dá elementos fundamentais”.³⁰⁸

A *Baú de Ossos* seguiram-se *Balão cativo*, (1973), *Chão de ferro* (1976), *Beira-mar* (1978), *Galo das trevas: As doze velas imperfeitas* (1981), *O círio perfeito* (1983), Segundo Eneida Maria de Souza,

o impacto causado pelo primeiro volume das Memórias propiciou a leitura do cânone literário brasileiro. A retomada da tradição memorialista representava para a crítica a necessidade de refletir sobre conceitos até então recalcados pela vanguarda literária, tais como o de tradição, de memória e de autobiografia.³⁰⁹

A estudiosa entende, ainda, que

Com a estréia de Nava, descortina-se novo panorama para as letras nacionais, no qual se mesclam a história e a ficção, a tradição e novo, com o objetivo de ampliar a concepção de escrita memorialista e de modificar o estatuto do texto literário. Confirma-se não só o resgate de um gênero que se encontrava em baixa, mas este se impõe como referência para a história, a política e a cultura das primeiras décadas do século XX.³¹⁰

Os livros de Pedro Nava coincidiram com o *boom* da escrita biográfica no Brasil, momento em que a abertura política permitiu a volta dos ex-exilados ao país, ávidos por contarem suas experiências no exílio a um público leitor interessado na leitura de narrativas

³⁰⁸ IGLESIAS, F, op. cit., 2009, p. 293

³⁰⁹ SOUZA, E. M de. *Pedro Nava, o risco da memória*. Juiz de Fora (MG: FUNALFA Edições, 2004, p.19.

³¹⁰ Idem

que contassem tudo o que havia sido silenciado pela censura durante o regime militar. Para Silviano Santiago a publicação símbolo desse período foi *O que é isso companheiro?* de Fernando Gabeira, obra que o crítico entende ser antes uma autobiografia do que uma narrativa memorialística, diferença que residiria no fato de que “no caso dos modernistas a ambição era a de recapturar uma experiência, não só pessoal como também do clã senhorial em que se inseria o indivíduo.”³¹¹ Já nos jovens políticos “o relato descuidava-se das relações familiares do narrador/personagem centrando todo o interesse no desenvolvimento político do grupo marginal.”³¹²

Entre muitos outros intelectuais que escreveram suas memórias destacam-se as narrativas de nomes consagrados como Afonso Arinos (1905-1990)³¹³ que, assim como Paulo Duarte e Pedro Nava, escreveu uma obra composta por vários tomos, iniciada em 1961 com *A alma do tempo formação e mocidade* e que completada em 1982 com *Amor a Roma*.³¹⁴

Em 1961, Nelson Palma Travassos (1903-1984) publicou *No meu tempo de mocinho* e no ano de 1974 *Minhas memórias dos Monteiros Lobatos*. Vivaldo Coaracy (1882-1967) publicou *Encontros com a vida – memórias*, seguido de *Todos contam sua vida*, de 1962. Aureliano Leite, que em 1931 já havia publicado *Memórias de um revolucionário – Revolução de 30*, prosseguiu com *Páginas de uma longa vida*, de 1966.

Ao aproximar-se o cinquentenário da Semana de Arte Moderna, em 1972, uma série de publicações celebrou o evento de 1922. Poetas e escritores modernistas publicaram suas memórias. Entre esses, destacam-se Murilo Mendes (1901-1975) com *Idade do serrote* (1968), livro de memórias sobre sua infância, e *Poliedro* (1972) e o também poeta Cassiano Ricardo com *Viagem no tempo e no espaço* (1970). Nesse mesmo ano Menotti Del Picchia publicou *A longa viagem*, seguido por um segundo volume, lançado em 1972, intitulado *A longa viagem da Revolução modernista à Revolução de 1930*. Candido Motta Filho (1897-1977) contribuiu com sua *Contagem regressiva – memórias*, de 1972 e *Dias lidos e vividos*, de 1977. Em 1972, Fernando de Azevedo (1894-1974) também publicou *História de minha vida*. Ele já havia publicado em 1960, *Figuras do meu convívio – retratos de família e de mestres e educadores*, obra que foi reeditada em 1973. Autores ligados à esquerda como Nelson Werneck Sodré (1911-1999) também escreveram suas memórias. Em 1970 publicou

³¹¹ SANTIAGO, S apud SOUZA, E. M. de, op. cit., p.19/20.

³¹² Idem

³¹³ Afonso Arinos de Melo Franco foi jurista, historiador, professor, ensaísta e crítico. Em 1958 foi eleito para a cadeira número 25 da Academia Brasileira de Letras. Foi autor da Lei Afonso Arinos contra a discriminação racial, proposta em 1951. Era sobrinho do escritor Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916). Faleceu aos 81 quando cumpria mandato de Senador da República pelo Partido da Frente Liberal (PFL).

³¹⁴ Os demais volumes são. *A escalada* (1965), *Planalto* (1968), *Alto-mar maralto* (1976), *Diário de bolso seguido de retrato de noiva* (1979)

Memórias de um escritor, e *Memórias de um soldado* e mais recentemente *A ofensiva reacionária* (1992) e *A fúria de Calibã* (1994). De Gilberto Freyre veio *Tempos mortos e outros tempos*, de 1975.

Este trabalho, devidos a seus limites, não realizou, evidentemente, um levantamento exaustivo desse tipo de publicação, mas as fontes encontradas formam um vigoroso corpus que talvez tenham passado, até certo ponto despercebidas, porque foram produzidas em uma década em que o olhar das Ciências Humanas para, “o eu, esse odioso eu que hoje se condena”³¹⁵, segundo palavras de Cassiano Ricardo, era de total descrédito no auge da vaga estruturalista.

Entretanto, no decorrer da década de 1970 essas memórias começaram a ganhar visibilidade. Em 1973, Érico Veríssimo lançou o primeiro volume de suas memórias *Solo de clarineta*, obra que ganhou o aplauso da crítica e foi sucesso de venda. Quando Érico morreu, em 28 de novembro de 1975, deixou quase pronto um segundo volume com o mesmo nome do anterior que foi publicado postumamente. Nesse segundo tomo o escritor embaralha as cartas entre o tempo da lembrança e o tempo lembrado, permitindo assim pela percepção de outra leitura, identificar os propósitos do memorialista que faz do seu texto um instrumento de resistência contra a opressão do presente, ao lembrar uma viagem que fez com a esposa e o filho a Portugal, em 1959. Na ocasião, ele foi recebido por intelectuais portugueses e a cada recepção fazia questão de evidenciar seu repúdio a toda forma de cerceamento da liberdade civil. Vivia-se no Brasil o final do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e quando perguntado sobre seu país natal, Érico Veríssimo respondeu que:

[...] o Brasil vai bem, pois lá não existe censura. A construção de Brasília parece-me hoje uma extravagância, mas daqui a alguns anos eu serei possivelmente dos primeiros a reconhecer que no fim de contas a mudança da capital federal foi uma boa idéia. E acrescento: “E o mais notável é que essa obra de proporções faraônicas, está sendo executada sem trabalho escravo, sem opressão.”³¹⁶

Outros intelectuais usaram suas memórias para expressar seu apoio ao regime. É o caso de Menotti Del Picchia (1892-1988)³¹⁷, que em 1970, publicou *A longa viagem*, primeiro volume de suas memórias. A narrativa inicia-se em 1892 e se encerra no ano de

³¹⁵ RICARDO, C. *Viagem no tempo e no espaço: memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p, XIV.

³¹⁶ VERISSIMO, E. *Solo de clarineta: memórias*. Porto Alegre: Globo, 1973/76 volume II, p. 138

³¹⁷ Menotti Del Picchia foi tabelião, advogado e jornalista. Iniciou-se na política nas hostes do PRP. Elegeu-se deputado estadual em 12 de julho de 1926 e foi reeleito a 28 de fevereiro de 1928. A Revolução de 1930 interrompeu sua carreira. Na década de 1930 aproximou-se dos revolucionários e passou a apoiar Getúlio Vargas. Menotti participou da Semana de Arte Moderna de 1922 e na década de 1930 junto a Cassiano Ricardo e Motta Filho um grupo cultural denominado Bandeira de inspiração integralista.

1918, quando Menotti deixou Itapira. No brevíssimo prólogo ao livro, o autor esclarece que sempre hesitou em escrever as suas memórias:

Não porque pudesse sentir nisso melancólico gosto de ocaso que [seu] lema sempre foi o mesmo: “Nasço amanhã”. Completa-o euforicamente com o “carpe diem” horaciano que, como num brasão um lema, inscrevi-o no meu “*ex-libris*” que Paim desenhou para mim.

É que me tem escasseado tempo. Escrever memórias implica na pessoa convocar-se a si mesma para um diálogo entre o passado e o presente, este sempre fugaz e em trânsito. É mister ir procurar a alma da época do acontecimento como um “virtuoso” do piano tem que imergir-se no espírito do século XVII se executa Frescobaldi ou na graça das horas rococós se toca Lulli ou Rameau.³¹⁸

Na dedicatória aos netos confessa tê-las escrito em agosto de 1961, “no clímax do trauma político social provocado pela brusca renúncia do presidente Jânio Quadros”.³¹⁹ Embora não explicita o motivo que o teria levado a escrevê-las, demonstra ser um homem preocupado com a batalha ideológica reinante, naquele momento de extrema tensão político-ideológica:

O mundo que deverá nascer como síntese da polêmica travada entre o Ocidente e o Oriente anuncia-se por uma revisão da dogmática das ideologias cuja frustração verificou-se tanto dentro quanto fora da Cortina de Ferro. Esse parto apocalíptico abala filosofias, sistemas e sonha eliminar das comunidades humanas, pelos milagres da ciência e da técnica as pressões e as carências que incidam nas massas.³²⁰

Apesar dos tempos conturbados em que redigiu sua narrativa, a trama gira placidamente em torno aos acontecimentos da Semana de 1922. A leitura de sua narrativa não indica a intenção do memorialista em deixar transparecer quaisquer vínculos com o tempo da lembrança, fora o revelado na dedicatória aos netos. Mas quando Menotti se lembra do governo Washington Luís encontra um tema que o permite revelar sua posição ideológica no campo intelectual na década de 1970.

Prefeito Municipal incrementou a política rodoviária batizado pela consagração popular como o epíteto de Estradeiro e celebrizando-se como estadista progressista e moderno com seu “slogan”: “Governar é abrir estradas”. Inspirador do dinâmico Juscelino Kubitschek – Belém-Brasília – e do providencial presidente Médici Transamazônica, incentivou o gigantesco esforço de tornar este imenso Brasil permeável: “Abrir estradas”: eis um supremo programa de governo.³²¹

³¹⁸ PICCHIA, M. D. *A longa viagem*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970, s/p

³¹⁹ Idem

³²⁰ Idem

³²¹ PICCHIA, M. D. *A longa viagem: da Revolução Modernista à Revolução de 1930*. 2ª etapa. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972, p. 85

Quanto àqueles intelectuais mais próximos a Paulo Duarte, um breve levantamento leva à constatação de que, exceto Mário de Andrade, falecido precocemente em 1945, seus principais companheiros escreveram textos memorialísticos. Sérgio Milliet publicou *De ontem hoje sempre*, Paulo Nogueira Filho escreveu *Idéias e lutas de um burguês progressista*, em quatro volumes e Rubens Borba de Moraes deixou inéditos.

Júlio de Mesquita Filho entrou nesta seara, ainda que incidentalmente, com *Memórias de um revolucionário: notas para um ensaio de sociologia política*, publicado, em outubro de 1954, pela editora Anhambi de Paulo Duarte. Nesse opúsculo de apenas 41 páginas, Mesquita Filho faz uma leitura crítica de outro livro de memórias publicado no mesmo período e do qual emprestou o nome para o seu. Trata-se da obra memorialística de João Alberto Lins de Barros (1897-1955), tenente do exército que governou o Estado de São Paulo, de 30 de outubro de 1930 a 24 de julho de 1931, na condição de delegado militar e depois interventor federal do governo provisório, período em que os democráticos paulistas passaram à oposição aos antigos aliados de 1930, após uma breve aliança política de quarenta dias.

Mesquita Filho inicia sua crítica tecendo elogios à primeira parte da obra de João Alberto, centrada em sua infância e juventude, vivida às margens do Capiberibe, em Recife. Ressalta, no entanto, que o fazia sem pretensões literárias uma vez que para ele a literatura nunca representou “senão papel de elemento subsidiário” à qual recorreu quando necessitou de “material para a interpretação de certas tendências sociais, tanto coletivas como individuais”.³²² Entretanto, ao referir-se à escrita de João Alberto, o jornalista não o faz sem uma dose de ironia: “É singularmente desnorteante esse contraste entre o João Alberto, homem de ação rude, primário e inconseqüente e o fino autor desse trecho de recordações de um adolescente, que constitui a primeira parte de seu livro.”³²³ Embora elogie a primeira parte da obra, mas pousa outro olhar sobre a segunda, aquela que aborda a vida política do militar, pois nela estão contidos os episódios e perfis individuais dos principais personagens que estiveram envolvidos nas divergências políticas entre tenentes e civis liberais que levaram à fragmentação do apoio ao governo revolucionário.

Mesquita Filho usa parâmetros de leitura distintos para criticar João Alberto. Apesar da leve ironia, deixa-se conduzir pela qualidade literária da primeira parte da narrativa, mas quando o texto entra no campo dos eventos comuns à memória de ambos, os conflitos

³²² MESQUITA FILHO, J. *Memórias de um revolucionário: notas para um ensaio de sociologia política*. São Paulo: Anhambi, 1954, p. 7

³²³ MESQUITA FILHO, J. op. cit., 1954, p.7

afloram. “Fomos parte no grande drama”³²⁴ escreve ao referir-se ao período revolucionário de 1930 que, em termos gerais, não custa lembrar, pode-se dizer que terminava tragicamente, em agosto daquele mesmo ano de 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas, apenas dois meses antes do lançamento do opúsculo.

Na concepção de Mesquita Filho, o drama vivido ao lado de João Alberto poderia ter terminado de outra forma “tivéssemos logrado manter a união entre os que haviam tornado possível a vitória da revolução, com os militares dos dois 5 de julho e da Coluna Prestes, e o Brasil teria certamente recobrado o ritmo de sua evolução histórica”³²⁵.

Memórias de um revolucionário é exemplar para que se perceba como as temporalidades da memória são complexas. Ao criticar o texto de João Alberto, o diretor d’*O Estado de S. Paulo* retorna ao tempo lembrado para, uma vez mais, reafirmar a sua convicção de que o caminho poderia e deveria ter sido outro que não aquele imposto pelas contingências revolucionárias de 1930. Trata-se de uma análise redutora porque Mesquita Filho atribui a aos tenentes a culpa pelos desdobramentos posteriores a 1930 e parece incapaz de fazer uma leitura crítica dos eventos que levaram à desagregação das forças até então irmanadas em nome da revolução, sobretudo os equívocos do grupo liberal do qual fora um dos líderes.

Em 1958, Paulo Nogueira Filho, publicou, também pela editora Anhambi de Paulo Duarte, o primeiro dos quatro volumes que compõe *Idéias e lutas de um burguês progressista*, no mesmo ano em que Paulo publicou *O espírito das catedrais*.

As publicações de Mesquita Filho e Paulo Nogueira Filho ganham especial relevo porque eles foram dois dos companheiros mais próximos de Paulo Duarte. Mesquita Filho e Paulo Duarte eram amigos desde o início da década de 1920. Quanto à aproximação com Nogueira Filho, deu-se por ocasião da fundação do *Diário Nacional*, primeira vez em que o nome de Paulo Duarte aparece citado em sua narrativa. Segundo relata:

O *Diário Nacional* de fato nasceu em minha casa na Alameda Itu. Reunião de amigos e companheiros de luta. Vibramos de entusiasmo nessa tarde memorável. Pairava, porém no ar uma questão: a do nome. Lembro-me como se fosse hoje. Resolveu-a em última instância um amigo que sempre esteve do lado oposto: Daphnis Freitas Vale. A 1 de junho de 1927 foi assinado o “Manifesto de Lançamento da Sociedade Anônima Diário Nacional” deixando seu primeiro número aparecer em 14 de julho [...] Assinaram o manifesto: José Adriano Marrey Junior, Amadeu Amaral, Vicente Rao, Joaquim Sampaio Vidal, Antônio Carlos Couto de Barros, Paulo Nogueira Filho e Paulo Duarte.³²⁶

³²⁴ Idem

³²⁵ Idem, p. 9

³²⁶ NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais e lutas de um burguês progressista* – O Partido Democrático e a Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965, p. 185.

As memórias de Paulo Nogueira Filho são especialmente importantes porque permitem comparar e confrontar muitos dos episódios narrados por Paulo Duarte. Ambos faziam parte da aristocracia paulista, mas enquanto a família de Paulo Duarte perdera *status* econômico ainda antes da virada do século XIX para o XX, a de Paulo Nogueira Filho era das mais ricas e poderosas do Estado. Seu avô, José Paulino Nogueira (1853-1915) fora vereador em Campinas, junto com Júlio Mesquita, mais tarde intendente municipal daquela cidade e fundador da Usina Ester, uma das maiores e prósperas do Estado, assim batizada em homenagem à mãe de Paulo Nogueira Filho. O avô materno ocupou também as presidências da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, entre 1910 e 1915, do Banco Comercial e foi um dos fundadores da Companhia Paulista de Seguros.³²⁷ A cidade de Paulínia, no interior do Estado de São Paulo, e a Rua José Paulino, na capital paulista, são algumas das homenagens que recebeu após sua morte.

Nas páginas da narrativa de Paulo Nogueira Filho, em parte baseada nas memórias escritas por seu pai, Paulo de Almeida Nogueira (1875-1951) intitulada *Minha vida*, encontram-se referências à suntuosa vida da família Nogueira, em especial os passos do autor quando jovem pela sociedade local, período que ele lembrava com nostalgia como se pode constatar pelo trecho aqui reproduzido:

A partir de 1920 intensificou-se o que se pode chamar de minha vida de sociedade [...] Com alguns de seus mais brilhantes elementos, comecei a freqüentar, assiduamente, os solares dos Freitas Vale e de d. Olívia Guedes Penteado, em cujos salões e galerias de arte se sucediam conferências e saraus para, nós moços, extraordinárias. Perfeitos anfitriões, suas festas eram de bom gosto, elegância e cultura, que as crônicas da época não cessaram de celebrar.³²⁸

Embora companheiros no lançamento do *Diário Nacional*, Paulo Duarte e Paulo Nogueira Filho se distanciaram na militância política e tiveram sérias divergências na redação do *Diário Nacional*. Entretanto, durante o segundo exílio solidificaram os laços de amizade e Paulito Nogueira, como Paulo Duarte o tratava, foi durante aquele difícil período de suas vidas, um dos seus mais fiéis colaboradores. Cabe destacar ainda que os laços que os unia ia além da luta comum contra Vargas, pois possuíam relações de parentesco. Os avôs de Regina Nogueira, esposa de Paulo Nogueira Filho e de Mesquita Filho, ambos da família Campos Sales, eram primos.

³²⁷ <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2007/07/personagem-jos-paulino-nogueira.html> Acessado em 20-08-2010.

³²⁸ NOGUEIRA FILHO, op. cit., 1965, p. 115.

Na introdução de *Ideais e lutas de um burguês progressista – O partido democrático e a Revolução de 1930*³²⁹ o autor esclarece:

Colhi os elementos para as pesquisas sociais e históricas, que apresento neste livro, principalmente na experiência de minha própria vida: existência trepidante passada num mundo em plena ebulição de exaltações coletivas, desenfreadas e contraditórias

Não o fiz com a intenção de enquadrá-lo no gênero literário, próprios às memórias ou autobiografias; nem, tampouco, pretendi escrever a história de indivíduos ou de instituições. Minhas pretensões foram mais modestas.

Quero alinhar, apenas, séries de narrativas atinentes à minha formação, às características do tipo psico-social a que me julgo pertencer e às ações e reações sociais de que fui testemunha em determinadas coletividades que evolvi.³³⁰

A obra de Paulo Nogueira Filho repete a fórmula clássica: a pretensão não literária, a exaltação da importância de ter vivido num determinado período histórico, sem dúvida, para o memorialista, sempre o mais importante, o que acabaria por transferir para o próprio memorialista, parte dessa importância. E, fundamentalmente, considerar-se como testemunho privilegiado dos fatos históricos.

Outro intelectual do grupo d'*O Estado* que escreveu suas memórias foi Sérgio Milliet. Paulo e Sérgio tiveram trajetórias intelectuais paralelas e permaneceram próximos, por terem atuado no mesmo nicho cultural. Em *De ontem, hoje, sempre*, que veio à luz em 1960, e Sérgio também começa a narrativa de suas memórias com uma justificativa:

Eis que se chega à aposentadoria. E fica-se a imaginar um novo plano de vida. Praias, viagens, mas haverá ainda tempo para aventuras? Nosso inimigo, o tempo, como dizia Antonio Carlos ao interromper um orador prolixo. Ou como afirmava Baudelaire: o eterno inimigo. É sem dúvida a única realidade e que só se esvazia do tédio para se encher de saudade. [...]

A aposentadoria é um marco divisório; é preciso parar um momento, proceder a meu exame de consciência antes de prosseguir. Realizei coisas importantes? Cometi pecados graves? Cumpri humilde e eficientemente a tarefa que me confiaram. Amei, odiei, invejei, fui justo ou injusto? A mim mesmo respondo, fui apenas um homem.[...]

O marco divisório está aí, não há como ignorá-lo. Analiso sem vão temor o que significa. Sem pessimismo, mas com alguma desconfiança, a desconfiança do velho jogador ante um companheiro de jogo ainda desconhecido. E aposto. Parto de novo. É uma aposta malandra como a de Pascal: Se o bicho não der mesmo terei perdido: o tempo não existe mesmo. Mas se existe terei ganho. Idade da razão, idade da confusão, idade da pretensão, idade da compreensão, e no fim, ao ultrapassar o marco perigoso, uma nova idade: a da evasão. A melhor sem dúvida. Em que se parte por partir como os verdadeiros viajantes: o Barbet de Charles Morgan, por

³²⁹ Paulo Nogueira Filho publicou quatro volumes com o título de *Ideais e lutas de um burguês progressista*. cada um contendo um subtítulo. Os dois primeiros, publicados pela editora Anhambi de Paulo Duarte “A guerra cívica de 1932 - Ocupações militar” e “A guerra cívica de 1932 - Insurreição civil”; e dois tomos com o subtítulo “O partido Democrático e a Revolução de 1930”.

³³⁰ NOGUEIRA FILHO, P. op. cit., 1965, p. 9

exemplo. Mas a viagem pode ser também como a de Cezanne, em buscar de uma inocência criadora que a vida conspurca se nos prendemos demasiado às vaidades dos cargos e das rendas: do prestígio e do poder. Na roleta da aposentadoria não se deve esquecer de jogar nos números do anjo, da criança e do viajante.³³¹

No fragmento escolhido, além da reflexão filosófica sobre o sentido do tempo, bastante comum no gênero, encontra-se a intersecção entre o público e o privado, neste caso com a prioridade para o primeiro. No entanto, familiarizado com a arte, já não predomina o espaço público, mas as referências artísticas e literárias e uma considerável presença da vida privada.

O texto de Sérgio Milliet é, sem dúvida, o mais refinado; é aquele em que se identifica com mais facilidade a inspiração da leitura da obra de Marcel Proust e dos existencialistas, em especial Jean Paul Sartre (1905-1980), de quem traduziu *A idade da razão*, de 1945, primeira parte da trilogia “Os caminhos da Liberdade”. Ali também se nota outra visão da militância política durante os anos 1930 e 1940, pois enquanto Mesquita Filho, Paulo Nogueira Filho e Paulo Duarte acreditavam no viés revolucionário para resolver os problemas institucionais brasileiros, Sérgio Milliet mostrava-se mais cético. Sua trajetória profissional, primeiro no Departamento de Cultura e depois como Diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, período no qual mantinha sua coluna “Diário Crítico” nas páginas d’*O Estado* atesta uma postura política moderada. Esta concepção moderada aparece de forma explícita quando Sérgio Milliet resenhou *Prisão, exílio, luta*, quando contesta o cunhado ao dizer que:

Não, a mocidade não retrogradou. Ela apenas compreendeu que não valia a pena substituir, mediante mais uma quartelada, a política dos institutos de Café, das autarquias perniciosas, das defesas de classe, dos empréstimos externos, por outra em tudo ou quase tudo semelhante. Compreendeu que não era uma solução trocar Fulano por Sicrano, um instrumento de uma plutocracia reacionária por outro instrumento dessa mesma plutocracia. Compreendeu ainda que o problema das pessoas, por importante que seja, passa depois do problema ideológico e muito depois dos fatos sociais. A essa sociedade um bom governo ocasional (o do Sr. Armando de Sales Oliveira) deu uma Universidade e professores eficientes que lhe ensinaram exatamente isso tudo que ela acabou de compreender. E é de observar-se ainda que se há culpa da grande miséria da ditadura não cabe aos moços, mas aqueles que há trinta anos ou mais, vêm dirigindo os negócios do Brasil e se digladiando pelo poder para fins exclusivamente pessoais.³³²

³³¹ MILLIET, S. *De ontem hoje sempre*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d., p. 9/10.

³³² Idem, p. 51- 52.

Rubens Borba de Moraes não chegou a publicar suas memórias, mas as escreveu, em vinte e três capítulos, entre manuscritos e datilografados, num total de 259 páginas que compõe o texto original revelando assim que teve a pretensão de publicá-la algum dia.³³³

Em 1970, Cassiano Ricardo publicou *Viagem no tempo e no espaço*. No prólogo à obra, intitulado “Pequeno módulo de orientação”, deixa transparecer certo desconforto por ser “obrigado a usar aqui o “eu” (primeira pessoa do singular) porque é este livro um depoimento, um testemunho pessoal; não podia ser escrito de outra forma.”³³⁴ E conclui:

O odioso “eu” que hoje se condena, pode, por outro lado, ser um eu social e humano. Sem nenhuma ideologia egoísta e utilitária.
Não. O “eu” que uso é aquele com que fui aceito no convívio dos meus semelhantes; um “eu” semelhante aos demais, tomado de grande amor fraterno e até confraternizador em relação a todos os outros “eus” que conheci.

Observe-se que o autor de *Martim Cererê* explicita, de modo retórico, que se trata de um testemunho pessoal, narrado em primeira pessoa, no qual se propõe a “confraternizar” com os demais intelectuais com quem partilhou a vida cultural do país naquele momento. O texto, no entanto, tem a função de reafirmar um nicho que o autor crê que pertence a ele, urdindo uma narrativa ao mesmo tempo reivindicatória desse espaço e um discurso que visa convencer o potencial leitor.

A leitura de *Viagem no tempo e no espaço* talvez mostre o percurso intelectual e político mais diametralmente oposto ao de Paulo Duarte. Enquanto Paulo jactava-se da série de prisões a que fora submetido ao longo de sua vida, de sua participação ativa nos movimentos revolucionários e das viagens mundo afora em busca de um porto seguro, Cassiano Ricardo narrou com desconforto a única vez em que esteve preso, em 1932, na Casa de Correição, na Rua Frei Caneca, Rio de Janeiro.

Sobre aquele episódio conta que foi:

Conduzido à Sala da Capela, “que foi a prisão destinada aos paulistas, aí tive minha cama colocada ao lado de Austregésilo [de Athayde], em frente da de Ataliba Leonel, Assis Chateaubriand, Luís Pisa Sobrinho” [...] “Passaram-se alguns dias e anunciou-se a libertação de um de nós — Plínio Barreto, que recebeu muitas palmas ao sair. Depois dele Gofredo da Silva Teles foi o libertado. Novas palmas demonstrando a alegria com que os que ainda presos saudavam os irmãos já livres.”³³⁵

³³³ BANDEIRA, S. P.op. cit., 2007, p.112-113.

³³⁴ RICARDO, C. *Viagem no tempo e no espaço: memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p.XIV.

³³⁵ RICARDO, C. op. cit., 1970, p. 64

Na ocasião recebeu a visita de seu amigo Rafael Veríssimo Azambuja, oficial de gabinete de João Alberto e Chefe de Polícia. Este, teria lhe perguntado se fora um dos cabeças do Movimento de 1932. Cassiano diz ter respondido negativamente à indagação, afirmando, porém, que não tivera tal honra. Sua resposta teria sido suficiente para que fosse transferido da Casa de Correição para um hotel à Rua Mem de Sá e, dias depois, libertado. Naquele momento, as circunstâncias de sua libertação não podia ser menos heróica. Cassiano poderia ter continuado preso em solidariedade aos companheiros, se não tivesse adicionado a negativa na parte final de sua resposta, argumentando que:

Se não me foi dado ser um dos cabeças, por que me enfeitar agora com penas de pavão, dizendo que sim, quando aqui nesta Sala da Capela tenho vivido uma das minhas grandes horas de verdade?. Quero deixar bem claro que e sou integralmente solidário com a Revolução.³³⁶

A longa e metódica relação dos governos para aos quais serviu quase sempre trabalhando no gabinete do governador mostra uma face bastante peculiar de intelectual que ao longo de sua existência sempre permaneceu na ante-sala do poder:

A sucessão dos governos estaduais ao lado dos quais trabalhei, foi, em resumo, a seguinte: João Alberto, de 30 de outubro de 1930 a julho de 1931; Laudo de Camargo de 25 de julho de 1931 a 13 de novembro do mesmo ano; Manuel Rabelo, de 13 de novembro de 31 a 7 de março de 1932; Pedro de Toledo, de 7 de março de 32, a 2 de outubro do mesmo ano; Waldomiro de Lima, da data que regressei do Rio, depois de minha detenção na Sala da Capela, até 27 de julho de 33; Daltro Filho, de 27 de julho de 33 a 21 de agosto do mesmo ano; Armando de Sales Oliveira, de 21 de agosto de 33 a 29 de dezembro de 1936; Márcio Pereira Munhoz, no interregno que vai entre o governo do Interventor Armando de Sales Oliveira, e o de governador eleito, isto é, durante um mês e dois dias; J.J. Cardoso de Melo Neto, de 5 de janeiro de 37 a 25 de abril de 38; Ademar de Barros, de 27 de abril de 38 a 4 de junho de 41 (Interventoria); Fernando Costa, 4 de junho de 41 a 27 de outubro de 45; José Carlos de Macedo Soares, de 3 de novembro de 45 a 14 de março de 47; depois Ademar de novo, já então governador eleito, de 1947/51; Lucas Nogueira Garcez de 1951 a 1954 e sucessivamente Jânio Quadros, Laudo Natel, que completou o seu quadriênio.³³⁷

[...]

A relação dos governantes aqui publicada de propósito faz realçar o fato de parecer que eu estava sempre disposto a ficar servindo a todos incoerentemente

Não! repito. O cargo que ocupava, efetivo, estável por lei, não comportava pedido de demissão; fosse assim, e todos os funcionários, em sua totalidade, teriam que se demitir toda vez que houvesse mudança de um governo para outro.

O que mudava eram os retratos dos interventores e governadores no Palácio dos Campos Elísios, os que saíam do poder iam logo para o porão. Como no

³³⁶ Idem

³³⁷ Idem, p.95-96

caso daquela página de Machado de Assis que conhecia bem a hora de trocar os retratos e dá disso o seu testemunho como funcionário público que também foi.³³⁸

Outra obra que merece destaque é *A grande Semana de Arte Moderna* de Yan de Almeida Prado (1898-1987) lançada em 1976, com uma visão bastante distinta dos fatos da Semana de 1922. Não se trata da narrativa da vida de Yan, mas, o autor lança mão de sua memória pessoal para tentar desmistificar Mário e Oswald de Andrade, protagonistas da Semana de 1922 e ícones do modernismo no Brasil. Poder-se-ia dizer que se trata de um livro de anti-memórias, no qual o autor procurou deliberadamente macular as figuras dos dois nomes mais reverenciados do movimento modernista.

Yan de Almeida Prado parece não ter se conformado que aquele mesmo Mário de Andrade, que ele diz ter encontrado, meio bêbado, horas antes de sua morte, tivesse se transformado em um dos intelectuais mais respeitados do país. O que se percebe é que, assim como Paulo Duarte em *Mário de Andrade por ele mesmo*, Yan queria encontrar o homem por trás do intelectual, mas nesse caso não o amigo, mas sim um homem por quem parecia ter profundo desprezo. Segundo Yan:

Em uma manhã de cristal o encontramos na porta do bar Franciscano. Queixou-se agitado de que não mais o convidávamos para almoçar. A alegação era absurda, típica de mau pagador, pois fora ele quem por qualquer motivo de nós se afastara, talvez descontente pela falta de admiração que manifestávamos acerca de seu pontificado. Sem mais detença acrescentou que viria no próximo domingo. “Prepare o vinho”, gritava de longe e gesticulava, incumbência difícil para quem não entende de enofilia, e, como aludíssemos a seu regime, a pretexto de evitar a visita, ele proferiu: “Qual dieta... estou procedendo a discreto suicídio! Amanhã vou almoçar com os Warchavihik e no domingo em sua casa”. Parecia em más condições, presumivelmente já copiosamente abeberado de manhã. Não o vimos mais porque faleceu dali a horas.³³⁹

O sociólogo e educador Fernando Azevedo, também ligado ao grupo d’*O Estado* foi outro intelectual que se dedicou às memórias. Em 1971 ele publicou *História de minha vida*. Fernando já havia publicado em 1960, *Figuras do meu convívio – retratos de família e de mestres e educadores*, obra na qual presta homenagem a intelectuais que, de alguma forma, estiveram envolvidos com a história da educação no Brasil, entre os quais Vicente Licínio Cardoso (1889-1931), Teixeira de Freitas (1890-1956), Antônio Ferreira de Almeida Júnior (1892-1971), Abgar Renault (1901-1995), Lourenço Filho (1897-1970), Antônio Gontijo de Carvalho (1898-1973) e Julio de Mesquita Filho. A arquitetura de sua obra lembra o livro de

³³⁸ Idem, p. 96

³³⁹ PRADO, Y de A. *A grande semana de arte moderna*. São Paulo: EDART, 1976, p. 101.

Altino Arantes, pois se compõem de textos escritos em diversas fases da vida de Azevedo. Merece destaque o discurso que Fernando de Azevedo deveria ter proferido em março de 1937 em homenagem a Mesquita Filho, então diretor d’*O Estado*, em cerimônia que deveria ter sido realizada na USP, mas que não ocorreu a pedido do homenageado. O livro contém ainda um breve capítulo intitulado “Retrato de família” com textos sobre a mãe, o irmão Mário, e os filhos de Azevedo. Da mesma forma que muitos de seus contemporâneos, Fernando de Azevedo buscou refletir sobre o ato de escrever memórias:

Quem escreve suas memórias, neste caso não é, sobretudo, a si mesmo que se retrata, mas a sociedade em que viveu, o que era ela e as transformações por que passava, sem o perceber claramente, ou que já lhe faziam estremecer os alicerces. Uma sociedade em mudança, apanhada ao vivo, em suas iniciativas e reações, mais ou menos violentas. E, mais do que isso, o que surge aos olhos do leitor, são também as vidas que se entrelaçam ou se chocam com as do evocador de sua própria vida, que foi a um tempo, homem de pensamento e de ação.³⁴⁰

Para Fernando, os livros de memórias despertam o interesse do leitor:

Menos pólo que revelam dos autores — de sua vida, de sua atuação e de suas obras, do que por seus depoimentos — lembranças, críticas e observações, sobre a sociedade e os homens de seu tempo. Sobre a sociedade em que viveu e os homens com quem se cruzou. É todo um mundo que emerge dos acontecimentos em que tomamos parte e que flutua ao sabor das circunstâncias, e das atrações ou incompatibilidades dos indivíduos e das lutas em que se empenharam, por sua iniciativa e para as quais foram arrastados. As Memórias são, pois, tanto mais interessantes quanto maior ou mais longo o tempo que cobrem, — e quanto mais sacudida a sociedade por dissensões e choques de grupos, de tendências diversas se não opostas. Uma sociedade não satisfeita consigo mesma, instável e em fase de transformação. E transformações radicais.³⁴¹

De todas as memórias citadas, a mais peculiar é sem dúvida é a de Nelson Palma Travassos (1903-1984)³⁴² que em 1961 publicou *No meu tempo de mocinho*. O livro se passa num só dia, o dia 24 de junho de 1918 e gira em torno do grande acontecimento dessa data, um baile. Seu texto é o que mais se aproxima do que sejam reminiscências, pois, ao tratar de um fragmento de vida e não do balanço de uma vida inteira, o autor, ao contrário dos demais, deixa bem marcada a zona de transição entre o ficcional e o histórico. Nesse caso, falta ao texto referências históricas significativas. De todos os exemplos comentados, o caso de Nelson Palma Travassos talvez seja o que mais se aproxime da ficção

³⁴⁰ AZEVEDO, F. *História de minha vida*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971, p. XII.

³⁴¹ Idem, p. XVI.

³⁴² Nelson Palma Travassos foi colaborador dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Em 1927 fundou, com Noé de Azevedo, a Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais e após seu desmembramento a Editora Revista dos Tribunais.

Quando me ponho a recordar os tempos recentes da minha juventude, que a mecanização do século tornou distante, fico a cismar no que mais caracterizava aquele mundo e minha memória reteve. Três coisas sobressaem resumindo tudo: o silêncio, o som e o cheiro. Ainda havia pouco ou quase nenhum veículo motorizado e a indústria era um luxo paulista do Brás. Por isso o mundo tinha silêncio, som e cheiro. Eram três individualidades atuantes. Hoje só tem ruído e odor de petróleo e derivados.³⁴³

O primeiro volume das *Memórias* de Paulo Duarte vem precedido de um prefácio assinado por Érico Veríssimo, um retrato bem construído do jornalista, por quem o escritor gaúcho nutria além de amizade, admiração e respeito. É evidente que ao escolher Veríssimo para prefaciá-las, Paulo Duarte, dentro da malha de relações que havia construído ao longo de sua vida, contava com um nome de primeira linha. Some-se a isso, o fato do escritor gaúcho ter publicado dois anos antes o primeiro volume de suas memórias batizado *Solo de Clarineta*, em 1973, uma das obras mais bem realizadas entre os intelectuais de sua geração e um grande sucesso de vendas.

Se parece haver um caminho comum, uma tentativa de revisitar as antigas veredas pelas quais passaram esses intelectuais, essas tentativas apresentam-se, ao menos, sob dois aspectos. Érico Veríssimo, por exemplo, o fez, trazendo valiosos subsídios sobre a construção da memória. Sua obra mostra-se mais viva porque ele claramente optou por uma narrativa duplamente significativa para firmar posição contrária a uma situação política do tempo da lembrança adversa aos seus princípios. Já Palma Travassos optou por uma narrativa até certo ponto despida de referenciais históricos significativos políticos, embora seu texto contribua para lançar luz sobre a História do Cotidiano daquele período.

O tempo da lembrança é aquele em que foi escrito e publicado esse conjunto de memórias, período que se inicia em meados da década de 1950 e prossegue até a data da última publicação de Paulo Duarte, em 1980, período em que esses intelectuais procuraram dialogar com o tempo presente, no caso o Brasil do fim da década de 1950 aos anos 1970. Este quadro iria se acentuar nas décadas de 1980 com a volta dos exilados políticos ao Brasil e nos anos 1990, mas então com outra topografia, cujo marco principal, o tempo lembrado é a década de 1960 por memorialistas intelectuais que embora contemporâneos de Paulo Duarte, estavam com os olhos voltados para os acontecimentos das décadas de 1960, em diante, período de sua vida que Paulo Duarte não chegou a narrar.

O que se pode constatar dessas leituras é que esses autores, independente do encaminhamento que tenham dado às suas vidas, ao transmutarem-se em memorialistas

³⁴³ TRAVASSOS, N. P. *No meu tempo de mocinho*. São Paulo: Editora Clube do Livro, 1974, p.2

ratificam as posições sociais conquistadas no decorrer de suas existências e, ao ingressarem no campo simbólico da escrita da memória, procuraram representar antigos embates contra velhos adversários. Nesse sentido esses textos memorialísticos não deixam de ser uma tentativa de ratificar ações do passado que não podia mais ser alterado.

Capítulo 3 – Nas trincheiras da memória

3.1- Os espaços de sociabilidade nas *Memórias* de Paulo Duarte

As descrições historiográficas e os guias de viagem têm tudo em comum. Numa paisagem à primeira vista pouco diferenciada e rica, indicam perspectivas, desenham percursos, destacam monumentos ou curiosidades, e ordenam o mundo, utilizando, com ponderações diferentes de acordo com o público visado, os critérios do notável e do útil. Assim, os historiadores e cicerones ocupam uma posição semelhante: desempenham o papel de intermediários culturais entre o visitante estrangeiro e uma sociedade local inicialmente pouco compreensível.³⁴⁴

O historiador Bernard Lepetit (1948-1996), autor do fragmento acima, evidenciou que em geral os historiadores tendem a apresentar a cidade como um objeto neutro, o contexto, quase um pano de fundo desconectado da trama que se desenvolve num outro plano. Tal evidência chama a atenção se for aceita a tese de que a cidade é atravessada por representações contrastadas e é fonte de práticas múltiplas, a qual Jean-Claude Perrot denomina produção social.³⁴⁵

Na reflexão de Lepetit, a cidade surge como um organismo vivo composto por uma base, um determinado território, onde seus habitantes interagem nos campos político, social, cultural e religioso. Há cidades com uma vocação explícita, em geral apresentadas por epítetos que as designam no contexto regional e nacional.

Se, todas essas ocorrências são simultâneas, e, portanto, de difícil apreensão no momento de materializá-la na narrativa, a cidade que se desenha, seja ela ficcional ou histórica, será antes a cidade captada pelo olhar do narrador. Mas, ao captá-la o narrador deixa em seu texto imagens que ajudam a evidenciar com mais clareza sua rede de sociabilidade. Pode-se aqui adaptar o velho ditado “diga-me com quem andas...” para “diga-me por onde andas e te direi quem és”.

³⁴⁴ LEPETTIT, B. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 45

³⁴⁵ LEPETTIT, B apud DOSSE, F. *História e ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2004, P. 142.

Ao pensar a problemática das cidades sob o ponto de vista de sua representação, a intelectual argentina Beatriz Sarlo diz que “escrever a cidade, desenhar a cidade, pertencem ao círculo da figuração, alegoria ou da representação. A cidade real, ao contrário, é construção, decadência, renovação e, sobretudo, demolição.”³⁴⁶ Nesse sentido, a representação das cidades nos textos historiográficos e memorialísticos apresenta semelhanças e diferenças. A semelhança está na liberdade de escolha da técnica narrativa, mais ou menos realista. Quanto à diferença, cabe lembrar que, para os memorialistas, os lugares por onde andaram retornam à memória, carregados de afetividade e não despidos de afeto como, em geral, ocorre com a reconstrução produzida pelo trabalho investigativo do historiador.

Quando o memorialista se depara, ou lembra-se, de um local específico, uma rua, uma esquina, um edifício, uma casa, uma instituição, essas imagens, pela via do afeto, detonam o extraordinário processo da memória.

Um exemplo desse fenômeno encontra-se numa interessante passagem de *Mário de Andrade por ele mesmo*. De acordo com Paulo Duarte, numa determinada tarde de 1970, ao ser procurado por jornalistas em busca de informações sobre Mário de Andrade, ele aceitou deixar seu apartamento à Rua Guarará, para acompanhá-los em um *tour* pelo centro de São Paulo, no intuito de visitar locais que lhe eram caros por evocar a figura do amigo falecido há vinte e cinco anos.

Assim, tomaram um automóvel e durante quatro horas refizeram quase os mesmos trajetos tantas vezes percorridos desde os tempos em que Paulo e Mário saíam juntos do Departamento de Cultura. Numa determinada tarde eles pegaram o Fordinho de Paulo e seguiram até a porta do Conservatório Dramático e Musical, onde este deixou o amigo. Trata-se de um fim de tarde qualquer, que por motivos ignorados, escapou da ação destruidora do tempo e ficou guardada na memória do velho jornalista. Imagens como essa, mescladas àquelas do passeio com os jornalistas compõem a narrativa do *tour* que ganhou formato de uma carta póstuma, datada de setembro de 1970 e dedicada ao amigo desaparecido. Nela, Paulo Duarte constatava, melancolicamente, que pouco restava da São Paulo da *belle époque* que lhe coube viver.

Para um leitor do início do terceiro milênio, a leitura do texto de Paulo Duarte, entretanto, ganha novos contornos, principalmente porque se cruzam três temporalidades diferentes, na representação de um mesmo espaço. O primeiro deles são os fragmentos de imagens de um espaço dos anos 30 do século XX, presos, por assim dizer, na memória de

³⁴⁶ SARLO, B. *La ciudad vista. Mercancias y cultura urbana*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 145

Paulo Duarte. O segundo é o impacto dessas imagens em contraste com a cidade que o mesmo Paulo Duarte percorreu em seu passeio dos anos setenta e que ele tentou fixar no texto. Já o leitor contemporâneo, por sua vez, acrescentará à reconstrução de Paulo a sua própria experiência da cidade, não aquela dos anos 30, nem a dos anos setenta, mas aquela de seu próprio tempo. Tudo isso, mediado pela linguagem e pela leitura.

No início dos anos 1970, São Paulo pulsava em ritmo frenético e o velho jornalista sentiu certa hostilidade ao caminhar pelo centro da cidade que fora testemunha de tantas de suas batalhas. Tal sentimento ele expressou-o ao dizer que a cidade “está obstruída pelo trânsito e por obras descomunais, pelos arranha-céus, pela confusão caótica e por uma multidão muito mais mal educada do que a de outrora [...]”³⁴⁷

Da janela do automóvel, uma casa em especial lhe chamou a atenção e serviu de estímulo para reavivar-lhe a memória.

Íamos descendo a Brigadeiro Luís Antônio, devagarinho, devido ao engarrafamento. De repente, me lembrei mais de você. Foi quando o nosso carro parou para esperar o escoamento, mesmo em frente à casa de Cláudio de Souza (sic). Rico, mais rico do que escritor, Cláudio de Souza, muito antes de ir para a Academia e quando começava a ficar conhecido como autor teatral, construiu aquela casa no estilo em moda: “Art nouveau”. Ali estava a casa de Cláudio de Souza, praticamente abandonada, em todo o esplendor da sua feiúra, mas respeitada pelo terremoto de demolições para dar lugar a novos arranha-céus. Lembrei-me, Mário, do que você disse uma vez do “Art nouveau”; “se outros motivos não existissem, bastava o “Art nouveau” para justificar a Semana de Arte Moderna...”³⁴⁸

Este parágrafo é exemplar quanto ao processo de construção da memória. A casa de Cláudio de Sousa (1876-1954)³⁴⁹ não aparece aqui como simples pano de fundo, mas sim como elemento inicial do fio condutor que levou seu pensamento, carregado de sentimento, à figura de Mário de Andrade. Trata-se de um dos raros momentos em que Paulo Duarte, talvez, imperceptivelmente, tenha se deixado levar pela emoção, visto que, quase sempre a tolhia, em detrimento da narrativa realista, tão a seu gosto, e por natureza mais descritiva.

Mas, justamente por seu apego à narrativa realista, o texto de Paulo Duarte traz interessantes contribuições sobre a passagem do tempo, não apenas em São Paulo, mas em outras cidades que mereceram destaque em suas *Memórias*.

³⁴⁷ DUARTE, P. op. cit., 1985, p. 341

³⁴⁸ Idem, p. 342.

³⁴⁹ Natural de São Roque, interior de São Paulo. Graduou-se em medicina no Rio de Janeiro, onde ainda jovem passou a colaborar em jornais como *O Correio da tarde* e *A cidade do Rio*. Mudou-se para São Paulo, foi membro fundador da Academia Paulista de Letras, em 1909. Colaborou em jornais paulistas e tornou-se conhecido por sua produção teatral e pelos relatos de viagem como *De Paris ao Oriente*, em dois volumes.

Entre estas se destaca Franca, onde viveu até os treze anos e serviu-lhe para lembrar seus antepassados. Também estão Paris, Lisboa, Madri e Buenos Aires, cidades nas quais viveu em seu exílio e sobre as quais deixou seu testemunho. Interessante notar que, embora tenha conhecido Madri apenas de passagem, em seu primeiro exílio, sua narrativa está repleta de lugares significativos da capital espanhola, o que leva a pensar que isto tenha ocorrido, em parte, porque Paulo Duarte viajava sozinho e não conhecia ninguém naquela cidade. O *tour* solitário talvez o tenha levado a fazer as anotações que lhe eram tão necessárias, sempre na expectativa de mais tarde fazer uso delas em seus escritos. O fato é que fixou com nitidez os seus primeiros passos pela capital espanhola.

A “Puerta del Sol” me foi apresentada em 11 de janeiro de 1933, dias de inverno com muita luz. Depois a Calle Pi & Margal e Calle Alcalá. Paseo del Prado. Cidade ibérica típica, mas com inconfundível aspecto de progresso e cultura. Toda a manhã passeio a pé. Antes do almoço ainda, fui até a linda Praça do Oriente onde se acha o Palácio Real. Foi aí que nasceu Madri, a mais nova das grandes cidades espanholas.³⁵⁰

O mesmo ocorre em relação a Lisboa, primeira cidade em que aportou na Europa. Ainda que estivesse acompanhado dos demais exilados, ele pousa um olhar de admiração sobre a cidade tantas vezes imaginada nas leituras dos realistas portugueses que tanto lera.

Passei dois dias deste fim de novembro visitando a chamada Cidade Alta. É a Lisboa autêntica, sem o europeísmo semi-civilizado do Chiado e do Rossio e da Avenida da Liberdade. Tudo bem português, recendendo a século XVIII, com suas ruas estreitas e mal calçadas de pedras pequenas e negras ladeiras íngremes. Quantas ladeiras! Varinas apregoando peixe, pequenos jumentos com cargueiros de hortaliças e frutas, que zurram com o mesmo desembaraço dos pregões; limpeza duvidosa; casas escuras, com corredores longos, lojas baixas, tudo impregnado de um fartum característico de frito em azeite e humanidade pouco asseada, que o Julinho declarou ser o mesmo de 1906, quando aqui estudava.³⁵¹

Mas a Cidade Alta, da qual se lembrava, seria mesmo aquela do final de 1932 ou uma sobreposição de imagens da Lisboa de 1940 de quando viveu na capital portuguesa em companhia da esposa entre junho e dezembro? Ainda que as imagens se sobreponham, na narrativa do primeiro período em Lisboa prevalece o olhar de êxtase de um homem que visitava pela primeira vez a Europa.

Ao narrar sua segunda passagem pela capital portuguesa, a cidade aparece apenas incidentalmente. Paulo Duarte já não era mais o mesmo. Ele voltava à cidade em condições mais adversas do que a da vez anterior. Não tinha em sua companhia o grupo de exilados de

³⁵⁰ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p.95.

³⁵¹ Idem, p.15.

1932, estava acompanhado da esposa e preocupava-se com as adversidades cotidianas, em meio às dificuldades financeiras que o impediam de deixar a cidade até que lhe chegasse auxílio suficiente para sair da cidade rumo a Nova York.

Buenos Aires, cidade onde viveu por seis meses entre julho de 1939 e janeiro de 1940, não recebe, em sua narrativa, o mesmo tratamento dispensado à Lisboa da primeira vez e Madrid. Neste caso, talvez as dificuldades tenham sido distintas. Quando deixou Buenos Aires, ele foi obrigado a abandonar na cidade parte importante de seu arquivo pessoal jamais recuperada. Embora tenha utilizado dois capítulos e meio para narrar o período em que lá permaneceu (nas últimas páginas do terceiro capítulo do volume VII e nos dois primeiros capítulos do volume VIII), a cidade vai sendo revelada, aos poucos, sem quaisquer construções imagéticas de sua arquitetura.

Não custa lembrar que Paulo Duarte chegou a Buenos Aires depois da inusitada passagem de um dia pelo Rio de Janeiro para entrevistar-se com o general Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), em nome do grupo de exilados, na esperança de que as informações sobre um possível plano de ataque da Alemanha nazista ao Brasil levassem o general a retirar seu apoio ao regime. Após o encontro, Paulo escapou ileso do cerco policial quando o vapor atracou em Santos e seguiu no “Delmundo” até Buenos Aires onde chegou na manhã de 28 de julho de 1939.

Buenos Aires, de manhãzinha, nos recebeu com frio e chuva. Espantei ao ver Julinho e Piza, no cais! Pensei que eu chegaria primeiro... [...] Levaram-me ao Hotel Nogaro, onde haviam reservado quarto e banheiro para mim, ficando de me pegar depois para almoçarmos juntos.³⁵²

Após ser recebido pelos amigos que também haviam deixado os Estados Unidos, via Pacífico, Paulo estava ansioso para contar sua epopéia aos amigos. Logo em seguida, iniciou rotina parecida com aquela que levava em Paris. Fixou residência num apartamento na Diagonal Norte, 651, próximo à Plaza de Mayo, já que havia a possibilidade da esposa vir a seu encontro. Em seguida visitou as redações dos principais jornais argentinos em busca de contatos. No *La Razón* foi recebido por Henrique Diosdato, que o ciceroneou em visita à famosa Exposição agrícola de Palermo. Visitou também os principais sítios históricos da cidade, todos os seus museus, além do cemitério da Chacarita e da Penitenciária de Buenos Aires. Seu cotidiano completava-se ao encontrar-se com os amigos e demais exilados que estavam na cidade e, como era de seu feitio, procurava assistir a palestras sobre assuntos relacionados às áreas de seu interesse.

³⁵² DUARTE, P. *Memórias...* vol. VII, p. 244.

Como ocorre, quase sempre, em sua narrativa, a lembrança de uma pessoa o leva a situá-la em um local específico. É o caso de seu encontro com René Huyghe (1906-1997)³⁵³, conservador adjunto de Pintura no Museu do Louvre que visitava Buenos Aires para uma série de palestras. Ao lembrar-se de Huyghe, que o apresentou aos principais membros do Museu de Belas Artes, a narrativa revela alguns dos locais significativos que frequentou naquele período, como a Faculdade de Filosofia onde o palestrante falou sobre o pintor Jean-Baptiste Corot.(1796-1875)³⁵⁴

Beatriz Sarlo lembra que “imaginar 1900 na Buenos Aires de 2000 é um exercício de ficção cultural³⁵⁵, exercício que Paulo Duarte realizou, não apenas com Buenos Aires, mas na tentativa de reconstruir as cidades pelas quais passou. Esse “exercício de ficção cultural” revela que a representação dessas cidades varia, tanto pelo momento vivido no tempo lembrado, quanto pela tentativa de captar seu estado de espírito num tempo anterior. Sua passagem pela cidade parece não lhe ter chamado a atenção, talvez porque tenha vivido lá um momento de tensão com Julinho Mesquita e Armando de Sales Oliveira, ou porque as características arquitetônicas da cidade lembrassem, em certa medida, as de Paris, a cidade que mais admirou.

Entre todas as cidades em que lhe coube viver, Paris, foi onde viveu momentos de intensa satisfação proporcionados pelos importantes contatos com intelectuais franceses e estrangeiros. Considerava-a pelo simples fato de ser a capital do país que considerava sua pátria espiritual. Como se viu, a cidade lhe era tão inspiradora que até o levou a fazer o *Poema da Primavera* em sua homenagem. A Paris de Paulo Duarte materializada em sua narrativa também será produto das muitas vezes em que a visitou, mas a sua relação com a cidade era tão especial que ele se lembra de ter ficado íntimo de Paris num instante e, isso, devido ao Metrô e a um *baedeker* comprado com grande sacrifício.³⁵⁶

Embora Franca, Madrid, Lisboa e Paris apareçam com destaque em sua narrativa, por tudo que representaram, foi na cidade de São Paulo que ele passou a quase totalidade de sua vida e a com a qual mais interagiu, motivo pelo qual a capital paulista ocupa destaque em sua narrativa, desde o instante em que nela pisou no final de 1912. Naquele tempo,

³⁵³ Fundou e dirigiu as revistas *L'amour de l'art* e *Quadriga*. Durante a Segunda Guerra foi um dos organizadores da evacuação dos quadros do Louvre para a zona não ocupada e da sua proteção até a libertação. Em 1950 foi eleito para o Collège de France tendo ocupado a cadeira de psicologia das artes plásticas. http://www.almedina.net/catalog/autores.php?autores_id=632 Acessado em 20-08.2010.

³⁵⁴ DUARTE, P. *Memórias...* vol. VIII, p.1-2.

³⁵⁵ Idem, p. 103.

³⁵⁶ DUARTE, P. *Memórias...* vol. II, p. 4. O nome do guia se deve ao seu editor, o alemão Karl Baedeker (1801-1859). Suas edições teriam sido as primeiras a utilizar estrelas para designar lugares de interesse e hotéis de confiança.

Havia muitos automóveis em São Paulo, velhos carros Benz, Mercedes, Peugeot, mas eram muito caros. Meu Pai, perfeito conhecedor da cidade, tomou um carro em frente à Estação da Luz [...] Tocamos para o endereço dado por meu Pai que ia identificando os lugares por onde passávamos. A cidade era mal iluminada, mas quando o vulto de uma construção grande surgiu ao lado do nosso carro, [...], meu Pai anunciou: este é o Teatro Municipal já quase concluído. [...]. Entramos pois pelo Viaduto do Chá, comprido e no fundo dele a escuridão, pois debaixo era uma chácara de verduras. Só pude distinguir duas copas de palmeiras que vinham até um pouco acima do nível do viaduto. Depois novas ruas estreitas e um largo no qual meu Pai me mostrou a Faculdade de Direito.³⁵⁷

O texto caracteriza-se pela apresentação de imagens sobrepostas do momento de transição entre dois momentos sociais distintos: trem e automóveis, símbolos da modernidade da passagem do século XIX ao XX conviviam com cavalos trotando pelas ruas mal iluminadas da cidade. A São Paulo de Paulo Duarte é, sobretudo, a São Paulo da *belle époque*, primordialmente a famosa região do Triângulo, espécie de *Quatier Latin* paulistano, cujos limites são as atuais Ruas Direita, Quinze de Novembro e São Bento que ligam os mosteiros do Carmo ao de São Bento e de São Francisco. Ali se concentrou, durante as três primeiras décadas do século XX, os corações, político, econômico, religioso e cultural da paulicéia.

A cidade estava em franco crescimento demográfico desde as primeiras décadas do século XX, mas ainda se circunscrevia sobre uma colina de quase 30 m que se debruçava sobre as vertentes das águas dos rios Anhangabaú e do Tamanduateí que, por quase três séculos, serviram de defesa natural à então vila de São Paulo dos Campos de Piratininga.

Quando Paulo Duarte iniciou seu projeto memorialístico, em meados da década de 1960, São Paulo já havia se transformado na maior metrópole brasileira. O processo que despertou a antiga vila colonial iniciou-se no último quartel do século XIX, quando a ferrovia ligou a cidade ao porto de Santos, inserindo-a no quadro do sistema capitalista internacional. A inserção da cidade foi patrocinada pelo avanço da cafeicultura no interior do Estado, financiada, em parte, pelo acúmulo de riquezas gerado pelos velhos engenhos de açúcar e pelo comércio de muare. Transformação vertiginosa à qual o historiador Elias T. Saliba atribuiu “uma espécie de ofuscamento das lembranças pessoais e da memória coletiva.”³⁵⁸

Parte desse período de grandes alterações materiais encontra eco nas *Memórias* de Paulo Duarte, cuja narrativa, tem como marcos o período que vai de 1912 até 1938, com certo vácuo entre 1924 e 1932, período parcialmente coberto pelas crônicas revolucionárias de 1924, 1930 e 1932, conforme já se ressaltou.

³⁵⁷ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p. 216-217.

³⁵⁸ SALIBA, E. T. [Prefácio] in RAFFAINI, P. T. *Esculpindo a cultura na forma Brasil (O Departamento de Cultura de São Paulo 1935-1938)*. São Paulo: Humanitas, 2001, p 184

Em novembro 1912, a família Duarte mudou-se para a cidade. Em Franca viveram, exceto quando moraram na Chácara da Rua da Outra Banda, no centro da cidade e o mesmo fizeram quando decidiram viver em São Paulo. Assim como o Hotel São Rafael, o Hotel Royal localizava-se em frente ao Mosteiro de São Bento, razão pela qual as primeiras imagens evocadas são quase todas daquele canto do Triângulo. Da porta do Hotel Royal avistava-se “o mosteiro e a nova igreja em construção, escondidos nos andaimes, mas deixando livres as entradas do mosteiro e do ginásio e da própria igreja.”³⁵⁹ Ao se caminhar em direção à Praça da Sé, observavam-se as obras de demolição da velha Sé que, entretanto, ainda ostentava intacta uma das torres e quase toda a fachada.³⁶⁰

A demolição da velha catedral em estilo colonial e a construção do novo templo foi um processo que se arrastou por décadas e a imagem da destruição do antigo templo e da construção do novo fez parte da paisagem da cidade durante décadas. Contemporâneos de Paulo Duarte não se esqueciam da antiga Sé. Uma dessas pessoas foi Esther Mesquita (1884-1963), irmã de Julinho Mesquita Filho que em *Um livro de memórias sem importância* deixou explícita sua reprovação à construção da nova catedral em novo estilo. Conta Esther que:

Ambas as minhas avós, Maria Cândida e Ana Cândida (vovó de Rio Claro), me batizaram na antiga catedral de São Paulo, demolida há uns quarenta anos, para dar lugar a uma absurda igreja gótica. O antigo templo, humilde, em desacordo com o desenvolvimento da metrópole, estava, provavelmente, destinado ao desaparecimento. Mas, por que não escolher, para o mais importante edifício religioso da cidade que os jesuítas fundaram há quatrocentos anos atrás, o estilo certo — o barroco — do qual esplêndidos exemplares adornam outras cidades do país.³⁶¹

As velhas igrejas da Sé e do Mosteiro de São Bento foram símbolos de uma cidade que nasceu sob o signo do catolicismo e que estavam sendo demolidas ou em processo de reforma, naquele início de século XX, porque a cidade parecia querer esquecer seu longo e silencioso passado de vila colonial. Despia-se, assim, de sua arquitetura colonial, de formas simples e arredondadas, para reedificar em seu lugar, uma nova catedral inspirada no neogótico europeu, enquanto para a igreja de São Bento, buscava-se inspiração no mosteiro de Beuron, Alemanha, erigido no final do século XIX, num estilo que combina elementos da arte egípcia, bizantina e românica.

Caso tomasse rumo contrário, à esquerda da saída principal de sua casa, o garoto Paulo também avistava a construção do que “seria o princípio de um novo viaduto que o prefeito

³⁵⁹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. II, p. 222

³⁶⁰ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p.226

³⁶¹ MESQUITA, E. *Um livro de memórias sem importância*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982, p.41.

Duprat estava construindo para ligar o largo à igreja de Santa Ifigênia.”³⁶² À direita da saída principal do Hotel Royal, podia-se perceber o início das obras do futuro viaduto que ligaria a Rua da Boa Vista [...] com o Palácio do Governo, situado no lugar em que fora fundada a cidade, onde se demolira, havia algum tempo, a Igreja do Colégio.³⁶³ A medida desafogava o trânsito, todo ele concentrado no Viaduto do Chá, até então o único a unir o Triângulo à região oeste, o mesmo pelo qual Paulo passara quando desembarcou na cidade pela primeira vez.

A construção de viadutos nas primeiras décadas do século era inevitável, uma vez que a cidade, erigida no alto do outeiro que lhe serviu de escudo contra os ataques inimigos durante o período colonial, transformou-se em vítima dessa mesma topografia ao começar sua expansão em direção ao oeste. Durante muito tempo, seus habitantes testemunharam os debates sobre qual a melhor forma de fazer essa transposição sobre o rio Anhangabaú, o que finalmente aconteceu em 08 de novembro de 1892, em obra que levou quinze anos para ser construída e foi da autoria do arquiteto francês Jules Martin (1834-1908).

Com Chiquinho, garoto que a família Duarte criou até o início da adolescência e que foi um dos companheiros de sua infância, Paulo seguia o trajeto pela Rua Líbero Badaró, ainda parcialmente tomada pelas casas que formavam a zona do meretrício paulistano, posteriormente deslocada para as imediações da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Preto, atual Largo do Paissandu, já na margem oposta do Anhangabaú, quando estavam em curso

três enormes construções que tomavam todo o quarteirão, até o Viaduto do Chá. Eram edifícios enormes, modernos, em estilo francês, que se erguiam, dando os fundos para uma chácara de verduras que ocupava todo o vale do Anhangabaú e, cuja entrada era pela Rua Formosa.³⁶⁴

Esses casarões seriam as sedes da Prefeitura e da Câmara Municipal e do Automóvel Clube e se constituíram em dois espaços muito freqüentados por Paulo Duarte na década de 1930. Um desses casarões era o Palacete Prates que abrigou, ao mesmo tempo, a Câmara e a Prefeitura da cidade. Em 1951, o prédio foi vendido ao Banco Mercantil. Na ocasião a prefeitura foi transferida para outro local, mas a Câmara permaneceu até que, em 1969, mudou-se para sua atual sede no Viaduto Jacaré. Sua antiga sede foi demolida para a construção de um edifício de vinte e cinco andares.

³⁶² DUARTE, P. *Memórias...* vol. I p. 226

³⁶³ Idem, p. 223

³⁶⁴ Idem, p. 226

O outro casarão abrigava a sede social do Automóvel Clube, fundado em 11 de junho de 1908, em reunião realizada no Palacete Martinico, sede d’*O Estado* localizado apenas alguns quarteirões do local. Entre seus fundadores estavam os nomes mais representativos da sociedade paulistana e o clube foi ponto de encontro de políticos e intelectuais até o início da década de 1950 quando o Automóvel Clube deixou o local.³⁶⁵

Ao longo da narrativa a estrutura imagética não apresenta diversidade, quase sempre pressionada pela narrativa realista, tão ao gosto do memorialista. Assim, o garoto Paulo faz referência aos principais estabelecimentos comerciais do centro, como o “Hotel d’Oeste, preferido por fazendeiros e dos viajantes”; o “Grande Hotel, chamado dos Estrangeiros, onde se hospedavam “as mulheres da vida [...], mas as mais finas de São Paulo, cuja animação só começava depois das dez da noite, quando a cidade já quase às escuras não tinha mais movimento”. O melhor de todos, porém, estava mais adiante, na Rua de São Bento, entre a Rua da Quitanda e a Rua Direita. Chamava-se Rotisserie Sportsman. Ali se hospedavam as grandes personalidades nacionais e estrangeiras, entre os quais, Sara Bernhardt (1844-1923), Enrique Caruso (1873-1921), Isadora Duncan (1878-1927), Rui Barbosa (1849-1923), Olavo Bilac (1865-1918). Era o único hotel àquele momento de grande luxo.³⁶⁶

Entre as principais casas comerciais arrolavam-se a “Chapelaria Alberto, a mais fina da cidade” bem ao lado da Confeitaria Castelões, famosa “pelas suas empadas e pela rapaziada fina de São Paulo, que só desapareceria anos depois com o alargamento da Ladeira de S. João. Em frente ao Castelões, em diagonal, a Brasserie Paulista, à esquina de São Bento e Praça Antônio Prado, quase pegada à Light” e os memoráveis cafés, como o Café Brandão, e os cinemas e os teatros.³⁶⁷

É na adolescência que Paulo Duarte, cuja família se mudou várias vezes de endereço, mas não se afastou das imediações do bairro da Liberdade, atrás da Catedral da Sé, começou a freqüentar os cafés e os clubes:

Eu fui esquecer aquele aborrecimento afundando nos estudos do qual só saí para o trabalho de ajudar Mamã a carregar a sua cruz, que não era nada leve. É verdade que arranjava sempre um tempo para uma partida de bilhar com o Rafaelzinho, no salão da Rua 15, em cima do café Brasil, onde o andar inteiro era ocupado por mais de dez mesas de bilhar, sempre ocupadas.³⁶⁸

³⁶⁵ http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:z_fBE91JnsMJ:www.almanack.paulistano.nom.br/automovelclube.html+automóvel+clube+de+sp&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&lr=lang_pt acessado em 20-08-2010.

³⁶⁶ DUARTE, P. *Memórias...* vol. II, p 225

³⁶⁷ Idem

³⁶⁸ DUARTE, P. *Memórias...* vol. III, p. 332

Foi num desses encontros com o amigo Rafaelzinho, que certo dia precisou sair, pois tinha coisas a fazer no escritório de seu pai, o professor Rafael Sampaio (1873-1937), que Paulo Duarte travou conhecimento com três sujeitos que tomaram as mesas vazias. Eram eles Antonio Pereira Lima, Moacir Piza (1901-1923) e Oswald de Andrade (1890-1954) “que dirigia uma revista chamada *O Piralho*. Os três trabalhavam no *Jornal do Comércio de S. Paulo* e haviam sido ou eram estudantes de direito.”³⁶⁹.

Esse encontro ocorreu pouco antes de Paulo Duarte começar a trabalhar no *Jornal do Comércio*, localizado à Rua Direita próxima às redações do *Correio Paulistano* e d’*O Estado*, todas localizadas no ou próximas ao Triângulo, motivo pelo qual, ao final do expediente, os repórteres, editores e redatores encontravam-se nos bares e restaurantes da região. A proximidade de todos esses estabelecimentos proporcionava uma vida cultural frenética e encontros entre personagens dos mais distintos pontos da cidade. Cabe lembrar que um desses encontros, o de Paulo Duarte com Amadeu Amaral seria decisivo para o jovem revisor do *Jornal do Comércio*.

Nos anos 1920, Paulo Duarte passou a dividir seu tempo entre a redação d’*O Estado de S. Paulo*, localizado na Praça Antonio Prado, de onde seguia direto pela Rua São Bento, até a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, instituição na qual começou a estudar em 1922 e onde fez seu aprendizado político. Por essa época Paulo Duarte começou a trabalhar n’*O Estado* e, como se viu, dias antes conhecera Julinho Mesquita na posse de Amadeu Amaral na Academia Brasileira de Letras no Rio de Janeiro.

A amizade logo se consolidou e Paulo lembra que enquanto Julinho não se casou saíam:

com freqüência, [com], o Amadeu, o Vicente Ancona, o Clóvis Ribeiro que chefiava o noticiário comercial, principalmente Amadeu Amaral e [para ir] ao Carlino ou ao velho Porras, da Rua de Santa Ifigênia, onde havia um famoso bife acebolado com vinho português servido em canecas. Daí a meia hora estávamos sentados no Restaurante Pierrot, à Rua Conselheiro Crispiniano, esquina da 24 de Maio, do lado de trás do Teatro Municipal. Era um restaurante de boêmios abonados, instalado numa velha residência paulista, no meio de um jardim. Aí havia gabinetes reservados e a gente podia comer na intimidade, fosse ela qual fosse. Aí, o Estado realizava quase todos os anos, ali pelas três horas da manhã, a ceia de 4 de janeiro, aniversário do jornal, à qual comparecia todo o pessoal da redação, das oficinas, da revisão e da administração e ainda alguns amigos, principalmente João Silveira Júnior do *Correio Paulistano*.³⁷⁰
[...] Pois foi naquele restaurante que Julinho me levou, conversando no caminho sobre a vida de jornal, que aliás ele conhecia muito menos do que eu, que já vinha de uma tarimba longa, na revisão do *Jornal do Comércio*

³⁶⁹ Idem, p. 332

³⁷⁰ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p. 68/69.

cuja sede era à Rua Direita e da revisão do próprio *Estado*. Falou-me do seu programa, meteu o pau no Governo. Fizemos uma refeição agradabilíssima com bom vinho, e só de madrugada nos separamos os melhores amigos do mundo. E, para sempre.

[...]

Pouco antes do casamento de Julinho tomamos um pifão coletivo que começou à tarde, na própria redação do Estado, à Praça Antônio Prado, comemorando a chegada de Edu Chaves a Buenos Aires. Creio que só Chiquinho não ficou mais ou menos alterado com a quantidade de champagne que bebemos na redação. Quando chegou o telegrama anunciando a descida de Edu, em Palomar, abrindo, na janela da redação, uma garrafa de champagne que atirou a sua espuma naquela massa entusiasmada lá embaixo. Foi uma das últimas manifestações da “belle époque” a que assisti em minha vida, manifestação tardia que eu, vivendo num mundo diferente de luta contra a pobreza, já não compreendia bem, mas o Julinho, impregnado daquele período, embora não o exteriorizasse muito, nunca deixou de ter saudades de uma época de individualismo exacerbado a que a primeira guerra ia dar o golpe profundo.³⁷¹

Outro espaço desses encontros e camaradagens era a Faculdade de Direito. Paulo não se detém da descrição do edifício, mas não deixa de enfatizar seu significado simbólico.

Abrem-se as aulas na Faculdade de Direito, logo no princípio de março. Fui espiar de longe, no Largo de São Francisco, o trote. Uma brutalidade e uma humilhação. Completo desrespeito ao pudor pessoal e à dignidade humana. Isto numa Faculdade de Direito! Resolvi não comparecer por todos os primeiros dias. Não me sujeito a humilhações impostas por um bando de primários.

Nos cinco anos em que passou na Faculdade do Largo de São Francisco, embrenhou-se ferrenhamente na luta política estudantil contra a “Bucha”, organização secreta de alunos e professores da qual resultou seu primeiro livro *Sob as arcadas* (1927). A Faculdade voltou a ser tema em *Agora nós!*, publicado no mesmo ano, livro em que dedicou um capítulo aos companheiros das Arcadas. Nesse livro transparece o orgulho de pertencer a uma instituição tão importante. Segundo Paulo “Todos os grandes cérebros, as grandes almas todas, com mingüadíssimas exceções se desenvolveram e se formaram no ambiente são do livro e do caráter que envolvia os arcos claustrais do velho convento franciscano.”³⁷²

Foi durante seu período estudantil que ocorreu o movimento de 1924, que o afastaria irremediavelmente dos círculos perrepistas. Em *Agora nós!* construiu imagens da cidade sitiada. Um dos mais inusitados ocorreu cerca das 22 horas do dia 26 de julho quando se retirava da casa do Dr. Macedo Soares em companhia de Nestor Rangel Pestana, redator-chefe d’*O Estado e S. Paulo*:

³⁷¹ Idem, p. 69/70.

³⁷² DUARTE, P. *Agora nós!*, p. 279

Quando saímos da Rua Xavier de Toledo para penetrar no Largo do Municipal, quase às escuras, uma patrulha de cavalaria nos cercou, exigindo o salvo-conduto.

Apresentei o documento que trazia e, como fossem todos os soldados estrangeiros demonstrando não compreender o que estava escrito, , confabularam por alguns momentos, tendo antes cercado o nosso carro, até a chegada de um oficial, pelos modos, italiano, que deu ordem para nossa passagem livre

O centro da cidade apresentava o estado desolador dos últimos dias, quase às escuras, com uma ou outra lâmpada acesa, à exceção das ruas 15, Álvares Penteados, Quitanda e São Bento, no trecho da travessa do Grande Hotel até o Largo de São Bento, imersas em trevas completas.

Enormes ratazanas, únicos transeuntes do triângulo saíam e entravam nas goteiras e nos esgotos das sarjetas.³⁷³

Nos anos posteriores ao movimento revolucionário de 1924, Paulo Duarte participou ativamente da fundação do PD e da criação do *Diário Nacional*, mas não chegou a narrar esses episódios, deles havendo apenas fragmentos de lembranças. Sabe-se que foi nessa época que alugou um apartamento à Avenida São João, próximo ao Vale do Anhangabaú, onde se reuniam os jovens democráticos. Nesse apartamento, referido em diversas ocasiões, Paulo e seus companheiros chegaram a esconder armas nos tempos da militância revolucionária.

O endereço de Paulo Duarte inseria-se entre os espaços de reunião da intelectualidade local. O rol bastante diversificado incluía desde a Vila Kyrial, de Freitas Vale (1870-1958), poderoso mecenas, à elegante mansão de Dona Olívia Guedes Penteados (1872-1934); a casa de Paulo Prado (1869-1943) com seus almoços dominicais; o ateliê de Tarsila do Amaral (1886-1973), na Rua Vitória; a casa de Mário de Andrade, na Rua Lopes Chaves, os escritórios de Tácito de Almeida (1889-1940) e Couto de Barros (1896-1966), no qual foi gestada *Klaxon*.

Mas, no final da década de 1920 os ventos revolucionários começaram a soprar com mais intensidade. Mário de Andrade escreveu sobre as mudanças que se esboçavam no horizonte. Segundo Mário,

o salão de Dona Olívia durou vários anos e teve como elemento principal de dissolução a efervescência que estava preparando 1930. A fundação do Partido Democrático, o ânimo político eruptivo que se apoderara de muitos intelectuais, sacudindo-os para os extremismos de direita ou esquerda, baixara um mal estar sobre as reuniões. Os democráticos foram se afastando. Por outro lado, o integralismo encontrava algumas simpatias entre as pessoas da roda: [...] Sem nenhuma publicidade, mas com firmeza, Dona Olívia Guedes Penteados soube terminar aos poucos seu salão modernista.³⁷⁴

³⁷³ Idem, p. 175-176.

³⁷⁴ ANDRADE, M apud ARRUDA, D. *Dona Olívia*. São Paulo: Sociedade Imprensa Pannartz, 1975, p.52

No mesmo período a que se refere Mário de Andrade, Paulo Duarte afastou-se de São Paulo pela primeira vez por um tempo mais longo. Viajou às regiões Norte e Nordeste como integrante de caravana da Aliança Liberal, que segundo revela em *Que é que há?* teve duração de quatro meses.

Retornou a São Paulo, mas não narrou sua vida nos anos de 1930 até 1932 quando decidiu alistar-se na frente constitucionalista. Após a derrota, fugiu para Santa Catarina, foi preso e levado para o Rio de Janeiro, de onde seguiu para um exílio de dez meses.

Paulo Duarte saiu derrotado, mas paradoxalmente, retornou à cidade, como vencedor, pelas mãos do interventor federal Armando de Sales Oliveira. A partir de seu desembarque, em Santos, muda sua relação com a cidade. Apesar das incertezas quanto ao seu futuro próximo, deixou sua querida Paris porque sabia que São Paulo poderia oferecer-lhe oportunidades que tardariam a surgir em Paris.

Paulo Duarte retornou mais revolucionário do que nunca, pois já não era apenas o jovem repórter idealista e deslumbrado com a luta armada. Batizara-se no campo de batalha do qual sentia orgulho, tanto que fez questão de narrá-lo em *Palmares pelo avesso* e seu encontro com Charles Rebber e Ivan Goll, deu-lhe um verniz levemente socialista devido aos laços de amizade com aqueles dois intelectuais franceses.

Reabriu a banca de advocacia em uma sala alugada por Cásper Líbero e passou a se apresentar como advogado. Fez questão de registrar o dia seguinte ao seu retorno à capital paulista, agora certamente mais seguro de si, pois transformara-se no homem que já havia ido à Europa.

O dia seguinte marcou o reinício da luta. Hospedei-me no hotel Rex, à Rua de Santa Ifigênia, esquina da Ipiranga, um pequeno hotel confortável do que os dois principais da cidade, um deles o Términus para o qual o Wessinger queria levar-me, mas eu não aceitei pois não me encontrava em condições de exibir-me num hotel considerado de luxo.³⁷⁵

Nos anos 1930, São Paulo já possuía dois centros comerciais. O antigo, no Triângulo, e o novo centro nas imediações da Rua Barão de Itapetininga, sucessora da XV de novembro como uma das mais elegantes da cidade. Ali se estabeleceram lojas de produtos sofisticados em meio a ateliês de artistas e novas salas de escritório. O Hotel Rex ficava próximo ao centro novo, numa zona de transição que pelo outro lado, em direção ao Parque da Luz, começava a ser abandonada por parte da burguesia que ainda não se transferira para os bairros de Higienópolis e da região da Avenida Paulista.

³⁷⁵ DUARTE, P. *Memórias...* vol. III, p. 3

Ainda hospede do Rex, restabeleceu o contato com os amigos, fato que se deu na tarde do segundo dia, no Automóvel Clube onde encontrou Rubens Borba, os irmãos Tácito (1889-1940), Marco Aurélio e Guilherme de Almeida (1890-1969), Carlos Pinto Alves (1898-1966), Edgard Batista Pereira e numerosos outros. O único ausente era seu querido amigo Nino Galo, que estava no Rio.³⁷⁶

Poucos dias depois deixava o Hotel Rex para ocupar um apartamento à Rua dos Timbiras, quase esquina de Santa Ifigênia. À noite, e nos finais de semana voltou a receber os amigos como nos velhos tempos do apartamento da Avenida São João, mas agora quem os recebia era o casal, pois desde que Juanita fora encontrá-lo em Paris, e engravidara, passaram viver juntos.

O primeiro almoço foi com no Hotel Terminus, convite do amigo Weissinger, proprietário do hotel e amigo dedicado sempre presente às ágapes do grupo de Paulo Duarte, profundo conhecedor de vinhos. O segundo almoço foi no apartamento de Antoninho Alcântara Machado no Largo do Arouche, também próximo ao centro novo e onde freqüentara anos antes as aulas dos Cursos Preparatórios. Lembra Paulo que o almoço foi feito por Lolita, mulher do Antoninho e estiveram presentes, além do casal anfitrião, Mário de Andrade e Sérgio Milliet.

Três horas agradáveis, bom vinho e boa conversa. Antonio fez a caricatura como só ele sabe fazer em coisas imorais e passamos às coisas sérias. As possibilidades culturais que o governo Armando pode agasalhar. Mas o Armando durará? perguntei. Sérgio e eu temos dúvidas, mas Mário acha que Armando se consolidará e estabilizará. Se isso acontecer, lembrei então os nossos delírios no apartamento da Avenida São João entre 1929 e 1930. Felicidade demais disse Mário. Ou desilusão demais? interrogou Sérgio. [...] De qualquer maneira foi voz unânime de que só eu poderia levar avante a idéia, pois amigo íntimo de Armando, com bastante prestígio político adquirido na luta e no exílio, não só eu poderia ter como aliada a velha amizade senão também autoridade política. E quase estruturamos o possível futuro instituto.³⁷⁷

A residência à Rua dos Timbiras aproximou-o ainda mais de Mário de Andrade que vivia à Rua Lopes Chaves³⁷⁸ e costumava caminhar até o centro da cidade onde

³⁷⁶ Idem

³⁷⁷ Idem, p. 9.

³⁷⁸ Rubens Borba de Moraes lembra que Mário de Andrade havia morado no Largo do Paissandu até às vésperas da Semana de Arte Moderna. Segundo Rubens “A casa do Largo do Paissandu era um sobrado grande com um portão de ferro ao lado, ou talvez, não fosse bem um sobrado, mas dessas casas de um só andar com o que se chamava um porão habitável [...] Em 1920 essa parta da cidade já estava de tal forma comercializada que não era mais possível viver ali. Venderam o sobrado e compraram a casa da Rua Lopes Chaves, na Barra Funda, onde Mário viveu até falecer” MORAES, R. B. de *Lembranças de Mário de Andrade – 7 cartas*. São Paulo: S/Ed., 1979, p. 12

invariavelmente passava pela Confeitaria Vienense ou pelo Franciscano, o mesmo bar onde Yan de Almeida Prado afirma tê-lo encontrado, bêbado, um dia antes de morrer.

O próximo encontro foi com Plínio Barreto (1882-1958), um dos expoentes do grupo d'*O Estado*. Segundo Paulo Duarte, o encontro se deu para conversarem sobre uma possível entrevista sua para *O Estado* e Plínio o marcara

[...] na Casa Mappin, à Praça do Patriarca [...] O encontro deu-se dali a dois ou três dias no Restaurante do Mappin. Era um almoço semanal de um pequenino grupo recentemente organizado por Plínio Barreto: Aires Neto, Antônio Mendonça, Silvio Portugal, Cantídio de Moura Campos, Antonio Carlos Pacheco e Silva, Antônio de Almeida Prado e, agora, eu também naquele grupo da sextas-feiras.³⁷⁹

Em 06 de janeiro de 1934, data de aniversário de sua esposa, o casal Duarte revolveu jantar na companhia de apenas um amigo.

Era meu desejo convidar o Sérgio, mas eu o pus de observação, tenho um medo doloroso de perder a amizade dele, tal qual ela se manifestou em suas cartas para a Europa. Por isso lembrei-me do Mário de Andrade com quem me avisto sempre à noite quando vem ao apartamento ou quando vou, mesmo ser avisar, à Rua Lopes Chaves.³⁸⁰

Talvez nenhum outro historiador tenha conseguido resumir a São Paulo daquele período como Nicolau Sevchenko na sua já clássica imagem:

São Paulo não era uma cidade de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem européia nem nativa; nem era industrial apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha mais passado. Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-la como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados.³⁸¹

A cidade ainda não havia devorado o grupo intelectual de Paulo Duarte. Antoninho Alcântara Machado e Mário de Andrade ainda estavam vivos, assim como os sonhos de que Armando de Sales Oliveira conseguisse realizar um governo que fosse capaz de viabilizar os sonhos do grupo. Os encontros se sucediam hora em casa de um ora de outro.

Em 11 de abril de 1934 Armando de Sales Oliveira é eleito governador do Estado de São Paulo. Em agosto, indica Fábio Prado prefeito da capital e este convida Paulo para

³⁷⁹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. III, p. 11

³⁸⁰ Idem, p. 64.

³⁸¹ SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 31.

trabalhar com ele na prefeitura. Pouco depois, em 18 de outubro, Paulo é eleito Deputado Estadual pelo Partido Constitucionalista e as condições financeiras melhoram. Finalmente ele deixa de viver na região central da cidade e compra casa própria à Rua Guarará, 305, próximo ao futuro Parque do Ibirapuera. A mudança para a Rua Guarará, imóvel adquirido pela Comanhia City, é o indício mais significativo de que Paulo Duarte vivia em melhores condições financeiras.

Definitivamente instalado à Rua Guarará. Mudei-me antes da reforma terminada. O Gomide gastou vários dias num painel “afresco” que fez na sala de jantar. Uma cena de derrubada de floresta, lembrando a minha tentativa no norte do Paraná e a nossa tentativa também de desbravar a floresta da ignorância com a Universidade e o Departamento de Cultura... [...] Os meus velhos e agradáveis móveis da Avenida S. João deram para vestir o interior de um aspecto confortável e hospitaleiro.³⁸²

O recenseamento iniciado em fins de 1934, só em meados de 1935 publicou os primeiros resultados. Verificou uma população de 6 milhões e meio de habitantes para todo o Estado e 1.060.000 habitantes para a Capital.³⁸³ São Paulo começava a se expandir por todos os lados. Antigos bairros, antes distantes, são ligados pelas novas ruas, quase todas elas sem calçamento com a Guarará que segundo Paulo

[...] dá assim uma sensação de felicidade. E a gente compreende o Mário que se considera ainda totalmente feliz... E a rua Guarará tem mais uma vantagem: não é calçada, quase deserta, nem pode atingir ainda a Avenida Brigadeiro Luís Antônio. [...] Se os bárbaros, fardados ou não fardados, permitirem, vai haver muita felicidade, ajudada pelo vinho bom, livros amigos e a cozinha de Juanita e dessa sempre querida e amada dona Jovina... Sem esquecer realizações culturais inéditas.³⁸⁴

As atividades na Assembléia e na prefeitura, consomem todo o seu tempo e Paulo decide fechar o escritório de advocacia. Hora ele está com o prefeito, hora com o governador que pouco depois de sua mudança para a Rua Guarará, convida-o a acompanhá-lo a Pinheiros, para visitar a Fazenda do Butantã. Lembra Paulo que “No dia seguinte, antes das oito, de fato, chegava ele à Rua Guarará. Vinha acompanhado do Julinho e do Otelo Franco, fardado. Entrou para um café, percorreu toda a minha biblioteca, nesse tempo já muito desenvolvida com dezenas de livros raros que eu comprava com o meu subsídio de deputado.”³⁸⁵

Após a visita foram para o local combinado. Estavam em busca do local combinado para a futura Cidade Universitária, que só seria concluída décadas depois.

³⁸² DUARTE, P. *Memórias...* vol. IV, p.151

³⁸³ DUARTE, P. *Memórias...* vol. III, p.239

³⁸⁴ DUARTE, P. *Memórias...* vol. IV, p.152

³⁸⁵ Idem, p. 62

Julinho preferia Santo Amaro, dado que a hipótese da Cantareira havia sido posta de lado, definitivamente. Mas havia o caso da Faculdade de Medicina, cujos terrenos poderiam servir de início à futura Cidade Universitária, pegando esses terrenos, as grandes áreas municipais ali existentes, uma parte ocupada com o forno incinerador do Araçá e uma invernada de muars da Limpeza Pública, tudo isso confinando uma extensa área da City e com terrenos particulares, mas vagos e fundos de quintais até as margens do Pinheiros, onde pelo rio se ligavam com a fazenda Butantã.³⁸⁶

Desde que aceitara o convite de Fábio Prado, Paulo Duarte passou a exercer uma função que lhe permitiu participar, ou ao menos assistir pessoalmente, as decisões sobre os destinos da cidade. Por suas mãos passavam, então, os projetos que iriam ser apreciados pelo prefeito como a abertura e o alargamento de avenidas, a visita a locais que se tornariam emblemáticos na cidade como o aeroporto de Congonhas e a visita à Fazenda Butantã em busca da sede para a futura Cidade Universitária. Dessa visita guardou na memória o momento em que:

Armando parou e para tirar o picão agarrado à calça, pôs um pé sobre um cupim, sem interromper a conversa que parecia um sonho do Departamento de Cultura [...] e voltando-se para mim, os olhos brilhantes de entusiasmo, bateu com a mão em meu ombro e olhando também para Julinho exclamou escondendo a emoção: — “Se nos derem dez anos, nada neste mundo pegará mais S. Paulo”. E voltando-se para o Jaraguá ao longe— “O velho Jaraguá será testemunha...”³⁸⁷

Embora a administração do engenheiro Prestes Maia tenha realizado um audacioso plano de abertura de vias, foi na administração Fábio Prado, também engenheiro que os primeiros projetos foram executados, como o início da construção do túnel sob a Avenida Paulista

Do lado das realizações materiais, salienta-se a aprovação do projeto de duas rampas que vão do fundo do vale do Anhangabaú até a avenida Paulista, do lado de cá dos túneis, e até a alameda Jaú do lado de lá dos mesmos túneis. As primeiras acham-se quase prontas e para a construção de uma delas foi preciso desapropriar o prédio da avenida Paulista onde funcionava, desde há muitos anos o Observatório Astronômico que passou para o Parque da Água Funda.³⁸⁸

No início de 1936, Paulo Duarte e a esposa deixam a região central e vão viver próximo à atual Avenida 23 de Maio.

Definitivamente instalado à Rua Guarará. Mudei-me antes da reforma terminada. O Gomide gastou vários dias num painel ‘afresco’ que me fez na sala de jantar. Uma cena de derrubada de floresta, lembrando a minha

³⁸⁶ Idem, p. 63.

³⁸⁷ Idem, p. 64.

³⁸⁸ DUARTE, P. *Memórias...* vol. V, p. 141.

tentativa no norte do Paraná e a nossa tentativa também de desbravar a floresta da ignorância com a Universidade e o Departamento de Cultura.³⁸⁹

Aos sábados, quando Paulo não viajava para o interior com Mário de Andrade e amigos em visita a sítios históricos, o grupo ia almoçar em sua casa. “Mário, Rubens, Clement Bojano, André Dreyfus, Sérgio, Weissinger pontualíssimo em trazer o vinho sempre de alta qualidade”³⁹⁰

Sua casa à Rua Guarará se transforma, então, em centro de sociabilidade do grupo intelectual e político. Fábio Prado passa por lá todas as manhãs para lhe dar carona ao centro e Armando de Sales Oliveira ia para utilizar sua biblioteca. É de lá que ele sairá para o exílio, em novembro de 1938 deixando a cidade que só voltaria a ver em 1945.

Após voltar do exílio, Paulo Duarte continuou vivendo na Rua Guarará, mas acabou trocando a casa e por um apartamento construído no mesmo terreno e ali viveu até seus últimos dias. De certa forma, ele seguiu os passos da burguesia que à mesma época em que ele se mudou da Rua dos Timbiras, começava a deixar o centro da cidade em busca de locais mais aprazíveis. O mesmo ocorreu com as principais instituições políticas e culturais. Na década de 1960 o palácio do governo foi transferido para o bairro do Morumbi, a Assembléia Legislativa foi para o Ibirapuera. A prefeitura e o Automóvel Clube também deixaram os casarões franceses à beira do Anhangabaú.

No início da década de 1970, em resposta ao escritor e amigo Érico Veríssimo, que lhe perguntou se não pretendia revisitar a Europa, cenário de tantas de suas aventuras, Paulo respondeu: “Meu caro, que é que vou rever? Cidades, monumentos, paisagens, pedras... O que importa para mim é o homem. Meus melhores amigos estão mortos. A Europa não é mais a mesma.”³⁹¹ Se viajar para a Europa já não fazia sentido porque seus principais amigos estavam mortos, o mesmo deveria parecer com a cidade de São Paulo.

No *tour* feito com os jornalistas, em 1970, o velho jornalista vai até a Rua Aurora, onde Mário viveu durante sua infância e lá ele “despede-se das nossas palmeiras solitárias, olhando para o céu, desesperadas naquela selva urbana que é hoje a Rua Aurora, tão tranqüila que era!” O motorista os leva à Avenida S. João. “Lá está o Conservatório Dramático e Musical, no mesmo lugar, do mesmo jeito, igualzinho ao que era naquele dia que vai longe quando, saindo do Departamento de Cultura [...]. pegamos o meu fordinho e eu deixei você à porta do Conservatório.”³⁹²

³⁸⁹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. IV, p. 151.

³⁹⁰ Idem

³⁹¹ VERISSIMO, op. cit., p. XVI

³⁹² DUARTE, P. op. cit., 1985, p. 346

Nos anos 1970, a cidade de São Paulo onde ele havia vivido quase toda a sua vida não existia mais. Sua volta àquela São Paulo só era possível pela memória, única via de acesso ao passado em busca de suas próprias ilusões perdidas.

Como diz Betriz Sarlo, o que imaginamos de tempo transcorrido está espacializado.³⁹³ Mapear esses espaços como contributo para a coesão dos grupos intelectuais nos quais Paulo Duarte esteve inserido auxilia a compreender como ocorreu a sedimentação de suas relações sociais.

A narrativa dos passeios do garoto Paulo deixa transparecer vozes sobrepostas: à imagem do garoto explorando a cidade como um *flanneur* sobrepõe-se a do memorialista que mais de cinquenta anos depois lembrava um futuro já pretérito. Daí a importância que a representação das cidades adquire em sua narrativa, uma vez que como lembra Sarlo, “a cidade real pressiona sobre a ficção por sua força simbólica e seu potencial de experiência, inclusive em textos que não se ocupam deliberadamente dela”³⁹⁴

³⁹³ SARLO, B. op. cit., 2009, p. 148

³⁹⁴ Idem, p. 146. Tradução minha.

3.2- Uma ação cultural lembrada: a criação do Departamento de Cultura

“Nós não estamos ainda convencidos de que a cultura vale como o pão. E essa é a nossa mais dolorosa imoralidade cultural.”

Mário de Andrade (Extraído do discurso proferido como paraninfo de formatura da turma de 1935 no Conservatório Dramático Musical de São Paulo).

Se, para a história do Brasil, 1930 marcou o fim da Primeira República e o início de uma era de modernização institucional do país, para o Estado de São Paulo abria-se um tempo marcado por tensão que levou à luta armada contra o governo federal e obrigou várias de suas lideranças a exilarem-se.

Nesse sentido, 1933 foi um ano chave. Após um primeiro semestre politicamente tenso, devido à ocupação militar do Estado, em agosto, o governo federal nomeou Armando de Sales Oliveira interventor federal e com ele, os democráticos e o grupo d’*O Estado* finalmente conseguiram chegar ao poder.

O governo Armando de Sales Oliveira colocou em prática um ousado plano de ação, ao apostar na execução de obras em todo o Estado e na reengenharia do sistema administrativo paulista. Sua maior contribuição, no entanto, ocorreu no campo da educação e da cultura, com a fundação da USP. A nova instituição valeu-se de um conjunto de professores estrangeiros e expoentes nacionais que deveriam não só consolidar a nova universidade, mas também torná-la um centro de excelência.

Estiveram na cidade, naqueles anos os casais Pierre (1908-1987) e Juliette Monbeig e Claude (1908-2009) e Dina Levi-Strauss (? - 1999), Fernand Braudel (1902-1985), Roger Bastide (1898-1974), Donald Pierson (1900-1995), Bruno Rudolfer (1894-1942), Herbert Baldus (1899-1970), Horace Davis, Paul Arbousse Bastide, Samuel H. Lowie para citar

alguns nomes de grande destaque. O contato entre intelectuais estrangeiros e brasileiros criou uma efervescência cultural de proporções inéditas em São Paulo.

Neste sentido, adquire especial relevância, nas *Memórias* de Paulo Duarte, o ambiente cultural no período entre 1933, ano do regresso do primeiro exílio, e 1938, quando novamente foi desterrado. Se fosse possível fazer uma divisão entre as várias fases da vida intelectual de Paulo Duarte, poder-se-ia dizer que esta foi sua fase dourada: próximo das cúpulas dos poderes estadual e municipal, eleito Deputado Estadual, bem instalado e com sua biblioteca organizada, desfrutava de prestígio e reconhecimento. É nesse período que se organizou o Departamento de Cultura do Município de São Paulo, entidade que ocupa um lugar privilegiado nas *Memórias*. A se crer em Paulo Duarte, tanto a idéia quanto a execução do projeto contaram com sua intensa participação.

O Departamento de Cultura de São Paulo foi criado em maio de 1935, durante a gestão do prefeito Fábio Prado (1934-1938), com o apoio político do governador Armando de Sales Oliveira³⁹⁵, o empenho de intelectuais modernistas e do jornalista Paulo Duarte, todos ligados ao extinto PD³⁹⁶ e ao grupo d'*O Estado*.³⁹⁷

Intermediado por Paulo Duarte, cuja atividade profissional lhe permitiu tecer uma ampla rede de sociabilidades, tanto no campo político quanto intelectual, o encontro entre o prefeito e os modernistas permitiu a criação da primeira instituição pública municipal desse gênero em todo o país.

Segundo Paulo, o ato que instituiu o Departamento de Cultura foi minuciosamente preparado “com esmero então considerado um excesso de exagero”³⁹⁸. Suas palavras dão a medida da ambição e do comprometimento de Mário de Andrade, Paulo Barbosa de Campos, e do próprio Paulo Duarte, autores do projeto que estruturou o órgão em cinco divisões: Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreio, Documentação Histórica e Social, Turismo e Divertimentos Públicos.

³⁹⁵ Interventor Federal no Estado entre 21 de agosto de 1933 e 11 de abril de 1934 quando foi eleito governador do Estado pelo Partido Constitucionalista, que absorveu o PD, extinto em 1934, em eleição indireta realizada pela Assembléia Constituinte.

³⁹⁶ O Partido Democrático foi criado em 24 de fevereiro de 1926, data comemorativa da Promulgação da Primeira Constituição Republicana e se extinguiu quando quatro de seus deputados eleitos pela Chapa Única ainda estavam em trabalhos no Rio de Janeiro, discutindo a Constituição. PRADO, M. L. C. *A democracia ilustrada. O Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo, Ática, 1986, p. 9-138

³⁹⁷ Grupo d'*O Estado* era uma denominação que davam a si mesmos políticos e intelectuais que se reuniam em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*. Assim também se referiam a eles representantes de outras entidades partidárias. Ainda segundo Irene Cardoso “a expressão grupo d'*O Estado* não aparece no jornal [...] o que se explica porque *O Estado de S. Paulo*, enquanto jornal, não se podia caracterizar como porta-voz direto do “grupo d'*O Estado*”. Ele [O jornal] era apresentado, na sua continuidade histórica, como porta voz da comunhão paulista.” CARDOSO, I. R. *A Universidade da Comunhão Paulista (O projeto de criação da Universidade de São Paulo)*. São Paulo: Autores Associados/ Cortez Editora, 1982, p 27 e 45.

³⁹⁸ DUARTE, P. op. cit., 1985, p. 59.

De acordo com o decreto, percebe-se que os objetivos do novo Departamento eram amplos e variados, tais como:

[...] o de estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural [...] promover e organizar espetáculos de arte e cooperar com o conjunto sistemático de medidas, para o desenvolvimento da arte dramática e, em geral, da música, canto, do teatro e do cinema [...] criar e organizar bibliotecas públicas, de forma a contribuir eficazmente para a difusão da cultura em todas as camadas da população [...] recolher, selecionar, restaurar e publicar os documentos antigos, material e dados históricos sociais que facilitem as pesquisas e estudos sobre a história da cidade de São Paulo, suas instituições e organização em todos os domínios da atividade.³⁹⁹

Gama tão diversificada de atividades não poderia ser colocada em prática, de imediato. E como se tratava de experiência pioneira, o projeto foi concretizado e aperfeiçoado à medida que os responsáveis por cada divisão tomavam ciência das necessidades dos setores pelos quais eram responsáveis.

Algumas divisões, como a de Bibliotecas Públicas, a de Documentação Histórica e Social, a *Revista de Arquivo Municipal* (RAM) e os Parques Infantis, que já existiam, foram remodelados e suas atividades dinamizadas de acordo com os princípios do projeto. Outros, como a Discoteca Municipal⁴⁰⁰, foram criados naquele momento, enquanto o Museu Histórico da Cidade de São Paulo, a Rádio-Escola e o Restaurante Municipal não chegaram a se concretizar.

Entretanto, apesar das dificuldades encontradas para a implantação do Departamento de Cultura e das atividades patrocinadas pelo órgão, o volume de iniciativas executadas durante a gestão de Mário de Andrade, como chefe da divisão de Expansão Cultural e primeiro diretor do Departamento, entre 1935 e maio de 1938, foi muito significativo.

A referência mais remota à idéia de se criar um departamento de cultura parece ter sido acalentada, em meados dos anos 1920, pelo grupo de intelectuais que costumava reunir-se no apartamento de Paulo Duarte. Entre os que lá se encontravam estavam Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes. Segundo relatou o anfitrião em suas *Memórias*, era

[...] em torno de uma grande mesa de granito fria como uma mesa de necrotério, [como] dizia Couto de Barros, mas que esquentava com bons vinhos vindos do Buksky ou do Términus, [onde] discutíamos e construíamos coisas, algumas que mais tarde haviam de existir mesmo, como o

³⁹⁹ O Ato Municipal nº 861 de 30 de maio de 1935.

⁴⁰⁰ Sobre a Discoteca Municipal. Fernanda Nunes Moya escreveu *A Discoteca Pública Municipal: um projeto modernista para a música nacional*. Dissertação de Mestrado defendida na FCL-Assis, 2010. Dissertação de Mestrado.

Departamento de Cultura. [...] Foi lá que germinou o Departamento de Cultura⁴⁰¹.

Ao reconstituir, muitos anos depois, o histórico daquelas reuniões realizadas à noite, quando voltavam do trabalho, Paulo Duarte, já no papel de memorialista, revelou que ele e seus amigos sabiam que, quaisquer que fossem os sonhos acalentados, eles só se materializariam quando conseguissem viabilizá-los política e financeiramente. Afinal, tratava-se de um grupo jovem cujo único capital

[...] eram sonhos, mocidade e coragem. Havia quem conhecesse uns homens ricos de São Paulo, Mas homem rico não dá dinheiro para essas loucuras. Quando muito deixa para a Santa Casa. Caridade espiritual, jamais. Que testamento pinchou legado para uma universidade ou para uma biblioteca? A nossa gente ainda está no paleolítico da caridade física.⁴⁰²

Partícipes da luta contra o PRP ao qual, naquele momento, os democráticos imputavam toda a culpa pela crise política e econômica que assolava a República, subordinavam a realização de seus ideais à luta em prol do fortalecimento do PD. Na conclusão do trecho narrativo anteriormente citado, Paulo Duarte afirma que “à vista de tantos argumentos, ficou decidido que um dia [seriam] governo. Só para fazer tudo aquilo com dinheiro do governo”.⁴⁰³

Se havia certeza de que a saída estava na luta política, ninguém saberia responder se, como e quando chegariam ao poder. O fato é que aqueles jovens amargaram o insucesso do PD nas eleições de 1928, assistiram à derrota da Aliança Liberal, integrada pelo PD, nas eleições presidenciais de 1930, e participaram da revolução de 03 de outubro, que derrubou o governo Washington Luís e levou à quebra do regime institucional estabelecido desde o início da República. Dois anos depois, descontentes com os rumos tomados pelo governo que haviam ajudado a colocar no poder, e no qual a primazia cabia aos tenentes, em detrimento das demais forças que compunham a Aliança Liberal, passaram para a oposição e apoiaram a Revolução Constitucionalista.

Finalmente em 1933 o grupo do PD conseguia apoderar-se do aparelho de estado. A nomeação de Armando de Sales Oliveira para interventor federal representava a vitória de determinado grupo paulista, com o qual Getúlio Vargas acabou por negociar.

É certo que toda história liga-se a uma anterior. E, neste caso, o fato político decisivo foi a ascensão política de Armando de Sales Oliveira e a sua determinação de incluir, em seu

⁴⁰¹ DUARTE, P. op. cit., 1985, p. 50.

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ Idem.

programa de governo, o projeto cultural do grupo d'*O Estado*, do qual participava ativamente e que contemplava a criação de instituições de ensino e cultura.

O objetivo primordial dessas instituições era formar quadros para o Estado, cabendo às instâncias superiores de educação o papel exclusivo de preparação das elites, indispensáveis à condução dos negócios da nação.⁴⁰⁴

Formado pela Escola Politécnica de São Paulo, Armando começou a exercer a profissão de engenheiro no interior paulista, em empresas de eletricidade, isso num momento de grande expansão do setor. Presidiu as Empresas de Eletricidade de Rio Preto e Barretos e ajudou a criar ainda a Central Elétrica de Icém. Deixou o setor em 1928, logo após a morte de seu sogro Júlio Mesquita, para dirigir a Sociedade Anônima *O Estado de S. Paulo*.⁴⁰⁵

Em meados de 1933, o presidente Getúlio Vargas entendeu que era o momento de estender às mãos aos adversários derrotados na revolução do ano anterior, afinal era preciso apaziguar os ânimos das forças políticas paulistas para que se pudesse retomar o desenvolvimento econômico do Estado mais rico da federação. Não foi por outro motivo que o governo federal mostrou-se disposto a negociar com os paulistas. Mas, para que o entendimento fosse concretizado, o presidente precisava encontrar um nome civil disposto a estabelecer um diálogo duradouro com o seu governo.

Tratava-se de uma decisão delicada, pois dela dependeria o encerramento do chamado “caso São Paulo”⁴⁰⁶, iniciado logo após a vitória das forças revolucionárias, em 1930, quando, contrariando expectativas reinantes de que um político do PD fosse governar o Estado, Getúlio Vargas nomeou um militar.

As anotações de Getúlio Vargas no seu diário indicam que a nomeação de Armando de Sales Oliveira foi uma decisão pensada e ponderada por vários dias. Em 13 de agosto de 1933, anotou: “Vou entregar São Paulo aos que fizeram a revolução contra mim. Não pode haver maior demonstração de desprendimento. Será que estou colocando armas nas mãos dos

⁴⁰⁴ MESQUITA FILHO apud CARDOSO, I. de A. R., op. cit., 1982, p. 36.

⁴⁰⁵ ARMANDO DE SALES OLIVEIRA. S/L: Seção de Propaganda da UDB (União Democrática Brasileira), s/d., p. 9-10.

⁴⁰⁶ Período imediatamente posterior à Revolução de 1930, denominado por Francisco Weffort como “Estado de Compromisso”, caracterizado “pela perda de poder pelo eixo oligárquico dominante” e quando “os grupos sociais existentes (classe média, cafeicultores nos seus diferentes setores, nascente setor industrial) não detêm, nenhum dele, o poder político. Isso permite que o novo Estado que se forma se afaste dos interesses imediatistas e tente sobrepor-se soberanamente, a toda a sociedade”. Segundo Vavy Pacheco Borges, é nessa linha que devem ser analisados os conflitos entre a oligarquia paulista e o Chefe do Governo Provisório, ou entre a oligarquia e o representante do Governo Provisório, o Interventor. BORGES, V. P. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.131-132

inimigos para que se voltem contra mim? Que farão na Constituinte? O futuro dirá, e muito próximo!”⁴⁰⁷

A decisão saiu de uma lista de quatro nomes, entregue ao presidente por Justo de Moraes e José Carlos de Macedo Soares⁴⁰⁸. Apesar de ser diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, periódico que fazia oposição ao governo, Vargas inclinou-se pelo nome de Armando porque tinha informações sobre as boas relações mantidas entre o diretor d’*O Estado*, e as lideranças da Chapa Única, vencedora das eleições realizadas, em 03 de maio de 1933, para a Assembléia Nacional Constituinte.

Quatro dias depois, em anotações relativas aos acontecimentos cotidianos dos dias 16 e 17 de agosto de 1933, Vargas escreveu: “Nomeado o Dr. Sales Oliveira para interventor em São Paulo; afastadas todas as dificuldades. Isso traz uma sensação de tranqüilidade”.⁴⁰⁹ O presidente parecia ter encontrado em Armando, senão um nome ideal, pelo menos capaz de honrar os compromissos assumidos e, sobretudo, de controlar os Deputados paulistas na Constituinte. Em troca dos compromissos assumidos, Armando negociou o retorno do exílio de seus cunhados Francisco e Julio Mesquita e de outros companheiros, entre os quais o jornalista Paulo Duarte.⁴¹⁰

Mas o que parece ter sido decisivo para que Getúlio escolhesse o “Dr. Sales Oliveira”, como ele o tratava, foi o fato de ele ser “um homem discreto e criterioso, com alguma ronha política” além de ter demonstrado certa aptidão para a administração dos negócios do Estado,⁴¹¹ para retomar as palavras que o presidente anotou em seu diário.

É possível que a percepção do presidente de que Armando fosse antes um bom administrador do que político, tenha se dado em virtude das estreitas ligações deste com o Instituto de Organização do Trabalho (IDORT), que Armando havia ajudado a criar, em 1931, e cujos princípios haviam sido implantados nas oficinas d’*O Estado*.

A idéia de se criar um Instituto nos moldes do IDORT ganhou impulso no decorrer da década de 1920, quando o parque industrial paulista começou a ampliar-se, e se concretizou em 1930, ocasião em que Armando e Aldo de Azevedo fundaram a instituição, uma sociedade sem fins lucrativos, que

⁴⁰⁷ VARGAS, G. *Diário – 1930-1936* São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FVG, 1995, p. 231-2, vol. 1

⁴⁰⁸ A lista foi apresentada ao presidente entre os dias 24 e 27 de junho com os nomes de Benedito Montenegro, Cantídio de Moura Campos, Francisco Machado de Campos e Armando de Sales Oliveira. Todos foram entrevistados por Vargas que deixou, em seu diário, comentários a respeito de cada um das audiências.

⁴⁰⁹ VARGAS, G. op. cit., p. 232, vol. 1

⁴¹⁰ Em seu diário em anotações referentes aos dias 18 e 19 de agosto o presidente escreveu: “Deixo com o ministro da Justiça a lista de exilados que podem regressar”. VARGAS, G. *Op. cit.*, 1995, p. 233.

⁴¹¹ VARGAS, G. op. cit., 1995, p. 222.

[...] surgiu do encontro de cientistas ansiosos por ampliar as bases de suas pesquisas em torno da organização racional e industriais em busca de sustentação técnico-científica para suas novas opções de administração e controle fabril.⁴¹²

Assim que assumiu as suas funções, o interventor começou trabalhar em duas frentes simultâneas, uma política, e outra administrativa. Em primeiro lugar, necessitava conseguir apoio político para viabilizar o seu governo e foi com esse espírito que, em 07 de novembro de 1933, ele compareceu a um banquete oferecido aos Deputados eleitos por São Paulo e que seguiriam para o Rio de Janeiro onde, a 15 de novembro, começariam os trabalhos da Constituinte. Em seu discurso, procurou enfatizar a necessidade de reconciliação com o governo federal. Segundo Armando,

[...] a política é até certo ponto a arte de esquecer. No momento em que se reúne a Constituinte, dissipadas para sempre todas as prevenções, devem os brasileiros se compenetrar de que nenhum entendimento será possível e nenhuma obra realizável se o debate de idéias não se travar sobre a rocha firme e indiscutida da unidade nacional.⁴¹³

O entendimento era fundamental para que o interventor pudesse concretizar sua indicação, pois, assumia o governo de um Estado que, em um período de menos de dez anos, havia passado por três movimentos armados com conseqüências desastrosas para a sua economia, agravada pela *débâcle* financeira mundial de 1929, que resultou na baixa do preço do café, principal produto da balança comercial paulista.

Entre as prerrogativas do cargo de interventor estava a indicação dos prefeitos de todos os municípios paulistas. Tratava-se de questão delicada, porque cada indicação constituía-se numa peça da composição das forças que lhe asseguravam maioria no legislativo estadual. E tudo o que Armando desejava era consolidar a união da Chapa Única em torno do Partido Constitucionalista,⁴¹⁴ criado sob as cinzas do PD, para lhe dar a sustentação

⁴¹² De acordo com Maria Antonieta Antonacci, em finais de 1930, Aldo de Azevedo, proprietário da Fábrica de Tecidos Japhy teve a idéia de criar um grupo de interessados em questões de administração dos negócios e do trabalho. Sua intenção era reunir homens de projeção no mundo empresarial para realizar um trabalho em equipe. Recebeu a adesão de destacas figuras do cenário nacional como Pandiá Calógeras, Roberto Simonsen, José Ermírio de Moraes, Gastão Vidigal, Gaspar Ricardo Júnior, Henrique Dumont Villares, Luiz Tavares Pereira, Luiz Suplicy, Nicolau Filizola e Francisco Vicente de Azevedo. Mas foi em Armando de Sales Oliveira que Aldo encontrou o elemento chave para a fundação do IDORT. Dos contatos com o diretor d'*O Estado*, resultou tanto a formação de uma comissão para promover o novo empreendimento quanto a imprescindível sustentação financeira em sua fase inicial. ANTONACCI, M. A. M. Institucionalizar Ciência e Tecnologia – Em torno da fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931) in *Revista Brasileira de História*, n° 14. São Paulo: Marco Zero, março/agosto 1987, p. 60, 75-6.

⁴¹³ OLIVEIRA, A. de S. *Escritos políticos*. São Paulo: Arx, 2002, p. 25

⁴¹⁴ O Partido Constitucionalista foi criado em 1934 e reuniu a ala democrática que apoiou a Chapa Única para a eleição dos deputados paulistas à Assembléia Constituinte, a Ação Nacional, grupo reformista oriundo do PRP e a Federação dos Voluntários, grupo de veteranos de 1932 favoráveis ao federalismo. Segundo Joseph Love, seu

necessária, pois àquela altura, o interventor já trabalhava com vistas a ser eleito governador do Estado, em eleição indireta prevista para o término dos trabalhos da Constituinte estadual.⁴¹⁵

Armando nomeou novos prefeitos e, conhecedor das necessidades do interior do Estado, onde havia trabalhado na década anterior, financiou e incentivou uma série de obras públicas em vários municípios. Segundo o jornalista Manuel de Castro Villas Boas, que visitou diversos municípios paulistas, entre julho de 1935 e agosto de 1936, o clima no interior do Estado era de entusiasmo e confiança na gestão de Armando. Embora se trate de um texto evidentemente voltado para a propaganda do governo, vale a pena acompanhá-lo, pois dá, em certa medida, uma idéia das principais iniciativas implementadas pelo governador. Segundo Villas Boas:

Cidades houve que surgiram as cinzas! Isto porque, quando esses problemas surgiram com a aparência de “sem solução”, os prefeitos encontraram um pulso forte que os amparou, amparou os Municípios, a terra, colocando com uma singeleza e firmeza dignas de admiração, tudo nos eixos sem vacilações e principalmente sem o alarde tão costumeiro.

Esse homem foi o Dr. Amando de Sales Oliveira.

Ginásios, Grupos Escolares, milhares de escolas foram criados e instalados.

Créditos foram abertos – e dívidas foram pagas!

Dinheiro foi fornecido e água e esgotos foram dados às populações do interior!

Conselhos, trabalhadores e eis que a vida se torna normal.

Vê-se aumento de trânsito nas estradas; aumenta a arrecadação das Estradas de Ferro!⁴¹⁶

Um dos indícios de que no governo de Armando, a educação e a cultura seriam prioridade, foi o fato de que, antes mesmo de assumir o cargo, ter apoiado a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, fundada em 27 de maio de 1933, cuja iniciativa, segundo Odilon Nogueira de Matos, originou-se,

[...] do exame a que foram levados elementos da Escola Paulista, impressionados com o malogro das tentativas de reorganização da vida econômica e política do país. Após terem seus idealizadores examinado os vários fatores determinantes de funestas e repetidas decepções, chegaram à conclusão de que faltava ao Brasil instituições que disseminassem os conhecimentos indispensáveis aos elementos interessados em cooperar com

programa era essencialmente o mesmo advogado pela Chapa Única com ênfase na defesa da autonomia estadual e do governo constitucional. LOVE, J. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 171.

⁴¹⁵ Armando de Sales Oliveira foi eleito governador em 10 de abril de 1935, por 36 votos a 22 dados a Altino Arantes do PRP. MACHADO JUNIOR, A. M. *Divisão territorial do Estado de São Paulo; Governantes do Estado de São Paulo; Presidentes da República*. São Paulo: A. M. Machado Junior, 1987, p. 164.

⁴¹⁶ VILLAS BOAS, M. de C. *Pedaços de São Paulo*. São Paulo: Estabelecimento Gráfico Cruzeiro do Sul, s/d., p. 5

os órgãos da Administração pública no estudo e solução dos problemas nacionais.⁴¹⁷

E após tomar posse, em 21 de agosto daquele mesmo ano, Armando apressou os trabalhos com vistas a concretizar antigo projeto do grupo d'*O Estado*: criar uma universidade em São Paulo. No prazo bastante exíguo de apenas cinco meses após o início de seu mandato, assinou decreto de criação da USP, em 25 de janeiro de 1934, dia em que a cidade completava seu 480º aniversário.

Se por um lado, o decreto do governo indicava aposta política na instituição, por outro, sua fundação pode ser igualmente vista como um desafio ao Governo Provisório que, em 1931, implantou a reforma educacional que definiu o estatuto das universidades brasileiras.

Tal hipótese é confirmada por Fernando Azevedo, que elogia a reforma implantada pelo ministro da Educação, Francisco Campos, mas destaca que “se a verdadeira organização universitária foi instituída pelo Decreto nº 19.851 de 11/4/1931 [...] a primeira universidade que teve o Brasil, criada com um novo espírito e uma organização nova, e já sob o regime estabelecido por esse decreto, foi a de São Paulo”.⁴¹⁸

A idéia de se criar uma universidade era alimentada desde meados da década de 1920, quando Júlio Mesquita Filho, diretor d'*O Estado*, publicou artigo cujo tema era a crise oligárquica, tomada em sua dimensão política. Segundo o autor, a superação da crise dependia de medidas imediatas, como a instituição do voto secreto, do *referendum*, e de medidas de longo prazo, que ajudassem a resolver os conflitos políticos, sem a necessidade de se alterar a ordem social vigente.

O projeto da criação da universidade não era novo. De acordo com Irene Cardoso, “a temática do projeto [...] não é própria dos anos vinte, mas já vinha sendo debatida há mais tempo, embora a idéia da criação da Universidade propriamente dita só tenha sido explicitada, como projeto do grupo d'*O Estado*, em 1925, com o texto *A Crise Nacional*”.⁴¹⁹

A idéia central de Júlio Mesquita Filho é semelhante à expressa por Olavo Bilac em “*A Defesa Nacional*”, texto publicado na década anterior, quando o poeta comandou uma campanha em prol do serviço militar obrigatório. Em ambos os textos, os autores partem da premissa de que a ordem social vigente deveria ser mantida, conforme a cartilha liberal e, a

⁴¹⁷ MATOS, O. N. O clima cultural dos anos de formação e o projeto acadêmico da Escola Livre de Sociologia e Política. In *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953*. Orgs KANTOR, I., MACIEL, D. A. e SIMÕES J. A. São Paulo: Escuta, 2001, p. 28.

⁴¹⁸ AZEVEDO, F. *apud* CARDOSO, I de A. R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Autores Associados/ Cortez, 1982, p. 96-7.

⁴¹⁹ CARDOSO, op. cit., 1982, p. 56.

uma elite preparada para o intento, caberia a condução dos negócios da nação, pois Bilac entendia que

[...] Entre os verdadeiros ‘homens’, [há] os ‘cidadãos’, aqueles que, investidos de completa cultura intelectual e moral, tendo elevação de espírito, sendo capazes de sobrepor-se aos interesses próprios, aos interesses partidários de classe ou de campanário, podem destinar-se à sagrada missão de governar e dirigir a multidão.⁴²⁰

Sérgio Miceli faz outra leitura do projeto cultural do grupo *d’O Estado*, implantado por Armando de Sales Oliveira. Para ele, a opção pela via cultural ocultaria o agravamento das lutas sociais que ocorreram no decorrer da década de 1920, pois,

[...] Em vez de dar conta da emergência de demandas sociais que haviam sido represadas por falta de canais de expressão e participação, os dirigentes da oligarquia paulista atribuem as derrotas sofridas em 1930 e 1932 à carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural e escorados desse diagnóstico [condicionaram] suas pretensões de mando no plano federal à criação de inesperados instrumentos de luta: a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...] da nova Universidade de São Paulo, e o Departamento Municipal de Cultura.⁴²¹

Entre os cargos políticos preenchidos pelo governador, merece destaque, o de prefeito da capital paulista, maior e mais importante centro urbano do Estado, cujo desenvolvimento vertiginoso, nas três primeiras décadas do século XX, haviam-na transformado em uma metrópole de complexa gestão, com inúmeros problemas urbanos.

O escolhido foi Antônio Carlos de Assumpção (1872-1952), um dos empresários mais bem sucedidos do Estado e conhecido por sua participação na criação da Bolsa de Mercadorias, da Companhia de Armazéns Gerais e da Caixa de Liquidação. Assumpção assumiu em 22 de agosto de 1933 e administrou a cidade até 6 de setembro de 1934, quando renunciou para presidir o Banco do Estado de São Paulo.

O governador convidou, então, Fábio da Silva Prado (1887-1963), engenheiro formado pela Escola Politécnica de Liège, na Bélgica, e nome de destaque no meio empresarial paulista pela sua atuação como executivo do Cotonifício Crespi, cujo dono, o Conde Rodolfo Crespi era seu sogro. Por outro lado, o novo prefeito descendia de uma das mais tradicionais famílias de cafeicultores do Estado. Era sobrinho do conselheiro Antonio Prado, ex-ministro da Agricultura do Império e ex-prefeito da capital; e primo de Paulo Prado, presidente da Casa Prado-Chaves, uma das mais importantes casas exportadoras de café do

⁴²⁰ BILAC apud CARDOSO, *Op. cit.*, 1982, p. 57.

⁴²¹ MICELI, S. *Op. cit.*, 2001, p. 101.

Brasil e intelectual respeitado, como o principal mecenas da Semana de Arte de 1922 e, pela autoria de *Paulística*, publicado em 1925, e *Retrato do Brasil*, de 1928.

O novo prefeito, mais empresário do que político, procurou pautar-se pelos mesmos princípios do interventor e realizou profundas reformas administrativas na prefeitura, sempre sob a ótica da racionalização do trabalho proposta pelo IDORT.⁴²² No contexto municipal, entretanto, à primeira vista, a questão cultural parecia não estar em pauta, pois foi somente durante a vigência da reforma administrativa que Paulo Duarte propôs medidas nesta área.

Ele acabava de retornar do exílio quando Fábio Prado, com quem mantinha relações amistosas, pois ambos eram assíduos freqüentadores da sede social do Automóvel Clube, convidou-o para auxiliá-lo. O convite por conta dos conhecimentos jurídicos e jornalísticos de Paulo, reputados fundamentais para o cargo, foi aceito de imediato, pois Paulo encontrava-se em difícil situação financeira.

Sempre segundo Paulo Duarte, o prefeito deu-lhe sinal verde para a elaboração de minuta de projeto de lei. Nesse sentido é que o projeto foi distribuído entre personalidades do meio cultural paulista, com o intuito de receber colaboração⁴²³. Suas relações com destacadas figuras da sociedade paulista foi decisiva para o sucesso da empreitada e, ao mesmo tempo, a difusão do documento constituiu-se em indício importante para avaliar sua articulação com o mundo letrado paulista. Nas suas palavras,

[...] As cópias foram devolvidas uma semana depois, cheias de anotações. Todas tinham coisas utilíssimas, mas a mais completa era a de Fernando Azevedo. Passamos para esta tudo quanto havia de bom, a nosso ver, nas outras. Éramos agora três armando aquele **puzzle** gostoso: o Mário [de Andrade], Paulo Barbosa de Campos e eu.⁴²⁴

Durante a elaboração do projeto, começou-se a pensar em nomes adequados para ocupar os novos cargos. Segundo Paulo Duarte, correligionários e adversários políticos estavam ávidos para indicarem apadrinhados, mas o prefeito também lhe havia delegado a

⁴²² Quando assumiu a prefeitura Fábio Prado encontrou a prefeitura com dez diretorias que concentravam serviços tão díspares como Divertimentos Públicos, na Diretoria de Polícia; ou Limpeza Pública na Diretoria de Obras. Havia ainda uma diretoria especialmente dedicada à extinção de formigas. Essas diretorias “deram lugar a um quadro estruturado em seis departamentos chefiados por diretores de confiança do prefeito, subdivididos em seções que englobavam todos os serviços prestados pela prefeitura. A nova estrutura já incluía os novos serviços que a prefeitura vinha criando, entre os quais o Departamento de Cultura [...]” SAMPAIO, M. R. A. (coord.). *São Paulo 1934-1938. Os anos da Administração Fábio Prado*. São Paulo: USP/FAU, 1999, p. 45

⁴²³ Receberam as cópias: Plínio Barreto, jornalista e editor de *O Estado de S. Paulo*; Francisco Emygdio Fonseca Teles, secretário de Estado das Administrações de Pedro de Toledo e Laudo de Camargo; Cantídio de Moura Campos, diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Melo, ex-prefeito de São Paulo; Júlio de Mesquita Filho, jornalista e proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*; Fernando de Azevedo, sociólogo e educador de prestígio; e Antônio de Almeida Prado, médico. DUARTE, P. *Mário de Andrade...*, p. 51.

⁴²⁴ Idem, p. 51 e 52.

tarefa de encontrar nomes convenientes para a sua execução. Paulo declarou que Mário de Andrade, ao lado de quem redigia o projeto, tinha as prerrogativas necessárias para dirigir o Departamento de Cultura.

Ao ser comunicado por Paulo Duarte de que seu nome era cotado, tanto para chefiar a divisão de Expansão Cultural, quanto para dirigir o Departamento de Cultura, o escritor teria reagido negativamente. Em suas *Memórias*, Paulo Duarte alega que Mário de Andrade temia perder a tranqüilidade que sempre preservara. Mas, levando-se em conta as palavras de Rubens Borba de Moraes, há a hipótese de que Mário talvez não estivesse disposto a aceitar a indicação porque segundo Rubens

Em 1920 Mário já era conhecido e apreciado como professor de piano. Era disso que vivia. Só abandonou as aulas particulares que dava e a cátedra do Conservatório, muitos anos mais tarde. Era tão solicitado como professor, principalmente de interpretação, que houve épocas em que recusava alunos por falta de tempo. Cobrava cem mil réis a hora, um dinheirão na época. [...] Mário levava uma vida relativamente equilibrada, o que não quer dizer que na passasse por aperturas momentâneas como todo intelectual. Só teve apertos sérios quando deixou o Departamento de Cultura e teve de recomeçar a vida no Rio. Os artigos para jornais que começou a cobrar somente depois de muitos anos de colaboração gratuita (como era usual naquele tempo), traziam-lhe uns proventos bem vindos. A primeira colaboração regular e paga que teve foi a do Diário Nacional, fundado por nosso inseparável amigo Paulo Nogueira Filho, onde todo nosso grupo trabalhava ou escrevia. Recebia, se não me engano duzentos mil réis por mês pelos seus artigos semanais. Manoel Bandeira ganhava a mesma importância pelas crônicas que mandava do Rio. Era muito boa paga e ambos ficaram encantados com esse ordenado fixo.⁴²⁵

De acordo com Paulo Duarte, sensível às razões apresentadas Mário acabou cedendo e assumiu a direção do Departamento de Cultura. O passo seguinte, sempre de acordo com Paulo, foi apresentá-lo ao prefeito Fábio Prado que não o conhecia pessoalmente.

[...] as informações que [o prefeito] teve de estranhos eram de que se tratava de futurista sem outra qualidade a não ser o próprio cabotinismo. Levei, então, Mário para almoçar em casa de Fábio Prado e, assim, com a simpatia do Prefeito, e de Renata Prado, consegui a aprovação do nome de Mário...⁴²⁶

Que Paulo tenha apresentado Mário a Fábio Prado no referido jantar não apresenta problemas, mas ao dizer que, para Fábio, Mário era “o futurista sem outra qualidade a não ser o próprio cabotinismo” é desconsiderar o fato de que Mário era assíduo freqüentador da casa de Paulo Prado, de quem Fábio era primo. Além disso, em 1935, Mário de Andrade já havia

⁴²⁵ MORAES, R. B. *Lembranças de Mário de Andrade: 7 cartas*. São Paulo: s. ed., 1979, p. 15-17.

⁴²⁶ Idem, p. 32.

construído uma obra sólida e respeitada no meio cultural brasileiro, com as publicações de *Clã do Jabuti*, *Amar*, *Verbo intransitivo*, *Ensaio sobre a música brasileira* e o aclamado *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*.

Cabe ressaltar ainda que o próprio Paulo Duarte lembra que Mário participou da elaboração do projeto do Departamento, o que leva a crer que se tratava de alguém, se não próximo, ao menos conhecido do prefeito. Além disso, não custa lembrar que Carlos de Moraes Andrade, irmão de Mário, pertencia ao PD e mesmo que Fábio não conhecesse Mário, é provável que soubesse quem ele era porque à época Carlos era um ativo militante do partido.

O episódio da indicação de Mário de Andrade é exemplar quanto ao cuidado que se deve ter com as memórias quando não é possível cotejá-las. A versão sustentada por Paulo Duarte em *Mário de Andrade por ele mesmo*, no que se refere à escolha dos nomes para compor o quadro dos chefes das divisões e do diretor do Departamento, em 1971, já não podia mais ser contestada visto que os demais envolvidos estavam mortos.

Mário de Andrade acabou sendo confirmado como o primeiro diretor do Departamento de Cultura e aceitou acumular a função de chefe da divisão de Expansão Cultural. Assim que assumiu suas novas funções, Mário propôs e implantou projetos culturais pioneiros em diversas áreas. Foram iniciativas suas, entre outras a Discoteca Municipal, a Sociedade de Etnografia e a realização do I Congresso da Língua Nacional Falada, iniciativas que têm levado os historiadores do tema a identificar as ações do Departamento com sua concepção de cultura.

Para dirigir as demais divisões foram escolhidos nomes do círculo de amigos de Paulo Duarte e Mário de Andrade. O primo distante de Mário e assíduo freqüentador dos encontros promovidos pelo poeta, em sua residência, Rubens Borba de Moraes ficou com a divisão de Bibliotecas. A divisão de Documentação Social, por sua vez, coube a Sérgio Milliet, que esteve entre os responsáveis pela revista *Klaxon*. Desde 1929, Sérgio Milliet também era cunhado de Paulo Duarte. Materializava-se assim o encontro entre os intelectuais modernistas e os políticos ligados ao extinto PD e ao grupo d' *O Estado*, responsáveis pela criação do Departamento de Cultura.

Em 18 de outubro de 1934, Paulo Duarte foi eleito Deputado Estadual na chapa do Partido Constitucionalista, mas continuou na função de assessor jurídico do gabinete do prefeito até 02 de abril de 1935, quando se exonerou para se dedicar aos trabalhos legislativos. Embora afastado do cargo, continuou, informalmente, a auxiliar ao prefeito, e com o início

das atividades do Departamento fez a intermediação como um facilitador entre Fábio Prado e Mário de Andrade.

Não apenas ele se atribuiu tal centralidade. Nesse caso, Rubens Borba de Moraes corrobora sua versão. Segundo Rubens:

[Paulo] nos facilitava tudo, porque ele sendo assessor do Fábio Prado, estava a metade do dia com o Fábio, qualquer coisa que a gente precisava, a gente ia ao Paulo. Ele falava com o Fábio, e o Fábio dizia faça e resolvia. O Paulo foi uma espécie de coordenador como se diz hoje em dia. De coordenador do Departamento. A decisão final tinha que sair da Prefeitura, do Prefeito. E o Paulo era o nosso elemento junto ao Prefeito, embora o Fábio fosse muito nosso amigo, e nós estivéssemos constantemente com ele.⁴²⁷

O funcionamento do Departamento de Cultura, tal como previsto pelos seus idealizadores sofreu considerável abalo com o afastamento de Fábio Prado, em abril de 1938, em decorrência do golpe que instituiu o Estado Novo. No mês seguinte, Mário de Andrade, acompanhou os passos do prefeito e deixou seu posto.⁴²⁸ Com a saída de ambos rompeu-se o laço institucional que os unia, mas o grupo não se desfez.

Durante a gestão do sucessor, o prefeito Prestes Maia, a área cultural deixou de ser prioridade. Não se implementaram novos projetos e os que estavam em andamento tiveram o ritmo diminuído ou foram extintos.

Em 1945, o Departamento de Cultura, que desde sua origem esteve ligado diretamente ao gabinete do prefeito, passou à esfera da Secretaria de Cultura e Higiene e, dois anos depois, integrou a Secretaria de Educação e Cultura do Município. Finalmente, em 1975, transformou-se na Secretaria Municipal de Cultura.⁴²⁹

Desde o final da gestão Mário de Andrade, referências às atividades ali realizadas tornaram-se uma questão delicada. Por um lado, o Departamento começou a ser reverenciado pelos intelectuais envolvidos em sua criação e que comungavam da mesma visão política dos homens que deram o aval e a sustentação necessária para a realização dos vários projetos patrocinados pelo órgão.

De outro lado, parece não ter havido manifestação pública dos responsáveis pela administração Prestes Maia sobre o assunto. Mas, quando, nas décadas seguintes, a

⁴²⁷MORAES, R. B. apud BARBATO Jr., R. *Missionários de uma utopia nacional-popular*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004, p. 102.

⁴²⁸Mário de Andrade foi exonerado do cargo de Diretor do Departamento e Cultura em 10 de maio de 1938, de acordo com a Portaria Municipal nº 2240. Documento 9, Correspondência burocrática – Documentação Departamento de Cultura 1935-1938, *Arquivo Mário de Andrade*, IEB/USP.

⁴²⁹AZEVEDO, J. E. Apresentação. In: *Acervo de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade: 1935-1938*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2000, p. 10-13.

administração Prestes Maia passou a ser identificada com seu ambicioso plano de metas, cujo principal objetivo consistiu em ousados investimentos na rede de comunicações viárias, e pouco se falou de seus investimentos na área cultural, ficou claro que as prioridades administrativas daquela administração não se deram na área cultural.

Maria Elisa Pereira entende que a resposta para a polêmica em torno da memória do Departamento de Cultura reside no âmbito ideológico, pois, por detrás das acusações dos partidários de Armando de Sales Oliveira à administração imediatamente subsequente parece haver uma disputa maior entre aqueles que apreciavam o liberalismo de Armando e os que aderiram ao governo Vargas, ao qual Prestes Maia estava ligado. Segundo Maria Eliza:

[...] O Departamento de Cultura foi durante décadas silêncio ou mito. Silêncio por parte de toda uma geração política vinculada à ditadura Vargas, que fez dele um nada quando não o foi. E mito por todos aqueles que participaram direta ou indiretamente dessa organização [...]⁴³⁰

O estudo dos grupos intelectuais como o que se formou em torno do Departamento de Cultura é relativamente recente no campo historiográfico, por isso, são de especial valor as argumentações de Jean-François Sirinelli sobre as críticas que o estudo dos grupos recebia, quando este tipo de abordagem ainda não havia encontrado ambiente favorável para sua constituição no campo historiográfico.

Segundo Sirinelli argumentava-se que os grupos possuíam

[...] contornos vagos que durante muito tempo foi pouco significativo em termo de tamanho. Esse “pequeno mundo estreito” aparentemente desencorajava qualquer abordagem quantitativa e, por conseguinte, seu observador se expunha aos olhos de seus eventuais detratores, à acusação de impressionismo, pouco propícia a um estudo científico sereno [...] Acusação que assumia, além disso, valor de condenação numa época em que a história, mesmo cultural, devia ser serial ou não podia aspirar a uma verdadeira dignidade científica.⁴³¹

Além do mais, acrescenta o historiador francês:

[...] a historiografia recente experimentou um entusiasmo pelas “massas”, às quais os intelectuais não podiam pretender pertencer devido a seu número reduzido, mas também pelo fato de pertencerem às “elites”, por muito tempo confinada, em reação contra a história “positivista”, ao purgatório dos sub-objetos da história.⁴³²

⁴³⁰ PEREIRA, M. E. *Lundu do escritor difícil*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 106.

⁴³¹ SIRINELLI, J. F. Os intelectuais, In RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996, p. 234.

⁴³² SIRINELLI, J.F. *Op. cit.*, p. 235.

Atualmente, constata-se que as alegações apresentadas no texto de Sirinelli contra o estudo dos grupos sociais já não se constituem em empecilho para os estudos anexados a esse tipo de enfoque. Em parte, a mudança de parâmetro só foi possível graças à alteração epistemológica da disciplina, entre elas, a história intelectual que, de acordo com o historiador francês,

[...] embora se trate de um campo de estudos recente, sua juventude não a impediu, contudo, de ganhar vigor, testando problemáticas novas, desobstruindo pistas inéditas e aafiando para tanto instrumentos específicos, alargando assim o seu campo de ação.⁴³³

⁴³³ Idem, p. 232.

3.3- “E vai começar uma nova era...”

Paulo Duarte começou a redigir suas memórias em 1965 em meio à progressiva perda de seu prestígio intelectual, construído ao longo das décadas anteriores, e consolidado nos tempos de *Anhembi*. É fato que teve forças para fundar o Instituto de Pré-História que, integrado à USP, em 1962, permitiu-lhe realizar o antigo sonho de pertencer ao corpo docente daquela Universidade. Mas, em tempos de nova ruptura institucional, caracterizada pela perda progressiva dos direitos civis no país causada pela ditadura militar instalada a partir de 1964 e da ingerência externa nos assuntos da universidade, Paulo Duarte, sempre polemista, não conseguiu catalisar apoio que lhe permitisse viabilizar sua carreira na instituição num momento extremamente delicado da vida política nacional.

Como lembra Marli G. Hayashi, nos anos 1950, quando lutou contra Ademar de Barros, Paulo Duarte teve o apoio do grupo d’*O Estado* o que dificultava derrotá-lo. Ao ingressar na USP, estava praticamente sozinho, uma vez que não sendo oriundo de nenhum grupo acadêmico tampouco tinha capital científico para atuar naquele campo. Sua postura crítica às interferências políticas nos assuntos da universidade; à estrutura da própria Universidade, naquele momento baseada no poder dos catedráticos, chamados por ele de “rinocerontes” em entrevista ao jornal *A Gazeta*; suas críticas em relação à morosidade na construção dos prédios da Cidade Universitária e sua posição favorável ao fim das cátedras vitalícias levaram-no a tornar-se *persona non grata* na instituição, explicitada pela própria direção da USP.⁴³⁴

⁴³⁴ HAYASHI, M. G. op. cit., p.170.

Em abril de 1969, Paulo Duarte foi compulsoriamente aposentado, num ano especialmente doloroso para ele. A isso, soma-se a perda de três grandes amigos, falecidos naquele ano. Em julho, faleceu Julinho Mesquita; em outubro, Paulo Nogueira Filho e em novembro, Francisco Mesquita, irmão de Julinho.

Diante da perda de muitos dos amigos de seu grupo intelectual, ele lamentava dizendo que “depois de uma certa idade a gente olha para traz e quase que só vê cruzeis.”⁴³⁵ Não por acaso, portanto, no prólogo a seu projeto memorialístico, Paulo Duarte manifestava não compreender porque, depois de tanta luta, o destino o tivesse levado a um presente tão hostil, sem seus mais caros amigos, diante do triunfo financeiro dos inimigos e do silêncio de muitos que se diziam seus amigos. Chegava ao final da vida em situação econômica difícil, supremo castigo para um homem que cultivava

[...] certos hábitos de gostosura, embora caros demais, como o vinho bom, certos livros, antigos e modernos, velhas gravuras em cuja perseguição e convívio me pus durante muitos anos e, afinal, me esbarreitei, mais do que seria preciso, ao ponto de ter de abdicar da melhor parte destes últimos, para evitar o ridículo maior da fome...⁴³⁶

Desse modo, seu texto revela a disposição de revisitar o passado em busca de respostas para as dificuldades enfrentadas na última etapa de sua vida quando já não dispunha de disposição e das mesmas armas de outros tempos. Parecia indagar-se onde teria se desviado da rota que o levou a colecionar tantos problemas. Parte da resposta encontra em si mesmo ao revelar que:

Jamais tive tempo de ganhar dinheiro nem nunca tive coragem de ficar rico. E as minhas preocupações ou escrúpulos nunca permitiram disputasse postos altos que chegaram a me atrair. Depois, muito cedo descobri que para a gente fazer uma carreira triunfal, na política e na fortuna principalmente, pelo menos em nosso país, é preciso praticar antes uma porção de porcarias. E eu sonhei e lutei sempre por ser um sujeito aseado. Talvez não o tivesse conseguido de todo, mas a culpa não foi minha, deve-se à fatalidade humana. O culto da submissão, do aplauso incondicional, da bajulação e da subserviência, em tempo algum foi meu divertimento. Para mim a amizade não se consolida com o agradinho do servilismo, como tantos pensam e praticam. As minhas amizades firmes, poucas que são elas, eu as consolidei mais divergindo do que concordando. Por isso mesmo muitas viraram limalha à lixa da vaidade e da auto-suficiência

Cabe destacar que, em sua tentativa de entender o presente, Paulo Duarte trouxe significativos subsídios que revelam muito sobre o tempo da produção das *Memórias*, quando sentia-se inconformado com o malogro de tantos sonhos:

⁴³⁵ DUARTE, P. op. cit., 1985, p. 41

⁴³⁶ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p.3

[...] todos bruscamente interrompidos, em começo ou pela metade, como o Departamento de Cultura de São Paulo, o Instituto de Criminologia, o Instituto de Pré-História da nossa universidade, o Institut Français des Hautes Études Brésiliennes, de Paris, o Museu do Homem Americano, a revista Anhembi, e por aí além...⁴³⁷

A estrutura para expressar-se ele os encontrou em memorialistas canônicos, de distintos períodos da história, como Santo Agostinho (354-430), Jean-Jacques Rousseau (1717-1778), Henri-Frédéric Amiel (1821-1881), Edmond Goncourt (1822-1896) e André Gide (1869-1951) e em especial Saint Simon (1760-1825), pois entendia que

A verdadeira história não é contada pelos documentos oficiais, mas pela correspondência e os diários deixados por grandes figuras, testemunhas exatas de acontecimentos ou nomes notáveis na política e na literatura, como Saint Simon, por exemplo, cujos quase duzentos cadernos de memórias levantam a época neles contidas...⁴³⁸

Paulo Duarte também se mostrou informado sobre a produção memorialística de intelectuais contemporâneos, os quais critica ao afirma que muitos deles:

[...] não precisava[m] nem dev[iam] escrever memórias. São amnésicos ou, melhor, deviam ser amnésicos, mas isso no sentido de possuir e não no de não ter perdido o próprio passado. Porque não têm o que contar ou nem o devem contar. Vida confidencial ou insípida, medíocre, vegetativa ou inconfessável, ou sem nada de interessante, a não ser maldades, ou manhas, complementos ou atributos da alma humana.⁴³⁹

Ao contrário dos “amnésicos” a que se refere, Paulo Duarte parece querer lembrar-se de tudo e nessa busca incessante do passado perdido, em alguns momentos acabou comprometendo a fluência da narrativa, pois estava mais preocupado em narrar o fato do que em elaborá-lo estilisticamente, supremo pecado ao qual Érico Veríssimo referiu-se ao pensar a narrativa memorialística. De acordo com Veríssimo:

O perigo das memórias está no fato de que, com raras exceções, o memorialista, como a maioria dos outros homens, tem um grande apreço, amor e admiração pelo seu próprio *eu*: acha que tudo que acontece é digno de ser contado, oralmente ou por escrito, em prosa ou verso, e que o leitor ou ouvinte tem de estar necessariamente muito interessado na vida do narrador — isto é, do herói, em tudo quanto ele viu, fez pensou, disse, ouviu, sentiu. Uma das razões que por muito tempo me impediram de escrever memórias foi o temo de resvalar para essa ridícula autovalorização.⁴⁴⁰

⁴³⁷ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p.3

⁴³⁸ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p.2

⁴³⁹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. I, p.1

⁴⁴⁰ VERISSIMO, E. *Op. cit.*, p.235

Se por um lado pecou por não conseguir produzir um texto mais elaborado em detrimento de seu apego à sua verdade, por outro lado pode-se dizer que terminava a vida fiel aos cânones literários do século XIX e pouco preocupado com novas estéticas, ao contrário, por exemplo, de Fernando de Azevedo um homem atento não apenas ao teor de sua narrativa, mas também quanto a sua extensão, ao declarar o porquê de ter escrito tão pouco.

Por três ou mais volumes estendem-se muitas Memórias, e excelentes pelos que os autores contam e por sua maneira de contar. As minhas, porém, são breves e rápidas. Não passam de um volume de texto. Não só porque, para agradar é em geral bom ser breve (*Esto brevis et placebis: Sê breve e agradarás*), como também nada mais verdadeiro do que a afirmação tantas vezes repetida, de que “é duas vezes bom o que é bom e breve”. E além de ser hoje tendência e crescente, por ser cada vez mais escasso o tempo reservado a leituras, a da predileção por livros menos volumosos, é preciso acrescentar o que nos ensina a posteridade. Pois como escreve E. Faguet, “a posteridade abrevia; e está no seu direito, pois que escrevemos para ela; e é seu dever também, e, por menos que pareça um dever piedoso, pois abrevia senão para não perder tudo”.⁴⁴¹

Uma leitura atenta da narrativa memorialística de Paulo Duarte indica que mesmo mostrando-se, em certa medida, derrotado pela vida, ele ainda percebeu que poderia tirar proveito das similitudes entre o tempo lembrado e o tempo da lembrança. Suas frustrações, seja no âmbito privado, a vida pessoal, enfim, seja no campo público, no que toca a uma série de projetos políticos e culturais, que não chegaram a ser realizados ou que não tiveram os resultados que ele desejava, tendem a ser explicadas pelo narrador pela conjuntura política que lhe tocou viver. Nesse sentido, há uma tendência em Paulo Duarte em atribuir ao grupo que ocupou o poder no país com a revolução de 1930, contra o qual lutou durante vários anos, e cujo resultado foi sua ida ao exílio em duas ocasiões, a causa da não realização ou frustração de muitos de seus projetos, bem como das mazelas que assolavam o país, nos âmbitos econômicos, sociais e culturais. E dentro desse grupo, como seria previsível, seu olhar se dirige especialmente a quem, de uma forma ou de outra, acabou por representar esse regime, a figura do próprio ditador que o mandou para o exílio em duas ocasiões: Getúlio Vargas. Se num primeiro momento Paulo Duarte havia lutado ao lado do grupo que acabou colocando Vargas no poder em 1930, logo após o movimento constitucionalista de 1932, e em especial com o fim do estado democrático e a instalação do Estado Novo, ficou claro que o político gaúcho não representava os princípios liberais defendidos por Paulo Duarte. Ao contrário de muitos intelectuais dos anos 30, ele nunca se integraria ao projeto de construção de uma cultura nacional, levado a cabo por Vargas em vários momentos de sua longa estada no poder.

⁴⁴¹ Idem

A figura de Getúlio Vargas segue intrigando e desafiando a historiografia. Seu primeiro governo é reconhecido por muitos, como marco no estabelecimento das bases da industrialização e no ordenamento de um código de leis trabalhistas. Lembra José Murilo de Carvalho que

Se o avanço dos direitos políticos após o movimento de 1930 foi limitado e sujeito a sérios recuos, o mesmo não se deu com os direitos sociais. Desde o primeiro momento, a liderança que chegou ao poder em 1930 dedicou grande atenção ao problema trabalhista e social. Vasta legislação foi promulgada, culminando na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. A CLT, introduzida em pleno Estado Novo, teve longa duração: resistiu à democratização de 1945 e ainda permanece até hoje em vigor com poucas modificações de fundo. O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social.⁴⁴²

Seus adversários, porém, não se cansaram de lembrar a sombria figura de um governante sem apreço pelas instituições democráticas, simpático às potências do Eixo, e que deportou Olga Benário (1908-1942), companheira de Luis Carlos Prestes, enviada para a Alemanha nazista. Em relação à figura do chefe do executivo, as considerações de Robert Levine sintetizam uma imagem bastante difundida:

Realista, e mestre em ocultar suas intenções, Vargas era um homem difícil de ser decifrado, até pelos amigos. Para mascarar a simplicidade que lhe era inerente, cultivava a brandura. Desagradava-lhe responder de imediato, dizia que preferia pensar bem antes de falar. Conseqüentemente, as pessoas aprenderam a não confiar nele. No decorrer de cada estágio de sua carreira, Vargas permaneceu um figura misteriosa, enigmática e inescrutável, um homem que representava coisas diferentes para pessoas diferentes. Mas compreendia o poder e sempre sonhou, talvez quixotesicamente, em impulsionar a nação até que esta pudesse controlar o próprio destino.⁴⁴³

Não é diferente o quadro traçado por Ludwig Lauerhass Jr. que insistiu no seu pragmatismo:

Vargas foi algo mais que um político cético e pragmático, embora longe de ser um revolucionário, e que as mudanças por ele introduzidas foram além das que resultam, via de regra, de um golpe de Estado, sem constituírem, por outro lado, alterações de um caráter plenamente revolucionário.⁴⁴⁴

Paulo Duarte não hesitava em defini-lo como “um representante lidimo do que se chama caudilhismo. Ele não era um estadista, ele era um caudilho.”⁴⁴⁵ No entanto, essa é apenas uma das

⁴⁴² CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.110.

⁴⁴³ LEVINE, R. M. *Pai dos pobres?: O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 14

⁴⁴⁴ LAUERHASS JUNIOR, L. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1986, p. 15.

⁴⁴⁵ Idem., p.6.

facetas de Vargas, presença das mais importantes na sua narrativa. Afinal, parte significativa das *Memórias* refere-se ao período Vargas, considerado o maior responsável pelo atraso intelectual e moral do país, numa palavra, um ditador impiedoso.

No início da década de 1970, a revista *Grandes acontecimentos da História* estampou matéria de capa intitulada “Getúlio Vargas: Paulo Duarte condena, Samuel Wainer justifica”, na qual os dois jornalistas analisavam separadamente a Era Vargas. Na entrevista fica patente que Paulo Duarte não lhe perdoava os anos de exílio, em especial, o segundo, mais longo e mais doloroso. Por causa “do ditador”, Paulo Duarte não pôde desfrutar da companhia do pai, morto em 1943, em seus últimos anos de vida. Também tinha sido privado da convivência com o amigo Mário de Andrade, falecido em fevereiro de 1945. Em 1970, o já velho jornalista não fazia qualquer concessão a Vargas, mesmo quando o assunto era a CLT. Ele asseverava que

Foi o grupo democrático de São Paulo que levou a idéia das leis trabalhistas a Getúlio Vargas. E essa idéia conseguiu entusiasmar apenas um amigo mais íntimo de Getúlio Vargas, que foi Lindolfo Collor. Quando Getúlio foi para o poder, Lindolfo Collor, seu ministro, levou a ele este ponto de seu programa, pregado naquele discurso na Esplanada do Castelo. E Getúlio, então, sem nenhum entusiasmo — porque jamais pensou que o trabalhismo pudesse servi-lo, como iria servir mais tarde — encarregou Lindolfo Collor de fazer a primeira lei trabalhista. E agora é o depoimento de Lindolfo Collor, que foi feito a mim e a um grupo de brasileiros exilados na Europa: Collor declarou que fez o primeiro projeto, levou a Getúlio, começou a ler para ele e de repente, interrompeu porque Getúlio ressonava. A idéia trabalhista ficou parada durante muito tempo e só teve desenvolvimento quando foi para o governo de Getúlio, como ministro do Trabalho, um homem altamente inteligente de São Paulo que foi Alexandre Marcondes Filho.⁴⁴⁶

Mesmo depois de passados muitos anos, não era possível, para ele, analisar o passado sem ressentimento. Quando perguntado a respeito de uma revisão crítica a respeito da figura de Vargas ele enfaticamente declarou:

Não. Não há nenhuma revisão crítica. Porque eu estou convencido — e vou fazer o meu depoimento com toda a serenidade — de que, se houvesse uma revisão crítica, ela seria negativa com relação a Getúlio Vargas na sua posição de homem público, na sua posição de estadista.⁴⁴⁷

Para o jornalista, o saudosismo em relação ao ditador só poderia provir daqueles que não o conheceram ou foram cúmplices de sua aventura totalitária. Mas é preciso não perder de vista que os ataques a Vargas e ao Estado Novo eram feitos num momento em que o país

⁴⁴⁶ *Grandes acontecimentos da História*, n° 29, s/d, p. 6-7

⁴⁴⁷ *Idem*, p. 6.

novamente atravessava outro período de opressão: a ditadura dos militares. Mesmo sendo diferentes, esses períodos de exceção eram vistos pelo jornalista como similares.

Nesse sentido, a leitura de sua narrativa, publicada a partir de 1974, ganha um sentido adicional e pode ser entendida não apenas como resistência ao esquecimento da experiência pessoal, que o velho jornalista devia sentir como um fardo, mas também como ataque ao próprio regime militar. Há que se sinalizar, no entanto, que num primeiro momento, seu grande amigo Júlio de Mesquita Filho, ele próprio e outros intelectuais acreditaram que a quebra institucional seria capaz de ajudar a resolver os problemas políticos do país. Quebra institucional, por ele ferozmente criticada quando se tratava do Estado Novo. Passados os primeiros momentos, no entanto, como tantos outros políticos intelectuais liberais que num primeiro momento tinham se não apoiado, pelo menos se calado diante do golpe militar, veio a frustração e o desencanto diante do novo regime.

Desse modo, pode-se ver o desencadeamento do processo memorialístico de Paulo Duarte não apenas como uma forma de resistência ao esquecimento pessoal, principalmente após sua aposentadoria compulsória da USP, mas também como uma forma de resistência ao próprio regime militar. De acordo com Marli G. Hayashi, Paulo Duarte

Decepcionara-se com Jânio Quadros e não confiava em João Goulart por ser herdeiro do getulismo. A salvação, segundo Paulo Duarte, só ocorreria com ações e pessoas ilibadas impondo-se frente às camadas reacionárias e conservadoras. Para isso, seria primordial o afastamento dos corruptos, ladrões, negociastas e peculatórios. Jânio falhou nessa tarefa e, na análise do jornalista, Jango, se não tivesse coragem necessária para restaurar a autoridade e honestidade públicas também cairia. Como ansiava o jornalista, a ação dos militares ocorreu três anos após a renúncia de Jânio Quadros. Mas não demorou muito e ele acabou se decepcionando com o golpe de 64.⁴⁴⁸

É provável que, ao começar escrever suas Memórias, em 1965, a desilusão com o golpe militar já estivesse em curso. Assim, não por acaso, inúmeras as remissões às questões relativas aos militares. Assim, não é difícil perceber similitudes entre os tempos do Estado Novo e o início da década de 1970, nas *Memórias* Paulo Duarte, ao abordar temas como censura à imprensa, perseguição, exílio dos adversários do regime e resistência dos intelectuais.

Ainda que nos anos setenta Paulo Duarte estivesse em condições materiais precárias e reclamasse do acesso limitado aos meios de comunicação, ele entregou-se ao projeto de suas *Memórias* com o mesmo fervor com que sempre defendeu suas idéias e tratou de transformar a narrativa de sua vida em exemplo de luta e instrumento de resistência à ditadura. Paulo

⁴⁴⁸ HAYASHI, M. G. Op. cit. P. 108.

atribuía a si mesmo certa autoridade moral para criticar não apenas o regime e todas as suas mazelas, mas também os intelectuais que compactuaram ou silenciaram com o regime Vargas. Assim ao criticar Menotti e Mota Filho pela adesão ao Estado Novo, por vias transversais também atingia seus colegas da USP que se calaram frente à ingerência do poder nos negócios da universidade. Segundo Paulo

É verdade que a cumplicidade dos intelectuais brasileiros dada ao chamado “estado novo” é um nojo. Menotti já está inteiramente com Getúlio. Motinha também e outros numerosos Menottis e Motinhas. Todos, quase todos, exceção feita a um punhadinho, no meio do qual, louvado seja Deus, estão os melhores elementos do meu grupo já se desmoralizaram, uns imediatamente, outros depois de curto período de hesitação. Uns se encontram melhor no ambiente corrupto, outros por covardia, a maioria por complexo de sabugice generalizada, vocação de louvaminheiros sorridentes a bater palmas a toda pouca vergonha.. O crime dos intelectuais no Brasil é sem remissão. Creio que a vida inteira eu sentirei nojo deles.⁴⁴⁹

Outro episódio remete ao final de 1933, quando Paulo Duarte voltou de seu primeiro exílio. A situação política, apesar de aparentemente calma, ainda era de incerteza. O general Valdomiro Lima de Castilho (1873-1938), governador militar entre outubro de 1932 e fevereiro de 1933, tinha conseguido seu intento de permanecer à frente do executivo paulista como interventor até julho de 1933, quando foi substituído por outro general, Daltro Filho (1882-1938), que transmitiu o cargo a Armando de Sales Oliveira. Entretanto, Daltro Filho foi nomeado comandante da Segunda Região Militar e havia o temor de que pudesse voltar ao poder. Segundo Paulo, “enquanto não tinha forças para abocanhar o governo de São Paulo vai vivendo com seu prestígio nunca esquecido, de destacado chefe militar contra nós na frente leste onde atuou com o general Eurico Dutra, sob o comando supremo do general Góis Monteiro.”⁴⁵⁰

Em um banquete, oferecido pelos oficiais da Força Pública, em homenagem a Daltro Filho, o homenageado proferiu um discurso de agradecimento, que na opinião de Paulo Duarte teria sido uma verdadeira plataforma de governo. E conclui:

Governo militar, está claro. É curiosa a fama que têm os militares do Brasil de serem completamente desprezados e até hostis à ocupação de qualquer posto civil. A minha experiência já um tanto longa me conta o contrário. Eles são loucos por uma posição política. Em 1932, o Antônio Mendonça um dia declarou com ar de brincadeira, mas no fundo, com seriedade, que o de que os militares não gostam mesmo é um posto no campo de batalha. Nem por curiosidade, disse ele, vão até uma trincheira. Mas em se tratando de uma presidência da República, um ministério ou outras funções altas mas civis, aí estão sempre dispostos a “sacrificar-se”. É isso mesmo. Assim tem

⁴⁴⁹ DUARTE, P. *Memórias...* vol. IX, p. 134

⁴⁵⁰ DUARTE, P. *Memórias...* vol.III, p. 21

sido desde a proclamação da República. E gostam de governos ditatoriais. Olhem para Deodoro, Floriano, Hermes e depois disso, para tantas e sempre renovadas tentativas de os militares se apossarem dos postos civis.⁴⁵¹

Paulo faz questão de transcrever, em suas *Memórias*, a conclusão do discurso:

Diante do caráter instável da sociedade brasileira ou como fora impossível negar ou mesmo sofismar o vaticínio leboniano lançado às raças históricas que, como a nossa, se fundem num franco desacordo com as leis naturais da evolução, justificas –se ao Exército, em que pese a sentimentos contrários, representar a consciência da nação.⁴⁵²

Inconformado com tal postura do militar, ele acrescenta um comentário que soa como um vaticínio:

Não poderia haver mais declarada proclamação militarista. Baseada embora em fundamentos cientificamente falsos, como esse emprego do termo raça, esse vaticínio leboniano, essa formação social em desacordo franco com as leis conhecidas da evolução. Tanta bobagem em tão poucas linhas. Mas, bobagem ou não, aí está o pensamento do general ávido por apossar-se do governo de S. Paulo...É verdade que outros vão além quando preferem o governo do Brasil. E quem não diz que não o tomarão um dia expulsando os civis de todos os postos da administração pública e política?⁴⁵³

No mesmo dia em que os jornais publicaram o discurso do general Daltro, veio a público entrevista que Góis Monteiro tinha dado ao repórter Arnon de Melo (1911-1983), o mesmo que se tornou Senador da República e se envolveu no assassinato de um colega parlamentar, dentro do Senado Federal, em 1963. Ao comentar a entrevista Paulo Duarte afirma:

Apesar da confusão em muitos pontos, apesar da infidelidade na citação de causas pretensas das crises que provocaram 1932, o general Góis mantém uma posição mais justificável do que o general Daltro. De qualquer maneira, quem quer que no Brasil pense com lucidez, não poderá estar de acordo com as pretensões ao poder civil de quaisquer generais. Devem todos ficar onde os generais devem permanecer: nos quartéis. Qualquer general ou tenente que pense o contrário estará traindo a sua honra de militar e a sua dignidade de brasileiro. A falta de preparo para enfrentar as tricas e as misérias da política, os seu primarismo até certo ponto, fazem que sempre os militares passem a ser dominados ou influídos pelos cafajestes, pelos simuladores, pelos aventureiros e desonestos de toda natureza que invalidam qualquer intenção boa e comprometem mesmo a honestidade de tantos generais que por isso se desmoralizam, às vezes injustamente.

De modo que a tranqüilidade política do Brasil só se estabilizará no dia em que os militares compreenderem bem o seu maior dever; afastarem-se inteiramente de qualquer política que não seja a da caserna. Mas onde

⁴⁵¹ DUARTE, P. *Memórias...* vol.III, p.22

⁴⁵² Idem

⁴⁵³ Ibidem

descarregar o complexo de Messias e como tolher a torrente de ambições desmesuradas?⁴⁵⁴

E conclui: “Eu não me ocuparia destes dois militares, se tanto um como o outro não demonstrassem tão flagrantemente as suas tendências em apossar-se do poder civil.”⁴⁵⁵ Pouco adiante, Paulo Duarte comenta outra entrevista, a do agora general Eurico Gaspar Dutra, que ele considerava:

Um dos comandantes mais duros que tivemos contra nós na frente leste [...] militar rígido, corajoso, ele era citado entre nós da frente como um inimigo de respeito. Depois disso nunca mais se ouviu falar dele a não ser acidentalmente. Nunca deu entrevistas nem se exibia como os outros.⁴⁵⁶

É preciso lembrar que Paulo Duarte sempre teve simpatia por Dutra, tanto que, quando estava exilado, aceitou voltar clandestinamente ao Brasil, em 21 de julho de 1939, especialmente para entregar ao general alguns documentos com os quais os exilados entendiam ser possível cooptá-lo. Paulo sempre se mostrou grato a Dutra, por não tê-lo mandado prender. Daí porque ele se mostre menos crítico em relação a Dutra.

Segundo Paulo, “[...] só uma vez [Dutra] refere-se à política para dizer que sempre foi de opinião que os militares não devem intervir na política nem mesmo com o voto pessoal nas eleições” e conclui: “Aí está um general esquisito. Pelo menos no Brasil. É verdade que se trata de uma promoção recente ao generalato. Continuará assim? “Pourvu que ça dure” como dizia a velha Letícia Bonaparte.”⁴⁵⁷

Relativos a fatos dos anos trinta e do período Vargas, tais comentários podem parecer mera reconstrução memorialística de um ex-exilado da ditadura varguista. No entanto, lidas nos anos setenta, quando poder é exercido pelos militares, essas afirmações relativas ao papel que os militares deveriam ter na vida política do país adquirem outra conotação.

Outro episódio de resistência que ganha relevância no tempo da lembrança é o da edição do jornal clandestino chamado *Brasil*. Entre janeiro e novembro de 1938, Paulo e Julinho Mesquita editaram um jornal com ataques ao Estado Novo e possivelmente o pivô da nova expulsão deles do país, embora, em suas *Memórias* Paulo Duarte afirme que o governo jamais descobriu quem eram os autores daquela folha:

De fato, nós já começamos a conspirar, ou, melhor, a ensaiar uma conspiração. Somados os meus elementos com os do Julinho, já vários boletins têm aparecido lançado por nós. Eu disponho de algumas tipografias

⁴⁵⁴ Ibidem

⁴⁵⁵ Idem, p. 34

⁴⁵⁶ Idem, p. 50

⁴⁵⁷ Ibidem

amigas com coragem bastante para me imprimir a composição que lhes levar. Julinho dispõe da tipografia do Estado. Eu já comprei por intermédio do Caldora, que deixei na direção da gráfica municipal, um “magazine” para linotipo, isto é, coleção completa de sinais gráficos para a composição em determinado corpo. [...] Conteí isso ao Julinho que me forneceu dinheiro para a compra do magazine (600 mil réis), que já está escondido aqui em uma garagem amiga e assim vai adiantado o plano para a publicação de um jornal clandestino.⁴⁵⁸

Em janeiro de 1938 finalmente os conspiradores conseguem editar o primeiro número do jornal clandestino. O próprio Paulo é quem conta:

Nesse mês de janeiro apareceria por toda parte, principalmente em São Paulo, em Minas e no Rio, um pequeno jornal de oito páginas, muito bem impresso, ilustrado de fotografias e caricaturas, com o título de *Brasil*. Dizia todas as verdades sobre a torva maquinação ditatorial armada contra o País. O jornal era de uma violência terrível principalmente contra os srs. Getúlio Vargas, Góis Monteiro e Francisco de Campos, este o doutrinador do fascismo indígena. Foi um verdadeiro desafogo o aparecimento do *Brasil* e o interesse despertado enorme.⁴⁵⁹

Paulo Duarte lembra que o governo reagiu rapidamente e passou a fiscalizar “seriamente todos os elementos que considerava capazes de estar à testa dessa publicação atrevida”⁴⁶⁰. Chegaram a prender alguns donos de tipografias, mas à medida que o jornalzinho continuava a ser editado, os suspeitos detidos iam sendo descartados. Nada mais parecido com o que ocorria naquele início da década de 1970. Esse jornal teve 21 edições. No artigo de abertura de *Brasil*, escrito por Paulo Duarte, são para Getúlio Vargas as principais acusações pelo delicado momento político que vivia o país.

Estamos todos de acordo que o que aí se achava vinha cada vez mais se aproximando do que existia antes de 1930. Mas esse abastardamento era consequência exclusiva da orientação primária da mesma política que agora fala em Estado Novo, governo forte e outras locuções sem nenhum nexo na boca de quem as profere. Na noite de dez de novembro o Sr. Getúlio Vargas salientava o despudor do Parlamento que nenhuma lei de interesse nacional havia votado. [...] Então, por que em lugar de exigir [da Câmara] as leis necessárias ao reajustamento social, à restauração econômica e financeira, ao desenvolvimento da educação e da cultura? Que povo, a não ser completamente formado de tolos e imbecis poderá dar crédito e apoio a um indivíduo dessa espécie, que trai a revolução que o alçou ao poder, trai os seus correligionários, trai os seus protetores, trai a sua Pátria, trai os seus juramentos, trai a qualquer dos seus amigos mais íntimos e é capaz de faltar a todos os seus compromissos de honra?

⁴⁵⁸ Idem, p. 93

⁴⁵⁹ Idem, p. 120

⁴⁶⁰ Idem

Ao analisar as entrevistas dos generais Daltro Filho, Góis Monteiro e Gaspar Dutra, parece que Paulo Duarte está tentando passar uma mensagem subliminar aos seus leitores, assim como fizeram muitos artistas em momento de forte censura aos meios de comunicação. Ainda que em alguns momentos a narrativa tenha ficado prejudicada, é preciso lembrar que o terceiro volume de suas *Memórias* foi publicado em 1976, durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Nesse momento, já era bastante visível que o “milagre brasileiro”, defendido pelos militares, estava se acabando, principalmente devido à crise econômica cada vez mais difícil de esconder. Nos anos seguintes, vários setores da sociedade começaram a movimentar-se, levando a uma lenta e gradual, mas irreversível, marcha em direção à abertura política.

É provável que esta situação não fosse alheia ao militante político e intelectual de outros tempos. No entanto, o velho jornalista, não se refere a ela em nenhum momento em suas *Memórias*, cujo último volume foi publicado em 1979, no mesmo ano da Lei de Anistia, que representou o início do processo de retorno à normalidade democrática do país. Sintomaticamente esse último volume, que trata basicamente do período de exílio passado em Lisboa em 1940, tem o título de “E vai começar uma nova era”. Uma vez que na leitura das lembranças do período passado na capital portuguesa em que ele estava às voltas com a redação de *Os espírito das catedrais*, não se vislumbra diretamente uma nova era, pode-se ver nesse título, talvez uma referência ao período da escritura e não ao período abrangido pelo relato. Infelizmente, a morte do jornalista, no ano seguinte, não permitiu que ele vivenciasse o processo político e social que então se iniciava e que traria o país, uma vez mais, à normalidade democrática.

A interrupção de suas *Memórias*, causada pela sua morte, em 1980, poderia ser lida, simbolicamente, como o fechamento de um período histórico importante do país. Não apenas, no nível do relato, um balanço do período Vargas, mas também o fim do regime militar, abrindo caminho para um novo período histórico consolidado alguns anos mais tarde com a nova Constituição do país, em 1988.

Conclusões possíveis

O presente trabalho procurou demonstrar o dinamismo intelectual de Paulo Duarte (1899-1984), jornalista que transitou entre distintos campos das ciências humanas, no Estado de São Paulo, durante boa parte do século XX. As ligações que ele manteve com o grupo d' *O Estado* e em especial a amizade com os donos do jornal permitiram-lhe a publicação de seus primeiros livros e participação em projetos culturais de inegável valor, como Departamento de Cultura de São Paulo, ou de outros que malograram como o Instituto de Criminologia, que ele igualmente idealizou, mas não conseguiu viabilizar.

É possível perceber que Paulo Duarte mostrou-se ser um homem sempre pronto a lutar, sobretudo na área política e cultural. Entretanto, sua atividade intelectual não foi suficiente para livrá-lo do esquecimento a que seu nome foi relegado mesmo antes de sua morte, talvez porque ele nunca tenha conseguido construir um pensamento organizado, nem tenha sido proprietário de meios de comunicação. Apenas nos últimos anos de vida é que ele encontrou uma forma ideal de expressão, ao elaborar a escrita dos nove tomos que constituem suas *Memórias*, publicados entre 1974 e 1979, acrescidos, em 1980, da reedição de *O espírito das catedrais*, cuja edição original era de 1958, e que foi incorporado ao projeto das *Memórias* como seu volume X.

As *Memórias* de Paulo Duarte constituem-se em um significativo *corpus* documental com mais de três mil páginas que ao longo das últimas décadas têm servido de fonte a pesquisadores interessados em temas políticos e culturais, sem jamais, no entanto, terem sido tema de nenhum estudo específico.

O objetivo principal deste trabalho, desse modo, foi propor uma leitura dessa narrativa como fonte da história, pois as memórias ainda hoje são recebidas com reticências por alguns setores da historiografia que muitas vezes procuram evitá-las. Procurou-se demonstrar, então, que as narrativas memorialísticas de intelectuais podem abrir interessantes perspectivas para o trabalho do historiador ao lançarem luz sobre a tênue fronteira entre o público e o privado, uma vez que trazem à tona redes de sociabilidades subterrâneas que documentos oficiais nem sempre conseguem alcançar.

Ao propor um novo olhar sobre a questão de memória, Paul Ricoeur estabelece bases para que se pense positivamente o problema das relações entre memória e história, uma vez que, para o pensador francês, a memória é o único caminho possível entre o presente e o passado. A novidade de seu pensamento reside na introdução do conceito do próximo que possibilitaria pensar um corte transversal e eletivo, tanto nas relações de filiação e de conjugabilidade, quanto nas relações sociais dispersas, segundo as formas múltiplas de pertencimento ou as ordens respectivas de grandezas. Nesse sentido, é possível pensar que os textos memorialísticos criam novas zonas de comunicabilidade entre grupos aparentemente desconexos ou ainda estabelecem zonas de interdependência entre o público e o privado.

Ao pensar positivamente a memória individual, Paul Ricoeur está indiretamente propondo um novo olhar para o papel do memorialista, pois o memorialista não é um simples auxiliar do historiador, mas um elo na cadeia entre o historiador fincado no presente e o passado que este busca reconstituir através de suas pesquisas, sempre lembrando que as memórias de intelectuais são fontes que merecem o mesmo cuidado das chamadas fontes objetivas.

Nesse sentido, procurou-se demonstrar que as *Memórias* de Paulo Duarte trazem em sua estrutura o corte transversal e eletivo a que se refere Ricoeur. Cabe lembrar ainda que essa narrativa memorialística ganha relevo adicional, não apenas porque ele não procurou deliberadamente omitir os projetos malogrados como, ao fazê-lo, revelou os insucessos e as frustrações ao longo de sua atribulada vida, ainda que o tenha feito com certa aura romântica. Sua narrativa se diferencia ainda pela fantástica galeria de personagens que ele inseriu numa grande rede de sociabilidade quase sempre tecida com os fios da fraternidade. Nessa narrativa, Paulo Duarte se apresenta como um mediador cultural, papel que ele, Duarte, interpretou muito bem, sobretudo, na época do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Para alcançar seus objetivos, o presente trabalho faz, após a “Introdução” geral da questão, uma apresentação preliminar e geral do cidadão Paulo Duarte. Nesse primeiro

capítulo, mostramos como ele transformou sua profissão de jornalista numa espécie de trincheira, para abordar, em seguida, como sua formação intelectual, vivida no início da Primeira República e, em especial, sua inserção no meio intelectual paulista, constituem a matriz de seu projeto intelectual. Além disso, é importante situá-lo no momento histórico em que entrava para o jornalismo e como ocorre essa inserção no mundo intelectual paulista.

É fundamental, também, mostrar como o exílio levou Paulo Duarte a usar a escrita como forma de resistência, principalmente ao relatar, *a posteriori*, sua experiência nos três movimentos revolucionários dos quais, de alguma forma, participou. Ao ler o registro de suas impressões dos movimentos armados de 1924, 1930 e 1932, percebe-se que ele produziu três textos bastante diferentes entre si, num movimento que, poderíamos afirmar, vai da crônica jornalística à quase ficção, sinal de que ele ainda não tinha encontrado uma forma apropriada para expressar seu pensamento. No exílio, como forma de resistência ao regime que o oprimia, enquanto lutava pela subsistência, dedicou-se à escrita de dois projetos cujos resultados acabam penetrando no campo da ficção. São *Palmares pelo avesso* e *O espírito das catedrais*, obras que posteriormente ele acabou considerando, de modo arbitrário, como integrantes de seu projeto memorialístico.

No segundo capítulo, procurou-se mostrar como Paulo Duarte retira-se, aos poucos da luta política em si e se recolhe para iniciar nova batalha, desta vez pela memória em especial seu esforço para encontrar uma forma que conciliasse a experiência da luta política e da atividade jornalística com a ficção, vista neste trabalho, como seu grande desejo frustrado. Em seguida tratou-se de sua volta ao Brasil após o longo segundo exílio e as contradições criadas por seu afastamento do mundo intelectual paulista.

Pode-se constatar, entretanto, que ele não está sozinho nessa nova batalha, pois outros intelectuais com os quais tinha compartilhado suas lutas em defesa de algum ideal político ou cultural também preparam suas narrativas. O item “Tempos de memórias” demonstra que, não apenas Paulo Duarte procurou construir, através da narrativa memorialística, sua versão dos acontecimentos. O mesmo ocorria com vários companheiros de geração que, mais ou menos pela mesma época, também trataram de construir um relato no qual se colocaram como personagens centrais dos fatos. Nesse capítulo, também se estudam as condições sob as quais Paulo Duarte produziu sua narrativa memorialística e como nesses escritos o tempo lembrado dialoga com o tempo da lembrança.

Sempre partindo das idéias de Ricoeur, segundo as quais a memória individual pode ser trabalhada como um elo necessário entre o presente do historiador e o passado que ele trata de reavivar no processo de construção da memória coletiva, o último capítulo aborda três

aspectos particulares das *Memórias*, de Paulo Duarte que, no entanto, de alguma forma estão relacionados entre si.

Um primeiro momento procura explicitar a maneira como Paulo Duarte constrói a cartografia de um espaço urbano pelo qual ele transita, no momento da escritura, mas que também está associado a imagens de um passado cujos fragmentos ele traz à tona, tratando de ajustá-lo à visão do espaço que tem diante de si. Tal processo poder ser ainda mais rico, considerando-se a contraposição dessas imagens, àquelas que o leitor de seu texto memorialístico tem a partir de sua própria experiência.

O segundo momento, que consideramos um dos mais importantes de nossa leitura das *Memórias* de Paulo Duarte, acompanha como o articulador cultural dos anos trinta rememora essa atuação em seu texto memorialístico, situando-se no centro da ação política e cultural que resultou na implementação de um dos projetos culturais mais significativos dos anos trinta, que foi a criação do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, visto por ele como mais um ato de resistência ao regime autoritário vigente.

O trabalho se fecha com a análise de alguns fragmentos particulares das *Memórias* de Paulo Duarte, significativos, uma vez que explicitam seu ressentimento com relação àqueles que, de alguma forma, foram os vencedores em suas batalhas políticas e acabaram de alguma forma impondo sua versão dos acontecimentos. Em tais fragmentos, fica evidente como o memorialista trata de colocar em práticas certas táticas de resistência contra aqueles que o enviaram para o exílio duas vezes e que, mesmo depois do retorno da pretendida normalidade democrática, seguiram, de alguma forma, não apenas presentes na vida cultural do país, como também dirigindo o discurso que se produzia sobre esse momento histórico.

Referências

ABDANUR, E. F. *Os ilustrados e a política cultural de São Paulo – O Departamento de Cultura na gestão de Mário de Andrade (1935-1938)*. Campinas: UNICAMP, 1992.

ABRAMO, C. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ALCANTARA, A. A. *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – A pré-história*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2007.

AMARAL, A. *Artes plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

ANDRADE, M. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*; estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades/SCCT-SP, 1976.

ANTONACCI, M. A. M. Institucionalizar Ciência e Tecnologia – Em torno da fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931). in *Revista Brasileira de História*, nº 14. São Paulo: Marco Zero, março/agosto 1987.

ARMANDO DE SALES OLIVEIRA. S/L: Seção de Propaganda da UDB (União Democrática Brasileira), s/d..

ARRUDA, D. *Dona Olívia*. São Paulo: Sociedade Imprensa Pannartz, 1975.

AZEVEDO, F. *História de minha vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971

AZEVEDO, J. E. Apresentação. In: *Acervo de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade: 1935-1938*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2000.

BADINTER, E. *As paixões intelectuais – Desejo de glória (1735-1751)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, volume 1

- BANDEIRA, S. P. *O mestre dos livros: Rubens Borba de Moraes*. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.
- BARBATO Jr., R. *Missionários de uma utopia nacional-popular*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.
- BELLO, J. M. *História da República*. São Paulo: Nacional, 1983.
- BICUDO, H. *Minhas memórias*, São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BILAC, O. *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro/São Paulo/ Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1924.
- BORGES, V. P. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1979.
- BOSI, A. *O pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1967.
- BURGUIÈRE, A. (org.) *Dicionário de ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- CANDIDO, A. [Prefácio] In DUARTE, P. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: HUCITEC; SCCT- SP, 1985.
- CANDIDO, A. O Congresso de Escritores in *Teresina etc*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CARDOSO, F. H et al. (Org.) *O Brasil republicano*, volume I: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997
- CARDOSO, I. R. *A Universidade da Comunhão Paulista (O projeto de criação da Universidade de São Paulo)*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.
- CARVALHO, J. M. *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, M. W. *Mário de Andrade: exílio no Rio*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- CHAUÍ, M. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In NOVAES, A (org) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- Cinquentenário de O Tico-Tico*. Rio de Janeiro: Sociedade Anônima O Malho, 1956.
- COARACY, V. *A sala da capela: A Revolução Paulista de 1932*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008.
- COARACY, V. *Encontros com a vida – memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

COARACY, V. Jornalistas, In DUARTE, P. (org.) *Centenário de Julio Mesquita*, São Paulo: Anhambi, 1964.

CORREA, A. M. M. *A Rebelião de 1924, em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1976. (a).

DE LUCA, T. R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

Dicionário de ciências históricas. BURGUIÈRE, A. (org.). Rio de Janeiro: Imago, 1993.

DOSSE, F. *A História em migalhas: Dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: UNICAMP, 1992.

DOSSE, F. *A história à prova do tempo*. Da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: UNESP, 2001.

DUARTE, P. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938. Vol. XIX da Coleção do Departamento de Cultura.

DUARTE, P. *Agora nós! Crônica da revolução paulista, com os perfis de alguns heróis da retaguarda*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; FUNDAP, 2007.

DUARTE, P. *Amadeu Amaral*. São Paulo: HUCITEC; SCCT, 1976a.

DUARTE, P. *Júlio Mesquita*. São Paulo: HUCITEC; SCCT, 1977.

DUARTE, P. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: HUCITEC; SCCT, 1985.

DUARTE, P. *Memórias – Apagada e vil mediocridade*. São Paulo: HUCITEC, 1977, vol. V. (b).

DUARTE, P. *Memórias – E vai começar uma era nova*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

DUARTE, P. *Memórias - O espírito das catedrais*. São Paulo: Paz e Terra, 1980, vol. X.

DUARTE, P. *Memórias - A inteligência da fome*. São Paulo: HUCITEC, 1975, vol. II.

DUARTE, P. *Memórias – Miséria universal, miséria nacional, e minha própria miséria*. São Paulo: HUCITEC, 1978, vol. VII.

DUARTE, P. *Memórias – Os mortos de Seabrook*. São Paulo: HUCITEC, 1976, vol. IV.

DUARTE, P. *Memórias – Ofício das trevas*. São Paulo: HUCITEC, vol. VI.

DUARTE, P. *Memórias - Raízes profundas*. São Paulo: HUCITEC, 1975, vol. I.

DUARTE, P. *Memórias - Selva oscura*. São Paulo: HUCITEC, 1976b, vol. III.

DUARTE, P. *Memórias - Vou-me embora pra Pasárgada*. São Paulo: HUCITEC 1978, vol. VIII.

- DUARTE, P. *Palmares pelo avesso*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.
- DUARTE, P. *Paul Rivet por ele mesmo*. São Paulo: Anhambi, 1960.
- DUARTE, P. *Prisão, exílio e luta*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1946.
- DUARTE, P. *O processo dos rinocerontes – Razões de defesa e outras razões*. São Paulo: s/ed., 1967.
- DUARTE, P. *Que é que há?... Pequena história de uma grande pirataria*. São Paulo: s/ed., 1931.
- DUARTE, P. *Sob as arcadas*. São Paulo: Saraiva, 1927.
- ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A. L. e LUCA, T. R. de (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ECO, U. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- FAUSTO, B. Prefácio In DUARTE, P. *Agora nós! Crônica da Revolução Paulista, com perfis de alguns heróis da retaguarda*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; FUNDAP, 2007.
- FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.
- FOLLIS, F. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- FONSECA S. S. *Memórias de um constitucionalista – Paulo Duarte e a guerra civil de 1932*. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, 2009 (Dissertação de Mestrado).
- FRANÇA, G. L. *Anhambi: adiante e ao revés: Paulo Duarte e a cristalização das forças do Modernismo*. Florianópolis: Centro de Comunicação e Expressão/Universidade Federal de Santa Catarina, 2009 (Dissertação de Mestrado).
- GADDIS, J. L. *Paisagens da memória: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003.
- GONÇALVES, L. R. (org.) *SERGIO MILLIET – 100 anos: trajetória, crítica de arte e ação cultural*. São Paulo: ABBA; Imprensa Oficial do Estado, 2004.
- GUASTINI, M. *A hora futurista que passou e outros escritos; seleção, apresentação e notas Nelson Schapochnik*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- GUSDORF, G. *apud* HERVOT, B. & SAVIETTO, M. do C. A escrita autobiográfica In CARLOS A. M & ESTEVES, A. R.[Orgs.] *Narrativas do eu – a memória através da escrita*. Assis: FCL/UNESP Publicações; Bauru: Canal6, 2009.

HAYASHI, M. G. *Paulo Duarte, um Dom Quixote brasileiro*. Tese de Doutorado: São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

HAYASHI, M. G. A Universidade Brasileira: O caso USP (1950-1977) In *Thesis Revista Eletrônica*. São Paulo, ano II, n. 4, 2005.

HERVOT, B. & SAVIETTO, M. do C. A escrita autobiográfica. In CARLOS A. M & ESTEVES, A. R. (Orgs.). *Narrativas do eu – a memória através da escrita*. Assis: FCL/UNESP Publicações; Bauru: Canal6, 2009.

IGLESIAS, F. *História & Literatura – Ensaio para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Cedeplar; Fale; UFMG, 2009.

LAUERHASS JUNIOR, L. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1986.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, J apud NEVES, M. de S. Nos compassos do tempo. A história e a cultura da memória in SOIHET, R.[et. al.] *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LEITE, A. *Episódios do exílio – Portugal e outras terras*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEPETIT, B apud DOSSE, F. *História e ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. *Saudades de São Paulo/Claude Lévi-Strauss*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

LEVINE, R. M. *Pai dos pobres?: O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

LOBO, A. apud Carvalho, *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras 1987

LOVE, J. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

MACHADO JUNIOR, A. M. *Divisão territorial do Estado de São Paulo; Governantes do Estado de São Paulo; Presidentes da República*. São Paulo: A. M. Machado Junior, 1987.

MANGABEIRA, E. *Três exílios e uma guerra*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1983.

MARTINS, A. L. e LUCA, T. R. de (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: CULTRIX; EDUSP, 1977/78. Vol. VII (1933-1960).

MATOS, O. N. O clima cultural dos anos de formação e o projeto acadêmico da Escola Livre de Sociologia e Política. In KANTOR, I., MACIEL, D. A. e SIMÕES J. A. (Orgs). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953*. São Paulo: Escuta, 2001.

MAYER apud SEIXAS, J. A. de. Percursos de memória em terras de história: problemas atuais In BRESCIANI, S & NAXARA, M. *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

Memórias e narrativas (auto)biográficas. CASTRO GOMES, A & SCHMIDT, B. B. [Orgs.]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MESQUITA, E. *Um livro de memórias sem importância*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

MESQUITA FILHO, J. Julio Mesquita e a República In DUARTE, P. (org.) *Centenário de Julio Mesquita*. São Paulo: Anhambi, 1964.

MESQUITA FILHO, J. *Memórias de um revolucionário: notas para um ensaio de sociologia política*. São Paulo: Anhambi, 1954.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILLIET, S. *De ontem hoje sempre*. São Paulo: Martins, s/d

MILLIET, S. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*. São Paulo: Martins; EDUSP, 1981, vol. V.

MILLIET, S. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*. São Paulo: Martins; EDUSP, 1981, vol. VI.

MIRAUX, J. P. *La autobiografía – Las escritas del yo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC; Polis, 1984.

MORAES, E. J. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MORAES; M. C. V., CAMPOS NETO, J. V. Monumento a Federico García Lorca: uma história parada no ar. In *Anuario Brasileiro de Estudios Hispánicos*, 6 (1996), 225-234.

MORAES, R. B. *Lembranças de Mário de Andrade: 7 cartas*. São Paulo: s. ed., 1979.

NERUDA, P. apud TOLEDO, J. *Flávio de Carvalho: o comedor de emoções*. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

NEVES, M. de S. Nos compassos do tempo. A história e a cultura da memória. In SOIHET, R. [et. AL.] *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NOVAIS, A. (org.) *O Silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais e lutas de um burguês progressista: O partido democrático e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965

OCTAVIO, R. *Minhas memórias dos outros*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro/Ministério da Cultura, 1978, Primeira Série, s/p.

OLIVEIRA, A. S. *Escritos políticos*. São Paulo: Arx, 2002.

PEREIRA, M. E. *Lundu do escritor difícil*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PERISSINOTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

PICCHIA, M. D. *A longa viagem*. São Paulo: Martins, 1970

PRADO, M. L. C. *A democracia ilustrada. O Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo, Ática, 1986.

PRADO, Y. A. *A grande semana de arte moderna*. São Paulo: EDART, 1976.

RAFFAINI, P. T. *Esculpindo a cultura na forma Brasil (O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938))*. São Paulo: Humanitas, 2001.

Revista VEJA, edição 380 de 17.12.1975, p. 127.

RICARDO, C. *Viagem no tempo e no espaço: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

RIOUX, J. P. Um domínio e um olhar. In RIOUX, J. P. & SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

RUBINO, S. Clube de pesquisadores – A Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In MICELI, S. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1995, vol. 2.

SALIBA, E. T. [Prefácio] in RAFFAINI, P. T. *Esculpindo a cultura na forma Brasil (O Departamento de Cultura de São Paulo 1935-1938)*. São Paulo: Humanitas, 2001.

SAMPAIO, M. R. A. (coord.). *São Paulo 1934-1938. Os anos da Administração Fábio Prado*. São Paulo: USP/FAU, 1999.

SANDRONI, C. *Mário contra Macunaíma*. São Paulo: Vértice, 1988.

SARLO, B. *La ciudad vista. Mercancías y cultura urbana*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEIXAS, J. A. de. Percursos de memória em terras de história: problemas atuais In BRESCIANI, S & NAXARA, M, *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

SERGIO MILLIET – 100 anos: trajetória, crítica de arte e ação cultural. GONÇALVES, L. R. (org.). São Paulo: ABBA/Imprensa Oficial do Estado, 2004.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais, In RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; FGV, 1996.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco – 1930-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SODRÉ, N. W. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, E. M de. *Pedro Nava, o risco da memória*. Juiz de Fora (MG: FUNALFA Edições, 2004.

TOLEDO, J. *Flávio de Carvalho: o comedor de emoções*. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

TRAVASSOS, N. P. *No meu tempo de mocinho*. São Paulo: Clube do Livro, 1974.

VARGAS, G. *Diário – 1930-1936*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FVG, 1995.

VERISSIMO, E. *Solo de clarineta: memórias*. Porto Alegre: Globo, 1973/76. vol. II.

VERISSIMO, E. [Prefácio] In DUARTE, P. *Memória - Raízes profundas*. São Paulo: HUCITEC, 1975.

VEILLON, D. *Moda & guerra. Um retrato da França ocupada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

VILLAS BOAS, M. de C. *Pedaços de São Paulo*. São Paulo: Cruzeiro do Sul, s/d.

WERNECK SODRÉ, N. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WERNECK SODRÉ, N. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

ZIOLI, M. *Polícia com café no Oeste do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado: FCL – UNESP - Assis, 2006.

Anexo 1 - Cronologia⁴⁶¹

1899

Novembro/17 nasce Paulo Alfeu Monteiro Duarte, à Rua Três Rios, 20, em São Paulo filho de Hermínio e Jovina Duarte.

1900

A família Duarte muda-se para Cristais, próximo à cidade de Franca, no interior do Estado de São Paulo.

1903

29 de maio: nascimento de Maria de Lurdes, segunda filha do casal Duarte.

1905

Nascimento de Elza, terceira filha do casal Duarte.

1906

Falecimento dos avós paternos, mesmo ano em que foi matriculado no Externato dos Maristas, à Rua do Ouvidor, em Franca.

1907

Nascimento de Lígia, quarta filha do casal Duarte.

1910

Abril/23: Elza morre de febre tifóide.

Junho Lígia também morre de febre tifóide.

Hermínio, pai de Paulo é demitido da Coletoria Federal.

Nascimento de Benedito, quinto filho do casal Duarte.

1911

Matriculado na primeira classe do Externato Champagnat de Franca.

1912

Novembro12 Nascimento de Cornélio Sebastião irmão caçula de Paulo Duarte.

A família Duarte volta a viver em São Paulo, no Largo de São Bento.

1913

A família Duarte muda-se para o Largo da Liberdade, 92.

1914

Nova mudança de residência, desta vez para a Rua Asdrúbal Nascimento, 80.

1915

A família Duarte muda-se para a Alameda Olga e, em seguida, para a Rua da Glória, 77.

1916

⁴⁶¹ Cronologia estruturada de acordo com as datas mencionadas nas *Memórias* e de acordo com as datas das obras que publicou.

A família Duarte muda-se para a Rua da Liberdade.

1917

Ingressa no Curso Preparatório de Alfredo Paulino. No final de abril, a família Duarte muda-se para a Rua Maria Paula, 05.

1918

Permanece um mês internado com difteria.

Começa a trabalhar no *Jornal do Comércio*, à Rua Direita.

Encontro com Amadeu Amaral.

Escreve para *Arcádia*.

1919

Inicia-se no jornalismo no *Jornal do Comércio*, edição de São Paulo.

Novembro/16 começa a trabalhar n' *O Estado de S. Paulo*.

1922

Inicia curso na Faculdade de Direito de São Paulo.

Faz curso de aviação.

Deixa a Rua Asdrúbal Nascimento e se muda para a Ladeira de São Francisco.

Muda-se novamente, desta vez para a Rua Brigadeiro Tobias.

1923

Casa-se com Edméa Cunha Bueno.

Encontra-se com o poeta Alberto de Oliveira, em São Paulo

1924

Julho/ de 05 a 28 Participa da Revolução de 1924.

1927

Forma-se advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo

Publica *Agora nós!* e *Sob as Arcadas*

1928

Anulação do primeiro casamento.

Publica *Versos de Trilussa* (1ª edição)

1930

Entre janeiro e março viaja pelo Nordeste e Norte do Brasil integrando a caravana da Aliança Liberal.

Outubro/3 Revolução de 1930.

1931

Publica *Que é que há?*

1932

Participa da Revolução Constitucionalista. Ao final do conflito é preso e enviado ao exílio. 14 de novembro chega a Lisboa onde permanece até o início de janeiro.

1933

Janeiro/11 passa por Madri.

Janeiro chega a Paris

Maiio/03 eleições para a Assembléia Nacional Constituinte

Agosto/24 governo Vargas autoriza seu regresso ao Brasil

Setembro retorna ao Brasil pelo vapor holandês “Flândria”

Novembro/23 nasce Maria Teresa, única filha de Paulo Duarte e Juanita.

1934

Janeiro/ 25 Criação da Universidade de São Paulo.

Setembro/ 07 – Fábio Prado nomeado prefeito de São Paulo pelo interventor federal no Estado. Paulo Duarte é convidado a ser assessor jurídico do Gabinete do Prefeito.

Outubro/14. Paulo Duarte é eleito deputado estadual pelo Partido Constitucionalista.

1935

Abril/10 Armando de Sales Oliveira eleito governador de São Paulo.

Maiio - Criação do Departamento de Cultura de São Paulo

Julho/ 09-Promulgada a segunda Constituição do Estado de São Paulo.

1936

Dezembro/ 29 Armando de S. Oliveira renuncia ao mandato de governador

1937

Novembro /10 Início do Estado Novo.

1938

Janeiro/Novembro publica o jornal clandestino *Brasil*

Publica *Contra os donos do Instituto Histórico*

Publica *Contra o Vandalismo e o extermínio*

Novembro/23 – início do segundo exílio.

Dezembro/20 – Em Mannheim, Alemanha, a caminho de Paris onde chega nos últimos dias de dezembro

1939

Abril/19 Deixa Paris.

Agosto/30 Chega a Buenos Aires

Maiio/03 Chega a Nova York

Junho/31 Deixa Nova York com destino a Nova Orleans. Embarca no vapor “Delmundo”

Julho/15 Vapor “Delmundo” passa pelo litoral da Paraíba e Pernambuco

Julho/21 Entrevista-se com o general Dutra no Rio de Janeiro

Julho/24 O vapor passa pelas costas de Santa Catarina

Julho26/27 O vapor chega a Montevidéu

Julho/29 Chega a Buenos Aires

1940

Janeiro/13 Parte de Buenos Aires com destino a Paris a bordo do “Groix”

Fevereiro/15 Chegada ao Havre

Fevereiro/16 Chegada a Paris

Junho 13/ Deixa Paris

Junho/14 Paris ocupada pelos alemães

Junho/27 Chega a Lisboa

Dezembro/07 Deixa Lisboa com destino a Nova York

1943

Março-28 Morre Hermínio Duarte, pai de Paulo

1944

Publica, em Lisboa, *Variações sobre a gastronomia*

Publica, em Lisboa, *Língua brasileira*

Dezembro – volta à França

1945

Fevereiro/25 Morre Mário de Andrade

Outubro/17 Retorna ao Brasil

Outubro/29 Deposição de Getúlio Vargas

1946

Publica Prisão, exílio, luta

1947

Publica *Palmares pelo avesso*

Publica a tradução de *Les origines de l’homme américain*, de Paul Rivet.

1950

Dezembro/ Lançamento do primeiro número de *Anhemi*.

1952

Paul Rivet em São Paulo

Morte de Antônio C. Mendonça, amigo de Paulo e cunhado de Julinho Mesquita.

1954

Participa da Comissão do IV Centenário de São Paulo

Recebe Paul Rivet em São Paulo

Publica *Versos de Trilussa* (2ª edição)

1957

Publica *Cento e vinte e sete anos da Imprensa Paulista*

1958

Março/ 21 Morte de Paul Rivet

Publica *O espírito das catedrais*

Publica a segunda edição de *Trilussa*.

1959

Março/21 Fundação do Instituto de Pré-História.

1960

Publica *Paul Rivet por ele mesmo* – correspondência com Paulo Duarte/Paul Rivet

1962

Anhembi deixa de ser publicada

Dezembro/ O Instituto de Pré-História é transferido para a USP

1965

Paulo Duarte começa a redigir suas *Memórias*

Publica *O resto não é silêncio*

1966

Morte de Sérgio Milliet

1967

Publica *O processo dos rinocerontes*

1968

Publica *O sambaqui visto através dos sambaquis*

1969

Aposentadoria compulsória da USP

Publica *Reforma? Mas que reforma?*

Julho/12 Morte de Julinho Mesquita

Outubro/30 Morte de Paulo Nogueira Filho

Novembro/07 Morte de Francisco Mesquita

1971

Janeiro/21 Morre Jovina, mãe de Paulo Duarte.

Publica *Mário de Andrade por ele mesmo*.

1972

Publica *História da Imprensa de São Paulo*.

1973

Trilussa – terceira edição definitiva

1974

Publica *Raízes profundas* volume I das *Memórias*.

1975

Publica *A inteligência da fome* volume II das *Memórias*.

1976

Publica *Selva oscura* volume III das *Memórias*.

Publica *Os mortos de Seabrook* volume IV das *Memórias*.

Publica *Amadeu Amaral* – biografia

1977

Publica *Júlio Mesquita* – biografia

Publica *Apagada e vil mediocridade* volume V das *Memórias*.

Publica *O ofício das trevas* volume VI das *Memórias*.

Reedição de *Mário de Andrade por ele mesmo* revista e aumentada.

1978

Publica *Miséria universal, miséria nacional e minha própria miséria* vol. VII das *Memórias*

Publica *Vou-me embora pra Pasárgada* volume VIII das *Memórias*

1979

Publica *E vai começar uma era nova* volume IX das *Memórias*.

1980

Reedição de *O espírito das catedrais* volume X das *Memórias*.

1984

Março/23 Morre aos 84 anos

Anexo 2 - Obras de Paulo Duarte [ordem de publicação]

Sob as arcadas: crônica de um lustro acadêmico. São Paulo: Ferraz, 1927.

Agora nós! Crônica da revolução paulista, com os perfis de alguns heróis da retaguarda. São Paulo: s. Ed., 1927.

Versos de Trilussa. São Paulo: Ed. de *O Estado d S. Paulo*, 1928.

Que é que há?... Pequena história de uma grande pirataria. São Paulo: s/ed., 1931

Concluío imoral: agravo nº 2006 da Capital: razões de Valentina de Almeida Barata Ribeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1934.

Contra o vandalismo e o extermínio. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938. Vol. XIX da Coleção do Departamento de Cultura.

Contra os “donos” do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, 1938.

Língua Brasileira: Lisboa: Seara Nova, 1944.

Variações sobre a gastronomia. Lisboa: Seara Nova, 1944.

Prisão, Exílio e Luta... Rio de Janeiro: Ed. Zélio Valverde S. A., 1946.

Palmares pelo avesso. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947

Trilussa. São Paulo: Anhambi, 1954. 2ª edição.

Cento e vinte sete anos de imprensa paulista. São Paulo: Anhambi, 1958.

Paul Rivet por ele mesmo. São Paulo: Anhambi, 1960.

O resto não é silêncio. São Paulo: Habitat, 1965.

O Sambaqui visto através de alguns sambaquis. São Paulo: Instituto de Pré-História/USP, 1968.

Reforma? Mas que reforma. São Paulo: s. Ed., 1969.

Mario de Andrade por ele mesmo. São Paulo. Ed. Edart, 1971. 1ª edição.

História da Imprensa de São Paulo. São Paulo: ECA/USP, 1972, Série Jornalismo.

Trilussa. São Paulo: Ed. Marcus Pereira, 1973. Terceira edição (definitiva).

Memórias - Raízes profundas. São Paulo: HUCITEC, 1974, vol. I.

Memórias - A inteligência da fome. São Paulo: HUCITEC, 1975, vol. II.

Memórias - Selva oscura. São Paulo: HUCITEC, 1976, vol. III.

Memórias – Os mortos de Seabrook. São Paulo: HUCITEC, 1976, vol. IV.

Memórias - Apagada e vil mediocridade. São Paulo: HUCITEC, 1977, vol. V.

Júlio Mesquita. São Paulo: HUCITEC/SCCT, 1977.

Mário de Andrade por ele mesmo. São Paulo: HUCITEC/SCCT, 1977. 2ª edição.

Memórias – Ofício das trevas. São Paulo: HUCITEC, 1977, vol. VI.

Memórias – Miséria universal, miséria nacional, e minha própria miséria. São Paulo: HUCITEC, 1978, vol. VII.

Memórias - Vou-me embora pra Pasárgada. São Paulo: HUCITEC 1978, vol. VIII.

Memórias – E vai começar uma era nova. São Paulo: HUCITEC, 1979, vol. IX

O Espírito das Catedrais. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

Processo dos rinocerontes: razões de defesa e outras razões. São Paulo, s/Ed., 1967.

Mário de Andrade por ele mesmo. São Paulo: HUCITEC/SMC-PMSP, 1985. 3ª edição.

Agora nós! Crônica da revolução paulista, com os perfis de alguns heróis da retaguarda. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/FUNDAP, 2007

